

ISSN 1808-656X - eletrônico

DESENREDO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da
Universidade de Passo Fundo

V. 21 - N. 1 jan./abr. 2025

Dossiê Homenagem a
Oswald Ducrot

DESENREDO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da
Universidade de Passo Fundo



Bernadete Maria Dalmolin

Reitora

Edison Alencar Casagrande

Pró-Reitor Acadêmico

Antônio Thomé

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento
Institucional

Luiz Marcelo Darroz

Diretor do Instituto de Humanidades, Ciência, Educação
e Criatividade

COMISSÃO EDITORIAL

Francisco Fianco (UPF)

Luciana Maria Crestani (UPF)

Miguel Rettenmaier (UPF)

Patrícia da Silva Valério (UPF)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Desenredo : Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras /
Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras. – Vol. 1, n. 1
(2005) – Passo Fundo : Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005–

Semestral: 2005-2016. Quadrimestral: 2017–.
ISSN 1808-656X (on-line).

1. Linguística – Periódico. 2. Letras – Periódico. I. Universidade
de Passo Fundo. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Letras.

Bibliotecária responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

CONSELHO EDITORIAL

Ana Zandwais (Ufrgs)

Antônio Dimas (USP)

Benjamin Abdala Júnior (USP)

Carla Viana Coscarelli (UFMG)

Cláudia Toldo (UPF)

Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (Unesp/ Assis/ SP)

Cristina Mello (Universidade de Coimbra – Portugal)

Eloy Martos Nuñez (Universidade de Extremadura – Espanha)

Ernani Cesar de Freitas (UPF)

Fabiane Verardi Burlamaque (UPF)

Flávio Martins Carneiro (UERJ)

Hardarik Blühdorn (IDS – Mannheim – Alemanha)

José Luís Jobim (Uerj/UPF)

José Luís Fiorin (USP)

Leci Barbisan (PUCRS)

Márcia H. S. Barbosa (UPF)

Marisa Lajolo (Unicamp)

Max Butlen (Université de Cergy-Pontoise – França)

Michel Francard (Universidade de Louvain – Bélgica)

Miguel Rettenmaier da Silva (UPF)

Mônica Magalhães Cavalcante (UFC)

Regina Zilberman (Ufrgs)

Valdir Flores (Ufrgs)

DIAGRAMAÇÃO

Sara Luiza Hoff

EDITOR

Francisco Fianco

Desenredo - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da
Universidade de Passo Fundo é uma publicação temática e de
periodicidade semestral da Universidade de Passo Fundo (UPF)

© Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida desde que
citada a fonte.



EDITORA

Campus I, BR 285 - Km 292,7
Bairro São José – Fone: (54)
3316-8374 CEP 99052-900
Passo Fundo - RS - Brasil
Home-page:
www.upf.br/editora E-mail:
editora@upf.br

Sumário

Editorial	4
Le procédé de déparadoxalisation comme phénomène cohésif	6
O processo de desparadoxalização como fenômeno coesivo	
<i>Giorgio Christopoulos</i>	
O processo de desparadoxalização como fenômeno coesivo	34
Le procédé de déparadoxalisation comme phénomène cohésif	
<i>Giorgio Christopoulos</i>	
A constituição do sentido em discursos políticos: uma análise pela teoria da polifonia de Oswald Ducrot	62
The Constitution of Meaning in Political Discourses: An Analysis through Oswald Ducrot's Theory of Polyphon	
<i>Carina Maria Melchiors Niederauer</i>	
Escolhas linguísticas para construção textual argumentativamente orientada: contribuições de Ducrot	74
Linguistic choices for argumentatively oriented textual construction: Ducrot's contributions	
<i>Ana Lúcia Tinoco Cabral</i>	
O fenômeno de dupla enunciação na instauração da criança na língua	89
The phenomenon of double enunciation in the child's introduction into their native language	
<i>Carmem Luci da Costa Silva</i>	
Sujeito falante e locutor	105
Sujet parlant et locuteur	
<i>Marion Carel</i>	

Argumentação, evidencialidade e marcadores do discurso. O caso de *pelo visto*

..... 122

Argumentación, evidencialidad y marcadores del discurso. El caso de *por lo visto*

María Marta García Negroni

Manuel Libenson

Semântica Argumentativa: rupturas e aproximações 141

Argumentative Semantics: ruptures and approximations

Andréia Inês Hanel Cerezoli

Apresentação da Teoria dos Blocos Semânticos 165

Presentation of the Semantic Blocks Theory

Oswald Ducrot

Polifonia e acriticidade nos contos de fadas da coleção “Conta pra Mim”: um gesto político frustrado 179

Polyphony and uncriticality in the fairy tales of the collection “Tell Me”: a frustrated political gesture

Julio Cesar Machado

Karla Francine Freitas

Editorial

É com alegria que apresentamos esta edição da *Revista Desenredo*, com o tema “Homenagem a Oswald Ducrot”. Em 2024, a obra ducrotiana *Le Dire et le Dit* (1984) completou 40 anos. Traduzida e lançada no Brasil sob o título *O dizer e o dito* (1987), o livro impulsionou os estudos de muitos pesquisadores brasileiros acerca das questões linguísticas da pressuposição e da polifonia, a tal ponto de constituir um sólido núcleo de estudos da Semântica Argumentativa no Brasil, desde a UNICAMP, com Carlos Vogt, até a PUCRS, com Leci Borges Barbisan, e, mais tarde, em muitos outros lugares do Brasil.

A teoria da Semântica Linguística criada por Ducrot repousa sobre o pressuposto de que a linguagem é, em sua essência, argumentativa e está inscrita na língua. Um olhar atento sobre essa teoria permite que se perceba que a semântica linguística, ao analisar o *sentido* dos *enunciados*, não se interessa pelo conceito que, em outras perspectivas, é dado como definidor de termos. Ela se interessa pelo *emprego* das palavras no discurso, pelos *encadeamentos* que as palavras permitem, considerando que as palavras podem ser intrinsecamente argumentativas.

Há séculos os homens vêm procurando compreender o fenômeno da linguagem. Tão complexa e de tão difícil explicação, a linguagem tem desafiado pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Destaca-se aqui a Teoria da Argumentação na Língua, a criada por Oswald Ducrot, na Escola de Altos Estudos de Paris, tomando como objeto de estudo o discurso, procurando compreender como o sentido aí se constrói. Sabemos que nada é mais complexo, no que diz respeito à linguagem, do que pensar como se constitui o sentido, quando o objeto em análise é a significação produzida por um locutor que, ao se enunciar, converte seu pensamento em linguagem, dirigindo-se a seu destinatário. Mas o que se sabe é que do sentido não se consegue escapar.

O que dissemos acima constitui o foco original sobre o funcionamento da linguagem elaborado por Oswald Ducrot, enfoque que possibilita uma visão aprofundada de questões do discurso e que, em decorrência, merece especial atenção daqueles que buscam compreender os fenômenos linguísticos sob a perspectiva do uso que um locutor faz da linguagem.

Por fim, gostaríamos de dizer que, com este número da *Revista Desenredo*, prestamos uma homenagem ao linguista Oswald Ducrot que recentemente nos deixou, fazemos também uma justa homenagem à professora pesquisadora Leci Borges Barbisan que, em seus quase 50 anos de trabalho na Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, foi responsável pela formação de gerações de linguista no Brasil, muitos deles especialistas

na semântica de Ducrot, da qual ela é, sem dúvida, a maior especialista. Ao reunirmos artigos fundamentados na Teoria da Argumentação na Língua, em suas diferentes fases, bem como pesquisas que colocam a Teoria da Argumentação na Língua em diálogo com outras abordagens linguísticas que têm o sentido como foco central de investigação, esperamos dar continuidade ao que ambos nos ensinaram: o linguista precisa ser incansavelmente dedicado a entender o *sentido* da linguagem humana

Claudia Toldo

Andréia Cerezoli

Tânia Azevedo

Organizadoras

Le procédé de déparadoxalisation comme phénomène cohésif

Giorgio Christopulos¹

Resumé

Cet article suit, aussi bien dans son contenu que dans sa forme, l'analyse présentée – sous le titre Relier par un paradoxe – lors du 8ème Congrès Mondial de Linguistique Française (Orléans, 4-8 juillet 2022). L'intention qui animait ce travail, qui est devenu ensuite un chapitre important de notre thèse de doctorat, était double : d'une part, c'était de montrer que le procédé de déparadoxalisation est cohésif en cela qu'il impose – afin de comprendre linguistiquement le paradoxe – de réunir en un tout plusieurs éléments textuels autrement séparés ; de l'autre, il s'agissait de prouver que le paradoxe, loin d'être quelque chose qui s'oppose à la doxa, est en réalité un prolongement de celle-ci. Dans l'analyse du texte que vous trouverez dans ce travail, aucun détail n'a été modifié. Par contre, l'article que nous présentons ici nous donne l'occasion de revenir de façon plus précise sur un des enjeux majeurs de notre réflexion : les conséquences textuelles du paradoxe (et, du coup, du procédé de déparadoxalisation). Vous trouverez cette nouvelle partie à la fin de cet article **(j) Les conséquences textuelles du paradoxe. À nouveau)**. Mais, pour l'instant, laissons tout d'abord parler l'analyse.

Mots-clés: Paradoxe. Déparadoxalisation. Cohésion.

Data de submissão: jan. 2025 – Data de aceite: jan. 2025

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v21i1.16608>

¹ Docteur en Linguistique à l'EHESS – Paris. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9931-0540>

a) Paradoxe et structure du texte. Introduction

L'objectif de ce travail, c'est de reconsidérer la notion de paradoxe. Afin d'y parvenir, nous rappellerons tout d'abord quelles ont été jusqu'aujourd'hui les descriptions traditionnelles de ce phénomène – nous verrons ainsi que les efforts des linguistes se sont surtout concentrés autour de la description des rapports existant entre un contenu linguistique (explicite ou implicite) et : soit a) des connaissances encyclopédiques ; soit b) des évidences perceptives ; soit c) des croyances sociales ou des normes invétérées.

Ensuite, nous montrerons sur notre exemple – la très longue première strophe du poème de Victor Hugo *L'Expiation* (en annexe) – quelles sont les conséquences textuelles qu'un paradoxe produit. Enfin, nous expliquerons comment, à l'intérieur de ce poème, la présence du paradoxe implique aussi pour le lecteur l'instruction d'aller chercher dans le reste du texte les éléments qui lui permettront de déparadoxaliser le paradoxe et, par là, d'atteindre une compréhension globale qui, elle, devra nécessairement passer par le sens doxal.

Nous concluons donc en observant principalement deux choses. La première, c'est que le procédé de déparadoxalisation est un formidable facteur de cohésion, c'est-à-dire une manière fine de regrouper des morceaux textuels autrement épars – même des éléments à l'apparence anecdotiques ou banalement descriptifs révèlent avoir, dans le cadre de cet important procédé cohésif, un rôle herméneutique fondamental.

La deuxième, c'est que la déparadoxalisation est une étape nécessaire du parcours de compréhension car, comme on verra dans le détail, il n'y a point de compréhension en dehors du sens doxal. Ces observations nous conduiront enfin vers une nouvelle et plus complexe description du paradoxe et de la déparadoxalisation en tant que phénomènes linguistiques. Compréhension qui nous obligera à reconsidérer – et finalement à réfuter – une idée classique, traditionnellement liée à la notion de paradoxe : celle de son pouvoir de subversion. Le paradoxe sera décrit alors non pas comme s'opposant à la doxa, mais en tant que prolongation de celle-ci.

b) Une tentative d'aller vers une nouvelle approche du paradoxe

De la sémantique à la pragmatique, jusqu'aux figures de style et à l'art du *bien dire*, le paradoxe n'a jamais vraiment cessé de passionner les linguistes, les philosophes, les stylisticiens et, plus en général, les hommes de lettres. Malgré l'inévitable confusion que ces vives et multiples attentions autour de ce sujet ont fini par créer, les différentes

approches ont, tour à tour, adopté trois points de vue principaux² : celui lexical³ dont l'unité de référence est le mot ; celui micro-textuel dont le cadre est l'énoncé ; enfin le macro-textuel, qui observe le phénomène s'étaler sur plusieurs paragraphes ou chapitres, voire le long d'un texte entier⁴.

Pour notre part, dans cette étude nous tâcherons d'observer et de décrire ces trois niveaux agissants et s'entremêlant. Prolongeant notre étude de la longue première strophe de *L'Expiation* dans son intégralité, nous essayerons donc de voir comment la présence d'un paradoxe placé dans la deuxième phrase (au sens grammatical) du premier vers nous oblige d'un côté à descendre jusqu'au niveau lexical (les mots et leur contenu sémantique), de l'autre à remonter au niveau macro-textuel afin de regrouper différents morceaux éparpillés tout au long de la strophe.

Avant de poursuivre, soyons clair sur un point essentiel. Nous pensons qu'il est fondamental de se demander tout de suite si nous tenons là un phénomène de cohésion ou de cohérence. Il s'agirait de *cohésion* si la langue imposait de lever le paradoxe (comme la langue impose de trouver l'antécédent d'un pronom, la langue impose de trouver le morceau qui lève le paradoxe) ; sinon, ce serait de la *cohérence* (on a, culturellement, un goût pour la non-contradiction). Nous anticipons déjà que la thèse que l'on défendra est la première : celle de la *cohésion*.

À vrai dire une telle démarche a déjà été tentée ; et pas qu'une seule fois. Une des tentatives les plus récentes est certainement celle de Gallard (2015), mais les littéraires et les historiens avaient déjà essayé à plusieurs reprises, surtout en relation à ce genre qu'est l'éloge paradoxal⁵. Comment est-ce que notre contribution pourra alors nous conduire vers une plus fine description du paradoxe et de la déparadoxalisation en tant que phénomènes linguistiques ?

L'étude classique de Dandrey sur l'éloge paradoxal, tout comme la plus récente de Gallard sur le « style paradoxal » chez La Bruyère et bien d'autres : tous ses travaux partagent une même idée – lourde de conséquences méthodologiques –, celle selon laquelle le pouvoir cohésif du paradoxe vis-à-vis du texte dans lequel il apparaît dérive et dépend de la répétition et/ou de l'énumération. Tout au fil du texte, on peut soit répéter les deux sèmes opposés constituant un même paradoxe, soit énumérer plusieurs paradoxes différents. Dans le premier cas, le paradoxe agirait par voie isotopique⁶ ; dans le deuxième, par énumération. D'après Gallard, dans le cas de l'éloge paradoxal on procéderait « par

² Corminbœuf G., « Le paradoxe comme stratégie raisonnable », *Pratiques*, 165-166 (2015), p. 2.

³ Cf. surtout Carel M. et Ducrot O., « Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative », *Langue française*, 123 (1999), 6-26.

⁴ Gallard P.-Y., « Du paradoxe au style paradoxal : l'exemple des *Caractères* de La Bruyère », *Pratiques* [En ligne], 165-166 (2015).

⁵ Cf. Dandrey P., : *L'éloge paradoxal de Gorgias à Molière*. PUF, 1997.

⁶ Tout d'abord : Greimas A. J., *Sémantique structurale : recherche de méthode*, Larousse, 1966 ; ensuite : Rastier F., *Sémantique interprétative*, PUF, 2009, (3^{ème} éd.).

paradoxes » : le texte se développerait ainsi de paradoxe en paradoxe, grâce au passage d'un paradoxe à l'autre avec, éventuellement, aussi la reprise de quelques paradoxes déjà énoncés auparavant, et ensuite repris. Dans un cas comme dans l'autre, le paradoxe aurait sur les différentes parties du texte un pouvoir cohésif : dans le cas de l'isotopie le texte ferait un tout en répétant les deux sèmes opposés d'un même paradoxe, tandis que dans le cas de l'énumération les différentes parties d'un texte tiendraient grâce au passage, qu'il faudrait voir comme un lien et non comme un saut, d'un paradoxe à l'autre.

Mais à la différence de toutes les recherches que l'on vient de rappeler, la nôtre vise à analyser le paradoxe non pas dans les termes de sa permanence, mais, au contraire, de sa disparition. Ce n'est pas le fait de passer d'un paradoxe à l'autre qui nous intéresse ici, ni l'action de répéter les mêmes sèmes opposés d'un unique paradoxe tout au long du texte. Le pouvoir cohésif du paradoxe nous intéresse surtout pour sa capacité de réunir de nombreux éléments du texte : des bouts de texte qui, ensemble, déparadoxaliseront le paradoxe en vue de sa compréhension. Voilà la nouveauté que cette étude espère pouvoir apporter. C'est le chant du cygne du paradoxe que nous voulons entendre, et faire entendre, ici ; ce chant que le paradoxe chante au moment même où, en apparaissant, il commence à disparaître en faveur d'une compréhension qui, elle, ne pourra être que doxale. Tout comme le lecteur en quête de sens, ce travail suivra le parcours que le paradoxe même donne l'instruction de parcourir en vue de sa déparadoxalisation. Parcours qui mènera à nouveau à cette doxa dont le paradoxe est – comme on aura l'occasion de voir – non pas une rupture, mais une prolongation.

c) Rappel des approches traditionnelles du paradoxe

Avant de passer à la présentation de nos propres outils méthodologiques, un examen synthétique des principales approches traditionnelles du problème du paradoxe nous montrera dans quelle perspective la réflexion autour du problème s'est développée.

Au fil des siècles, en dialectique et en logique, les deux définitions de paradoxe les plus employées par les philosophes ont été, grosso modo, les suivantes : a) « proposition (ou ensemble de propositions) exprimant une contradiction logique » ; b) « raisonnement qui, quoique formellement correct, aboutit à une absurdité ».

Or, autour du VI^{ème} siècle av. J.-C., c'est-à-dire à l'époque où ces deux définitions apparaissent fréquemment dans les écrits, le paradoxe est pour les Grecs anciens un phénomène à regarder avec méfiance. En tant que a) « proposition (ou ensemble de propositions) exprimant une contradiction logique », le paradoxe représentait une menace mortelle à cette « identité » (ταυτότης) qui était le fondement de toute ontologie⁷. En tant

⁷ Cf., à ce propos, les travaux de Severino E. mentionnés dans les références bibliographiques.

que b) « raisonnement qui, quoique formellement correct, aboutit à une absurdité », le paradoxe était un énorme danger vis-à-vis des valeurs que les Grecs chérissaient le plus : la σοφία (approximativement : le « savoir ») et la ἀλήθεια (approximativement : la « vérité »⁸). Toutefois, en écoutant ces deux définitions on s'aperçoit vite du parcours déjà effectué par la notion de paradoxe (qui, soit dit en passant, à l'époque était aussi souvent appelé « antonymie »). Au VI^{ème} siècle av. J.-C., le παράδοξος (de παρά, « contre », et δοξα, « opinion, croyance ») peut être perçu comme une menace uniquement en raison du fait que la δοξα a déjà perdu, à Athènes, toute sa crédibilité : la δοξα n'est plus une « opinion partagée par tous les membres d'une société ». Elle n'est pas non plus, simplement, une « opinion » : la δοξα est désormais une « opinion fallacieuse », voire un « préjugé » : ce qui s'oppose donc au λόγος, au discours rationnel menant à la vérité.

Curieusement – d'où le sens de ce petit détour philosophico-étymologique –, au moment où les linguistes récupèrent la notion de paradoxe, cette récupération emprunte le sens exprimé par l'étymologie originale, à savoir le παράδοξος comme « ce qui s'oppose à l'opinion commune » au sens de « partagée par tous les membres d'une société » et « invétérée par un emploi largement répandu ». Certes, pendant le Moyen Âge la scolastique d'héritage aristotélicien continue de considérer le paradoxe soit a) « proposition (ou ensemble de propositions) exprimant une contradiction logique », soit b) « raisonnement qui, quoique formellement correct, aboutit à une absurdité ». Ainsi poursuivront les logicistes à l'époque de Port Royal, au Grand Siècle. Mais une bonne partie de la linguistique contemporaine part, dans sa description du phénomène du paradoxe, de l'idée que le paradoxe est « ce qui s'oppose à l'opinion commune ». À titre d'exemple, citons maintenant – de façon synthétique et sans vouloir être exhaustif –, quelques-unes des nombreuses positions exprimant cette idée.

Alexandrescu⁹, élève de Ducrot, qualifie le paradoxe de « discours que l'on tient en marge et contre la doxa ».

Rastier affirme que le paradoxe est une façon de « remanier¹⁰ » les « structures lexicales jugées ordinaires et les axiologies qui les sous-tendent. Ces structures paraissent codifiées par la langue, ou le sont du moins par des normes sociales invétérées ». La position de Rastier se caractérise par sa nouveauté : à la différence des approches plus proprement philosophiques, elle a en effet le mérite d'insister sur la structure linguistique. Nous nous sentons assez proche de cette vision, dans la mesure où nous concevons le paradoxe comme un assemblage de mots qui remanie effectivement une structure plutôt qu'il n'exprime quelque chose de contraire à ce qu'on dit habituellement.

⁸ Cf., de nouveau, les travaux classiques de Severino E., ainsi que ceux de Cacciari M. (en particulier : *Dell'Inizio*, Adelphi, 1990).

⁹ Alexandrescu V., *Le paradoxe chez Blaise Pascal*, Peter Lang, 1997, p. 3.

¹⁰ Rastier F., « Chamfort : le sens du paradoxe » in Landheer R. et Smith P. J. (dir.), *Le Paradoxe en linguistique et en littérature*, Droz, 1996, p. 119.

Venant de la rhétorique, Perelman & Olbrechts-Tyteca (1958) soutiennent que le paradoxe va contre ce principe de non-contradiction argumentative qui, à leurs yeux, est un élément essentiel de la doxa communicative.

Dans la perspective propre à Grice (1969, 1975), le paradoxe irait contre le principe d'économie dans le langage et pourrait, à certaines conditions, aller contre le principe de coopération communicative.

Si on se tient aux hypothèses de Sperber et Wilson (1989, 2004), le paradoxe mettrait alors en discussion l'effort coopératif et pourrait assez souvent paraître peu ou pas pertinent à l'intérieur d'un échange.

Or, en résumant, toutes les approches que l'on vient de rappeler ci-dessus voient le paradoxe comme se référant (par opposition, subversion ou d'autres types de remaniement) à une doxa existante au niveau social. Autrement dit, même quand exprimées par la langue, les formes doxales trouvent toujours leur origine au niveau des croyances et pratiques – voire normes – sociales. Mais, si le paradoxe naît, comme on vient de le voir, d'une certaine relation (ne serait-ce que par opposition) à la doxa, alors lui aussi serait toujours, par généalogie, une forme sociale. Pour tous ces auteurs (à la seule exception d'Alexandrescu), certes le paradoxe peut s'exprimer *en* langue et *par* la langue ; mais son origine reste, comme dans le cas de la doxa, une origine sociale. Notre but est, maintenant, de se détacher de l'idée de l'origine sociale du paradoxe. Si notre effort aboutit, l'idée du pouvoir de subversion que l'on associe traditionnellement au paradoxe apparaîtra, à la fin de la lecture, dans sa désuétude.

d) Outils méthodologiques et nouvelle définition du problème

Voyons maintenant comment la Théorie des Blocs Sémantiques aborde la question du paradoxe. Quoique non insensible au pouvoir explicatif d'autres approches du problème du paradoxe, la TBS fait néanmoins l'hypothèse que la doxalité et la paradoxalité sont deux phénomènes purement linguistiques. Comment définir, maintenant, cette doxalité purement linguistique ? Une première réponse – brute, à peaufiner – est la suivante : un contenu sémantique est doxal s'il est lexicalisé (i.e. s'il appartient à la signification d'un mot).

Prenons le trait (ou « schéma ») sémantique : DANGER DC NEG FAIRE, (que la TBS exprime également dans la forme *pas-fait-à-cause-du-danger*). Ce schéma appartient, avec le schéma : DANGER PT FAIRE (également noté *fait-malgré-le-danger*), à la signification du mot *danger*. Dans ces cas, la TBS regroupe les deux aspects avec une notation technique qui se présente comme ceci : DANGER(NEG FAIRE), notation qu'elle qualifie de « quasi-bloc sémantique ». Un quasi-bloc sémantique de ce type représente argumentativement

l'alternative même entre les deux schémas – ce qui veut simplement dire qu'à partir du mot *danger*, on peut, en discours, argumenter aussi bien dans un sens (*pas-fait-à-cause-du-danger*) que dans l'autre (*fait-malgré-le-danger*) : la langue même offre cette alternative. Le quasi-bloc DANGER(NEG FAIRE) est linguistiquement doxal car lexicalisé (c'est-à-dire contenu dans la signification d'un mot – dans ce cas le mot *danger*).

Par hérédité, ensuite, la TBS qualifie de doxaux les deux schémas DANGER DC NEG FAIRE et DANGER PT FAIRE. Il en sera de même pour les enchaînements qui, en discours ou dans un texte, concrétiseront ces deux schémas, comme par exemple : « C'était dangereux, donc il ne l'a pas fait » et : « C'était dangereux, pourtant il l'a fait ». C'est donc par hérédité, à partir de la notion de quasi-bloc, que la TBS élargit le concept de doxalité aux schémas et aux concrétisations en discours ou en texte que sont les enchaînements.

La même logique et façon de faire doit s'appliquer au quasi-bloc : NEG DANGER(FAIRE). Ce quasi-bloc est, lui aussi, doxal, car inscrit dans la signification du mot *danger*. Doxaux sont donc les deux aspects : NEG DANGER DC FAIRE et : NEG DANGER PT NEG FAIRE, tout comme les enchaînements : « Ce n'était pas dangereux, donc il l'a fait » et : « Ce n'était pas dangereux, pourtant il ne l'a pas fait ». La TBS exprime graphiquement ce que l'on vient de décrire comme ceci :

Carré de transposition

DANGER PT FAIRE <i>courageux</i>	NEG DANGER PT NEG FAIRE <i>lâche</i>
DANGER DC NEG FAIRE <i>pas courageux</i>	NEG DANGER DC FAIRE <i>pas lâche</i>

Par rapport aux concepts de lexicalisation et d'hérédité, une précision est importante. Dans son article « La sémantique argumentative peut-elle se réclamer de Saussure ? » (2006), Ducrot montre en effet qu'associer un mot, par exemple *prudent*, à un aspect, disons : DANGER DC PRÉCAUTION, c'est finalement mettre en relation le mot *prudent* et les mots *danger* et *précaution*, et voir, dans cette relation, la signification même – ou du moins une partie de la signification - de *prudent*. De même, associer *prudent* au quasi-bloc : PRUDENT(SÉCURITÉ), c'est mettre en relation *prudent* et *sécurité* et voir, dans cette relation, une partie la signification de *prudent*. Dans ses travaux, Carel insiste quant au fait que la TBS conçoit la signification comme un réseau entre mots (à cet égard, la TBS

aussi reste fidèle à Saussure. En cela, la TBS aussi est structuraliste).

Qu'en est-il maintenant de la notion de paradoxalité ? Carel fait l'exemple de l'enchaînement : « Mon chat a miaulé et donc le disque s'est arrêté ». Le schéma que cet enchaînement concrétise est : MIAULER DC ARRÊTER LES MACHINES, qui, lui, spécifie un quasi-bloc qui serait : MIAULER(ARRÊTER LES MACHINES). Ce quasi-bloc n'est pas lexicalisé : aucun mot de la langue contient cet élément sémantique dans sa signification. Ce constat suffit à définir MIAULER(ARRÊTER LES MACHINES) – ainsi que, par hérédité, l'aspect qui le spécifie et l'enchaînement qui le concrétise – paradoxal ?

La réponse que la TBS défend est « non ». Cet enchaînement n'est certes pas doxal ; mais il n'est pas pour autant paradoxal. Comment faire donc le tri parmi les enchaînements non doxaux ? La TBS fournit à cette question une réponse grammaticale : un enchaînement argumentatif est paradoxal si l'inversion de son connecteur donne lieu à un enchaînement argumentatif doxal. Les deux connecteurs employés par la TBS – qui est une théorie argumentative – étant *donc* et *pourtant*, un enchaînement *x donc y* est paradoxal si l'inversion de sa conjonction conduit à un enchaînement doxal du type *x pourtant y*. Voici le critère, grammatical, que la TBS utilise pour distinguer les enchaînements paradoxaux des enchaînements simplement contextuels, c'est-à-dire les enchaînements qui sont le résultat de l'entrelacement des mots en discours ou en texte, comme l'exemple précédent *mon chat a miaulé et donc le disque s'est arrêté*.

Mais il y a aussi un cas complexe : celui où il y a des paradoxaux qui sont lexicalisés. Comme premier exemple, prenons le mot *casse-cou*, qui signifie : DANGER DC FAIRE. Cet aspect, tout comme l'aspect : DANGER PT NEG FAIRE, provient du quasi-bloc : DANGER(FAIRE). Le quasi-bloc DANGER(FAIRE) n'est pas dans la signification de *danger* ; en fait, il s'y oppose. DANGER(FAIRE) est paradoxal et, par hérédité, les aspects DANGER DC FAIRE et DANGER PT NEG FAIRE le sont aussi, tout comme les enchaînements : « C'était dangereux, donc il l'a fait » et « C'était dangereux, pourtant il ne l'a pas fait ».

Contrairement à ce qu'est la règle générale – « ce qui est inscrit dans la signification des mots est doxal » –, il y a certains cas, comme celui que l'on vient de décrire, où l'on trouve des paradoxaux inscrits dans la signification de certains mots de la langue.

Or, les aspects DANGER DC FAIRE et DANGER PT NEG FAIRE n'appartiennent pas au carré de transposition que nous avons introduit, mais à ce que la TBS appelle un carré d'inversion :

Carré d'inversion

DANGER PT NEG FAIRE <i>ne pas avoir été casse-cou</i>	DANGER PT FAIRE <i>courageux</i>
DANGER DC FAIRE <i>casse-cou</i>	DANGER DC NEG FAIRE <i>pas courageux</i>

Dans le carré d'inversion on retrouve le paradoxe à gauche et la doxa à droite. La relation d'inversion partage avec la relation de transposition une propriété qui nous intéresse particulièrement : celle de gradualité. On peut alors dire : « Il est courageux, et même casse-cou », mais on ne peut pas dire : « Il est casse-cou, et même casse-cou ».

Dans la langue, il y a un autre cas célèbre de mots dont la signification contient un schéma paradoxal, c'est *masochiste*. Commençons par la doxa linguistique : prenons le quasi-bloc A FAIT SOUFFRIR(NEG X FAIRE A). Ce quasi-bloc appartient à la signification du mot *souffrir* : il est donc est doxal. Toujours par hérédité sont alors doxaux les aspects A FAIT SOUFFRIR DC NEG X FAIRE A et A FAIT SOUFFRIR PT X FAIRE A, tout comme les enchaînements qui les concrétisent, respectivement : « Cela fait souffrir, donc il ne l'a pas fait » et « Cela fait souffrir, pourtant il l'a fait ». Le quasi-bloc A FAIT SOUFFRIR(X FAIRE A), lui, est, par contre, paradoxal, tout comme les aspects : A FAIT SOUFFRIR DC X FAIRE A et A FAIT SOUFFRIR PT NEG X FAIRE A et les enchaînements qui les concrétisent : « Cela fait souffrir, donc il l'a fait » et « Cela fait souffrir, pourtant il ne l'a pas fait ». Le quasi-bloc A FAIT SOUFFRIR(X FAIRE A) non seulement n'est pas inscrit dans la signification du mot *souffrir*, mais il s'y oppose. Les aspects paradoxaux A FAIT SOUFFRIR DC X FAIRE A et A FAIT SOUFFRIR PT NEG X FAIRE A sont pourtant lexicalisés, car ils sont inscrits, respectivement, dans la signification du mot *masochiste* et de l'expression *ne pas avoir été masochiste*. Voici un deuxième cas, après celui du quasi-bloc DANGER(FAIRE), où – contrairement à la règle générale – la signification de certains mots contient non pas des aspects doxaux, mais paradoxaux.

Mais, dans la définition du paradoxe, la TBS ne s'arrête pas à ce critère grammatical. Cette théorie conçoit également le paradoxe comme ayant une propriété sémantique propre, spécifique. De par le rôle conclusif que cet aspect a dans cette étude, nous nous permettons maintenant de laisser la discussion de cette propriété sémantique pour la conclusion, et de passer à l'analyse du texte – analyse qui nous mènera au cœur de cette problématique sémantique. Dans cette étude, une des idées qu'il s'agit d'interroger est celle du pouvoir de subversion du paradoxe. Comme nous avons eu l'occasion de

montrer, les théoriciens ont, pendant toute sa longue histoire, associé au paradoxe l'énorme pouvoir de subvertir soit « ce qui est, et ne *peut* pas être autrement » – c'est le cas de la métaphysique (et plus en détail de la doctrine de l'être : l'ontologie) chez les Grecs anciens et de la logique –, soit « ce qui est, et ne *devrait* pas être autrement » – c'est ici le cas socio-linguistique (avec l'adjectif « socio-linguistique » nous indiquons toutes ces approches qui insistent sur les notions de « croyances sociales partagées », « normes sociales invétérées », « lois de discours » orientant *a priori* le discours et les échanges entre interlocuteurs). Mais le paradoxe a-t-il vraiment cet effet subversif que la tradition lui prête depuis son apparition même (en tant que notion) ? Le paradoxe défie-t-il vraiment un ordre établi ? A-t-il effectivement cette propriété de *sub-vertère* – de mettre le monde, et la langue qui est censée l'exprimer, à l'envers ?

e) Est-ce que « on était vaincu par sa conquête » est paradoxal ?

Hugo place le paradoxe au premier vers : « On était vaincu par sa conquête ». « On était vaincu par sa conquête » est paraphrasable par l'enchaînement : « On avait conquis donc on était vaincu ». Cet enchaînement concrétise l'aspect : CONQUÊTE DC NEG VICTOIRE. Or, l'aspect CONQUÊTE DC NEG VICTOIRE spécifie un quasi-bloc, CONQUÊTE(NEG VICTOIRE), qui n'est pas lexicalisé. Suivant les critères propres à la TBS que l'on exposait plus haut, le quasi-bloc CONQUÊTE(NEG VICTOIRE), n'étant pas lexicalisé, n'est pas doxal. De ce fait, par hérédité, l'enchaînement *On avait conquis donc on était vaincu* n'est donc pas doxal non plus. De même pour les aspects CONQUÊTE DC NEG VICTOIRE et CONQUÊTE PT NEG VICTOIRE, préfigurés par le quasi-bloc CONQUÊTE(NEG VICTOIRE) : ils ne sont pas doxaux.

Mais le fait que le quasi-bloc CONQUÊTE(NEG VICTOIRE), l'aspect CONQUÊTE DC NEG VICTOIRE – qui le spécifie – et l'enchaînement *On avait conquis donc on était vaincu* qui le concrétise ne soient pas doxaux ne suffit pas à montrer que le quasi-bloc CONQUÊTE(NEG VICTOIRE) est *automatiquement* paradoxal. Pour qu'il soit paradoxal, ce quasi-bloc devrait prendre le contre-pied d'un quasi-bloc doxal. Est-ce bien le cas ?

Or, dans le chapitre précédent nous avons affirmé, avec la TBS, qu'un « enchaînement argumentatif est paradoxal si l'inversion de son connecteur donne lieu à un enchaînement argumentatif doxal. Les deux connecteurs employés par la TBS étant *donc* et *pourtant*, un enchaînement *x donc y* est paradoxal si l'inversion de sa conjonction conduit à un enchaînement doxal du type *x pourtant y* ».

Dans l'enchaînement que nous sommes en train d'observer – *On avait conquis donc on était vaincu* –, si nous inversons le connecteur, ce qui résulte est l'enchaînement : « On avait conquis pourtant on était vaincu », qui concrétise l'aspect : CONQUÊTE PT NEG

VICTOIRE. Cet aspect spécifie, lui, le quasi-bloc : CONQUÊTE(VICTOIRE).

Le quasi-bloc CONQUÊTE(NEG VICTOIRE) prend donc le contre-pied du quasi-bloc CONQUÊTE(VICTOIRE) : s'agit-il d'un quasi-bloc doxal, de sorte que CONQUÊTE(NEG VICTOIRE) puisse être enfin qualifié de paradoxal ?

Le quasi-bloc CONQUÊTE(VICTOIRE) préfigure les deux aspects argumentatifs CONQUÊTE PT NEG VICTOIRE et CONQUÊTE DC VICTOIRE. Le premier de ces deux aspects, CONQUÊTE DC VICTOIRE, est concrétisé par l'enchaînement : « On avait conquis donc on avait vaincu ». L'autre aspect, CONQUÊTE PT NEG VICTOIRE, est, quant à lui, concrétisé par ce deuxième enchaînement : « On avait conquis pourtant on n'avait pas vaincu ». Or, les aspects argumentatifs CONQUÊTE DC VICTOIRE et CONQUÊTE PT NEG VICTOIRE sont lexicalisés. Tous les deux appartiennent à la signification du mot *conquête*. La signification de *conquête* ne contient pas l'un ou l'autre : elle présente l'alternative entre l'un et l'autre, car on peut argumenter aussi bien *On avait conquis donc on avait vaincu* que *On avait conquis pourtant on n'avait pas vaincu*. Seulement le discours ou le texte montreront lequel des deux aspects sera concrétisé. Par conséquent, à partir du mot *conquête* on peut affirmer : « Le soir, la dernière des positions ennemies avait été conquise par nos soldats : la guerre était enfin finie, on était les vainqueurs » ; mais aussi : « Le soir, la dernière des positions ennemies avait été conquise par nos soldats. Pourtant, personne n'avait gagné : la guerre n'était, à ce moment-là, qu'à son commencement ».

On notera également que la locution *en vain*, adjointe à *conquérir*, fait entendre à elle seule qu'il n'y a pas eu victoire – alors qu'adjointe à demander elle fait entendre qu'il n'y a pas eu de réponse : encore une preuve du lien linguistique que conquérir entretient avec victoire.

Le quasi-bloc CONQUÊTE(VICTOIRE) appartient donc à la signification de *conquête* : ce quasi-bloc est bien lexicalisé ; et de ce fait, d'après la TBS, doxal. Ce qui nous permet de dire maintenant que le quasi-bloc CONQUÊTE(NEG VICTOIRE), son complémentaire à l'intérieur d'un carré d'inversion, est paradoxal.

Carré d'inversion

CONQUÉRIR DC ÊTRE VAINCU	CONQUÉRIR DC NÉG ÊTRE VAINCU
Inverses	inverses
<u>converses</u>	
CONQUÉRIR PT ÊTRE VAINCU	CONQUÉRIR PT NÉG ÊTRE VAINCU

Ensuite, comme dans le cas de la doxalité, c'est par hérédité que les aspects et les enchaînements sont paradoxaux : les aspects CONQUÊTE DC NEG VICTOIRE et CONQUÊTE PT VICTOIRE, préfigurés par le quasi-bloc paradoxal CONQUÊTE(NEG

VICTOIRE) sont alors, à leur tour, paradoxaux ; le même discours vaut pour l'enchaînement *On avait conquis donc on était vaincu* (paraphrasant le vers *On était vaincu par sa conquête*).

f) Notre lecture du vers « on était vaincu par sa conquête ». Les interrogations majeures soulevées par les collègues

Avant de poursuivre, précisons quelques aspects concernant le plan poétique et ses tropes. La nature du paradoxe – et, par là, du procédé de déparadoxalisation – peut être mieux appréhendée si l'on met en rapport cette figure avec celles de l'oxymore et de la métaphore. Dans son *Dictionnaire de rhétorique et de poétique* (5^{ème} éd. 1998), Morier définit l'oxymore comme étant la jonction de « deux mots contradictoires, l'un paraissant exclure logiquement l'autre » ; Dans *Les figures du discours* (dernière réimpression 2009), Fontanier, lui, préfère l'appeler « paradoxisme », et parle de combinaison d'« idées ou [...] mots ordinairement opposés et contradictoires ». Linguistiquement, l'oxymore est donc une combinaison de mots (d'habitude un substantif et un adjectif) exprimant deux ou plusieurs sèmes opposés. Du point de vue de son fonctionnement, un des deux termes (généralement l'adjectif) intervient sur l'autre en ôtant à sa signification un ou plusieurs de ses traits. Dans : *une libre servitude*, par exemple, l'adjectif *libre* ôte à la signification de *servitude* le trait /contrainte/ (au sens de /forcée/, /non choisie/) pour dire qu'on a opté pour cette condition de plein gré ; ou encore, dans le cas de *un silence éloquent* l'adjectif *éloquent* intervient sur la signification de *silence* en lui ôtant le trait /manquant de communication/ : un *silence éloquent* est donc un silence qui exprime bien quelque chose.

Dans le cas de la métaphore, par contre, on associe à un des deux termes un (ou plusieurs) trait(s) emprunté(s) à la signification de l'autre : dans le cas de : *Pierre est un lion*, on décrit Pierre comme *courageux* en empruntant à la signification du mot *lion* un de ses traits : le trait /courageux/.

Dans le cas du paradoxe, par contre, il ne s'agit pas d'ôter ou d'emprunter des traits. Le paradoxe joue sur la manière dont les termes sont reliés : la mise en relation se fait par un connecteur et n'intervient pas sur la signification des termes qu'on relie. Le caractère inattendu du paradoxe – et donc son pouvoir de questionnement – ne vient pas des deux termes, mais de la manière dont ils sont reliés. C'est le connecteur qui permet de prendre à contrepied le sens doxal. Dans le cas de Hugo, *On avait conquis pourtant on était vaincu* aurait été parfaitement doxal ; c'est l'inversion du connecteur (*On avait conquis donc on était vaincu*) qui établit le paradoxe. Mais surtout, comme on le verra, du point de vue de la linguistique du texte le paradoxe a – grâce au procédé de déparadoxalisation – une portée cohésive bien plus vaste que celle de l'oxymore ou de la métaphore.

Nous affirmons que le vers *On était vaincu par sa conquête* est paraphrasable par l'enchaînement : *On avait conquis donc on était vaincu*, et que cet enchaînement est paradoxal. Sur ce point essentiel, trois interrogations majeures se posent.

La première est la suivante : « L'énoncé *On était vaincu par sa conquête* est-il vraiment paraphrasable par *On avait conquis, donc on était vaincu* » ?

La deuxième, quant à elle, s'exprime ainsi : « Par rapport à l'exemple traité, le terme *conquête* peut signifier soit une action, soit le résultat de l'action. Si la première acception est activée, le paradoxe tend à disparaître dans le texte de Hugo. Observons, par exemple, l'énoncé : *La conquête fut un désastre*. Cet énoncé n'est en rien problématique ou paradoxal. Sur le plan de la méthode, il semble donc qu'une interprétation a été faite et que la TBS vient, après coup, lui donner forme ». Même si les deux points soulevés sont de nature différente – le premier s'interroge en effet quant à la présence du connecteur *donc*, tandis que le deuxième se demande ce qu'il faut vraiment entendre par *conquête* –, nous essaierons de répondre aux deux interrogations en même temps.

La troisième, enfin, – visant à distinguer la causalité de l'action, – se présente de la manière suivante : « Dans ce cas de voie passive, le traitement de *par* doit privilégier la causalité ou l'agentivité » ?

Commençons par répondre aux deux premiers points. Le vers de Hugo relie *conquête* et *être vaincu* par la préposition *par*. Quant au mot *conquête*, un énoncé tel que « La conquête fut un désastre » n'est, effectivement, en rien problématique ou paradoxal. Mais le vers de Hugo n'a pas pour but de dire, simplement, que la conquête fut un désastre ; son vers nous oblige, de par sa nature grammaticale et sa construction syntaxique, à mettre en relation *conquête* et *être vaincu*. C'est *conquête* et *être vaincu* qu'il faut relier, et Hugo les relie par un *par* qui, au niveau argumentatif, doit se paraphraser par un *donc*¹⁷. Voici l'hypothèse qui nous tient le plus à cœur ; celle que nous essayerons de défendre. Si un énoncé comme « La conquête fut un désastre » ne posait en effet aucun problème, l'explication du lien causal reliant, dans le vers de Hugo, *Nous avons conquis* et *Nous sommes vaincus* demande, par contre, une tentative d'analyse plus radicale (car il s'agit bien là de relier *nous avons conquis* et *nous sommes vaincus*). Hugo relie *nous avons conquis* et *nous sommes vaincus* non pas par un connecteur du type de *pourtant* – ce qui rendrait le vers parfaitement doxal –, mais par un *donc*. Notre hypothèse ici est que le vers *On était vaincu par sa conquête* exprime a) : « On avait conquis, donc on était vaincu », et non pas b) : « On avait conquis, pourtant on était vaincu ». Si le vers de Hugo exprimait b), il n'y aurait plus de paradoxe. Par conséquent, le poème n'aurait plus la même structure car, en l'absence du paradoxe, le texte ne pourrait plus se construire en rapport avec le procédé de déparadoxalisation. Or, ce que nous essayons de montrer dans ce travail est que Hugo utilise le procédé de déparadoxalisation pour donner sa structure au texte. À la fin, ce à quoi Hugo tient n'est pas d'affirmer que :

« Nous avons été vaincus malgré notre conquête », ce qui serait assez banal. Ce vers quoi le poète veut emmener le lecteur est une conclusion du type : « Nous sommes allés trop loin ». La réflexion de Hugo est donc beaucoup plus complexe et significative. Pour arriver à faire cela, Hugo construit son texte comme une longue déparadoxalisation au rôle cohésif. Le procédé de déparadoxalisation a donc un double impact : sémantique, en cela qu'il précise le sens du premier vers, et structural, car il donne sa forme au texte et il permet à plusieurs morceaux textuels de *faire un tout* cohésif (grâce à son pouvoir de regroupement).

Du coup, par rapport au problème de la distinction entre agentivité et causalité, il nous semble que les deux lectures sont possibles ; mais plutôt que de trancher entre une lecture a) qui met l'accent sur le rôle de déclencheur de l'actant et sur le caractère intentionnel de l'action décrite et une lecture b) qui insiste sur la nature causale du lien entre les deux événements dont il est question (la conquête étant présentée comme la cause du fait d'être vaincu), notre préoccupation principale est de faire entendre, argumentativement, le connecteur *donc*. Toute en gardant une préférence pour une lecture de type causal, à nos yeux c'est surtout en interprétant *par* par *donc* que la force paradoxale du vers hugolien apparaît dans toute son ampleur. C'est autour de ce *donc* que nos efforts vont se concentrer.

g) Les conséquences textuelles du paradoxe. Le procédé de déparadoxalisation

Penchons-nous maintenant sur le rôle textuel du paradoxe *On était vaincu par sa conquête*. Commençons par une remarque de nature, pour ainsi dire, « topographique ». Le premier vers est formé de deux phrases au sens grammatical. Le vers initial du poème introduit certes le paradoxe *On était vaincu par sa conquête*, mais il contient également : « Il neigeait ». *Il neigeait* précède *on était vaincu par sa conquête* ; et c'est avec cette phrase – *Il neigeait* – que Hugo ouvre véritablement son poème et son premier vers. Du coup, au niveau d'unité textuelle, il faut prendre en compte non seulement le paradoxe *On était vaincu par sa conquête*, mais aussi *Il neigeait* : « Il neigeait. On était vaincu par sa conquête ».

Or, disons-le tout de suite : séparément, ces deux énoncés évoquent – nous semble-t-il – deux éléments de sens distincts, mais destinés à se fondre pour donner vie à un sens nouveau construit textuellement. Ces deux éléments distincts sont, pour l'instant, le schéma CONQUÊTE DC NEG VICTOIRE (qui est le contenu sémantique du segment *On était vaincu par sa conquête*) et le trait sémantique /froid/, évoqué par le segment *Il neigeait*.

Continuons. Poursuivant notre repérage topographique, force est de constater que *Il neigeait* revient au fil du texte – et toujours en début de vers : on le retrouve au vers 5 : 5 *Il neigeait. L'âpre hiver fondait en avalanche./* 6 *Après une plaine blanche une autre plaine blanche.* Puis au vers 10 : 10 *Il neigeait. Les blessés s'abritaient dans le ventre/* 11 *Des chevaux morts ; au seuil des bivouacs désolés/* 12 *On voyait des clairons à leur poste gelés,/* 13 *Restés debout, en selle et muets, blancs de givre,/* 14 *Collant leur bouche en pierre aux trompettes de cuivre.* Enfin, au vers 18, où il apparaît deux fois, dont la deuxième renforcé par l'adverbe *toujours* : 18 *Il neigeait, il neigeait toujours ! La froide bise/* 19 *Sifflait ; sur le verglas, dans des lieux inconnus,/* 20 *On n'avait pas de pain et l'on allait pieds nus.*

Il est question de froid. Nous avons mis en gras les mots qui évoquent, d'une manière ou d'une autre cet élément (/froid/). La reprise avec doublement de *Il neigeait* au vers 18, avec en plus l'adverbe *toujours*, met l'accent sur le caractère incessant. La neige ne s'est jamais arrêtée, et il ne cesse toujours pas de neiger : pas de répit pour les soldats en marche.

« En marche » ; mieux vaudrait dire « en fuite », car ces soldats sont bien en train d'essayer d'échapper. *Ils fuyaient*, voici ce qu'on lit au vers 33. Que fuient ces soldats ? La réponse ne se trouve pas loin, juste quelques lignes plus haut, au vers 30. Deux sont leurs ennemis, dont un beaucoup plus inquiétant que l'autre : *Deux ennemis ! le czar, le nord. Le nord est pire.* Ce deuxième ennemi est tellement effrayant que chacun des soldats en fuite se pose la même – lugubre – question, celle que l'on trouve au vers 29 : – *Sortira-t-on jamais de ce funeste empire ?*

Cette question n'a, pour la plupart de ces soldats, qu'une réponse, du moment que *Qui se couchait, mourait.* (v. 32) ; ce qui oblige le narrateur à effectuer un bien triste calcul : *On s'endormait dix mille, on se réveillait cent.* (v. 39). Les autres, le peu d'hommes qui savent encore marcher, ne voient défiler sous leurs yeux que la chose qu'ils sont en train d'essayer de fuir, c'est-à-dire le nord et son froid : *Après une plaine blanche une autre plaine blanche.* (v. 6).

Ces hommes qui sont en train de fuir *allaient*, jadis. Ils *allèrent* même jusqu'à Moscou. Maintenant ils sont contraints de *revenir*, suivant leur chef : l'empereur. Nous l'apprenons tout de suite dans le poème : 1 *Il neigeait. On était vaincu par sa conquête./* 2 *Pour la première fois l'aigle baissait la tête./* 3 *Sombres jours ! l'empereur revenait lentement,/* 4 *Laissant derrière lui brûler Moscou fumant./*

Après avoir parcouru le texte en suivant le cortège, nous revenons donc au début du texte, là où on trouve le paradoxe qui nous intéresse. Comprendre le premier vers – *Il neigeait. On était vaincu par sa conquête* –, c'est remonter jusqu'à l'origine des maux qui affligent ces hommes en fuite. S'ils avaient conquis, pourquoi maintenant ils fuient ?

Du moment que ces hommes sont vaincus *par sa conquête*, commençons par deux

remarques : une concernant le pronom personnel *on*, l'autre concernant l'adjectif possessif *sa*.

Tout d'abord le pronom personnel. Nous venons de dire que « *ces hommes* sont vaincus »... mais sommes-nous certain que le pronom personnel *on* se réfère aux soldats ? Grammaticalement, *on* pourrait être un « je », et signaler donc un Napoléon qui parle à la première personne ; ou sinon un « tu » ou un « vous » qui indiqueraient encore Napoléon, mais cette fois-ci à l'intérieur d'une parole qui est celle de Dieu s'adressant à l'empereur. Pourquoi alors interpréter ici le pronom *on* comme étant un « nous » se référant aux soldats ? Avant de motiver ce choix, il faudra d'abord décrire l'élément auquel *on était vaincu* est relié, à savoir *sa conquête*.

Passons donc au possessif. À cet égard trois lectures sont, nous semble-t-il, possibles. En vertu de l'importance thématique de l'empereur à l'intérieur du poème, on pourrait s'attendre à ce que l'adjectif possessif *sa* se réfère à la conquête réalisée par Napoléon. En s'appuyant sur cette lecture, on serait vaincu à cause du choix de l'empereur de partir à la conquête : à cause de *sa* soif de conquête. Cependant, nous ne retiendrons pas cette interprétation.

Une deuxième manière d'expliquer le possessif *sa* serait, en suivant en cela les outils fournis par Berrendonner et Reichler-Béguelin dans leur article « Décalages : les niveaux de l'analyse linguistique » (1989), de se demander si ce *sa* ne « pointerait » pas vers quelque chose qui a déjà été introduit, et qui est donc disponible au niveau de la mémoire discursive. L'élément en question serait ici *Il neigeait* ; donc, par extension, la *neige*. Le paradoxe se paraphraserait alors ainsi : « On a conquis la neige donc on était vaincu ». Cette deuxième lecture se rapproche de ce que nous défendons. Néanmoins, ce n'est pas le phénomène du pointage (qui se fait grâce au recours à la mémoire discursive) qui nous intéresse ici. Ce que nous souhaitons décrire, c'est le procédé de déparadoxalisation ; un procédé qui va bien au-delà du premier vers, et qui s'étale – en les regroupant – sur un grand nombre de morceaux textuels. Faisons donc l'hypothèse que la conquête à laquelle l'adjectif *sa* fait référence, c'est la conquête de la *Russie* : s'ils sont vaincus, c'est parce qu'ils sont allés à *sa* conquête . Du point de vue de la référenciation, dans l'expression nominale *sa conquête*, le possessif indique qu'il s'agit non pas du concept (*toute conquête*), mais d'une occurrence¹¹ ; et que cette occurrence est à associer à un événement spécifique : la conquête *de la Russie*. Par contre, du moment que nous nous travaillons en linguistique du texte, cette occurrence et cet événement ont, dans le cadre de notre étude, une nature purement textuelle. Suivant en cela la tradition culiolienne¹², dans notre démarche ce qui advient, advient dans le texte et par les mots ; et l'occurrence que nous

¹¹ Cf. Lebas-Fraczak L. et Lebas F., « Les articles en français comme opérateurs énonciatifs de la référenciation », *Cahiers du LRL* (2007), 71-83.

¹² Culioli A., *Notes du séminaire de D.E.A.* – 1983-1984, Université de Poitiers, 1985, p. 82.

décrivons est celle construite textuellement par Hugo. C'est donc dans le texte que nous allons maintenant rechercher leurs traces.

Une première trace vient du fait que *sa* est en réalité cataphorique, et que les mots *Moscou* (v. 4) et *czar* (v. 30), apparaissant plus loin dans le texte, évoquent clairement le mot *Russie*.

Ensuite il y a ce *Il neigeait*, dont nous ne tarderons pas à décrire le rôle textuel.

Remplaçons donc *On était vaincu par sa conquête* par : « On était vaincu par la conquête de la Russie ». Argumentativement, ce deuxième énoncé redéfinit ainsi le paradoxe : « On avait conquis la Russie donc on était vaincu ». L'enchaînement auquel nous sommes maintenant arrivé concrétise le schéma : CONQUÉRIR LA RUSSIE DC ÊTRE VAINCU. Suffit-il à nous faire comprendre le sens du paradoxe ? Pas encore, car il reste à retracer quelques étapes ; mais le fait d'avoir trouvé ce le schéma CONQUÉRIR LA RUSSIE DC ÊTRE VAINCU nous rapproche de la solution.

Le schéma CONQUÉRIR LA RUSSIE DC ÊTRE VAINCU exprime, grâce à la présence du segment « CONQUÉRIR LA RUSSIE », une idée centrale du poème, que l'on notera selon le trait : /être allé loin/. *Aller* est, par ailleurs, très hugolien : nous avons là un verbe cher au poète, un véritable *topos* de sa production poétique. Dans le poème *Ô soldats de l'an II !...* – un autre très grand poème du recueil *Les Châtiments* – on retrouve, par exemple (v. 11) : [...] *ils allaient, l'âme sans épouvante* ; mais aussi (v. 17) : *Ils allaient, fiers, joyeux, et soufflant dans des cuivres* ; ou encore (vv. 27-30) : *On allait ! en avant !/ Et l'un offrait la paix, et l'autre ouvrait ses portes,/ Et les trônes, roulant comme des feuilles mortes,/ Se dispersaient au vent !*

Dans tous ces cas, *aller* est à interpréter comme *combattre*¹³. Au 53^e vers de la deuxième strophe de *L'Expiation* on lit également (à propos des soldats composant la Garde impériale) : *Ils allaient, l'arme au bras, front haut, graves, stoïques*.

Les soldats de la Grande Armée – fuyant maintenant sous nos yeux de lecteurs – devraient être les héritiers de ces combattants pour la liberté célébrés dans le poème *Ô soldats de l'an II !...* Or, qu'en réalité ils le soient ou pas, eux aussi se sont battus. Eux aussi sont *allés* ; ils sont même *allés très loin*. Ils sont arrivés, nous l'avons souligné, jusqu'à Moscou. Dans CONQUÉRIR LA RUSSIE DC ÊTRE VAINCU, le segment « CONQUÉRIR LA RUSSIE » exprime bien cette idée, ce trait : /être allé loin/.

Mais il ne faut pas oublier que le premier vers présente aussi ce *Il neigeait* que l'on retrouve aussi aux vers 5 et 10 ; et deux fois au vers 18. Ne l'oublions pas : le premier vers récite : *Il neigeait. On était vaincu par sa conquête*. Comment expliquer maintenant sa présence au premier vers et son rôle textuel par la suite ? Au fil des vers, la répétition de

¹³ Cf., à cet égard, Carel M., « Des soldats de l'an II aux soldats de l'an XV : une analyse argumentative du mot *guerre* » [Publié en traduction espagnole], *Topicos del Seminario*, 35 (2015), 23-50.

Il neigeait fait entendre que ces soldats sont allé *trop* loin – elle transforme donc /être allé loin/ en : /être allé trop loin/.

Nous nous approchons de la conclusion. Un dernier élément manque à notre analyse. *Il neigeait* fait entendre que, en allant, ces soldats sont allés *trop* loin ; et du moment que ces hommes se sont dirigés vers Moscou, la capitale des czars et de leur immense empire, ils sont allés au nord. Mais ici, une fois de plus, on n'entend plus : /être allé au nord/ ; on ne finit par entendre que : /être allé trop au nord/. Lisons les vers 26-30 : 26 *Le ciel faisait avec la neige épaisse/* 27 *Pour cette immense armée un immense linceul./* 28 *Et chacun se sentant mourir, on était seul./* 29 - *Sortira-t-on jamais de ce funeste empire ?/* 30 *Deux ennemis ! Le czar, le nord. Le nord est pire.*

Ces hommes ne meurent plus en bataille : ils meurent de froid. Ils ont cessé de combattre ; ils ne *vont* plus, car ils ont trop avancé : maintenant ils n'ont qu'à *revenir* (v. 3), laissant Moscou derrière eux (v. 4). Sauf que pour eux, étant allés si loin, cette rentrée ne peut se faire que *lentement* (v. 3). Et si le premier ennemi – le czar – a disparu, le deuxième – *le nord*, qui est le *pire* des deux (v. 30) – apparaît maintenant.

Les mots *Russie*, évoqué implicitement dans le texte par les mots *Moscou* et *czar*, et *Moscou* même évoquent le trait /froid/. *Il neigeait*, quant à lui, transforme /être allé loin/ en /être allé trop loin/ et /être allé au nord/ en /être allé trop au nord/.

En conclusion, comprendre *on était vaincu par sa conquête*, c'est donc associer *on avait conquis donc on était vaincu* non pas à l'aspect paradoxal CONQUÉRIR DC ÊTRE VAINCU, mais au schéma : FROID DC ÊTRE AMOINDRI.

h) Quel type de rapport existe entre le paradoxe et sa déparadoxalisation ?

Une fois associé *on avait conquis donc on était vaincu* non pas à l'aspect paradoxal CONQUÉRIR DC ÊTRE VAINCU, mais au schéma doxal FROID DC ÊTRE AMOINDRI, le paradoxe *on était vaincu par sa conquête* est déparadoxalisé et sa compréhension est, à ce moment-là, complète.

Cela dit, même après sa déparadoxalisation, le paradoxe (*on avait conquis donc on était vaincu*) ne disparaît pas. Nous avons là un point extrêmement intéressant et significatif. Au premier vers, on affirme en effet non seulement le paradoxe, mais aussi qu'*il neigeait* – d'où le lancement du procédé de déparadoxalisation. Une fois trouvé le schéma doxal FROID DC ÊTRE AMOINDRI, le paradoxe est enfin déparadoxalisé : la compréhension – qui, elle, est toujours doxale – s'est instaurée. Mais pour arriver là, il a fallu passer par l'enchaînement *on avait conquis donc on était vaincu* ; et, plus important encore, à ce niveau-là, le sens paradoxal reste – et reste à l'esprit – même après la

déparadoxalisation.

Quelques précisions par rapport au statut de la déparadoxalisation dans le processus de reconnaissance du paradoxe. Est-ce une opération indispensable ou non à l'émergence du paradoxe ? S'agit-il d'une opération postérieure ou antérieure à la reconnaissance du paradoxe ?

Commençons par dire que la déparadoxalisation est essentielle à la compréhension du paradoxe. Ce que nous essayons de montrer, c'est que la compréhension est toujours doxale : comprendre un paradoxe signifie procéder à sa déparadoxalisation – procédé qui aboutit seulement au moment où l'on finit par repérer ces traits sémantiques doxaux qui précise le sens du paradoxe. Le paradoxe en lui-même reste une énigme tant qu'on n'a pas reconstitué les éléments de son sens.

Textuellement, le paradoxe a comme rôle principal de lancer l'effort de déparadoxalisation, effort produisant une reconstitution *en texte* de morceaux textuels autrement épars. Le paradoxe demande donc à être déparadoxalisé, et fournit les indications nécessaires à sa compréhension.

En conclusion, d'une part le procédé contextuel de déparadoxalisation est postérieur à la reconnaissance linguistique du paradoxe (le paradoxe existe déjà linguistiquement – c'est à dire au niveau du contenu sémantique des mots employés –; cependant, c'est toujours le contexte dans lequel il apparaît qui nous indique dans quel sens le paradoxe doit être compris) ; de l'autre, en termes de résultat, la compréhension du paradoxe coïncide, à la fin du procédé de déparadoxalisation, avec la reconstitution unitaire (en un « tout » textuel – au sens de *tissé : tissé ensemble*) de nombreux morceaux textuels sinon éparpillés.

En effet, même après la totale déparadoxalisation du paradoxe – et malgré le fait qu'on finisse effectivement par entendre : « On était vaincu par le froid » –, à aucun moment le lecteur se dit « ah oui, zut ! je me suis trompé : après tout, *on avait conquis donc on était vaincu* n'était pas paradoxal... ». La raison en est que, que ce soit dans notre chemin de lecture ou dans notre parcours de compréhension, on est toujours obligé de passer par l'enchaînement *on avait conquis donc on était vaincu* ; qui, lui, ne perd jamais son caractère paradoxal.

Une question se pose cependant par rapport à la banalité du sens doxal : la déparadoxalisation mène vers un sens qui, de par sa doxalité, résulte – c'est incontestable – assez réducteur. Où passent la complexité du texte poétique et sa richesse ? L'extraordinaire épaisseur de l'œuvre ne se perd pas ; au contraire, elle se déploie grâce aux différentes étapes du procédé. Ce sont toutes les nuances de sens que la déparadoxalisation évoque avant que le paradoxe soit résolu qui constituent la polysémie du texte. Il ne s'agit pas, en déparadoxalisant, de réduire la densité sémantique du poème

au sens doxal ; le but de notre description du procédé de déparadoxalisation est de montrer le tissu textuel, donc la manière dont le texte est tissé.

Si comprendre un paradoxe, c'est procéder à sa déparadoxalisation, il est maintenant clair que déparadoxaliser un paradoxe signifie aussi voir comment d'autres éléments textuels interagissent avec l'enchaînement paradoxal. Quant à elle, la compréhension d'un paradoxe – résultat du procédé de déparadoxalisation – permet d'entendre un sens nouveau (dans notre cas, *on était vaincu par le froid*) ; et ce nouveau sens n'est pas le sens déjà exprimé par l'enchaînement paradoxal.

Du point de vue textuel, le procédé de déparadoxalisation permet donc de comprendre le sens global d'un ensemble d'énoncés – de vers, dans le cas, comme ici, d'un poème. Du moment que déparadoxaliser consiste à mettre en relation l'énoncé où l'on trouve le paradoxe avec un nombre (plus ou moins grand) d'énoncés et/ou de mots suivant ou précédent, il en découle que le procédé de déparadoxalisation est aussi un formidable outil de cohésion : plusieurs éléments du texte font un tout (aussi) grâce aux liens soutenant ce procédé.

Une dernière précision concernant le rôle cohésif du procédé de déparadoxalisation. La cohésion textuelle réalisée par le procédé de déparadoxalisation ne concerne pas uniquement les éléments syntaxiques ou sémantiques ; elle regarde aussi les éléments thématiques. Dans le poème de Hugo, la déparadoxalisation du paradoxal *On était vaincu par sa conquête* justifie et réunit dans un même mouvement deux des thèmes majeurs du poème : celui de l'empereur et celui de ses hommes. En effet, en relisant maintenant le poème, nous nous rendons vite compte que si le sens doxal *on était vaincu par le froid* vaut pour les soldats en fuite, il n'explique aucunement le sort de l'empereur. Napoléon n'a pas froid ; lui, il est vaincu. Il est allé trop loin, donc il est obligé lui aussi, comme ses soldats, de revenir. On entend à nouveau : « On est allé trop loin donc on doit revenir en arrière », qui était une des étapes intermédiaires du procédé de compréhension que nous avons décrit dans ce travail). Il est vaincu, mais le schéma doxal FROID DC ÊTRE AMOINDRI ne le décrit pas. Lui reste là, debout, regardant ces légions (v. 48) qui, devant lui, *sur la neige semées* (v. 65), meurent de froid. Mais ses légions sont *devant* lui : lui, il n'est pas parmi eux, car il n'en partage pas – au moins à cet égard – le même destin.

À la différence de ses soldats, Napoléon n'est pas amoindri par le froid ; il est vaincu et inquiet. Il s'interroge sur son sort, qui concerne uniquement la défaite et non pas le froid et la mort qui vient avec. « Suis-je allé trop loin ? » : voici ce qu'il demande au Dieu des armées (v. 66). Napoléon sait qu'il est en train d'expié et attend son châtiment ; mais on découvrira que ce châtiment n'est pas la défaite (v. 68) – une défaite qui pourtant s'exhibe sous ses yeux ; là, sur la neige (v. 65). Lui il n'est pas allé *trop au nord* – ce sort ne le regarde pas. Il y a, par contre, emmené ses hommes. Ces hommes pour qui, maintenant,

la neige est un *immense linceul* (vv. 26-27).

Une précision : rien n'empêche que, ailleurs dans ce très long poème, Napoléon aussi soit décrit comme étant (ou ayant été) conquérant. Tout poème est toujours en train de véhiculer plusieurs sens, et plusieurs contenus, en même temps. Mais ce qui nous tient à souligner, c'est que le premier vers, le vers qui lance ce procédé de déparadoxalisation qui est au cœur de notre discours, – *Il neigeait. On était vaincu par sa conquête* –, exprimant par la combinaison des deux propositions l'unité de sens qu'est *on était vaincu par le froid*, ne s'applique qu'aux soldats. Ce n'est pas Napoléon qui a conquis *la Russie* au sens de « toute cette neige » : ses hommes l'ont conquise. Les soldats ont conquis cet immense froid dont ils meurent maintenant. D'où notre interprétation du pronom *on* : « On avait conquis tout cette neige » en *nous* : « Nous avons conquis tout cette neige ».

i) Paradoxe et doxa

Un dernier point reste à discuter. Dans l'introduction nous avons affirmé que, loin d'être quelque chose de subversif, le paradoxe se montrerait, à la fin de ce travail, pour ce qui est en réalité : un prolongement de la doxa. Nous avons maintenant tous les éléments pour enfin en quoi et comment le paradoxe est un prolongement de la doxa. Rappelons le carré d'inversion :

CONQUÉRIR DC ÊTRE VAINCU	CONQUÉRIR DC NÉG ÊTRE VAINCU
Inverses	<u>converses</u> Inverses
CONQUÉRIR PT ÊTRE VAINCU	CONQUÉRIR PT NÉG ÊTRE VAINCU

L'aspect paradoxal CONQUÉRIR DC ÊTRE VAINCU est en relation graduelle avec l'aspect doxal CONQUÉRIR PT ÊTRE VAINCU. L'enchérissement a lieu entre le transgressif doxal CONQUÉRIR PT ÊTRE VAINCU et le normatif paradoxal CONQUÉRIR DC ÊTRE VAINCU (rappelons-le, « transgressif » fait référence à la conjonction *pourtant* et « normatif » à la conjonction *donc*). On notera dans ce sens la banalité du mouvement graduel (souligné ici seulement par l'emploi de *et*) qui passe de CONQUÉRIR PT ÊTRE VAINCU à CONQUÉRIR DC ÊTRE VAINCU : « Il sera perdant même et surtout s'il conquiert la Russie » et la difficulté de l'inverse : « Il sera perdant surtout et même s'il conquiert la Russie ». (Rappelons que *même si* introduit une argumentation transgressive alors que *surtout si* introduit une argumentation normative.)

En conclusion, le paradoxal CONQUÉRIR DC ÊTRE VAINCU est en relation graduelle d'inversion avec le doxal CONQUÉRIR PT ÊTRE VAINCU. Certes le paradoxal

CONQUÉRIR DC ÊTRE VAINCU est en opposition avec le doxal CONQUÉRIR DC NÉG ÊTRE VAINCU qui, dans le carré, apparaît sur la même ligne. Mais il est également en relation graduelle avec le doxal CONQUÉRIR PT ÊTRE VAINCU qui, dans le carré, apparaît dans la même colonne. Le paradoxe n'est donc pas simplement le contraire de la doxa : le paradoxe en est un prolongement.

La déparadoxalisation, quant à elle, n'est pas une élimination de la subversion, mais simplement un retour à l'intelligible : à ce qui peut s'exprimer par les mots isolés, et non par leur combinaison ; soit encore, pour reprendre les termes de Benveniste, un retour à l'ordre sémiotique.

j) Les conséquences textuelles du paradoxe. À nouveau

Nous le disions : linguistiquement, le paradoxe est cohésif en cela qu'il impose – en vue de sa compréhension – de procéder à sa déparadoxalisation : comprendre un paradoxe, c'est, en dernier ressort, associer l'enchaînement paradoxal à un schéma lexicalisé. Or, ce qui est intéressant, c'est que pour arriver à faire cela, il faut prendre en compte tout un tas d'éléments textuels qu'une analyse purement thématique verrait comme anécdotiques – c'est à dire peu saillants –, voire complètement séparés les uns des autres. Pourtant, linguistiquement ces éléments font bien un tout dans la mesure où ils sont tous essentiels en vue de la déparadoxalisation du paradoxe. Voir les relations linguistiques que ces éléments (à l'air parfois narrativement secondaire) entretiennent entre eux est fondamental si l'on veut accéder au texte : en saisir la structure. Au fond, ce que notre analyse permet de découvrir, c'est que comprendre un paradoxe – c'est-à-dire procéder à sa déparadoxalisation – nous permet de nous apercevoir des liens qui font qu'un texte est un texte, et non pas une suite aléatoire ou désordonnée de détails banalement descriptifs.

Revenons au premier vers : « Il neigeait. On était vaincu par sa conquête ». Pendant notre analyse on a affirmé que, par rapport à l'interprétation du possessif *sa*, Berrendonner pourrait certainement suggérer que *sa* pointerait, dans le poème, vers un objet de discours – la neige – qui a déjà été introduit dans la mémoire discursive du lecteur par « Il neigeait ». À ce moment-là, nous avons reconnu que cette interprétation – qui serait de l'ordre « On avait conquis la neige, donc on était vaincu » – se rapproche, en termes de conséquences sémantiques, de la nôtre : nous aussi, nous voyons un schéma du type FROID DC AMOINDRI comme l'élément capable de nous permettre de déparadoxaliser enfin le paradoxe.

Nous supposons qu'un linguiste comme Charolles aurait du mal à accepter cette lecture. À cet égard plus grammatical que Berrendonner, quelqu'un comme Charolles contesterait probablement que, en l'absence d'un pronom, *Il neigeait* comme simple « objet

de discours » ne suffirait pas à faire en sorte que *sa* puisse être entendu comme se référant, de façon anaphorique à la neige.

Pour notre part, ce n'est pas celle-ci la raison qui nous contraint à refuser la lecture « On avait conquis la neige, donc on était vaincu ». Nous sommes en effet convaincu – avec Berrendonner – que les liens anaphoriques et l'éventuel pointage ne se font pas uniquement par l'intermédiaires des pronoms. Sans pour autant nier les liens qui se font par la grammaire, nous défendons aussi l'idée que beaucoup de liens anaphoriques se construisent au niveau lexical : le phénomène de pointage n'a pas comme seul objet un éventuel groupe nominal à qui un pronom se référerait. Pour mieux appréhender cette idée, comparons deux exemples inspirés de Carel et de Ducrot : a) « Des amis sont venus. Ils ont apporté du chocolat » et b) « Des amis sont venus. Des amis ont apporté du chocolat ».

Dans l'exemple b) le double emploi de l'expression indéfinie *des* se prête à confusion : les amis dont il est question dans la deuxième phrase (au sens grammatical) de b), ceux qui ont apporté du chocolat, pourraient être d'autres amis que ceux qui sont venus (juste une précision : quand nous disons « les amis dont il est question dans la deuxième phrase (au sens grammatical) de b), ceux qui ont apporté du chocolat, pourraient être d'autres amis que ceux qui sont venus » nous ne sommes pas en train de faire une remarque de nature référentialiste, mais textuelle – ce qui nous intéresse, c'est comprendre ce dont on parle, non pas trouver l'être du monde).

Dans l'exemple a), par contre, on peut observer que le pronom *ils* ne renvoie pas uniquement et simplement au groupe nominal *des amis*, mais à *des amis sont venus* tout entier. Il y a le verbe *venir* aussi qui amène sa signification – et par là contribue à définir le sens exprimé : c'est parce qu'ils sont *venus* – parce qu'ils étaient *en visite* – qu'ils ont apporté du chocolat. Le pointage, et du coup le lien anaphorique, se font aussi en raison des rapports lexicaux que les mots établissent et entretiennent.

Mais au-delà de ça, ce qui nous différencie nettement, nous, de Berrendonner, c'est d'une part la façon dont /froid/ apparaît – nous ne partageons ni sa notion de « mémoire discursive » ni sa définition d'« objet de discours » – ; de l'autre, la manière dont /froid/ résout le paradoxe. Ce qu'il faut en effet bien cerner, c'est que, dans le poème, le procédé de déparadoxalisation du paradoxe « On avait conquis, donc était vaincu » ne doit pas seulement rendre compte de l'élément /froid/, c'est-à-dire du schéma FROID DC AMOINDRI ; il doit aussi permettre d'expliquer pourquoi l'empereur, tout en étant vaincu, n'a pas – à la différence de ses soldats – froid.

On arrive là au cœur de notre analyse et de notre démarche : l'importance de repérer le rôle cohésif du procédé de déparadoxalisation. En effet, si une lecture non-paradoxale du type « On avait conquis la neige, donc on était vaincu » (basée sur un *sa* anaphorique

se référant à *la neige*) est possible, elle est possible uniquement hors poème, car à l'intérieur du texte il ne s'agit pas uniquement de comprendre le paradoxe – c'est-à-dire trouver ce schéma lexicalisé que l'on associera à l'enchaînement paradoxal « on avait conquis, donc on était vaincu » –, mais aussi de rendre compte des rapports que les vers consacrés aux soldats entretiennent avec les vers où il est question de Napoléon. Et cela serait impossible en dehors de ce parcours herméneutique que le procédé de déparadoxalisation met en place.

Suivons les différentes étapes. Dans le poème, la répétition de *Il neigeait* a pour résultat, entre autres, de faire entendre que ces soldats qui jadis *allaient* doivent aujourd'hui rentrer – et on sait au milieu de quelles tribulations cette retraite se passe – car ils sont *allés trop loin*. À l'intérieur de ce long procédé cohésif qu'est la déparadoxalisation, par rapport au destin des soldats la répétition de *Il neigeait* a pour but de faire entendre que la Grande Armée, *en allant*, est tout d'abord *allée loin*, puis *trop loin*, et de préciser qu'elle est *allée trop au nord*. Au vu du destin des soldats, et en interaction avec les mots *Moscou*, *czar* et *nord*, la répétition de *Il neigeait* fait apparaître ce trait /être allé trop au nord/ qui, toujours dans le cadre du procédé de déparadoxalisation, nous fait tomber sur le schéma FROID DC AMOINDRI que l'on associera à l'enchaînement paradoxal « On avait conquis, donc on était vaincu » afin de le comprendre.

Mais pour arriver à faire cela, la déparadoxalisation nous oblige à passer par le trait /être allé trop loin/. Or, ce trait – /être allé trop loin/ – est disponible au moment où le lecteur, une fois compris que Napoléon – à la différence de ses soldats – n'est pas amoindri par le froid, doit s'expliquer pourquoi l'empereur est toutefois *vaincu*. Napoléon aussi est *vaincu par sa conquête* ; sauf que ce n'est pas la neige, le froid, qu'il a conquis, lui. Lui aussi est *allé trop loin*, comme ses soldats – mais pas *trop au nord* : l'empereur est vaincu, et expie, parce qu'il est *allé trop loin* en raison de ses décisions lors des événements du 18 Brumaire. Ses hommes sont allés trop au nord ; lui, il est allé trop loin. Ils sont tous vaincus, d'une manière ou d'une autre. Tous vaincus par leur conquête, tous définis par le paradoxe : « On avait conquis, donc on était vaincu ».

En conclusion, au niveau de la langue, le paradoxe demande à être compris, donc à être déparadoxalisé. Le lecteur est donc obligé de suivre le procédé de déparadoxalisation – et de voir, par là, le texte apparaître. Ne pas entendre l'enchaînement paradoxal, ce serait ne pas rentrer dans le texte : ne pas voir, dans les vers de *L'Expiation*, le texte qu'ils sont. Ce serait, au final, rater son unité. Si le trait /neige/ apparaissait par un simple phénomène de pointage vers la mémoire discursive et un de ses « objets de discours » (comme le voudrait quelqu'un qui suit les idées de Berrendonner), on raterait ce procédé de déparadoxalisation qui est – lui en tant que procédé, et non pas le paradoxe lui-même – le véritable outil cohésif. Entendre le paradoxe, c'est lancer l'effort de déparadoxalisation.

Nous avons là la seule manière de percevoir avec clarté cette unité qu'est le texte.

Annexe

Victor Hugo

L'Expiation

- 1 Il neigeait. On était vaincu par sa conquête.
- 2 Pour la première fois l'aigle baissait la tête.
- 3 Sombres jours ! l'empereur revenait lentement,
- 4 Laissant derrière lui brûler Moscou fumant.
- 5 Il neigeait. L'âpre hiver fondait en avalanche.
- 6 Après la plaine blanche une autre plaine blanche.
- 7 On ne connaissait plus les chefs ni le drapeau.
- 8 Hier la grande armée, et maintenant troupeau.
- 9 On ne distinguait plus les ailes ni le centre.
- 10 Il neigeait. Les blessés s'abritaient dans le ventre
- 11 Des chevaux morts ; au seuil des bivouacs désolés
- 12 On voyait des clairons à leur poste gelés,
- 13 Restés debout, en selle et muets, blancs de givre,
- 14 Collant leur bouche en pierre aux trompettes de cuivre.
- 15 Boulets, mitraille, obus, mêlés aux flocons blancs,
- 16 Pleuvaient ; les grenadiers, surpris d'être tremblants,
- 17 Marchaient pensifs, la glace à leur moustache grise.
- 18 Il neigeait, il neigeait toujours ! La froide bise
- 19 Sifflait ; sur le verglas, dans des lieux inconnus,
- 20 On n'avait pas de pain et l'on allait pieds nus.
- 21 Ce n'étaient plus des cœurs vivants, des gens de guerre :
- 22 C'était un rêve errant dans la brume, un mystère,
- 23 Une procession d'ombres sous le ciel noir.
- 24 La solitude vaste, épouvantable à voir,
- 25 Partout apparaissait, muette vengeresse.
- 26 Le ciel faisait sans bruit avec la neige épaisse
- 27 Pour cette immense armée un immense linceul.
- 28 Et chacun se sentant mourir, on était seul.
- 29 - Sortira-t-on jamais de ce funeste empire ?
- 30 - Deux ennemis ! le czar, le nord. Le nord est pire.
- 31 On jetait les canons pour brûler les affûts.
- 32 Qui se couchait, mourait. Groupe morne et confus,
- 33 Ils fuyaient ; le désert dévorait le cortège.
- 34 On pouvait, à des plis qui soulevaient la neige,
- 35 Voir que des régiments s'étaient endormis là.
- 36 Ô chutes d'Annibal ! lendemains d'Attila !
- 37 Fuyards, blessés, mourants, caissons, brancards, civières,
- 38 On s'écrasait aux ponts pour passer les rivières,
- 39 On s'endormait dix mille, on se réveillait cent.
- 40 Ney, que suivait naguère une armée, à présent

41 S'évadait, disputant sa montre à trois cosaques.
 42 Toutes les nuits, qui vive ! alerte, assauts ! attaques !
 43 Ces fantômes prenaient leur fusil, et sur eux
 44 Ils voyaient se ruer, effrayants, ténébreux,
 45 Avec des cris pareils aux voix des vautours chauves,
 46 D'horribles escadrons, tourbillons d'hommes fauves.
 47 Toute une armée ainsi dans la nuit se perdait.
 48 L'empereur était là, debout, qui regardait.
 49 Il était comme un arbre en proie à la cognée.
 50 Sur ce géant, grandeur jusqu'alors épargnée,
 51 Le malheur, bûcheron sinistre, était monté ;
 52 Et lui, chêne vivant, par la hache insulté,
 53 Tressaillant sous le spectre aux lugubres revanches,
 54 Il regardait tomber autour de lui ses branches.
 55 Chefs, soldats, tous mouraient. Chacun avait son tour.
 56 Tandis qu'environnant sa tente avec amour,
 57 Voyant son ombre aller et venir sur la toile,
 58 Ceux qui restaient, croyant toujours à son étoile,
 59 Accusaient le destin de lèse-majesté,
 60 Lui se sentit soudain dans l'âme épouvanté.
 61 Stupéfait du désastre et ne sachant que croire,
 62 L'empereur se tourna vers Dieu ; l'homme de gloire
 63 Trembla ; Napoléon comprit qu'il expiait
 64 Quelque chose peut-être, et, livide, inquiet,
 65 Devant ses légions sur la neige semées :
 66 « Est-ce le châtiment, dit-il. Dieu des armées ? »
 67 « Alors il s'entendit appeler par son nom
 68 Et quelqu'un qui parlait dans l'ombre lui dit : Non.

O processo de desparadoxalização como fenômeno coesivo

Resumo

*Este artigo, tanto no conteúdo quanto na sua forma, segue a análise apresentada – sob o título Relier par un paradoxe – no 8ème Congrès Mondial de Linguistique Française (Orléans, 4-8 de julho de 2022). A intenção deste trabalho, que se tornou um capítulo importante de nossa tese de doutoramento, era dupla: por um lado, mostrar que o processo de desparadoxalização é coeso, na medida em que exige – a fim de compreender linguisticamente o paradoxo – que vários elementos textuais, de outro modo separados, sejam reunidos num todo; por outro lado, trata-se de provar que o paradoxo, longe de ser algo que se opõe à doxa, é, em realidade, um prolongamento da doxa. Nenhum pormenor foi alterado na análise do texto que se encontra neste trabalho. Por outro lado, o artigo que aqui apresentamos dá-nos a oportunidade de voltar mais detalhadamente a uma das grandes questões da nossa reflexão: as consequências textuais do paradoxo (e, da mesma forma, do processo de desparadoxalização). Encontrar-se-á esta nova seção no final deste artigo (j) **As consequências textuais do paradoxo. Novamente.** Mas, por hora, deixemos que a análise fale por si.*

Palavras-chave: Paradoxo. Desparadoxalização. Coesão

Referências

- ALEXANDRESCU, V. (1997). *Le paradoxe chez Blaise Pascal*. Bern : Peter Lang.
- ANSCOMBRE, J.-C. et DUCROT, O. (1978). Echelles argumentatives, échelles implicatives, et lois de discours. *Semantikos*, 2, n° 2-3, 43-66.
- ANSCOMBRE, J.-C. et DUCROT, O. (1983). *L'Argumentation dans la langue*. Bruxelles : Mardaga
- BERRENDONNER, A. et REICHLER-BEGUELIN, M.-J. (1989). Décalages : les niveaux de l'analyse linguistique. *Langue française*, 81, 99-125.
- CACCIARI, M. (1990). *Dell'Inizio*. Milano : Adelphi.
- CAREL, M. et DUCROT, O. (1999). Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative. *Langue française*, 123, 6-26.
- CAREL, M. (1992). *Vers une formalisation de la théorie de l'argumentation dans la langue*. Thèse de doctorat de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.
- CAREL, M. (2011). *L'Entrelacement argumentatif. Lexique, discours et blocs sémantiques*. Paris : Honoré Champion.
- CAREL, M. (2018). *Présupposition et organisation du sens*, dans BIGLARI, A. et BONHOMME, M. (éds), *La Présupposition entre théorisation et mise en discours*. Paris : Classiques Garnier, 263-287.
- CORMINBOEUF, G. (2015). Le paradoxe comme stratégie raisonnable. *Pratiques* [En ligne], 165-166.
- CULIOLI, A. (1985). *Notes du séminaire de D.E.A. – 1983-1984*, Université de Poitiers.
- DANDREY, P. (1997). *L'éloge paradoxal de Gorgias à Molière*. Paris : Presses universitaires de France.
- DUCROT, O. (2016). Présentation de la théorie des blocs sémantiques. *VERBUM*, Tome XXXVIII, N°1-2, 53- 65.
- DUCROT, O. (2006). *La sémantique argumentative peut-elle se réclamer de Saussure ?*, dans de SAUSSURE, L. (éd.) *Nouveaux regards sur Saussure*. Genève : Droz, pp. 153-171.
- FONTANIER, P. (2009, dernière réimpression). *Les figures du discours*. Paris : Flammarion.
- GALLARD, P.-Y. (2015). Du paradoxe au style paradoxal : l'exemple des *Caractères* de La Bruyère. *Pratiques* [En ligne], 165-166.
- GREIMAS, A. J. (1966). *Sémantique structurale : recherche de méthode*. Paris : Larousse.
- GRICE, P. (1969). Utterer's Meaning and Intention. *The Philosophical Review* n° 78, 147-77.
- GRICE, P. (1975) *Logic and Conversation*, dans COLE, P. et MORGAN, J. (éds), *Syntax and Semantics*, vol 3. New York : Academic Press.
- LEBAS-FRACZAK L., LEBAS F. (2007). Les articles en français comme opérateurs

énonciatifs de la référenciation. *Cahiers du LRL*, pp.71-83.

MORIER, H. (1998, 5^{ème} éd.). *Dictionnaire de poétique et de rhétorique*. Paris : PUF.

PERELMAN, C. et Olbrechts-Tyteca, L. (1958). *Traité de l'argumentation : la nouvelle rhétorique*, (2 vols.). Paris : PUF.

RASTIER, F. (1996). *Chamfort : le sens du paradoxe*, dans : LANDHEER, R. et SMITH, P. J. (éds), *Le Paradoxe en linguistique et en littérature*. Genève : Droz, 117-147.

RASTIER, F. (2009, 3^{ème} éd.). *Sémantique interprétative*. Paris : PUF.

SEVERINO, E. (1958). *La struttura originaria*. Brescia : La Scuola.

SEVERINO, E. (2005). *Fondamento della contraddizione*. Milano : Adelphi.

SPERBER, D. et WILSON, D. (1989). *La Pertinence. Communication et cognition*. Paris : Éd. de Minuit.

SPERBER, D. et WILSON, D. (2004). *Relevance Theory*, dans HORN, L.R. et WARD, G. (éds.), *The Handbook of Pragmatics*. Oxford : Blackwell, 607-632.

O processo de desparadoxalização como fenômeno coesivo

Giorgio Christopoulos¹

Tradução de Lauro Gomes²

Resumo

Este artigo, tanto no conteúdo quanto na sua forma, segue a análise apresentada – sob o título *Relier par un paradoxe* – no 8ème Congrès Mondial de Linguistique Française (Orléans, 4-8 de julho de 2022). A intenção deste trabalho, que se tornou um capítulo importante de nossa tese de doutoramento, era dupla: por um lado, mostrar que o processo de desparadoxalização é coeso, na medida em que exige – a fim de compreender linguisticamente o paradoxo – que vários elementos textuais, de outro modo separados, sejam reunidos num todo; por outro lado, trata-se de provar que o paradoxo, longe de ser algo que se opõe à doxa, é, em realidade, um prolongamento da doxa. Nenhum pormenor foi alterado na análise do texto que se encontra neste trabalho. Por outro lado, o artigo que aqui apresentamos dá-nos a oportunidade de voltar mais detalhadamente a uma das grandes questões da nossa reflexão: as consequências textuais do paradoxo (e, da mesma forma, do processo de desparadoxalização). Encontrar-se-á esta nova seção no final deste artigo **(j) As consequências textuais do paradoxo. Novamente**. Mas, por hora, deixemos que a análise fale por si.

Palavras-chave: Paradoxo. Desparadoxalização. Coesão

Data de submissão: jan. 2025 – Data de aceite: jan. 2025

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v21i1.16602>

¹ Doutor em Linguística pela EHESS – Paris. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9931-0540>

² Professor Adjunto do Instituto de Letras e Artes (ILA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutor em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CNPq). Realizou estágio de doutorado (modalidade: sanduíche - PDSE/CAPES - 2018/2019) no Centre de Recherches sur les Arts et le Langage (CRAL), da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, Paris), sob orientação da Directrice détudes Marion Carel. Mestre em Letras pela Universidade de Passo Fundo (CAPES). E-mail: lauro.gomes@furg.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1302-2693>

a) Paradoxo e estrutura do texto. Introdução

O objetivo deste artigo é reconsiderar a noção de paradoxo. Para tanto, começaremos por recordar as descrições tradicionais desse fenômeno – veremos que os esforços dos linguistas se concentraram, sobretudo, na descrição da relação entre o conteúdo linguístico (explícito ou implícito): quer a) os conhecimentos enciclopédicos; quer b) as evidências perceptivas; ou c) as crenças sociais ou normas enraizadas.

Em seguida, mostraremos com o nosso exemplo – a longa primeira estrofe do poema *L'Expiation* de Victor Hugo (em anexo) – quais são as consequências textuais que um paradoxo produz. Por fim, explicaremos como, no interior deste poema, a presença do paradoxo também implica que o leitor é instruído a ir procurar, no restante do texto, os elementos que lhe permitirão desparadoxalizar o paradoxo e, ao fazê-lo, alcançar uma compreensão global que deverá necessariamente passar pelo sentido doxal.

Concluiremos, portanto, observando principalmente duas coisas. A primeira é que o processo de desparadoxalização é um formidável fator de coesão, isto é, uma maneira fina de reunir partes dispersas do texto – dos elementos aparentemente anedóticos ou banalmente descritivos, inclusive, que revelam ter, no âmbito deste importante processo coesivo, um papel hermenêutico fundamental.

A segunda é que a desparadoxalização é uma etapa necessária do percurso de compreensão, porque, como veremos detalhadamente, não há compreensão fora do sentido doxal. Finalmente, essas observações levar-nos-ão a uma nova e mais complexa descrição do paradoxo e da desparadoxalização como fenômenos linguísticos. Uma compreensão que nos obrigará a reconsiderar – e, em última análise, a refutar – uma ideia clássica, tradicionalmente associada à noção de paradoxo: a do seu poder de subversão. O paradoxo será descrito, então, não como oposto à doxa, mas como um prolongamento da doxa.

b) Uma tentativa de ir em direção a uma nova abordagem do paradoxo

Da semântica à pragmática, passando pelas figuras de estilo e pela arte de *bem dizer*, o paradoxo nunca deixou de fascinar os linguistas, os filósofos, os estudiosos de estilística e, de um modo geral, os homens de letras. Apesar da confusão inevitável que esse interesse vivo e multifacetado pelo assunto criou, as diferentes abordagens adotaram, por sua vez, três pontos de vista principais³: o lexical⁴, cuja unidade de referência é a palavra; o micro-textual, cujo domínio é o enunciado; e, por fim, o macro-textual, que observa o fenômeno espalhado por vários parágrafos ou capítulos, ou até mesmo ao logo

³ Corminbœuf G., « Le paradoxe comme stratégie raisonnable », *Pratiques*, 165-166 (2015), p. 2.

⁴ Cf., sobretudo, Carel M. et Ducrot O., « Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative », *Langue française*, 123 (1999), 6-26.

de um texto inteiro⁵.

De nossa parte, no presente estudo, tentaremos observar e descrever esses três níveis em interação. Alargando o nosso estudo da longa primeira estrofe de *L'Expiation* na sua totalidade, tentaremos, portanto, ver como a presença de um paradoxo colocado na segunda frase (no sentido gramatical) do primeiro verso nos obriga, por um lado, a descer ao nível lexical (as palavras e o seu conteúdo semântico) e, por outro, a subir ao nível macro-textual para reunir diferentes porções dispersas ao longo da estrofe.

Antes de prosseguirmos, sejamos claros sobre um ponto essencial. Parece-nos essencial perguntarmo-nos, desde já, se estamos perante um fenômeno de coesão ou de coerência. Tratar-se-ia de *coesão* se a língua exigisse a eliminação do paradoxo (tal como a língua exige que se encontre o antecedente de um pronome, a língua impõe que se encontre a parte que elimina o paradoxo); caso contrário, tratar-se-ia de coerência (culturalmente, temos gosto pela não-contradição). Já estamos antecipando que a tese que vamos defender é a primeira: a da *coesão*.

A bem da verdade, uma tal abordagem já foi tentada, e não apenas uma vez. Uma das tentativas mais recentes é a de Gallard (2015), certamente, mas os literatos e historiadores já tinham tentado em várias ocasiões, especialmente em relação ao gênero do elogio paradoxal⁶. Como nossa contribuição poderá, então, conduzir-nos a uma descrição mais fina do paradoxo e da desparadoxalização como fenômenos linguísticos?

O estudo clássico de Dandrey sobre o elogio paradoxal, tal como o estudo mais recente de Gallard sobre o “estilo paradoxal” em *La Bruyère* e muitos outros, partilham todos a mesma ideia – repleta de consequências metodológicas –, de que o poder de coesão do paradoxo em relação ao texto em que aparece deriva e depende da repetição e/ou da enumeração. Ao longo do texto, tanto podemos repetir os dois semas opostos que constituem um mesmo paradoxo, como enumerar vários paradoxos diferentes. No primeiro caso, o paradoxo atua por via isotópica⁷; no segundo, por enumeração. Segundo Gallard, no caso do elogio paradoxal, procede-se “por paradoxos”: o texto desenvolve-se de paradoxo em paradoxo, graças à passagem de um paradoxo a outro, com, eventualmente, também a repetição de alguns paradoxos já enunciados anteriormente, e depois retomados. Em ambos os casos, o paradoxo teria um poder coesivo sobre as diferentes partes do texto: no caso da isotopia, o texto formaria um todo, repetindo os dois semas opostos de um mesmo paradoxo, enquanto, no caso da enumeração, as diferentes partes de um texto manter-se-iam unidas graças à passagem de um paradoxo para outro, que deve ser vista como uma ligação e não como um salto.

⁵ Gallard P.-Y., « Du paradoxe au style paradoxal : l'exemple des *Caractères* de La Bruyère », *Pratiques* [En ligne], 165-166 (2015).

⁶ Cf. Dandrey P., : *L'éloge paradoxal de Gorgias à Molière*. PUF, 1997.

⁷ Inicialmente: Greimas A. J., *Sémantique structurale : recherche de méthode*, Larousse, 1966 ; em seguida: Rastier F., *Sémantique interprétative*, PUF, 2009, (3^{ème} éd.).

Mas, diferentemente de todas as pesquisas que acabamos de mencionar, a nossa visa a analisar o paradoxo não nos termos de sua permanência, mas, pelo contrário, do seu desaparecimento. O que nos interessa, aqui, não é o fato de passar de um paradoxo para outro, nem a ação de repetir ao longo do texto os mesmos semas opostos de um mesmo paradoxo. O poder coesivo do paradoxo interessa-nos, sobretudo, pela sua capacidade de reunir numerosos elementos do texto: pedaços de texto que, em conjunto, desparadoxalizam o paradoxo em vista de sua compreensão. Essa é a novidade que este estudo pretende trazer. É o canto do cisne do paradoxo que queremos escutar, e fazer compreender, aqui; a canção que o paradoxo canta no preciso momento em que, ao aparecer, começa a desaparecer em favor de uma compreensão que só pode ser doxal. Tal como o leitor em busca de sentido, este trabalho seguirá o percurso que o próprio paradoxo nos instrui a percorrer em vista de sua desparadoxalização. Um caminho que nos conduzirá de novo a essa doxa, da qual o paradoxo é – como veremos – não uma ruptura, mas um prolongamento.

c) Revisão das abordagens tradicionais do paradoxo

Antes de passarmos à apresentação dos nossos próprios instrumentos metodológicos, um exame sintético das principais abordagens tradicionais do problema do paradoxo nos mostrará a perspectiva a partir da qual se desenvolveu a reflexão sobre o problema.

Ao longo dos séculos, na dialética e na lógica, as duas definições de paradoxo mais utilizadas pelos filósofos têm sido, grosso modo, as seguintes: a) “uma proposição (ou conjunto de proposições) que exprime uma contradição lógica”; b) “um raciocínio que, embora formalmente correto, conduz a um absurdo”.

Ora, por volta do século VI a.C., ou seja, na época em que essas duas definições apareciam frequentemente nos escritos, o paradoxo era, para os gregos antigos, um fenômeno a encarar com desconfiança. Como a) “uma proposição (ou conjunto de proposições) que exprime uma contradição lógica”, o paradoxo representava uma ameaça mortal a essa “identidade” (ταὐτότης) que era o fundamento de toda a ontologia⁸. Como b) “raciocínio que, embora formalmente correto, resulta num absurdo”, o paradoxo constituía um enorme perigo para os valores que os gregos mais prezavam: o σοφία (grosso modo: “saber”) e a ἀλήθεια (grosso modo: “verdade”⁹). Contudo, ao ouvir essas duas definições, damo-nos conta rapidamente do caminho já percorrido pela noção de paradoxo (que, aliás, na época, também era frequentemente designada por “antonímia”). No século VI a.C., o

⁸ Cf., a esse respeito, os trabalhos de Severino E. mencionados nas referências bibliográficas.

⁹ Cf., novamente, os trabalhos clássicos de Severino E., assim como o de Cacciari M. (em particular : *Dell'Inizio*, Adelphi, 1990.

παράδοξος (de παρά, “contra”, e δοξα, “opinião, crença”) pode ser visto como uma ameaça apenas porque o δοξα já tinha perdido toda a credibilidade em Atenas: o δοξα já não é uma “opinião partilhada por todos os membros de uma sociedade”. Nem é simplesmente uma “opinião”: o δοξα é agora uma “opinião falaciosa”, ou mesmo um “preconceito”: o que se opõe, portanto, ao λόγος, ao discurso racional que conduz à verdade.

Curiosamente – e daí o sentido deste pequeno desvio filosófico-etimológico –, no momento em que os linguistas recuperam a noção de paradoxo, essa recuperação tomou de empréstimo o sentido expresso pela etimologia original, a saber, o παράδοξος como “aquilo que se opõe à opinião comum”, no sentido de “partilhado por todos os membros de uma sociedade” e “inveterado pelo emprego generalizado”. É certo que, durante a Idade Média, a escolástica aristotélica continuou a considerar um paradoxo como a) “uma proposição (ou conjunto de proposições) que exprime uma contradição lógica”, ou b) “um raciocínio que, embora formalmente correto, conduz a um absurdo”. Foi esta a abordagem adotada pelos logicistas na época de Port Royal, no *Grand Siècle*. Mas grande parte da linguística contemporânea, ao descrever o fenômeno do paradoxo, parte da ideia de que um paradoxo é “aquilo que se opõe à opinião comum”. A título de exemplo, citemos agora – de forma breve e sem pretendermos ser exaustivos – algumas das muitas posições que exprimem essa ideia.

Alexandrescu¹⁰, aluno de Ducrot, qualifica o paradoxo de “discurso à margem da doxa e contra ela”.

Rastier afirma que o paradoxo é uma forma de “reelaborar¹¹” as “estruturas lexicais consideradas ordinárias e as axiologias que lhes estão subjacentes. Essas estruturas parecem ser codificadas pela língua, ou, pelo menos, são codificadas por normas sociais inveteradas”. A posição de Rastier se caracteriza por sua novidade : ao contrário das abordagens mais estritamente filosóficas, tem o mérito de insistir na estrutura linguística. Sentimo-nos bastante próximos dessa visão, na medida em que concebemos o paradoxo como uma relação de palavras que efetivamente remodela uma estrutura, em vez de exprimir algo contrário ao que é habitualmente dito.

A partir da retórica, Perelman & Olbrechts-Tyteca (1958) defendem que o paradoxo vai contra esse princípio de não-contradição argumentativa que, na sua visão, é um elemento essencial da doxa comunicativa.

Na perspectiva de Grice (1969, 1975), o paradoxo é contrário ao princípio da economia na linguagem e pode, em certas condições, ser contrário ao princípio da cooperação comunicativa.

Se nos cingirmos às hipóteses de Sperber e Wilson (1989, 2004), o paradoxo poria,

¹⁰ Alexandrescu V., *Le paradoxe chez Blaise Pascal*, Peter Lang, 1997, p. 3.

¹¹ Rastier F., « Chamfort : le sens du paradoxe » in Landheer R. et Smith P. J. (dir.), *Le Paradoxe en linguistique et en littérature*, Droz, 1996, p. 119.

então, em causa o esforço de cooperação e poderia, muitas vezes, parecer ter pouca ou nenhuma relevância numa troca.

Em suma, todas as abordagens acima mencionadas consideram que o paradoxo se refere (por oposição, subversão ou outros tipos de reformulação) a uma doxa socialmente existente. Dito de outro modo, mesmo quando expressas pela língua, as formas doxais têm sempre sua origem no nível das crenças e práticas – ou mesmo das normas – sociais. Mas, se o paradoxo nasce, como acabamos de ver, de uma certa relação (nem que seja por oposição) com a doxa, então também ele é sempre, por genealogia, uma forma social. Para todos esses autores (com a única exceção de Alexandrescu), o paradoxo pode, certamente, exprimir-se *na* língua e *pela* língua; mas a sua origem permanece, como no caso da doxa, uma origem social. O nosso objetivo, agora, é desprendermo-nos da ideia da origem social do paradoxo. Se o nosso esforço for bem-sucedido, a ideia do poder de subversão que tradicionalmente associamos ao paradoxo aparecerá, no final da leitura, em desuso.

d) Instrumentos metodológicos e nova definição do problema

Vejamos agora como a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) aborda a questão do paradoxo. Apesar de não ser insensível ao poder explicativo de outras abordagens ao problema do paradoxo, a TBS coloca, entretanto, a hipótese de que a doxalidade e a paradoxalidade são dois fenômenos puramente linguísticos. Como definir, agora, essa doxalidade puramente linguística? Uma primeira resposta – grosseira, para ser aperfeiçoada – é a seguinte: um conteúdo semântico é doxal se for lexicalizado (ou seja, se pertence à significação de uma palavra).

Tomemos o traço semântico (ou “esquema”): PERIGO DC NEG FAZER, (que a TBS também exprime na forma *não-faz-por-causa-do-perigo*). Esse esquema pertence, com o esquema: PERIGO PT FAZER (também registado como *faz-apesar-do-perigo*), à significação da palavra *perigo*. Nesses casos, a TBS combina os dois aspectos com uma notação técnica que se apresenta como : PERIGO(NEG FAZER), notação que qualifica de “quase-bloco semântico”. Um quasi-bloco semântico desse tipo representa argumentativamente a própria alternativa entre os dois esquemas – o que significa simplesmente que, a partir da palavra *perigo*, podemos, no discurso, argumentar tanto num sentido (*não-faz-por-causa-do-perigo*) como no outro (*faz-apesar-do-perigo*): a própria língua oferece essa alternativa. O quase-bloco PERIGO(NEG FAZER) é linguisticamente doxal porque é lexicalizado (ou seja, está contido na significação de uma palavra – neste caso, a palavra *perigo*).

Assim, por hereditariedade, a TBS qualifica como doxais os dois esquemas PERIGO DC NEG FAZER e PERIGO PT FAZER. Tal como os encadeamentos que, em discurso ou

em um texto, concretizarão esses dois esquemas, por exemplo: “Isso era perigoso, portanto ele não o fez” e: “Isso era perigoso, no entanto ele o fez”. É, portanto, por herança, a partir da noção de quase-bloco, que a TBS estende o conceito de doxalidade aos esquemas e às concretizações em discurso ou em texto, que são os encadeamentos.

A mesma lógica e abordagem devem ser aplicadas ao quase-bloco: NEG PERIGO(FAZER). Esse quase-bloco é também doxal, porque está inscrito na significação da palavra *perigo*. Os dois aspectos são, portanto, doxais: NEG PERIGO DC FAZER e: NEG PERIGO PT NEG FAZER, tal como os encadeamentos: “Isso não era perigoso, portanto ele o fez” e : “Isso não era perigoso, no entanto ele não o fez”. A TBS exprime graficamente o que acabamos de descrever da seguinte forma:

Quadrado de transposição

PERIGO PT FAZER <i>corajoso</i>	NEG PERIGO PT NEG FAZER <i>covarde</i>
PERIGO DC NEG FAZER <i>não corajoso</i>	NEG PERIGO DC FAZER <i>não covarde</i>

Em relação aos conceitos de lexicalização e hereditariedade, um esclarecimento é importante. No seu artigo “La sémantique argumentative peut-elle se réclamer de Saussure” (2006)¹², Ducrot mostra que associar uma palavra, como *prudente*, a um aspeto, digamos: PERIGO DC PRECAUÇÃO, é, em última análise, colocar a palavra *prudente* em relação com as palavras *perigo* e *precaução*, e ver, nesta relação, a própria significação – ou, pelo menos, uma parte da significação – de *prudente*. Do mesmo modo, associar *prudente* ao quase-bloco PRUDENTE(SEGURANÇA) é colocar em relação *prudente* e *segurança* e ver, nessa relação, uma parte da significação de *prudente*. Em seus trabalhos, Carel insiste quanto ao fato de que a TBS concebe a significação como uma rede entre palavras (também nessa perspectiva, a TBS permanece fiel a Saussure. Nisso, a TBS também é estruturalista).

E quanto à noção de paradoxalidade? Carel dá como exemplo o encadeamento: “Meu gato miou e, portanto, o disco parou”. O esquema concretizado por este encadeamento é: MIAR DC PARAR AS MÁQUINAS, que, por sua vez, especifica um quase-bloco: MIAR(PARAR AS MÁQUINAS). Este quase-bloco não está lexicalizado: nenhuma palavra da língua contém este elemento semântico em sua significação. Essa constatação é suficiente para definir MIAR(PARAR AS MÁQUINAS) – assim como, por hereditariedade, o aspeto que o especifica e o encadeamento que o concretiza – paradoxal?

¹² Nota do tradutor LG. Segue, aqui, a referência deste texto em português: DUCROT, Oswald. A semântica argumentativa pode filiar-se a Saussure ? Tradução : Lauro Gomes e Alessandra da Silveira Bez. In: CAVALCANTE, M. M. ; BRITO, M. A. P. (Orgs.). *Texto, discurso e argumentação*: traduções. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 297-315.

A resposta que a TBS defende é “não”. Esse encadeamento não é certamente doxal, mas isso não quer dizer que é paradoxal. Então, como é que classificamos os encadeamentos não-doxais? A TBS fornece a essa pergunta uma resposta gramatical: um encadeamento argumentativo é paradoxal se a inversão de seu conector der origem a um encadeamento argumentativo doxal. Os dois conectores utilizados pela TBS – que é uma teoria argumentativa – são *portanto* e *no entanto*, um encadeamento *x portanto y* é paradoxal se a inversão de sua conjunção conduzir a um encadeamento doxal do tipo *x no entanto y*. Este é o critério gramatical que a TBS utiliza para distinguir os encadeamentos paradoxais dos encadeamentos meramente contextuais, ou seja, encadeamentos que resultam do entrelaçamento das palavras no discurso ou no texto, como no exemplo anterior, *meu gato miou e, portanto, o disco parou*.

Mas há também um caso complexo: aquele em que há paradoxos que são lexicalizados. Como primeiro exemplo, tomemos a palavra *temerário*, que significa: PERIGO DC FAZER. Este aspeto, tal como o aspeto: PERIGO PT NEG FAZER, provém do quase-bloco: PERIGO(FAZER). O quase-bloco PERIGO(FAZER) não está na significação de *perigo*; de fato, opõe-se a ele. PERIGO(FAZER) é paradoxal e, por herança, também o são os aspectos PERIGO DC FAZER e PERIGO PT NEG FAZER, assim como os encadeamentos: “Era perigoso, portanto o fez” e “Era perigoso, no entanto não o fez”.

Contrariamente à regra geral – “o que está inscrito na significação das palavras é doxal” –, há certos casos, como o que acabamos de descrever, em que encontramos paradoxos inscritos na significação de certas palavras da língua.

Ora, os aspectos PERIGO DC FAZER e PERIGO PT NEG FAZER não pertencem ao quadrado de transposição que introduzimos, mas ao que a TBS designa por quadrado de inversão:

Quadrado de inversão

PERIGO PT NEG FAZER <i>não ter sido temerário</i>	PERIGO PT FAZER <i>corajoso</i>
PERIGO DC FAZER <i>temerário</i>	PERIGO DC NEG FAZER <i>não corajoso</i>

No quadrado de inversão, encontramos o paradoxo à esquerda e a doxa à direita. A relação de inversão partilha com a relação de transposição uma propriedade que nos interessa particularmente: a de gradualidade. Podemos, então, dizer: “Ele é corajoso e até temerário”, mas não podemos dizer: “Ele é temerário, e até corajoso”.

Na língua, há um outro caso célebre de palavras cuja significação contém um aspecto paradoxal, que é *masoquista*. Comecemos pela doxa linguística: tomemos o quase-bloco A FAZ SOFRER(NEG X FAZER A). Este quase-bloco pertence à significação da

palavra *sofrer*: é, portanto, doxal. Novamente por hereditariedade, os aspectos A FAZ SOFRER DC NEG X FAZER A e A FAZ SOFRER PT X FAZER A são doxais, assim como os encadeamentos que os concretizam, respetivamente: “Causa sofrimento, portanto não o faz” e “Causa sofrimento, no entanto o faz”. O quase-bloco A FAZ SOFRER(X FAZ A), por outro lado, é paradoxal, assim como os aspectos: A FAZ SOFRER DC X FAZER A e A FAZ SOFRER PT NEG X FAZER A e os encadeamentos que os concretizam: “Causa sofrimento, portanto o faz” e “Causa sofrimento, no entanto não o faz”. O quase-bloco A FAZ SOFRER(X FAZER A) não só não está inscrito na significação da palavra *sofrer*, como a ele se opõe. Os aspectos paradoxais A FAZ SOFRER DC X FAZER A e A FAZ SOFRER PT NEG X FAZER A são, no entanto, lexicalizados, pois estão inscritos, respetivamente, na significação da palavra *masoquista* e da expressão *não ter sido masoquista*. Eis um segundo caso, depois daquele do quase-bloco PERIGO(FAZER), em que – contrariamente à regra geral – a significação de certas palavras contém aspectos não doxais, mas paradoxais.

Mas, na definição do paradoxo, a TBS não se limita a este critério gramatical. Essa teoria também considera o paradoxo como tendo uma propriedade semântica própria, específica. Dado o papel conclusivo que este aspeto tem neste estudo, deixaremos a discussão desta propriedade semântica para a conclusão e passaremos à análise do texto – análise que nos levará ao cerne desse problema semântico. Uma das ideias a explorar neste estudo é a do poder de subversão do paradoxo. Como tivemos oportunidade de mostrar, ao longo da sua história, os teóricos associaram ao paradoxo o enorme poder de subverter, quer “o que é, e não *pode* ser de outro modo” – é o caso da metafísica (e mais detidamente da doutrina do ser: a ontologia) entre os gregos antigos e da lógica –, quer “o que é, e não *deveria* ser de outra forma” – é, aqui, o caso sociolinguístico (com o adjetivo “sociolinguístico”, indicamos todas as abordagens que insistem nas noções de “crenças sociais partilhadas”, “normas sociais inveteradas”, “leis do discurso” que orientam, *a priori*, o discurso e as trocas entre interlocutores). Mas será que o paradoxo tem, de fato, esse efeito subversivo que a tradição lhe atribui desde o seu aparecimento (enquanto noção)? O paradoxo desafia, verdadeiramente, uma ordem estabelecida? Tem, efetivamente, essa propriedade de *subverter* – de colocar o mundo, e a língua que o expressa, de cabeça para baixo?

e) “Fomos derrotados pela nossa conquista” é paradoxal?

Hugo coloca o paradoxo no primeiro verso: “Fomos derrotados pela nossa conquista”. “Fomos derrotados pela nossa conquista” pode ser parafraseado pelo encadeamento: “Tínhamos conquistado, portanto estávamos derrotados”. Essa encadeamento concretiza o aspeto: CONQUISTA DC NEG VITÓRIA. No entanto, o aspecto

CONQUISTA DC NEG VITÓRIA especifica um quase-bloco, CONQUISTA(NEG VITÓRIA), que não é lexicalizado. De acordo com os critérios da TBS expostos acima, o quase-bloco CONQUISTA(NEG VITÓRIA), não sendo lexicalizado, não é doxal. Consequentemente, por hereditariedade, o encadeamento “Tínhamos conquistado, portanto estávamos derrotados” também não o é. O mesmo acontece com os aspectos CONQUISTA DC NEG VITÓRIA e CONQUISTA PT NEG VITÓRIA, prefigurados pelo quase-bloco CONQUISTA(NEG VITÓRIA): não são doxais.

Mas o fato de o quase-bloco CONQUISTA(NEG VITÓRIA), o aspeto CONQUISTA DC NEG VITÓRIA – que o especifica – e o encadeamento *Tínhamos conquistado, portanto estávamos derrotados* que o concretiza não serem doxais não é suficiente para mostrar que o quase-bloco CONQUISTA(NEG VITÓRIA) é *automaticamente* paradoxal. Para ser paradoxal, este quase-bloco teria de ser o oposto de um quase-bloco doxal. Será este o caso?

Ora, no capítulo anterior, afirmamos, com a TBS, que um “encadeamento argumentativo é paradoxal se a inversão de seu conector der lugar a um encadeamento argumentativo doxal”. Uma vez que os dois conectores utilizados pela TBS são *portanto* e *no entanto*, um encadeamento *x portanto y* é paradoxal se a inversão de sua conjunção conduz a um encadeamento doxal do tipo *x no entanto y*”.

No encadeamento que estamos observando – *Tínhamos conquistado, portanto estávamos derrotados* –, se invertermos o conector, o que resulta é o encadeamento: “Tínhamos conquistado, no entanto fomos derrotados”, que concretiza o aspecto: CONQUISTA PT NEG VITÓRIA. Este aspecto especifica o quase-bloco: CONQUISTA(VITÓRIA).

O quase-bloco CONQUISTA(NEG VITÓRIA) assume, assim, a posição oposta ao quase-bloco CONQUISTA(VITÓRIA): será um quase-bloco doxal, de modo que CONQUISTA(NEG VITÓRIA) possa finalmente ser qualificado como paradoxal?

O quase-bloco CONQUISTA(VITÓRIA) prefigura os dois aspectos argumentativos CONQUISTA PT NEG VITÓRIA e CONQUISTA DC VITÓRIA. O primeiro desses dois aspectos, CONQUISTA DC VITÓRIA, é concretizado pelo encadeamento: “Tínhamos conquistado, portanto tínhamos vencido”. O outro aspecto, CONQUISTA PT NEG VITÓRIA, é concretizado por este segundo encadeamento: “Tínhamos conquistado, no entanto não tínhamos vencido”. Os aspectos argumentativos CONQUISTA DC VITÓRIA e CONQUISTA PT NEG VITÓRIA são lexicalizados. Ambos pertencem à significação da palavra *conquista*. A significação de *conquista* não contém um *ou* outro: apresenta a alternativa entre um e outro, porque é possível argumentar tanto *Tínhamos conquistado, portanto tínhamos vencido* quanto *Tínhamos conquistado, no entanto não tínhamos vencido*. Somente o discurso ou o texto mostrarão qual dos dois aspectos será concretizado. Assim, a partir da

palavra *conquista*, podemos afirmar: “Ao fim da tarde, as últimas posições inimigas tinham sido conquistadas pelos nossos soldados: a guerra tinha finalmente terminado, éramos os vencedores”; mas também: “Ao fim da tarde, as últimas posições inimigas tinham sido conquistadas pelos nossos soldados. No entanto, ninguém tinha ganho: nessa altura, a guerra estava apenas começando”.

Notar-se-á, igualmente, que a locução *em vão*, associada a *conquistar*, por si só, deixa claro que não houve vitória – enquanto associada a *perguntar* indica que não houve resposta: mais uma prova do vínculo linguístico que *conquistar* mantém com vitória.

O quase-bloco CONQUISTA(VITÓRIA) pertence, portanto, à significação de *conquista*: este quase-bloco está bem lexicalizado; e, portanto, de acordo com a TBS, é doxal. O que nos permite dizer agora que o quase-bloco CONQUISTA (NEG VITÓRIA), seu complementar dentro de um quadrado de inversão, é paradoxal.

Quadrado de inversão

CONQUISTAR DC SER DERROTADO				CONQUISTAR DC SER DERROTADO			
Inversos				<u>Conversos</u>	Inversos		
CONQUISTAR PT SER DERROTADO				CONQUISTAR	PT	NEG	SER
DERROTADO							

Em seguida, como no caso da doxalidade, é por hereditariedade que os aspectos e os encadeamentos são paradoxais: os aspectos CONQUISTAR DC NEG VITÓRIA e CONQUISTAR PT VITÓRIA, prefigurados pelo quase-bloco paradoxal CONQUISTAR(NEG VITÓRIA) são, então, por sua vez, paradoxais; o mesmo discurso se aplica ao encadeamento *Tínhamos conquistado, portanto fomos derrotados* (que parafraseia o verso *Fomos derrotados pela nossa conquista*).

f) Nossa leitura do verso “Fomos derrotados pela nossa conquista”. Principais questões levantadas pelos colegas

Antes de continuar, esclareçamos alguns aspectos relativos ao plano poético e seus tropos. A natureza do paradoxo – e, portanto, do processo de desparadoxalização – pode ser melhor compreendida se compararmos esta figura com as do oxímoro e da metáfora. Em seu *Dicionário de Retórica e Poética* (5ª ed. 1998), Morier define o oxímoro como sendo a junção de “duas palavras contraditórias, uma parecendo excluir logicamente a outra”; em *As figuras do discurso* (última reimpressão em 2009), Fontanier prefere chamá-lo de “paradoxismo”, e fala de combinação de “ideias ou [...] palavras normalmente opostas e contraditórias”. Linguisticamente, o oxímoro é, portanto, uma combinação de palavras

(geralmente um substantivo e um adjetivo) que expressam dois ou mais semas opostos. Do ponto de vista do seu funcionamento, um dos dois termos (geralmente o adjetivo) intervém no outro, retirando de sua significação um ou mais de seus traços. Em: *uma livre servidão*, por exemplo, o adjetivo *livre* retira o traço /restrição/ da significação de *servidão* (no sentido de /forçado/, /não escolhido/) para dizer que optamos por esta condição por nossa própria liberdade; ou ainda, no caso de *um silêncio eloquente*, o adjetivo *eloquente* intervém na significação de *silêncio*, removendo o traço /sem comunicação/: um *silêncio eloquente* é, portanto, um silêncio que expressa bem alguma coisa.

No caso da metáfora, por outro lado, associamos a um dos dois termos um (ou vários) traço(s) emprestado(s) da significação do outro: no caso de: *Pedro é um leão*, descrevemos Pedro como *corajoso* ao tomar emprestado um de seus traços da significação da palavra *leão*: o traço /corajoso/.

No caso do paradoxo, por outro lado, não se trata de remover ou de emprestar traços. O paradoxo joga com a forma como os termos estão vinculados: a conexão é feita por meio de um conector e não afeta a significação dos termos vinculados. A característica inesperada do paradoxo – e, portanto, o seu poder de questionamento – não advém dos dois termos, mas da maneira como estão ligados. É o conector que nos permite ter a visão oposta do sentido doxal. No caso de Hugo, *Tínhamos conquistado, no entanto fomos derrotados*, teria sido perfeitamente doxal; é a inversão do conector (*Tínhamos conquistado, portanto fomos derrotados*) que estabelece o paradoxo. Mas sobretudo, como veremos, do ponto de vista da linguística do texto, o paradoxo tem – graças ao processo de desparadoxalização – um escopo coesivo muito maior do que o do oxímoro ou da metáfora.

Afirmamos que o verso *Fomos derrotados pela nossa conquista* pode ser parafraseado pelo encadeamento: *Tínhamos conquistado, portanto fomos derrotados*, e que este encadeamento é paradoxal. Sobre este ponto essencial, surgem três questões principais.

A primeira é a seguinte: “O enunciado *Fomos derrotados pela nossa conquista* realmente é parafraseado por *Tínhamos conquistado, portanto fomos derrotados*”?

A segunda, por sua vez, é assim expressa: “Em relação ao exemplo tratado, o termo *conquista* pode significar tanto uma ação quanto o resultado da ação. Se a primeira acepção for ativada, o paradoxo tende a desaparecer no texto de Hugo. Consideremos, por exemplo, o enunciado: *A conquista foi um desastre*. Este enunciado não é, de forma alguma, problemático ou paradoxal. Em termos de método, parece, portanto, que foi feita uma interpretação e que a TBS vem, depois, dar-lhe forma”. Mesmo que os dois pontos levantados sejam de natureza diferente – o primeiro questiona, de fato, a presença do conector *portanto*, enquanto o segundo questiona o que realmente se entende por *conquista* – tentaremos responder a ambas as questões ao mesmo tempo.

A terceira, enfim, – visando a distinguir a causalidade da ação – é apresentada da seguinte forma: “Neste caso de via passiva, o tratamento de *por* deve privilegiar a causalidade ou a agentividade”?

Vamos começar respondendo aos dois primeiros pontos. O verso de Hugo conecta *conquista* e *ser conquistado* pela preposição *por*. Quanto à palavra *conquista*, um enunciado como “A conquista foi um desastre” não é, efetivamente, de forma alguma, problemática ou paradoxal. Mas o verso de Hugo não pretende dizer, simplesmente, que a conquista foi um desastre; seu verso nos obriga, por sua natureza gramatical e sua construção sintática, a conectar *conquista* e *derrota*. É a *conquista* e o *ser derrotado* que devem estar ligados, e Hugo os conecta por um *por* que, no nível argumentativo, deve ser parafraseado por um *portanto*. Aqui está a hipótese que é mais importante para nós; aquela que tentaremos defender. Se um enunciado como “A conquista foi um desastre” não constitui, de fato, qualquer problema, a explicação do nexos causal que liga, no verso de Hugo, *Conquistamos* e *Fomos derrotados* exige, por outro lado, uma tentativa de análise mais radical (porque é realmente uma questão de conectar *conquistamos* e *fomos derrotados*). Hugo conecta *conquistamos* e *fomos derrotados* não por um conector do tipo de *no entanto* – o que tornaria o verso perfeitamente doxal –, mas por um *portanto*. Nossa hipótese, aqui, é que o verso *Fomos derrotados pela nossa conquista* expressa a): “Tínhamos conquistado, portanto fomos derrotados”, e não b): “Tínhamos conquistado, no entanto fomos derrotados”. Se o verso de Hugo expressasse b), não haveria mais paradoxo. Consequentemente, o poema não teria mais a mesma estrutura porque, na ausência do paradoxo, o texto não poderia mais ser construído em relação ao processo de desparadoxalização. Porém, o que tentamos mostrar neste trabalho é que Hugo utiliza o processo de desparadoxalização para dar estrutura ao texto. Afinal, o que Hugo quer não é afirmar que: “Fomos derrotados apesar da nossa conquista”, o que seria bastante banal. O verso ao qual o poeta quer levar o leitor é uma conclusão do tipo: “Fomos longe demais”. A reflexão de Hugo é, portanto, muito mais complexa e significativa. Para isso, Hugo constrói seu texto como uma longa desparadoxalização com papel coesivo. O processo de desparadoxalização tem, portanto, um duplo impacto: semântico, na medida em que especifica o sentido do primeiro verso, e estrutural, porque dá forma ao texto e permite que várias partes textuais *formem um todo* coeso (graças ao seu poder de agrupamento).

Como resultado, em relação ao problema da distinção entre agentividade e causalidade, parece-nos que ambas as leituras são possíveis; mas, em vez de decidir entre uma leitura a) que enfatiza o papel desencadeador do ator e o caráter intencional da ação descrita e uma leitura b) que enfatiza a natureza causal da ligação entre os dois eventos em questão (a conquista sendo apresentada como a causa da derrota), nossa principal preocupação é fazer com que, argumentativamente, o conector *portanto* seja escutado.

Embora mantendo a preferência por uma leitura de tipo causal, aos nossos olhos é sobretudo interpretando *por* por *portanto* que a força paradoxal do verso de Hugo aparece em toda a sua extensão. É em torno deste *portanto* que se concentrarão os nossos esforços.

g) As consequências textuais do paradoxo. O processo de desparadoxalização

Debrucemo-nos, agora, sobre o papel textual do paradoxo *Fomos derrotados pela nossa conquista*. Começemos com uma observação de natureza, por assim dizer, “topográfica”. O primeiro verso é composto por duas frases no sentido gramatical. O verso inicial do poema certamente introduz o paradoxo *Fomos derrotados pela nossa conquista*, mas também contém: “Estava nevando”. *Estava nevando* antes de *fomos derrotados pela nossa conquista*; e é com esta frase – *Estava nevando* – que Hugo abre verdadeiramente o seu poema e o seu primeiro verso. Assim, ao nível da unidade textual, é necessário ter em conta não só o paradoxo *Fomos derrotados pela nossa conquista*, mas também *Estava nevando*: “Estava nevando. Fomos derrotados pela nossa conquista”.

Agora, digamos de imediato: separadamente, esses dois enunciados evocam – parece-nos – dois elementos de sentido distintos, mas que pretendem fundir-se para dar vida a um novo sentido construído textualmente. Esses dois elementos distintos são, por enquanto, o esquema CONQUISTA DC NEG VITÓRIA (que é o conteúdo semântico do segmento *Fomos derrotados pela nossa conquista*) e o traço semântico /frio/, evocado pelo segmento *Estava nevando*.

Continuemos. Perseguindo nossa identificação topográfica, fica constatado que *Estava nevando* retorna ao longo do texto – e sempre no início do verso: encontramos no verso 5: **5** *Estava nevando*. O **inverno** rigoroso derretia numa **avalanche**./ **6** Depois de uma **planície branca**, outra **planície branca**. Então, no verso 10: **10** *Estava nevando*. Os feridos abrigaram-se no ventre/ **11** Cavalos mortos; na soleira dos acampamentos desolados/ **12** Vimos clarins **congelados** no seu poste,/ **13** Permanecendo de pé, na sela e mudos, **brancos de geada**,/ **14** Colando as **bocas de pedra** às trombetas de **cobre**. Por fim, no verso 18, em que aparece duas vezes, sendo a segunda reforçada pelo advérbio *sempre*: **18** *Estava nevando, estava sempre nevando!* O **beijo frio**/ **19** Assobiou; no **gelo**, em lugares desconhecidos,/ **20** Não tínhamos pão e andávamos descalços.

É sobre o frio. Colocamos em negrito as palavras que evocam, de uma forma ou de outra, esse elemento (/frio/). A repetição com duplicação de *Estava nevando* no verso 18, com acréscimo do advérbio *sempre*, enfatiza o caráter incessante. A neve nunca parou, e ainda não para de nevar: não há trégua para os soldados em marcha.

“Em marcha”; quer dizer “em fuga”, porque estes soldados estão, de fato, tentando

escapar. *Eles estavam fugindo*, aqui está o que lemos no verso 33. Do que esses soldados estão fugindo? A resposta não está longe, apenas algumas linhas acima, no verso 30. Dois são seus inimigos, um muito mais preocupante que o outro: *Dois inimigos! o czar, o norte. O norte é pior*. Este segundo inimigo é tão assustador que cada um dos soldados em fuga faz a mesma pergunta – sombria – que encontramos no verso 29: – *Será que algum dia escaparemos deste império desastroso?*

Esta questão tem, para a maioria destes soldados, apenas uma resposta, a partir do momento em que *Quem se deitava, morria*. (v. 32); o que obriga o narrador a fazer um cálculo muito triste: *Dez mil adormeceram, cem acordaram*. (v. 39). Os outros, os poucos homens que ainda sabem andar, só veem passar diante dos seus olhos aquilo de que tentam escapar, ou seja, o norte e o seu frio: *Depois de uma planície branca, outra planície branca*. (v. 6).

Esses homens que estão fugindo já *foram*. *Chegaram* até mesmo a Moscou. Agora eles são forçados a *retornar*, seguindo seu líder: o imperador. Aprendemos, em seguida, no poema: **1** *Estava nevando. Fomos derrotados pela nossa conquista.* / **2** *Pela primeira vez a águia abaixou a cabeça.* / **3** *Dias sombrios! o imperador voltou lentamente,* / **4** *Deixando Moscou fumegante em chamas atrás dele.*

Depois de percorrer o texto seguindo o cortejo, voltamos ao início do texto, onde encontramos o paradoxo que nos interessa. Entender o primeiro verso – *Estava nevando. Fomos derrotados pela nossa conquista* – é remontar à origem dos males que afligiram estes homens em fuga. Se eles conquistaram, por que agora estão fugindo?

Visto que estes homens foram derrotados *pela nossa conquista*, começemos com duas observações: uma relativa ao pronome pessoal *nós*¹³, a outra relativa ao adjetivo possessivo *nossa*¹⁴.

Em primeiro lugar, o pronome pessoal. Acabamos de dizer que “esses homens estão derrotados”... mas temos certeza de que o pronome pessoal *nós* se refere aos soldados? Gramaticalmente, *nós* poderia ser um “eu”, e, portanto, indicar um Napoleão que fala na primeira pessoa; ou então um “tu” ou um “você” que indicaria novamente Napoleão, mas, desta vez, dentro de uma fala que é a de Deus, dirigindo-se ao imperador. Por que, então, interpretar o pronome, aqui, como sendo um “nós”, referindo-se aos soldados? Antes de motivar esta escolha, será necessário, primeiro, descrever o elemento ao qual *fomos derrotados* está ligado, a saber, *nossa conquista*.

Passemos, portanto, ao possessivo. A este respeito, parecem-nos possíveis três leituras. Em virtude da importância temática do imperador no poema, seria de esperar que

¹³ Nota do tradutor LG: considerando-se que, em português, inexistia o pronome “on” da língua francesa – em respeito especialmente à discussão semântica proposta por este artigo –, optamos por traduzi-lo pela primeira pessoa do plural (*nós*) em todas as ocorrências.

¹⁴ Nota do tradutor LG: pelo mesmo motivo apontado na nota 13, em vez do pronome “(fr.) sa”/ “(pt.) sua” – que concorda com o pronome sujeito “on” –, empregamos o possessivo “nossa” – que concorda com o pronome sujeito “nous”.

o adjetivo possessivo *nossa* se referisse à conquista alcançada por Napoleão. Com base nesta leitura, seríamos *derrotados* pela escolha do imperador de partir à conquista: por causa de *nossa* sede de conquista. Entretanto, não aceitaremos esta interpretação.

Uma segunda maneira de explicar o possessivo *nossa* seria, seguindo as ferramentas fornecidas por Berrendonner e Reichler-Béguelin no seu artigo « Décalages : les niveaux de l'analyse linguistique » (1989), de se perguntar este *nossa* não “apontaria” para algo que já foi introduzido e que, portanto, está disponível no nível da memória discursiva. O elemento em questão estaria, aqui, *Estava nevando*; portanto, por extensão, a *neve*. O paradoxo seria, então, parafraseado da seguinte forma: “Conquistamos a neve, portanto fomos derrotados”. Esta segunda leitura aproxima-se daquilo que defendemos. Contudo, não é o fenômeno do *apontamento* (que é feito graças ao recurso da memória discursiva) que nos interessa aqui. O que desejamos descrever é o processo de desparadoxalização; um processo que vai muito além do primeiro verso e que se estende – agrupando-os – por um grande número de peças textuais. Suponhamos, portanto, que a conquista a que se refere o pronome adjetivo *nossa* é a conquista da *Rússia*: se são derrotados é porque foram à *nossa conquista*. Do ponto de vista da referenciação, na expressão nominal *nossa conquista*, o possessivo indica que não se trata de conceito (*qualquer conquista*), mas de uma ocorrência¹⁵; e que esta ocorrência estará associada a um acontecimento específico: a conquista *da Rússia*. Por outro lado, a partir do momento em que trabalhamos em linguística textual, esta ocorrência e este evento têm, no âmbito do nosso estudo, uma natureza puramente textual. Seguindo a tradição culioliana¹⁶, na nossa abordagem o que acontece, acontece no texto e através das palavras; e a ocorrência que descrevemos é aquela construída textualmente por Hugo. É, portanto, no texto que agora procuraremos os seus vestígios.

Um primeiro traço provém do fato de que *nossa* é, em realidade, catafórica, e de que as palavras *Moscou* (v. 4) e *czar* (v. 30), que aparecem mais tarde no texto, evocam claramente a palavra *Rússia*.

Depois, há *Estava nevando*, cujo papel textual descreveremos em breve.

Vamos, portanto, substituir *Fomos derrotados pela nossa conquista* por: “Fomos derrotados pela conquista da Rússia.” Argumentativamente, este segundo enunciado redefine o paradoxo da seguinte forma: “Tínhamos conquistado a Rússia, portanto fomos derrotados”. O encadeamento a que chegamos agora concretiza o esquema: CONQUISTAR A RÚSSIA DC SER DERROTADO. É suficiente para nos fazer compreender o sentido do paradoxo? Ainda não, porque ainda faltam algumas etapas para retrair; mas o fato de ter encontrado este esquema CONQUISTAR A RÚSSIA DC SER DERROTADO nos aproxima

¹⁵ Cf. Lebas-Fraczak L. et Lebas F., « Les articles en français comme opérateurs énonciatifs de la référenciation », *Cahiers du LRL* (2007), 71-83.

¹⁶ Culioli A., *Notes du séminaire de D.E.A. – 1983-1984*, Université de Poitiers, 1985, p. 82.

da solução.

O esquema CONQUISTAR A RÚSSIA DC SER DERROTADO expressa, graças à presença do segmento “CONQUISTAR A RÚSSIA”, uma ideia central do poema, que notaremos conforme o traço: /tendo ido longe/. *Ir* é, aliás, muito hugoliano: temos, aqui, um verbo caro ao poeta, um verdadeiro *topos* de sua produção poética. No poema *Ó soldados do ano III...* – um outro poema muito grande da coleção *Les Châtiments* – encontramos, por exemplo (v. 11): [...] *eles foram, sua alma sem medo*; mas também (v. 17): *Eles foram orgulhosos, alegres e tocando instrumentos de metal*; ou ainda (vv. 27-30): *Íamos! para a frente! / E um ofereceu a paz, e o outro abriu as portas, / E os tronos, rolando como folhas mortas, / Espalhados ao vento!*

Em todos estes casos, *ir* deve ser interpretado como *lutar*¹⁷. No verso 53 da segunda estrofe de *L'Expiation*, lemos também (sobre os soldados que compunham a Guarda Imperial): *Eles foram, arma ao braço, testa alta, sérios, estóicos*.

Os soldados da Grande Armada – agora fugindo diante dos nossos olhos como leitores – deveriam ser os herdeiros destes lutadores pela liberdade celebrados no poema *Ó soldados do ano III...* Agora, sejam na realidade ou não, eles também lutaram. Eles também *foram*; eles até mesmo *foram muito longe*. Chegaram, como já sublinhamos, até Moscou. Em CONQUISTAR A RÚSSIA DC SER DERROTADO, o segmento “CONQUISTAR A RÚSSIA” expressa bem essa ideia, esse traço: /ter ido longe/.

Mas não devemos esquecer que o primeiro verso apresenta *Estava nevando* que também encontramos nos versos 5 e 10; e duas vezes no verso 18. Não esqueçamos: o primeiro verso recita: *Estava nevando. Fomos derrotados pela nossa conquista*. Como podemos, agora, explicar a sua presença no primeiro verso e o seu papel textual depois disso? Ao longo dos versos, a repetição de *Estava nevando* deixa claro que esses soldados foram longe *demais* – transforma, portanto, /ter ido longe/ em: /ter ido longe demais/.

Estamos nos aproximando da conclusão. Um último elemento está faltando em nossa análise. *Estava nevando* deixa claro que, ao irem, esses soldados foram longe *demais*; e assim que estes homens se dirigiram em direção a Moscou, a capital dos czares e do seu imenso império, dirigiram-se para o norte. Mas aqui, mais uma vez, não ouvimos mais: /fomos para o norte/; terminamos por compreender apenas: /tendo ido muito para o norte/. Vamos ler os versos 26-30: **26** *O céu feito de neve espessa/ 27 Para este imenso exército uma imensa mortalha./ 28 E cada um sentindo que estava morrendo, estávamos sozinhos./ 29 - Será que algum dia sairemos deste desastroso império?/ 30 Dois inimigos! O czar, o norte. O norte é pior.*

Esses homens não morrem mais em batalha: morrem de frio. Eles pararam de lutar;

¹⁷ Cf., nessa perspectiva, Caryl M., « Des soldats de l'an II aux soldats de l'an XV : une analyse argumentative du mot *guerre* » [Publicado em tradução espanhola], *Temas del Seminario*, 35 (2015), 23-50.

já não *vão*, porque avançaram demais: agora só lhes resta *regressar* (v. 3), deixando Moscou para trás (v. 4). Só que para eles, tendo ido tão longe, esse retorno só pode ser feito *lentamente* (v. 3). E, se o primeiro inimigo – o czar – desapareceu, o segundo – *o norte*, que é *o pior dos dois* (v. 30) – aparece agora.

As palavras *Rússia*, evocada implicitamente no texto pelas palavras *Moscou* e *czar*, e a própria *Moscou* evocam o traço /frio/. *Estava nevando*, por sua vez, transforma /ter ido longe/ em /ter ido longe demais/ e /ter ido para o norte/ em /ter ido demais para o norte/.

Em suma, compreender *fomos derrotados pela nossa conquista* é, portanto, associar *tínhamos conquistado, portanto fomos derrotados*, não com o aspecto paradoxal CONQUISTAR DC SER DERROTADO, mas com o esquema: FRIO DC ESTAR REDUZIDO.

h) Que tipo de relação existe entre o paradoxo e sua desparadoxalização?

Uma vez associados *tínhamos conquistado, portanto fomos derrotados*, não ao aspecto paradoxal CONQUISTAR DC SER DERROTADO, mas ao esquema doxal FRIO DC ESTAR REDUZIDO, o paradoxo *fomos derrotados pela nossa conquista* é desparadoxalizado e sua compreensão está, neste momento, completa.

Dito isto, inclusive após a sua desparadoxalização, o paradoxo (*tínhamos conquistado, portanto fomos derrotados*) não desaparece. Aqui, temos um ponto extremamente interessante e significativo. No primeiro verso, afirmamos, de fato, não só o paradoxo, mas também que *estava nevando* – donde o lançamento do processo de desparadoxalização. Uma vez encontrado o esquema doxal FRIO DC ESTAR REDUZIDO, o paradoxo é finalmente desparadoxalizado: a compreensão – que é sempre doxal – é estabelecida. Mas, para chegar aí, tivemos de passar pelo encadeamento *tínhamos conquistado, portanto fomos derrotados*; e, mais importante ainda, nesse nível, o sentido paradoxal permanece – e permanece na memória – inclusive depois da desparadoxalização.

Alguns esclarecimentos sobre o estatuto da desparadoxalização no processo de reconhecimento do paradoxo. Essa é uma operação essencial ou não para o surgimento do paradoxo? Essa é uma operação posterior ou anterior ao reconhecimento do paradoxo?

Começemos por dizer que a desparadoxalização é essencial para a compreensão do paradoxo. O que tentamos mostrar é que a compreensão é sempre doxal: compreender um paradoxo significa proceder à sua desparadoxalização – um processo que só tem sucesso quando terminamos por identificar esses traços semânticos doxais que especificam o sentido do paradoxo. O próprio paradoxo permanece um enigma até que tenhamos reconstruído os elementos do seu sentido.

Textualmente, o principal papel do paradoxo é lançar o esforço de

desparadoxalização, um esforço que produz uma reconstituição *em texto* de peças textuais que, de outra forma, estariam dispersas. O paradoxo exige, portanto, ser desparadoxalizado e fornece as indicações necessárias à sua compreensão.

Em conclusão, por um lado, o processo contextual de desparadoxalização é posterior ao reconhecimento linguístico do paradoxo (o paradoxo já existe linguisticamente – isto é, ao nível do conteúdo semântico das palavras utilizadas –; entretanto, é sempre o contexto no qual ele aparece que nos indica em que sentido o paradoxo deve ser entendido); por outro, em termos de resultado, a compreensão do paradoxo coincide, no final do processo de desparadoxalização, com a reconstituição unitária (num “todo” textual – no sentido de *tecido: tecido junto*) de numerosos excertos textuais de outra forma espalhados.

Com efeito, mesmo depois da total desparadoxalização do paradoxo – e apesar de terminarmos por compreender: “Fomos derrotados pelo frio” –, em nenhum momento o leitor diz, para si mesmo, “ah sim, droga! Enganei-me: afinal, *tínhamos conquistado, portanto fomos derrotados*, não era paradoxal...”. A razão é que, seja no nosso caminho de leitura, seja no nosso caminho de compreensão, somos sempre obrigados a percorrer o encadeamento *tínhamos conquistado, portanto fomos derrotados*; que nunca perde seu caráter paradoxal.

Surge, entretanto, uma questão em relação à banalidade do sentido doxal: a desparadoxalização conduz a um sentido que, pela sua doxalidade, resulta – é inegável – bastante redutor. Para onde vai a complexidade do texto poético e sua riqueza? A extraordinária espessura da obra não se perde; pelo contrário, desdobra-se nas diferentes etapas do processo. São todas as nuances do sentido que a desparadoxalização evoca antes de o paradoxo ser resolvido que constituem a polissemia do texto. Não se trata, por desparadoxalização, de reduzir a densidade semântica do poema no sentido doxal; o objetivo da nossa descrição do processo de desparadoxalização é o de mostrar a trama textual, portanto a maneira pela qual o texto é tecido.

Se compreender um paradoxo significa desparadoxá-lo, está agora claro que desparadoxalizar um paradoxo também significa ver como outros elementos textuais interagem com o encadeamento paradoxal. Quanto a isso, a compreensão de um paradoxo – resultado do processo de desparadoxalização – permite-nos compreender um novo sentido (no nosso caso, *fomos derrotados pelo frio*); e este novo sentido não é o sentido já expresso pelo encadeamento paradoxal.

Do ponto de vista textual, o processo de desparadoxalização permite, portanto, compreender o sentido global de um conjunto de enunciados – de versos, no caso, como aqui, de um poema. Dado que a desparadoxalização consiste em relacionar o enunciado no qual o paradoxo se encontra com um número (mais ou menos grande) de enunciados e/ou palavras posteriores ou anteriores, segue-se que o processo de desparadoxalização é

também uma ferramenta fantástica de coesão: vários elementos do texto formam um todo (também) graças aos elos que apoiam esse processo.

Um esclarecimento final sobre o papel coesivo do processo de desparadoxalização. A coesão textual alcançada pelo processo de desparadoxalização não diz respeito apenas a elementos sintáticos ou semânticos; ela também considera elementos temáticos. No poema de Hugo, a desparadoxalização do paradoxal *Fomos derrotados pela nossa conquista* justifica e reúne, no mesmo movimento, dois dos grandes temas do poema: o do imperador e o dos seus homens. Na verdade, agora relendo o poema, rapidamente percebemos que o sentido doxal *fomos derrotados pelo frio* se aplica aos soldados em fuga; isso, de forma alguma, explica o destino do imperador. Napoleão não está com frio; ele está derrotado. Ele foi longe demais, portanto ele também, como seus soldados, é obrigado a voltar. Ouvimos novamente: “Fomos longe demais, portanto devemos voltar atrás”, que foi uma das etapas intermediárias do processo de compreensão que descrevemos neste trabalho). Ele é derrotado, mas o esquema doxal FRIO DC ESTAR REDUZIDO não o descreve. Ele permanece ali, de pé, olhando para estas legiões (v. 48) que, diante dele, *na neve semeada* (v. 65), morrem de frio. Mas as suas legiões estão à sua *frente*: ele não está entre elas, porque não partilha – pelo menos neste aspecto – o mesmo destino.

Ao contrário dos seus soldados, Napoleão não foi enfraquecido pelo frio; ele está derrotado e preocupado. Ele se pergunta sobre seu destino, que diz respeito apenas à derrota e não ao frio e à morte que o acompanha. “Eu fui longe demais?”: é isso que ele pede ao Deus dos exércitos (v. 66). Napoleão sabe que está expiando e aguarda seu castigo; mas descobriremos que este castigo não é uma derrota (v. 68) – uma derrota que, no entanto, apresenta-se diante dos seus olhos; ali, na neve (v. 65). Ele não foi *muito para o norte* – esse destino não o preocupa. Ele, por outro lado, levou seus homens para lá. Estes homens para quem, agora, a neve é uma *imensa mortalha* (vv. 26-27).

Um esclarecimento: nada impede que, em outra parte deste longo poema, Napoleão também seja descrito como sendo (ou tendo sido) um conquistador. Qualquer poema veicula sempre vários sentidos e vários conteúdos ao mesmo tempo. Mas o que queremos sublinhar é que o primeiro verso, o verso que lança este processo de desparadoxalização que está no centro do nosso discurso, – *Estava nevando. Fomos derrotados pela nossa conquista* –, expressando pela combinação das duas proposições a unidade de sentido de que *fomos derrotados pelo frio*, só se aplica aos soldados. Não foi Napoleão quem conquistou *a Rússia* no sentido de “toda aquela neve”: os seus homens conquistaram-na. Os soldados venceram este imenso frio do qual, agora, estão morrendo. Daí a nossa interpretação do pronome *on*: “Tinha-se conquistado toda essa neve” em *nós*: “Tínhamos conquistado toda essa neve”.

i) Paradoxo e doxa

Um último ponto ainda precisa ser discutido. Na introdução, afirmamos que, longe de ser algo subversivo, o paradoxo se mostraria, ao final deste trabalho, para o que é, em realidade: um prolongamento da doxa. Temos agora todos os elementos para finalmente compreender de que forma e como o paradoxo é um prolongamento da doxa. Vamos relembrar o quadrado de inversão:

<u>Quadrado de inversão</u>									
CONQUISTAR DC SER DERROTADO					CONQUISTAR DC SER DERROTADO				
Inversos			<u>Conversos</u>		Inversos				
CONQUISTAR PT SER DERROTADO					CONQUISTAR PT SER DERROTADO				
DERROTADO					DERROTADO				

O aspecto paradoxal CONQUISTAR DC SER DERROTADO está em relação gradual com o aspecto doxal CONQUISTAR PT SER DERROTADO. O conflito ocorre entre o doxal transgressivo CONQUISTAR PT SER DERROTADO e o normativo paradoxal CONQUISTAR DC SER DERROTADO (lembre-se, “transgressivo” refere-se à conjunção *no entanto* e “normativo”, à conjunção *portanto*). Notaremos, nesse sentido, a banalidade do movimento gradual (sublinhado, aqui, apenas pelo uso de *e*) que passa de CONQUISTAR PT SER DERROTADO para CONQUISTAR DC SER DERROTADO: “Ele inclusive perderá e, principalmente, se conquistar a Rússia” e a dificuldade do contrário: “Ele principalmente perderá e, inclusive, se conquistar a Rússia”. (Lembre-se de que *mesmo se/ inclusive se* introduz uma argumentação transgressiva, enquanto que *principalmente se* introduz uma argumentação normativa.)

Em conclusão, o paradoxal CONQUISTAR DC SER DERROTADO está em relação gradual de inversão com o doxal CONQUISTAR PT SER DERROTADO. Certamente o paradoxal CONQUISTAR DC SER DERROTADO está em oposição com o doxal CONQUISTAR DC NEG SER DERROTADO que, no quadrado, aparece na mesma linha. Mas também está numa relação gradual com o doxal CONQUISTAR PT SER DERROTADO que, no quadrado, aparece na mesma coluna. O paradoxo não é, portanto, simplesmente o oposto da doxa: o paradoxo é um prolongamento da doxa.

A desparadoxalização, por sua vez, não é uma eliminação da subversão, mas simplesmente um retorno ao inteligível: àquilo que pode ser expresso por palavras isoladas, e não pela sua combinação; ou ainda, para usar os termos de Benveniste, um retorno à ordem semiótica.

j) As consequências textuais do paradoxo. Novamente

Dissemos: linguisticamente, o paradoxo é coesivo na medida em que exige – em vista de sua compreensão – proceder à sua desparadoxalização: compreender um paradoxo é, em última instância, associar o encadeamento paradoxal a um esquema lexicalizado. Ora, o que é interessante é que, para podermos fazê-lo, é necessário ter em conta todo um conjunto de elementos textuais que uma análise puramente temática consideraria como anedóticos – ou seja, pouco salientes – ou mesmo completamente separados uns dos outros. No entanto, do ponto de vista linguístico, estes elementos formam, de fato, um todo, na medida em que são todos essenciais para a desparadoxalização do paradoxo. Ver as relações linguísticas que estes elementos (que, por vezes, parecem narrativamente secundários) mantêm entre si é fundamental se quisermos aceder ao texto: apreender a sua estrutura. No fundo, o que a nossa análise nos permite descobrir é que compreender um paradoxo – isto é, proceder à sua desparadoxalização – permite-nos ver os elos que fazem de um texto um texto, e não uma série aleatória ou desordenada de detalhes banalmente descritivos.

Voltemos ao primeiro verso: “Estava nevando. Fomos derrotados pela nossa conquista.” Durante nossa análise, afirmamos que, em relação à interpretação do possessivo *nossa*, Berrendonner certamente poderia sugerir que *nossa* apontaria, no poema, para um objeto de discurso – a neve – que já foi introduzido na memória discursiva do leitor com “Estava nevando”. Naquele momento, reconhecemos que essa interpretação – que seria da ordem “Tínhamos conquistado a neve, portanto fomos derrotados” – é próxima, em termos de consequências semânticas, da *nossa*: também nós, vemos um esquema do tipo FRIO DC REDUZIDO como o elemento capaz de nos permitir finalmente desparadoxalizar o paradoxo.

Supomos que um linguista como Charolles teria dificuldade em aceitar essa leitura. A esse respeito, mais gramaticalmente do que Berrendonner, alguém como Charolles provavelmente contestaria que, na ausência de um pronome, *Estava nevando* como um simples “objeto de discurso” não seria suficiente para garantir que *nossa* pudesse ser entendido como referindo-se, anaforicamente, à neve.

De nossa parte, não é esta a razão que nos obriga a recusar a leitura “Tínhamos conquistado a neve, portanto fomos derrotados”. Estamos, de fato, convencidos – com Berrendonner – de que as ligações anafóricas e possíveis apontamentos não são feitos apenas por intermédio de pronomes. Sem negar as ligações que se fazem pela gramática, defendemos também a ideia de que muitas ligações anafóricas são construídas no nível lexical: o fenômeno de apontamento não tem como único objeto um possível grupo nominal ao qual um pronome se refere. Para entender melhor essa ideia, comparemos dois

exemplos inspirados em Carel e Ducrot: a) “Vieram amigos. Eles trouxeram chocolate” e b) “Vieram amigos. Amigos trouxeram chocolate.”

No exemplo b) o duplo emprego da expressão indefinida presta-se à confusão: os amigos referidos na segunda frase (no sentido gramatical) de b), aqueles que trouxeram chocolate poderiam ser outros amigos além daqueles que vieram (apenas um esclarecimento: quando dizemos “os amigos referidos na segunda frase (no sentido gramatical) de b), aqueles que trouxeram chocolate poderiam ser outros amigos além daqueles que vieram” não estamos fazendo uma observação de natureza referencialista, mas textual – o que nos interessa é compreender o que falamos e não encontrar o ser do mundo).

No exemplo a), por outro lado, podemos observar que o pronome *eles* não se refere, única e simplesmente, ao grupo nominal *os amigos*, mas *amigos vieram* como um todo. Há também o verbo *vir* que traz sua significação – e com isso ajuda a definir o sentido expresso: é porque *vieram* – porque estavam *de visita* – que trouxeram chocolate. O apontamento e, portanto, o vínculo anafórico também se fazem pelas relações lexicais que as palavras estabelecem e mantêm.

Mas, para além disso, o que nos diferencia claramente de Berrendonner é, por um lado, a forma como /frio/ aparece – não partilhamos nem a sua noção de “memória discursiva” nem a sua definição de “objeto de discurso” –; por outro, a maneira com que /frio/ resolve o paradoxo. O que devemos compreender claramente é que, de fato, no poema, o processo de desaparadoxalização do paradoxo “Tínhamos conquistado, portanto fomos derrotados” não deve dar conta apenas do elemento /frio/, isto é, do esquema FRIO DC REDUZIDO; deve também ajudar a explicar por que o imperador, embora derrotado, não sentiu – ao contrário dos seus soldados – frio.

Aqui, chegamos ao cerne da nossa análise e da nossa abordagem: a importância de identificar o papel coesivo do processo de desaparadoxalização. Com efeito, se é possível uma leitura não paradoxal do tipo “Tínhamos conquistado a neve, portanto fomos derrotados” (baseada num *nossa* anafórico referente à neve), só o é fora do poema, porque, no interior do texto, não se trata apenas de compreender o paradoxo – isto é, de encontrar esse esquema lexicalizado que associaremos ao encadeamento paradoxal “tínhamos conquistado, portanto fomos derrotados” –, mas também de dar conta das relações que os versos dedicados aos soldados mantêm com os versos nos quais Napoleão está em questão. E isso seria impossível fora desse percurso hermenêutico que o processo de desaparadoxalização instaura.

Sigamos as diferentes etapas. No poema, a repetição de *Estava nevando* tem como resultado, entre outras coisas, fazer entender que esses soldados que um dia *foram* agora devem retornar – e sabemos no meio de que tribulações ocorre essa retirada – porque eles

foram longe demais. No interior deste longo processo coesivo que é a desparadoxalização, em relação ao destino dos soldados, a repetição de *Estava nevando* visa a fazer compreender que a Grande Armada, *ao ir, foi primeiro longe*, depois *longe demais*, e para especificar que ela *foi demais ao norte*. Tendo em conta o destino dos soldados, e em interação com as palavras *Moscou, czar e norte*, a repetição de *Estava nevando* traz à tona este traço /ter ido demasiado para norte/ que, sempre no quadro do processo de desparadoxização, faz com que nos deparemos com o diagrama FRIO DC REDUZIDO que associaremos ao encadeamento paradoxal “Tínhamos conquistado, portanto fomos derrotados” a fim de compreendê-lo.

Mas, para isso, a desparadoxalização exige que ultrapássemos o traço /tendo ido longe demais/. Contudo, este traço – /ter ido longe demais/ – está disponível no momento em que o leitor, uma vez compreendendo que Napoleão – ao contrário dos seus soldados – não está enfraquecido pelo frio, deve explicar por que o imperador é, entretanto, *derrotado*. Napoleão também é *derrotado pela nossa conquista*; exceto que não foi a neve, o frio, que ele conquistou. Ele também *foi longe demais*, como seus soldados – mas não *demais ao norte*: o imperador é derrotado e expia, porque *foi longe demais* devido às suas decisões durante os acontecimentos de 18 de Brumário. Seus homens foram demais ao norte; ele foi longe demais. Todos foram derrotados, de uma forma ou de outra. Todos derrotados pela sua conquista, todos definidos pelo paradoxo: “Tínhamos conquistado, portanto fomos derrotados”.

Em conclusão, no nível da língua, o paradoxo exige ser compreendido e, portanto, desparadoxalizado. O leitor é, assim, obrigado a acompanhar o processo de desparadoxalização – e a ver, através dele, o texto aparecer. Não entender o encadeamento paradoxal seria não entrar no texto: não ver, nos versos de *L’Expiation*, o texto do qual fazem parte. Em última análise, isso seria fracassar sua unidade. Se o traço /neve/ aparecesse por um simples fenômeno de apontamento rumo à memória discursiva e um de seus “objetos de discurso” (como sustentaria alguém que segue as ideias de Berrendonner), perderíamos esse processo de desparadoxalização que é – enquanto um processo, não o paradoxo em si – a verdadeira ferramenta coesiva. Compreender o paradoxo é lançar o esforço de desparadoxalização. Temos, aqui, a única maneira de perceber com clareza esta unidade que é o texto.

Victor Hugo

L'Expiation

- 1 Il neigeait. On était vaincu par sa conquête.
- 2 Pour la première fois l'aigle baissait la tête.
- 3 Sombres jours ! l'empereur revenait lentement,
- 4 Laissant derrière lui brûler Moscou fumant.
- 5 Il neigeait. L'âpre hiver fondait en avalanche.
- 6 Après la plaine blanche une autre plaine blanche.
- 7 On ne connaissait plus les chefs ni le drapeau.
- 8 Hier la grande armée, et maintenant troupeau.
- 9 On ne distinguait plus les ailes ni le centre.
- 10 Il neigeait. Les blessés s'abritaient dans le ventre
- 11 Des chevaux morts ; au seuil des bivouacs désolés
- 12 On voyait des clairons à leur poste gelés,
- 13 Restés debout, en selle et muets, blancs de givre,
- 14 Collant leur bouche en pierre aux trompettes de cuivre.
- 15 Boulets, mitraille, obus, mêlés aux flocons blancs,
- 16 Pleuvaient ; les grenadiers, surpris d'être tremblants,
- 17 Marchaient pensifs, la glace à leur moustache grise.
- 18 Il neigeait, il neigeait toujours ! La froide bise
- 19 Sifflait ; sur le verglas, dans des lieux inconnus,
- 20 On n'avait pas de pain et l'on allait pieds nus.
- 21 Ce n'étaient plus des cœurs vivants, des gens de guerre :
- 22 C'était un rêve errant dans la brume, un mystère,
- 23 Une procession d'ombres sous le ciel noir.
- 24 La solitude vaste, épouvantable à voir,
- 25 Partout apparaissait, muette vengeresse.
- 26 Le ciel faisait sans bruit avec la neige épaisse
- 27 Pour cette immense armée un immense linceul.
- 28 Et chacun se sentant mourir, on était seul.
- 29 - Sortira-t-on jamais de ce funeste empire ?
- 30 - Deux ennemis ! le czar, le nord. Le nord est pire.
- 31 On jetait les canons pour brûler les affûts.
- 32 Qui se couchait, mourait. Groupe morne et confus,
- 33 Ils fuyaient ; le désert dévorait le cortège.
- 34 On pouvait, à des plis qui soulevaient la neige,
- 35 Voir que des régiments s'étaient endormis là.
- 36 Ô chutes d'Annibal ! lendemains d'Attila !
- 37 Fuyards, blessés, mourants, caissons, brancards, civières,
- 38 On s'écrasait aux ponts pour passer les rivières,
- 39 On s'endormait dix mille, on se réveillait cent.
- 40 Ney, que suivait naguère une armée, à présent
- 41 S'évadait, disputant sa montre à trois cosaques.
- 42 Toutes les nuits, qui vive ! alerte, assauts ! attaques !
- 43 Ces fantômes prenaient leur fusil, et sur eux

44 Ils voyaient se ruer, effrayants, ténébreux,
 45 Avec des cris pareils aux voix des vautours chauves,
 46 D'horribles escadrons, tourbillons d'hommes fauves.
 47 Toute une armée ainsi dans la nuit se perdait.
 48 L'empereur était là, debout, qui regardait.
 49 Il était comme un arbre en proie à la cognée.
 50 Sur ce géant, grandeur jusqu'alors épargnée,
 51 Le malheur, bûcheron sinistre, était monté ;
 52 Et lui, chêne vivant, par la hache insulté,
 53 Tressaillant sous le spectre aux lugubres revanches,
 54 Il regardait tomber autour de lui ses branches.
 55 Chefs, soldats, tous mouraient. Chacun avait son tour.
 56 Tandis qu'environnant sa tente avec amour,
 57 Voyant son ombre aller et venir sur la toile,
 58 Ceux qui restaient, croyant toujours à son étoile,
 59 Accusaient le destin de lèse-majesté,
 60 Lui se sentit soudain dans l'âme épouvanté.
 61 Stupéfait du désastre et ne sachant que croire,
 62 L'empereur se tourna vers Dieu ; l'homme de gloire
 63 Trembla ; Napoléon comprit qu'il expiait
 64 Quelque chose peut-être, et, livide, inquiet,
 65 Devant ses légions sur la neige semées :
 66 « Est-ce le châtement, dit-il. Dieu des armées ? »
 67 « Alors il s'entendit appeler par son nom
 68 Et quelqu'un qui parlait dans l'ombre lui dit : Non.

Le procédé de déparadoxalisation comme phénomène cohésif

Resumé

*Cet article suit, aussi bien dans son contenu que dans sa forme, l'analyse présentée – sous le titre Relier par un paradoxe – lors du 8ème Congrès Mondial de Linguistique Française (Orléans, 4-8 juillet 2022). L'intention qui animait ce travail, qui est devenu ensuite un chapitre important de notre thèse de doctorat, était double : d'une part, c'était de montrer que le procédé de déparadoxalisation est cohésif en cela qu'il impose – afin de comprendre linguistiquement le paradoxe – de réunir en un tout plusieurs éléments textuels autrement séparés ; de l'autre, il s'agissait de prouver que le paradoxe, loin d'être quelque chose qui s'oppose à la doxa, est en réalité un prolongement de celle-ci. Dans l'analyse du texte que vous trouverez dans ce travail, aucun détail n'a été modifié. Par contre, l'article que nous présentons ici nous donne l'occasion de revenir de façon plus précise sur un des enjeux majeurs de notre réflexion : les conséquences textuelles du paradoxe (et, du coup, du procédé de déparadoxalisation). Vous trouverez cette nouvelle partie à la fin de cet article (I) **Les conséquences textuelles du paradoxe. À nouveau**). Mais, pour l'instant, laissons tout d'abord parler l'analyse.*

Mots-clés: Paradoxe. Déparadoxalisation. Cohésion

Referências

- ALEXANDRESCU, V. (1997). *Le paradoxe chez Blaise Pascal*. Bern : Peter Lang.
- ANSCOMBRE, J.-C. et DUCROT, O. (1978). Echelles argumentatives, échelles implicatives, et lois de discours. *Semantikos*, 2, n° 2-3, 43-66.

- ANSCOMBRE, J.-C. et DUCROT, O. (1983). *L'Argumentation dans la langue*. Bruxelles : Mardaga
- BERRENDONNER, A. et REICHLER-BEGUELIN, M.-J. (1989). Décalages : les niveaux de l'analyse linguistique. *Langue française*, 81, 99-125.
- CACCIARI, M. (1990). *Dell'Inizio*. Milano : Adelphi.
- CAREL, M. et DUCROT, O. (1999). Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative. *Langue française*, 123, 6-26.
- CAREL, M. (1992). *Vers une formalisation de la théorie de l'argumentation dans la langue*. Thèse de doctorat de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.
- CAREL, M. (2011). *L'Entrelacement argumentatif. Lexique, discours et blocs sémantiques*. Paris : Honoré Champion.
- CAREL, M. (2018). *Présupposition et organisation du sens*, dans BIGLARI, A. et BONHOMME, M. (éds), *La Présupposition entre théorisation et mise en discours*. Paris : Classiques Garnier, 263-287.
- CORMINBOEUF, G. (2015). Le paradoxe comme stratégie raisonnable. *Pratiques* [En ligne], 165-166.
- CULIOLI, A. (1985). *Notes du séminaire de D.E.A. – 1983-1984*, Université de Poitiers.
- DANDREY, P. (1997). *L'éloge paradoxal de Gorgias à Molière*. Paris : Presses universitaires de France.
- DUCROT, O. (2016). Présentation de la théorie des blocs sémantiques. *VERBUM*, Tome XXXVIII, N°1-2, 53- 65.
- DUCROT, O. (2006). *La sémantique argumentative peut-elle se réclamer de Saussure ?*, dans de SAUSSURE, L. (éd.) *Nouveaux regards sur Saussure*. Genève : Droz, pp. 153-171.
- FONTANIER, P. (2009, dernière réimpression). *Les figures du discours*. Paris : Flammarion.
- GALLARD, P.-Y. (2015). Du paradoxe au style paradoxal : l'exemple des *Caractères* de La Bruyère. *Pratiques* [En ligne], 165-166.
- GREIMAS, A. J. (1966). *Sémantique structurale : recherche de méthode*. Paris : Larousse.
- GRICE, P. (1969). Utterer's Meaning and Intention. *The Philosophical Review* n° 78, 147-77.
- GRICE, P. (1975) *Logic and Conversation*, dans COLE, P. et MORGAN, J. (éds), *Syntax and Semantics*, vol 3. New York : Academic Press.
- LEBAS-FRACZAK L., LEBAS F. (2007). Les articles en français comme opérateurs énonciatifs de la référenciation. *Cahiers du LRL*, pp.71-83.
- MORIER, H. (1998, 5^{ème} éd.). *Dictionnaire de poétique et de rhétorique*. Paris : PUF.
- PERELMAN, C. et Olbrechts-Tyteca, L. (1958). *Traité de l'argumentation : la nouvelle rhétorique*, (2 vols.). Paris : PUF.

RASTIER, F. (1996). *Chamfort : le sens du paradoxe*, dans : LANDHEER, R. et SMITH, P. J. (éds), *Le Paradoxe en linguistique et en littérature*. Genève : Droz, 117-147.

RASTIER, F. (2009, 3^{ème} éd.). *Sémantique interprétative*. Paris : PUF.

SEVERINO, E. (1958). *La struttura originaria*. Brescia : La Scuola.

SEVERINO, E. (2005). *Fondamento della contraddizione*. Milano : Adelphi.

SPERBER, D. et WILSON, D. (1989). *La Pertinence. Communication et cognition*. Paris : Éd. de Minuit.

SPERBER, D. et WILSON, D. (2004). *Relevance Theory*, dans HORN, L.R. et WARD, G. (éds.), *The Handbook of Pragmatics*. Oxford : Blackwell, 607-632.

A constituição do sentido em discursos políticos: uma análise pela teoria da polifonia de Oswald Ducrot

Carina Maria Melchiors Niederauer¹

Resumo

Este estudo tem por objetivo demonstrar, por meio da Teoria da Polifonia, de Oswald Ducrot, as diferentes vozes que se fazem presentes em um discurso político. Para isso, é feita a análise polifônica de dois excertos do discurso de Donald Trump feito a apoiadores após anunciada sua vitória na eleição para presidente dos Estados Unidos em 2024. Com isso, buscamos evidenciar a relevância dos estudos desse pesquisador não só para a compreensão discursiva linguística, mas para a compreensão da sociedade. Inicialmente, é feita uma retomada das eleições norte-americanas de 2024, em especial das propostas de campanha do então candidato republicano Donald Trump, em seguida, trazemos os estudos do teórico político Laclau que discute a questão do populismo como sendo um recurso utilizado tanto pela esquerda quanto pela direita e que se faz presente no discurso do presidente eleito Donald Trump. Finalmente, revisitamos a Teoria da Polifonia de Ducrot para, então, fazermos a análise polifônica de dois excertos do discurso referido anteriormente. Trata-se de uma pesquisa de revisão de literatura que visa por em evidência o potencial da Teoria da Polifonia para a constituição de sentido de enunciados/discursos. A análise demonstra que o que é proposto pela Teoria, isto é, que um enunciado comporta muito mais vozes do que apenas a do locutor, como se poderia acreditar, está na verdade impregnado de diferentes pontos de vista (enunciadores) que o locutor pode tanto assumir quanto discordar ou apenas concordar.

Palavras-chave: Discurso político. Populismo. Teoria da Polifonia

Data de submissão: fev. 2025 – Data de aceite: mar. 2025

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v21i1.16768>

¹ Doutora em Letras – Associação Ampla UCS e UniRitter (2015), pela Universidade de Caxias do Sul. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Letras - Mestrado Acadêmico em Letras, Cultura e Regionalidade, da Universidade de Caxias do Sul. Professora do Curso de Letras – Licenciatura, da UCS. E-mail: carina.nider@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5453-8912>

Introdução

Este artigo visa, antes de mais nada, homenagear o semanticista Oswald Ducrot, criador da Teoria da Argumentação na Língua e responsável por colaborar com os estudos linguísticos no Brasil e no mundo.

Estamos vivendo um tempo em que intolerância, falta de escuta e extremismos, em especial com relação a discussões políticas, têm levado muitas pessoas a não ouvirem o que o outro tem a dizer, como se houvesse apenas uma verdade absoluta a ser aceita sem questionamentos. Os efeitos disso podem ser vistos em todos os cantos do mundo, seja na América do Sul, na América do Norte, na Europa ou na Ásia.

Um dos principais mecanismos propagadores dessas supostas verdades tem sido as redes sociais, nas quais pessoas, escondidas atrás de suas telas, muitas vezes, fazem postagens de conteúdo duvidoso, induzindo a que muitos acreditem em suas inverdades, isto é, propagam as chamadas fake news.

É fato que a internet é um dos principais fatores de globalização, a partir do que as fronteiras geográficas foram praticamente extintas. Em vista disso, tudo que acontece no Planeta circula por toda sua extensão na velocidade da luz e questões ideológicas também são propagadas na mesma velocidade.

Essa explanação introdutória se faz necessária, considerando o objetivo deste estudo, que é o de analisar polifonicamente dois excertos do discurso de Donald Trump feito a apoiadores após anunciada sua vitória na eleição a presidente dos Estados Unidos em 2024. A escolha por fazer uma análise dessa natureza deve-se ao interesse de demonstrar como a Teoria da Polifonia, proposta por Ducrot, pode contribuir para a compreensão de discursos, pondo à mostra os vários enunciadores que são evocados, e que subjazem o que é dito. Queremos com isso, evidenciar a relevância dos estudos desse pesquisador não só para a compreensão discursiva, mas para a compreensão da sociedade.

Para isso, faremos uma retomada das propostas de campanha do candidato republicano e, ao mesmo tempo, trazemos os estudos do teórico político Laclau que abordam a questão do populismo como sendo um recurso utilizado tanto pela esquerda quanto pela direita e que se faz presente no discurso do presidente eleito Donald Trump.

Por fim, revisitamos a Teoria da Polifonia de Ducrot para, então, fazermos a análise polifônica de dois excertos do discurso referido anteriormente.

1 Eleições norte-americanas de 2024: o candidato Donald Trump

A eleição norte-americana para presidente, no ano de 2024, foi marcada por

discursos inflamados tanto do candidato republicano, Donald Trump, quanto do candidato democrata, Joe Biden, contudo, diante da pouca adesão às propostas de governo de Biden por parte dos eleitores americanos e pressionado pelos membros de seu partido, Biden desiste de concorrer à reeleição, entrando na disputa a vice-presidente americana Kamala Harris.

Nesse novo contexto, os discursos tornaram-se mais incisivos, em especial do candidato Trump, que enfatizava a questão da imigração a ser combatida, a volta do crescimento econômico dos EUA, além da ênfase dada à falta de força política do atual presidente no cenário mundial.

O resultado das eleições, dando vitória ao candidato republicano com larga margem de votos, surpreendeu não só os americanos como todos no mundo que acreditavam que se trataria de uma eleição bastante apertada, considerando os resultados das pesquisas feitas.

Mas o que de fato tornou a eleição de Trump tão arrasadora? Seus discursos disseram o que a maioria dos cidadãos americanos queriam ouvir?

Para que possamos entender um pouco mais sobre isso, fazemos uma retomada das principais propostas campanha de Trump.

A campanha de Donald Trump para as eleições presidenciais de 2024 reflete uma combinação de continuidade de temas discutidos por ele ao longo de seu mandato de presidente dos Estados Unidos no período de 2017 a 2021 e novas propostas para captar o apoio do eleitorado americano. Trump busca se posicionar como defensor das classes trabalhadoras e da "América tradicional", utilizando uma retórica que enfatiza a proteção dos interesses nacionais e o combate a questões que ele considera problemáticas, como imigração, mudanças climáticas e políticas progressistas nas escolas e universidades (Polifact, 2024; Why, 2024).

Sua campanha poderia ser analisada por meio de teorias sobre populismo e autoritarismo "light". Segundo especialistas, seu discurso apela ao "populismo nacionalista", no qual políticas são forjadas em torno da ideia de proteger o "homem comum" contra elites e forças externas. Em geral, faz uso de narrativas polarizadoras para mobilizar eleitores frustrados com a globalização e mudanças culturais (Polifact, 2024; Why, 2024).

Além disso, o conceito de "imperialismo cultural" aparece em sua retórica ao propor políticas de defesa da identidade americana contra influências externas, conectando-se com discussões teóricas sobre exclusivismo cultural e soberania nacional (Polifact, 2024; Why, 2024).

Esses fatores tornam a campanha de Trump um caso interessante para análise sob a lente de estudos sobre comunicação política e estratégias de mobilização em democracias

contemporâneas, mas não só, tornam interessante também para pesquisas linguísticas.

Dentre suas principais propostas de governo, elencamos as seguintes:

Economia e Comércio: aumento de tarifas sobre produtos importados, especialmente da China, para proteger a indústria americana; cortes regulatórios em várias áreas para impulsionar setores como o de energia e habitação.

Imigração: endurecimento das políticas contra imigração ilegal, como a construção de barreiras na fronteira e a classificação de cartéis de drogas como organizações terroristas; uso de leis de emergência para deportação mais rápida de imigrantes em situações específicas.

Educação: eliminação do Departamento de Educação e redistribuição de fundos federais para iniciativas como uma "Academia Americana" que ofereceria educação gratuita e sem "influências políticas".

Políticas Climáticas e Energéticas: oposição às políticas de combate às mudanças climáticas, priorizando combustíveis fósseis e prometendo eliminar subsídios a veículos elétricos.

Reforma do Governo: fortalecimento do poder executivo, incluindo maior controle sobre gastos federais e o afastamento de regulamentações ambientais e trabalhistas que considera excessivas.

Essas propostas transparecem, no discurso de Donald Trump, vários aspectos do que explica Laclau (2008) a respeito de discursos populistas. Diante de considerações como as feitas por Polifact e Whyy (2024), cabe abrir espaço para uma breve discussão sobre o que é entendido por populismo.

2 Populismo em discursos políticos

O conceito de populismo tem sido abordado por diferentes correntes teóricas, neste estudo, pautamo-nos pela noção de populismo formulada por Ernesto Laclau (2008), teórico político argentino, uma vez seus trabalhos relacionarem o populismo a questões de ideologia e de linguagem. Para ele, quando falamos em populismo, não estamos falando em uma ideologia de esquerda ou de direita, mas de um recurso retórico passível de atender aos interesses de qualquer perspectiva ideológica.

Nas palavras de Laclau (2008), uma demanda que é tanto particular quanto equivalente é o que consolidada a identidade popular, isto é, uma demanda que de início é particular pode se tornar a demanda de um grupo social, instituindo um desejo coletivo. Segundo ele, a identidade se constitui em torno de palavras ou imagens que representem a cadeia equivalente de determinado grupo social.

O teórico político esclarece que a transição de demandas democráticas para

demandas populares ocorre a partir da rejeição do poder vigente em uma dada sociedade, cujas relações equivalentes são identificadas por um signo em comum. Dessa forma, Laclau (2008) classifica ‘povo’ não como um fator social, mas, sim, como uma categoria política. Para ele, um ator social se funda com base em diferentes demandas relacionadas entre si, em sendo assim, o que está em questão para ser analisado são as demandas e não os grupos/atores sociais.

Segundo ele, os objetos, nesse caso, um grupo social ou um signo atualizado em um discurso, são a representação de um conjunto diferencial, em situações carregadas de diferenças. Aproximando o que é dito a uma sociedade, é preciso que haja um código de signos comuns impregnados do mesmo significado para cada grupo que dela faz parte.

Laclau (2008) explica que o ideal de haver uma totalidade capaz de englobar todas as possibilidades de representação é impensável, pois sempre haverá um objeto suprimido. Dessa forma, na totalidade, quando elementos diferentes são postos em relação a um elemento omitido, elementos diferentes são aceitos como equivalentes entre si. No entanto, para que seja possível atingir um nível de totalização discursiva, é necessário que uma dessas diferenças equivalentes assuma a representação da totalidade, incorporando os possíveis significados dos signos em um só.

O conceito de significante vazio, proposto por Laclau (2008), é, segundo ele, um aspecto essencial da constituição da identidade popular, isso por que uma identidade popular precisa ser compactada e significada em função de signos que demonstrem a cadeia a cuja qual um grupo pertence.

Como as cadeias de pertencimento estão em constante evolução, os signos acabam por se distanciar das demandas que originalmente os abarcavam, isto é, passam a se relacionar ao contexto atual em que são utilizados. Isso poderia explicar porque um mesmo signo pode ter diferentes sentidos quando empregado por políticos de esquerda ou de direita. Em vista disso, a heterogeneidade das demandas sociais faz com que a identidade popular tenha um papel de significante vazio (Laclau, 2008).

A reflexão feita aqui sobre o conceito de populismo é necessária para que a análise a ser feita mais adiante, por meio da Teoria da Polifonia de Ducrot, possa se tornar mais clara no que concerne à constituição do sentido do discurso. Sabemos que a Teoria tem como base epistemológica o imanentismo, o que difere dos estudos de Laclau, contudo, consideramos importante demonstrar como a compreensão do dito pode pôr à mostra como pensam determinados grupos sociais.

3 Teoria da polifonia

Inicialmente, importa explicar que a versão da Teoria da Polifonia utilizada neste

estudo é a formulada por Ducrot na obra *O dizer e o dito* (1987), quando atualiza o que já fora proposto por ele em 1980.

Consoante Ducrot (1989), sua inspiração para o estudo da polifonia reside na teoria da enunciação de Charles Bally, em especial, em sua obra *Linguistique générale et linguistique française* de 1965.

Nessa versão da Teoria, Ducrot propõe uma teoria polifônica da enunciação, isto é, uma teoria que defende que “em um mesmo enunciado estão presentes vários sujeitos com status linguísticos diferentes.”² (Ducrot, 1990, p. 16, tradução nossa).

Em vista disso, o semanticista faz oposição ao axioma da unicidade do sujeito falante, uma vez considerar que: (a) o sujeito é capacitado psicofisiologicamente para produzir enunciados; (b) ao produzir enunciados, é autor dos atos ilocucionários; e (c) o sujeito é caracterizado pelas marcas de primeira pessoa, por um verbo que tem como sujeito eu, por pronomes como meu, este e/ou por advérbios como aqui, agora (Ducrot, 1987).

Ao fazer tais afirmações sobre o sujeito, o linguista (1990) analisa a concepção de sujeito falante, concepção esta que levaria a variadas e diferentes funções, são elas: a de sujeito empírico, a de locutor e a de enunciador.

Para que possamos compreender melhor essas funções discursivas, retomamos como elas são apresentadas por Ducrot (1990).

O sujeito empírico (SE) refere-se àquele que produz o enunciado. Ducrot, ao definir o sujeito empírico, esclarece que para sua Teoria, não está em questão quem produz o enunciado, mas, sim, o sentido do enunciado. Nas palavras do semanticista, interessa saber “o que está no enunciado e não as condições externas de sua produção.”³ (Ducrot, 1990, p. 17, tradução nossa).

Com relação ao locutor (L), este seria o responsável pelo enunciado formulado, trata-se de uma figura discursiva marcada pela presença do pronome eu e demais marcas de primeira pessoa.

Para tornar isso mais claro, Ducrot (1990) traz como exemplo os provérbios, pois nesses enunciados há sempre a presença de um sujeito empírico, contudo, não necessariamente um locutor se faça presente. Um enunciado como: Onde há fumaça, há fogo, dito em uma situação enunciativa específica, será produzido por um sujeito empírico, no entanto, por ser um provérbio (um dito de origem popular sem autoria definida), o sujeito empírico o enuncia como uma máxima pela qual não se responsabiliza, pois se trata de um enunciado cujo conteúdo semântico não é assumido por nenhum locutor.

De acordo com Ducrot (1990), a linguística contemporânea, em especial a francesa,

² No original: “[...] según la cual en un mismo enunciado hay presentes varios sujetos con status lingüísticos diferentes.”

³ No original: “[...] lo que está en el enunciado y no las condiciones externas de su producción.”

reconhece a visão de que todo o enunciado contém um determinado número de pontos de vista referentes às enunciações que lhes dão origem, isto é, enunciadores.

Para a Teoria, enunciadores são seres discursivos que se expressam por meio da enunciação, sem que para isso lhes sejam atribuídas palavras específicas; de fato, cada enunciador expressa seu ponto de vista.

Diante do exposto, consoante Ducrot (1990), para que se descreva o sentido de um enunciado é preciso, antes de mais nada, identificar os diferentes pontos de vista apresentados pelos enunciadores e, em seguida, verificar a posição assumida pelo locutor em relação a esses enunciadores.

Quanto às possíveis posições a serem assumidas pelo locutor, Ducrot (1987) explica que este pode: (a) identificar-se com um dos enunciadores, assumindo o que é dito por ele, como é o caso da asserção; (b) aprovar/aceitar o que é dito por um dos enunciadores, indicando sua concordância com esse enunciador, mesmo que o enunciado não tenha por objetivo admitir tal ponto de vista; e (c) opor-se a um dos enunciadores, recusando seu ponto de vista.

Para ilustrar o que foi dito, apresentamos a seguir um exemplo de descrição polifônica do sentido de um enunciado:

Eventuais valores pagos devem ser restituídos

Enunciadores:

E₁: valores foram pagos

E₂: valores não foram pagos

E₃: valores pagos devem ser restituídos

E₄: não havendo pagamento de valores não há que serem restituídos

E₅: não há certeza de que valores tenham sido pagos

Nesse enunciado, a posição do locutor, no que se refere aos enunciadores apresentados, pode ser assim descrita: identifica-se com E₁, E₂, E₃ e E₄, mas assume o que é dito por E₅, isto é, eventualmente valores tenham sido pagos.

De acordo com o linguista, para que o sentido de um enunciado seja descrito, é necessário que se faça alguns questionamentos:

O enunciado contém a função locutor? A quem se atribui essa função? A quem se assimila (ou assemelha) o locutor? Quais são os diferentes pontos de vista expressos, quer dizer, quais são as diferentes funções de enunciador presentes no enunciado? A quem se atribuem eventualmente essas funções?⁴ (Ducrot, 1990, p. 20 – tradução nossa).

Ducrot (1990), ao retomar sua Teoria da Polifonia, visa explicar que o autor de um

⁴ No original: “[...] ¿el enunciado contiene la función locutor? ¿a quién se le atribuye esta función? ¿a quién se assimila el locutor? ¿cuáles son los diferentes puntos de vista expresados, es decir cuáles son las diferentes funciones de enunciador presente en el enunciado? ¿a quién se atribuyen eventualmente estas funciones?”

enunciado nunca se expressa diretamente visto que em um enunciado estão presentes diversos enunciadores. A partir disso, o sentido de um enunciado se constitui com base na confrontação dos diferentes pontos de vista expressos, o que leva a crer que o sentido de um enunciado é produto das diferentes “vozes” apresentadas.

4 Análise

A partir da retomada feita anteriormente sobre como atua a Teoria da Polifonia de Ducrot, propomos agora a análise de dois enunciados, retirados de excertos do discurso feito por Donald Trump, quando anunciada sua vitória na eleição à presidência dos Estados Unidos em 2024.

Discurso (1): *E agora ele vai alcançar um novo nível de importância, pois vamos ajudar nosso país a se curar. Ajudar nosso país a se curar, temos um país que precisa de ajuda e precisa muito. Vamos consertar nossas fronteiras, vamos consertar tudo no nosso país (G1, 2024).*

Enunciado (1): [...]ele [Estados Unidos] vai alcançar um novo nível de importância, pois vamos ajudar nosso país a se curar.

E₁: nosso país está doente

E₂: nosso país precisa ser curado

E₃: eu [Donald Trump] vou ajudar nosso país a se curar

E₄: todo povo americano concorda que o país está doente

E₅: todo povo americano vai ajudar o país a se curar

E₆: eu [Donald Trump] e todo povo americano, juntos, vamos ajudar o país a se curar

E₇: os EUA têm um nível de importância

E₈: curarmos o país possibilitará aos EUA alcançar um novo nível de importância

Nesse enunciado, o locutor atualiza oito enunciadores, dentre eles, assume E₈, que afirma que curarmos o país possibilitará aos EUA alcançar um novo nível de importância. Esse enunciador inclui o presidente eleito e todo povo americano nesse processo de cura e crescimento no nível de importância dos EUA.

Quanto aos demais enunciadores, o locutor aceita o que dizem E₁, E₂, E₃, E₄, E₅, E₆ e E₇, ou seja, que o país está doente e precisa ser curado e, em vista disso, o presidente eleito assume o compromisso de ajudar a curar o país, bem como que todo povo americano concorda que o país está doente e também ajudará a curá-lo, o que, por conseguinte, levará os EUA a um novo nível de importância, considerando que o país já detém um nível de importância a ser ampliado.

Discurso (2): *Mas é uma vitória política que nosso país nunca viu antes, nada assim. Quero agradecer ao povo americano pela extraordinária honra de ser eleito o 47º presidente e também o 45º presidente (G1, 2024).*

Enunciado (2): Quero agradecer ao povo americano pela extraordinária honra de ser eleito o 47º presidente e também o 45º presidente

E₁: eu [Donald Trump] fui eleito o 47º presidente pelo povo americano

E₂: eu [Donald Trump] fui eleito o 45º presidente pelo povo americano

E₃: eu [Donald Trump] estou grato ao povo americano pela extraordinária honra de ser eleito o 47º presidente e também o 45º presidente dos Estados Unidos

E₄: todo povo americano elegeu-o [Donald Trump] em duas oportunidades para a presidência do país

E₅: os candidatos da oposição não foram eleitos pelo povo americano nas 47º e 45º eleições

Nesse enunciado, o locutor aceita o que dizem E₁, E₂, E₄ e E₅, ao dizerem que Donald Trump foi eleito como 45º e 47º presidente dos Estados Unidos, bem como que todo povo americano o elegeu nessas duas oportunidades e que os candidatos de oposição perderam para ele. Contudo, assume E₃ que afirma que Donald Trump está grato ao povo americano pela extraordinária honra de ser eleito o 47º e 45º presidente dos Estados Unidos. Importante explicar que E₄, ao referir que “todo povo americano” elegeu Donald Trump, embora não apareça explicitamente dessa forma no enunciado, o faz autorizado pelo que é dito no enunciado, isto é, agradeço “ao” povo americano, como se fosse a tua totalidade.

Mas o que os enunciadores desses discursos revelam?

No primeiro enunciado, seu discurso apresenta como verdade que suas duas vitórias em eleições representam a totalidade da vontade do povo americano, isso fica demonstrado quando agradece “ao povo” americano, o que pode levar o ouvinte menos avisado a acreditar que essa era a vontade de toda a população, isto é, que ele era a melhor escolha para ajudá-los a curar a enfermidade pela qual o país passa em decorrência do governo anterior.

Já o segundo enunciado, reforça a vontade de tê-lo como presidente, uma vez ter sido eleito em duas oportunidades. Isso fica evidenciado pelo E₃ que diz: eu [Donald Trump] estou grato ao povo americano pela extraordinária honra de ser eleito o 47º presidente e também o 45º presidente dos Estados Unidos. Ao dizer que se sente honrado, demonstra reconhecer a importância de ser indicado pelo povo americano para comandar o país, pois se trata do reconhecimento de sua competência para tal.

Considerações finais

Como dito anteriormente, este artigo busca homenagear o semanticista Oswald

Ducrot pela relevância de sua Teoria da Argumentação na Língua, da qual a Teoria da Polifonia faz parte, e demonstrar, por meio dessa Teoria, como discursos e enunciados estão impregnados de outras vozes responsáveis por colaborar para a constituição de sentido.

A escolha por um discurso político busca aproximar da realidade social a relevância de se saber identificar as vozes que estão atuando naquilo que é dito, para que se possa compreender melhor o que de fato está sendo comunicado quando ouvimos ou lemos um discurso.

É claro que, respeitando a Teoria, a análise se restringe ao seu aspecto linguístico, mas não se pode desconsiderar que, além de entender esse aspecto, todo discurso tem uma função social. Em vista disso, retomamos, para encerrar, a questão do populismo, referida por Polifact (2024) e Whyy (2024), como fazendo parte do discurso de Donald Trump.

De acordo com Laclau (2008) a identidade popular se consolida a partir do momento em que uma demanda individual encontra equivalência em um grupo social, tornando-se um desejo coletivo.

Ao pensarmos em discursos políticos, estamos diante de situações em que os envolvidos precisam identificar as demandas individuais de uma coletividade para fazer delas sua política de campanha e torná-las um desejo coletivo e, por meio de seus discursos, trazê-las à tona, reiteradamente, buscando torná-las um anseio coletivo. A partir daí, o apelo àquilo que a população deseja ouvir passa a ser utilizado por políticos, visando à adesão máxima à sua eleição.

Embora, em geral, discursos populistas tenham sido atribuídos à política de esquerda, como bem explica Laclau (2008), esse tipo de discurso se faz presente tanto em partidos de esquerda quanto de direita, o que muda é o sentido dos signos empregados, ou seja, um mesmo signo poderá acarretar diferentes sentidos, dependendo de quem os utiliza.

Além disso, o conceito de significante vazio, explicitado anteriormente, ajuda a compreender como um signo tem sua significação atrelada a quem o usa e em que contexto o faz, bem como as mudanças que um signo pode sofrer no que tange a sua significação, considerando a heterogeneidade dos grupos sociais.

Nesse ponto é preciso pensar que embora Laclau (2008) tenha seus estudos voltados à teoria política, sua referência ao significante vazio se aproxima, de certa forma, ao que Ducrot nos explica, isto é, que a argumentação está na língua e que o sentido de um enunciado/discurso é produto da inter-relação entre os segmentos de um enunciado e entre enunciados, logo o valor de um termo se constituirá na relação estabelecida com os demais termos de um enunciado e, na perspectiva de Laclau, no contexto em que é

utilizado.

Assim, com base na análise polifônica realizada, os enunciadores identificados colaboram para que se entenda o sentido dos enunciados. Para exemplificar isso, retomamos o enunciado (1), no qual, o locutor, ao assumir o que **E₈** diz, curarmos o país possibilitará aos EUA alcançar um novo nível de importância, ao mesmo tempo em que aceita os que dizem os enunciadores de E1 até E7, permite constituir o sentido do enunciado da seguinte maneira: eu [Donald Trump] acredito que o país está doente e todo povo americano acredita nisso também, portanto, ao me elegerem para a presidência, terão um aliado para curar o país e levá-lo a alcançar um novo nível de importância. Lembrado que, ao referir a expressão agradeço “ao povo americano”, Trump transparece acreditar que esse é um desejo de toda população americana, conforme demonstrado na análise.

Se aproximarmos a análise polifônica ao que propõe Laclau (2008), veremos que o termo ‘curar’ e a expressão ‘alcançar um novo nível de importância’, adquire significado para aqueles que votaram em Trump e que comungam com ele que o país precisa ser curado e elevado a um novo nível de importância. Possivelmente, o termo ‘cura’ e a expressão ‘alcançar um novo nível de importância’ dita pelo candidato Joe Biden e seus eleitores teria uma significação diferente, conforme já foi explicado.

Como demonstrado, a Teoria da Polifonia de Ducrot por meio de sua descrição linguística, colabora para que se possa compreender as relações que se estabelecem em uma sociedade.

The Constitution of Meaning in Political Discourses: An Analysis through Oswald Ducrot's Theory of Polyphony

Abstract

This study aims to demonstrate, through Oswald Ducrot's Theory of Polyphony, the different voices present in a political discourse. To achieve this, a polyphonic analysis of two excerpts from Donald Trump's speech to his supporters, delivered after his victory in the 2024 U.S. presidential election was announced, is conducted. We seek to highlight the relevance of this researcher's studies not only for linguistic discourse comprehension but also for understanding society. Initially, a review of the 2024 U.S. elections is presented, focusing on the campaign proposals of the then Republican candidate Donald Trump. Following this, we explore the studies of political theorist Ernesto Laclau, who discusses populism as a strategy used by both the left and the right, which is evident in the elected President Donald Trump's discourse. Finally, we revisit Ducrot's Theory of Polyphony to carry out the polyphonic analysis of two excerpts from the aforementioned speech. This is a literature review study that aims to highlight the potential of the Theory of Polyphony for constructing meaning in utterances/discourses. The analysis demonstrates that what is proposed by the Theory—namely, that an utterance contains far more voices than just that of the speaker, as might be assumed—is, in fact, filled with different viewpoints (enunciators) that the speaker may either adopt, disagree with, or simply agree with.

Keywords/ Political discourse. Populism. Theory of Polyphony

Referências

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT. *Polifonía Y argumentación*. Conferencias del Seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1990.

G1. Veja a íntegra do discurso da vitória de Trump. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2024/noticia/2024/11/06/discurso-vitoria-trump-veja-integra.ghtml>. Acesso em: 6 nov. 2024.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

POLITICFACT. Donald Trump's 2024 campaign promises: Here's his vision for a second term. Disponível em: <https://www.politifact.com/article/2024/sep/30/donald-trumps-2024-campaign-promises-heres-his-vis/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

WHYY. *Donald Trump has sweeping plans for a second administration. Here's what he's proposed*. Disponível em: <https://why.org/articles/trump-election-2024-policy-proposals/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

Escolhas linguísticas para construção textual argumentativamente orientada: contribuições de Ducrot

Ana Lúcia Tinoco Cabral¹

Resumo

O trabalho apresenta reflexões em torno das relações entre os estudos da argumentação na língua e os estudos do texto. A abordagem teórica relativa ao conceito de argumentação proposta nas análises associa os postulados de Ducrot (1980; 1984) de que a argumentação está presente na língua, a qual lhe concede os meios e lhe impõe os limites, mas considera também que as escolhas linguísticas estão a serviço de um querer dizer de um sujeito que atua em interação (Koch, 2004), está inserido em determinado quadro enunciativo, numa relação intersubjetiva (Kerbrat-Orecchioni, [1980] 1997 e 2005), e é, portanto, produtor de textos. A título de exemplificação, o trabalho apresenta a análise um texto publicado na mídia eletrônica abordando um tema de interesse social. Por meio das análises, o texto procura verificar como o estudo dos fenômenos textuais concernentes ao discurso de visada argumentativa se ancoram nas escolhas linguísticas e, portanto, aos fenômenos de língua.

Palavras-chave: Argumentação na língua. Pressuposição. Verbos. Texto. Construção de sentidos

Data de submissão: out. 2024 – Data de aceite: nov. 2024

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v21i1.16450>

¹ Possui graduação em Língua e Literatura Portuguesas pela Pontifícia Universidade de São Paulo (1980); Mestrado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade de São Paulo (2000) e Doutorado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade de São Paulo (2005). Realizou estágio de pós-doutoramento na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França, do qual resultou o livro *A força das palavras dizer e argumentar* (Contexto, 2010). E-mail: altinococabral@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6417-2766>

Introdução

Ducrot (1977; 1984) dedicou-se ao estudo da argumentação como fenômeno linguístico; seu foco, ao longo de seus trabalhos, encontra-se na argumentação marcada na língua, de forma geral. Defendendo que as palavras da língua veiculam elas próprias argumentações, Ducrot (2004) declara preocupar-se especialmente com língua como meio verbal direto para influenciar o outro.

Observamos, no entanto, que, embora Ducrot não cuidasse da organização do discurso e defendesse a autonomia da argumentação linguística (Ducrot, 2004), postulando que “os encadeamentos conclusivos do discurso não constituem, enquanto tais, meios diretos de persuasão, nem mesmo meios parciais”² (Ducrot, 2004, p.20), ele próprio, neste mesmo trabalho de 2004, assumiu que argumentação linguística “pode servir à persuasão”, o que quer dizer que ela pode servir à argumentação no processo de construção textual, ponto de vista que temos defendido em nossos estudos, dedicados ao diálogo entre questões relativas à textualidade e aquelas concernentes à língua, procurando como os fenômenos gerais concernentes à argumentação na língua constituem elementos fundamentais para a análise e compreensão da argumentação nos textos, ou seja, na composição textual.

O pressuposto teórico que orienta este trabalho, constitui, em confluência com Ducrot et al (1980), a centralidade da argumentação. Conforme expusemos no parágrafo anterior, entendemos, com base nos postulados de Ducrot que a argumentação está na língua e que esta oferece inúmeras possibilidades de construção e impõe limites, conforme destacado por Autor (2013). Esse pressuposto nos conduz admitir que as escolhas linguísticas na composição textual são escolhas do produtor em conformidade com suas intenções, ou, de acordo com Koch (2004), correspondem a um querer dizer deste produtor que atua em determinado contexto de interação, numa relação intersubjetiva e inserido em um quadro enunciativo (Kerbrat-Orecchioni, ([1980] 1997 e 2005)

Essa abordagem teórica se volta para o fenômeno da argumentação, em especial as relações entre texto e língua na construção argumentativa que perpassa todo texto. Cuida de observar como os textos se organizam argumentativamente e qual o papel, na composição textual, das escolhas linguísticas dotadas elas próprias de uma argumentação que lhes é inerente (Ducrot, 1977; 1984). Os ensinamentos de Ducrot fornecem, pois, conhecimentos fundamentais para pesquisas textuais dedicadas à argumentação “pois nos mostram possibilidades de escolhas linguísticas para conferir maior força argumentativa a nossos textos” (Autor, 2010, p.139).

² Les enchainements conclusifs du discours ne constituent par, en tant que tels, des moyens directs de persuasion, même pas des moyens partiels (tradução nossa)

Este trabalho tem por objetivo verificar a importância das escolhas linguísticas, as quais trazem argumentações que orientam a construção de sentidos na construção argumentativa de textos, tendo como pressuposto teórico que as palavras da língua trazem, em seus significados, argumentações que orientam as conclusões possíveis (Ducrot, 1977; 1984). Para tanto, analisamos um exemplar de texto extraído da mídia digital. As análises focalizam a orientação argumentativa contida em palavras, em especial verbos, e sua importância para a construção textual argumentativamente orientada. O trabalho organiza-se em três partes, além desta Introdução e da Conclusão. Inicialmente, apresentamos os pressupostos da Teoria da Argumentação na língua, buscando mostrar como eles se articulam à construção textual; em seguida, abordamos o conceito de pressuposição, conforme postulado por Ducrot (1977; 1984), articulando-o à construção textual, e apresentamos algumas questões relativas aos verbos, como possibilidade de escolha linguística na composição textual; em terceiro lugar, apresentamos nossas análises, que buscam mostrar como as escolhas linguística argumentativamente orientadas articulam a construção de sentidos no texto.

1 A argumentação na língua e no texto

Temos defendido (Cabral, 2016a) que o estudo do texto se funda em um diálogo entre conceitos ligados a fenômenos concernentes à textualidade e fenômenos ligados à língua, na construção dos sentidos textuais. Considerando as escolhas linguísticas, entendemos que a argumentação está presente na língua, que oferece os meios e impõe limites (Ducrot, 1984) e defendemos, com esse pesquisador, a centralidade da argumentação. Na composição de um texto, o produtor realiza escolhas em conformidade com seus objetivos em um contexto específico de interação (Koch, 2004). Lembramos com Cabral (2016b, p. 145) que “produzimos textos o tempo todo para nos relacionarmos com os outros e com o mundo” em conformidade com nossas intenções que guiam nossas escolhas. Dessa para a organização da textual, ou, conforme a autora citada, “organizamos a materialidade linguística, construímos mundos, agimos, interagimos” (Cabral, 2016b, p.145).

A Teoria da argumentação na Língua, tal como a postulou inicialmente, na década de 1980, Ducrot (1977; 1984); em seguida, Anscombre e Ducrot (1997); posteriormente Ducrot e Carel (2008), no fim do século XX e início do século XXI; e atualmente Carel (2021) a desenvolve, restringe o escopo de interesse, conforme exposto inicialmente neste trabalho, à argumentação linguística, a qual, conforme Ducrot (2004), difere da argumentação retórica, que, dedicada à organização do discurso, situa-se no nível da composição textual.

Ducrot (2004) defende igualmente a existência de um conhecimento metalinguístico que permite aos falantes de uma língua produzirem e compreenderem determinados encadeamentos argumentativos já presentes, a título de representações estereotipadas, na significação das palavras do léxico. Esses encadeamentos consistem na argumentação linguística, dizendo respeito à argumentação que existe em cada palavra do léxico; por isso é que, para Ducrot (2004), a argumentação linguística é um meio verbal direto, enquanto a argumentação retórica precisa da organização textual por meio da qual se dá o processo argumentativo, consistindo em um esforço verbal para fazer crer alguma coisa.

É importante lembrar, no entanto, que a construção retórica da argumentação se dá por meio de tomadas de decisões por parte do produtor, que opera escolhas de ordem linguística, para atender seus objetivos enunciativos. Para tanto, o produtor de um texto recorre ao conhecimento metalinguístico mencionado no parágrafo anterior.

O fato é que, conforme Anscombre e Ducrot (1997), produção de um enunciado se dá pela a intenção de produzir com ele algum efeito sobre os interlocutores, o que vai ao encontro inclusive do preceitos da argumentação Retórica, para a qual a argumentação tem a ver com efeitos de sentido que tocam o interlocutor. A esse respeito, vale lembrar os postulados de Kerbrat-Orecchioni ([1990]1998), para quem o uso da linguagem tem a ver com uma troca de propósitos. Essa pesquisadora ensina que, por meio das unidades lexicais, que são subjetivas, damos sentido ao mundo, criamos uma realidade discursiva com a qual interagimos. (Kerbrat-Orecchioni, [1980]1997); elas são, portanto, argumentativas. Isso se faz por meio de textos.

2 Texto e escolhas linguísticas para a argumentação

As pesquisas textuais na atualidade compreendem o texto como um processo que envolve intencionalidade, ou seja, um desejo de agir de alguma forma sobre o outro, o que implica intersubjetividade. Essa perspectiva encara a produção textual como uma ação voltada para o cumprimento de um objetivo argumentativo que contempla a possibilidade de usos da língua em contexto, ou seja, socialmente situados em processos de interação entre sujeitos e cognitivamente suportados.

O texto é resultado de um querer dizer que envolve um processo de construção de sentidos numa relação de interação, intersubjetiva portanto. Esse é um ponto de vista fundamentalmente pragmático que vai ao encontro do pensamento de Ducrot (1984), que, focalizando os fenômenos linguísticos, centra-se em identificar a orientação argumentativa das palavras e expressões linguísticas e postula que a língua “se apresenta fundamentalmente como o lugar do debate e do confronto de subjetividades”³ (Ducrot,

³ se presente fonadamentalement comme le lieu du débat et de la confrontation des subjectivités. (tradução nossa)

1984, p.31).

Seguindo ainda o posicionamento de Ducrot, vale observar que, em todo texto, “há uma série de informações não ditas para as quais o produtor deixa pistas, mas cabe ao leitor construí-las, ou reconstruí-las” (Lima e Cabral, 2023, p. 4). O texto traz, pois, inúmeros implícitos, pois, conforme Ducrot (1977), pois várias razões nos impedem de dizer tudo; elas têm a ver com as possíveis intenções do produtor, ou seja, dizem respeito a motivos diversos, de ordem argumentativa, sem desconsiderar o problema da extensão do texto. A construção e a reconstrução dos conteúdos implícitos no texto constituem um elemento importante para produção textual, para a compreensão e também para a argumentação.

Ducrot (1977; 1984) postula a existência de duas formas de implícitos: aquelas que introduzimos no discurso do exterior e aquelas que estão inscritas na língua de maneira mais direta.

Os implícitos que introduzimos no discurso, ou implícitos discursivos, dizem respeito à habilidade com que o produtor utiliza a língua (Ducrot, 1984). Muitas vezes, afirma-se algo com a intenção de que o leitor, com base no que está afirmado, chegue a alguma conclusão que não está dita, mas pode ser construída. Assim funciona o subentendido; trata-se, conforme (Ducrot 1984), de um conteúdo que está ausente do enunciado; é, segundo Ducrot (1984, p.20) “o que deixo para o meu ouvinte concluir”⁴:

Um procedimento banal, para deixar entender os fatos que não queremos assinalar de modo explícito, é apresentar, em seu lugar, outros fatos que podem parecer como a causa ou as consequências necessárias dos primeiros. Dizemos que o tempo está bom para fazer entender que vamos sair. (Ducrot, 1977, p. 15)

Cumpramos destacar o caráter intencional do emprego de subentendidos, uma estratégia bastante utilizada inclusive na composição textual. A esse respeito, é pertinente a afirmação de Lima e Cabral: “do ponto de vista textual, o conteúdo subentendido é planejado pelo produtor para que o leitor tire suas conclusões com base no que está dito” (Lima e Cabral, 2023, p.6).

O tipo de implícito que, segundo Ducrot (1977), não é discursivo, ou seja, está inscrito na língua, conforme exposto anteriormente, constitui a pressuposição. Para apreender o implícito da pressuposição é necessário recorrer ao significado da palavra ou da expressão linguística que contém o pressuposto, pois este está marcado linguisticamente e diz respeito à seleção de uma palavra que tem dois conteúdos em seu significado, um conteúdo posto dito de forma clara, e um conteúdo pressuposto, que deve ser reconstruído pelo interlocutor ou leitor. Como o conteúdo pressuposto está inscrito no

⁴ ce que je laisse conclure à mon auditeur (tradução nossa)

significado da expressão linguística (Ducrot (1977 e 1984), ele não pode ser negado pelo interlocutor, ou leitor, que é impelido a aceitá-lo; por isso é que “os implícitos nos permitem resguardar nossas intenções na medida em que eles nos protegem de protestos e de recusas” (Cabral, 2021, p.154).

A linguista Kerbrat-Orecchioni ([1986] 1998, p. 25) define pressuposto com sendo

“todas as informações que, sem ser abertamente postas, ou seja, sem constituir o verdadeiro objeto da mensagem, são, no entanto, automaticamente trazidas pela formulação do enunciado, no qual elas se encontram intrinsecamente inscritas, seja qual for a especificação do quadro enunciativo”⁵.

A definição de Kerbrat-Orecchioni é bastante produtiva e nos permite compreender com clareza o postulado de Ducrot (1977; 1984) de que o reconhecimento do pressuposto não está ligado a uma reflexão individual do falante, mas inscrito na língua, ligado ao próprio enunciado, em cuja composição se deu a escolha do conteúdo pressuposto. Esse é o motivo pelo qual “qualquer locutor que sabe o português pode, em princípio, identificar os pressupostos” (Maingueneau, 1996, p. 93), pois, o que entra em jogo no reconhecimento do conteúdo pressuposto é o conhecimento linguístico do interlocutor/leitor.

Conforme Cabral (2013), com base nos postulados de Ducrot (1977 e 1984), a respeito do pressuposto, quando o produtor de um texto utiliza conteúdos pressupostos, ele constrange o leitor a aceitar aquele conteúdo, uma vez que, esse conteúdo coloca o diálogo na hipótese de que o conteúdo já é de conhecimento do leitor, sendo, pois “o objeto de uma cumplicidade fundamental que liga os participantes do diálogo (Cabral, 2013, p.198). A esse respeito, Kerbrat-Orecchioni ([1986] 1998) pondera que os conteúdos pressupostos parecem emprestados de um discurso anterior. Essa condição do pressuposto está relacionada à lei do encadeamento postulada por Ducrot (1984, p. 92): “A informação pressuposta é apresentada como não devendo ser o tema do discurso ulterior, mas apenas o quadro no qual se desenvolverá.”⁶ O pressuposto e o subentendido viabilizam que o produtor se exima da responsabilidade sobre o que disse, o que leva Maingueneau (1996) a advertir sobre o risco de uso desses fenômenos para fins manipuladores; essa possibilidade corrobora com a sua força argumentativa na construção de sentidos dos textos.

Várias construções previstas pela língua são portadoras de conteúdos pressupostos, como, por exemplo, os verbos de mudança de estado, ou os conhecidos auxiliares aspectuais, que pressupõem a interrupção de uma ação que vinha sendo praticada, ou, ao

⁵ “[...] toutes les informations qui, sans être ouvertement posées (i.e. sans constituer en principe le véritable objet du message à transmettre), sont cependant automatiquement entraînées par la formulation de l'énoncé, dans lequel se trouvent intrinsèquement inscrites, quelle que soit la spécificité du cadre énonciatif ”. (tradução nossa)

⁶ Cf. o trecho original : “L'information présupposée est présentée comme ne devant pas être le thème du discours ultérieur, mais seulement le cadre dans lequel il se développera.”

contrário, o início de uma ação que não era praticada. Outro exemplo são os verbos factivos ou contrafactivos, que pressupõem a verdade (factivos) ou a falsidade (contrafactivos) do conteúdo exposto no complemento verbal (Cabral, 2021).

Os verbos, mesmo aqueles que não trazem conteúdos pressupostos, constituem uma categoria linguística que, conforme Kerbrat-Orecchioni ([1980], 1997), é muito útil para sinalizar as intenções do produtor. Eles servem para exprimir opinião, julgamento e sentimento, tendo, pois, uma importante função argumentativa. Cabral e Santos (2016) lembram que as ações ligadas aos sujeitos dos verbos pressupõem atributos desses sujeitos; trata-se de atributos que permitem construir uma imagem do sujeito, ao deixar implícito que ele é dotado de determinadas qualidades. O fato é que o verbo, como categoria responsável pela manifestação de ações, processos ou estados, agrega-se ao todo do enunciado e atribui valores não apenas ao sujeito a ele vinculado, mas também aos demais componentes do enunciado o que amplia os sentidos, contribui para a construção de representações, de imagens, de realidades, orientando argumentativamente os sentidos textuais.

É de se destacar, dentre as construções verbais, a passiva, portadora de sentidos e de função pragmática (Givón,[1984] 1990). Essa é uma construção prevista pelo sistema linguístico que implica efeitos de sentido dotado de força argumentativa. Conforme Dik (1997), várias razões motivam a escolha de uma construção na passiva em vez de uma na ativa, como, por exemplo, a isenção de responsabilidade por parte do enunciador relativamente à ação expressa pelo verbo, apresentando-se como obrigado a submeter-se a ela. Outra razão pode ser o desejo que promover a impessoalização do verbo, omitindo o agente, o qual, de acordo com Perini (1996, p.271), seria representado por “uma entidade animada não identificada”.

3 A argumentação por meio de verbos: as ações de indígenas na pandemia

Não há dúvida de que toda a população do país, do mundo, aliás, sofreu com a pandemia de Covid-19. No Brasil, se a situação foi também trágica para a população em geral, foi ainda mais devastadora para algumas comunidades, sobretudo aquelas já excluídas socialmente. Entre essas comunidades, encontra-se a população indígena, que para além da sua exclusão social, sofre também por seus membros serem mais vulneráveis a novas doenças advindas da sociedade dita civilizada. Para fazer frente a essa fragilidade, grupos humanitários fizeram muitos apelos para que o governo brasileiro tomasse medidas de proteção a fim de evitar a entrada do Corona vírus nas comunidades indígenas e a imprensa igualmente procurou dar voz ao problema, e voz aos próprios indígenas.

O texto analisado intitula-se *Rede de mulheres da Foirn apoia ação de doação de*

chás medicinais contra a Covid-19 e data de 02 de março de 2021, segundo ano da pandemia de Covid-19, período em que, diante de muito sofrimento, muitas comunidades, no mundo e no Brasil, se organizaram para enfrentar localmente a tragédia de extensão mundial. Esse texto foi publicado no site do Instituto Socioambiental⁷ e aborda a ação de indígenas na prevenção e combate à Covid-19.

Cumprе esclarecer que, embora a atenção esteja centrada nos verbos, estes não ocorrem isolados no texto; eles articulam e constroem imagens dos sujeitos a ele ligados. Considerando escopo e o espaço deste trabalho, as análises centram-se em parágrafos que trazem ora as ações de indígenas, ora seus dizeres, verificando a orientação argumentativa e os efeitos de sentido das escolhas linguísticas, observando os fenômenos com base nos ensinamentos de Ducrot.

O texto relata a ação de uma mulher da comunidade indígena da etnia Tukano, dona Jacinta, que “passou cerca de uma semana preparando chá com plantas do quintal e da floresta” na sede da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn), em São Gabriel da Cachoeira, preparando chás medicinais de tradição indígena. A Forin é uma associação civil sem fins lucrativos que representa 33 povos indígenas do Rio Negro. Considerando nosso interesse sobre as argumentações ligadas ao fenômeno da pressuposição e aos verbos e o foco nas comunidades indígenas, foram selecionados, para análise, excertos que contêm as ações da protagonista, dona Jacinta, ou dos indígenas em geral.

*A cozinha na sede da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn), em São Gabriel da Cachoeira, no noroeste do Amazonas, **foi tomada** por uma presença especial no final de fevereiro. A conhecedora tradicional Jacinta Sampaio, de 55 anos, indígena da etnia Tukano, **passou** cerca de uma semana **preparando** chás com plantas do quintal e da floresta utilizados no combate à Covid-19. Desde o início da pandemia, os indígenas da região do Rio Negro **recorreram** aos seus conhecimentos e práticas para o enfrentamento da doença.*
(grifos nossos)

O texto se inicia apresentando a ação foco da matéria: a preparação de chás para pela indígena dona Jacinta para distribuição à comunidade, com a finalidade de combater a Covid-19. A forma verbal inicial, que antecede a própria ação de preparo de chás e apresenta a protagonista, chama a atenção, por estar na passiva: *a cozinha da Federação das Organizações Indígenas do alto Rio Negro **foi tomada** por uma presença especial.*

Considerando que a forma passiva topicaliza o não agente, que se exime da responsabilidade da ação expressa pelo verbo, podemos inferir que essa forma verbal

⁷ <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/rede-de-mulheres-da-foirn-apoia-acao-de-doacao-de-chas-medicinais-contr-a-covid-19> Acessado em 15/01/2024

argumenta em favor do conteúdo de que a presença de Dona Jacinta na Federação constitui uma decisão dela própria, ela agiu e a cozinha foi tomada. Desse ponto de vista, a construção verbal *foi tomada* tem um sentido muito próximo de uma invasão, tomar conta, apropriar-se de. Dona Jacinta assumiu, pois, o controle da cozinha, o que argumenta em favor da inércia das instituições em comparação aos indivíduos.

Os demais verbos dão conta da ação de dona Jacinta e dos indígenas e vêm na voz ativa: dona Jacinta **passou** uma semana **preparando** chás, os indígenas **recorreram** a seus conhecimentos e práticas desde o início da pandemia. Pode-se afirmar que essas escolhas verbais corroboram com uma argumentação em favor de que os indígenas atuam por conta própria, sem contar com ajudas institucionais, pois as ações expressas pelos verbos têm como sujeitos apenas dona Jacira e os indígenas.

Uma visita ao sítio em que se encontra a matéria em análise, permite observar algumas fotos que a compõem. Entre ela, destaca-se uma foto de dona Jacinta, cuja legenda afirma:

*Dona Jacinta **levou** a sabedoria da floresta a São Gabriel da Cachoeira. (grifos nossos)*

O verbo “levar”, seguido do substantivo “sabedoria”, para além de enunciar a ação de dona Jacinta, permite inferir que São Gabriel da Cachoeira não tinha a sabedoria da floresta, argumentando que dona Jacinta é responsável por essa sabedoria estar agora em São Gabriel da Cachoeira. Trata-se de um verbo de mudança de estado, de pressuposição (Ducrot, 1977; 1980 e 1984): esse verbo que “põe” que a sabedoria está presente em São Gabriel da Cachoeira, e pressupõe que anteriormente à chegada de dona Jacinta, essa sabedoria não estava presente. Destaque-se, no entanto, que São Gabriel da Cachoeira é uma cidade no Amazonas em que nove entre cada dez habitantes são indígenas. Uma parcela dessa população deve, pois, conhecer as tradições indígenas. Pode-se, por conseguinte, afirmar que o emprego do verbo cujo sentido traz um conteúdo pressuposto constitui uma escolha argumentativa de ordem textual, cujo propósito é reforçar o percurso argumentativo do texto.

Além de mostrar uma foto de dona Jacinta, a matéria também dá voz à protagonista da preparação de chás, por meio de seu depoimento em discurso direto:

*Dona Jacinta é moradora da comunidade Balaio, na BR-307, onde já vinha tratando os moradores. “**Vi** que a Covid-19 estava **avançando** somente na cidade. Na comunidade, muita gente **pegou**, mas **ninguém morreu**”, contou. Ela então **decidiu** distribuir os chás em São Gabriel. “**Vim** para **doar** o chá, **trazer** ajuda para **não deixar morrer**”, completou. (grifos nossos)*

Em sua fala, a escolha dos verbos coloca em evidência uma oposição entre a comunidade indígena e a cidade, ou a civilização, que é prejudicial aos indígenas que vivem na cidade. Na comunidade, as pessoas não morrem enquanto, na cidade, as pessoas morrem de covid-19, o verbo “avançar” é modificado pelo advérbio “somente”, de valor restritivo, que restringe o escopo da ação expressa pelo verbo a “na cidade”. Além disso, o emprego do verbo factivo “ver”, pela protagonista, pressupõe que o seu dizer corresponde à verdade, ou seja, que, de fato, na comunidade indígena as pessoas não morriam.

O segmento “não deixar morrer” enunciado pela protagonista, põe que as ações de dona Jacinta têm por objetivo evitar que indígenas morram, e tem como conteúdo subentendido, dado o contexto todo vivido pelo país na ocasião da pandemia de Covid-19, que, sem ela, os indígenas correm o risco de morrer. Também permite subentender que, embora o texto não apresente explicitamente a causa da discrepância entre o que ocorre na comunidade e o que ocorre na cidade, a diferença se deve ao fato de, na cidade, utilizarem outras formas de tratamento, diferentes dos tratamentos tradicionais da comunidade indígena, pois conforme o dizer de dona Jacinta:

*“Na comunidade muita gente **pegou**, mas **ninguém morreu**.”* (grifos nossos)

A dupla ocorrência de negação, ambas ligadas ao verbo morrer, inicialmente com “ninguém morreu” e, em seguida com “não deixar morrer” reforçam a argumentação em favor da sabedoria indígena para enfrentar o vírus que faz as pessoas da cidade morrerem.

Na continuidade do texto, a escolha dos verbos novamente reforça a argumentação em favor dos conhecimentos tradicionais indígenas:

*Somente quem tem conhecimento prévio **deve preparar** as misturas. No caso do fel de paca, por exemplo, **é utilizado** uma quantidade mínima para não fazer mal. Dona Jacinta **prepara** o chá mais leve, pois já **conhece** as substâncias e **sabe** que algumas delas, em quantidades inapropriadas, **podem ter** efeitos colaterais.* (grifos nossos)

Destaca-se, logo no início do parágrafo, a forma deôntica “deve preparar” ligada à obrigação, em vez da forma ligada à permissão, como, por exemplo, “poder”, que seria menos impositiva. Essa forma deôntica do verbo preparar, aliada ao advérbio de valor restritivo “somente” que abre o parágrafo, impõe restrições ao preparo do chá. A forma impositiva é mais forte do ponto de vista argumentativo do que a permissão, e implica uma imposição relativamente a uma ação futura (Ducrot, 1984), a proibição de realização por parte daqueles que não têm o conhecimento. O conhecimento é reservado a poucos e a prática decorrente dele também. No contexto do desenvolvimento da matéria, quem detém o conhecimento são as comunidades indígenas tradicionais, representadas, na situação

específica, por dona Jacinta. Ela é quem “conhece” as substâncias e sabe que algumas delas podem ter efeitos colaterais em determinadas circunstâncias. É possível afirmar que os verbos utilizados argumentam em favor de uma imagem de dona Jacinta como detentora de um conhecimento, de um saber tradicional e não banal, o que lhe confere um estatuto de superioridade, sendo possuidora da competência para “preparar” o chá.

Na continuidade do texto, expõe-se a rotina da comunidade indígena no combate à Covid-19

*Enquanto espera o chá ferver, Dona Jacinta conta como foi a experiência da comunidade Balaio no combate à Covid-19. Segundo ela, no início da crise, os indígenas **ficaram** em suas casas, sem **participar** da rotina de **dividir** refeições ou **receber** visitas. Foram cerca de três meses bastante isolados. Nesse período, **não tiveram assistência** ou informação adequadas. Somente uma equipe do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro (Dsei-ARN) os **visitou** na primeira fase da pandemia para fazer testes. Algumas pessoas testaram positivo, indicando que a doença já havia chegado até lá, mesmo com o isolamento. (grifos nossos)*

A rotina da comunidade indígena de onde provém dona Jacinta é apresentada por meio de verbos que enunciam o que eles foram impedidos de fazer por conta do isolamento imposto pela pandemia Covid-19: sem participar da rotina que consistia em dividir refeições e receber visitas. Ao apresentar como algo que eles ficaram sem fazer durante a pandemia, deixa-se implícito que anteriormente à pandemia eles tinham esses hábitos: dividir refeições, receber visitas. O texto constrói a representação de uma comunidade unida, de convivência, que dividia refeições. É também uma comunidade que recebia visitas.

O emprego do verbo visitar cujo sujeito é “uma equipe do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro (Dsei-ARN)” que “os visitou na primeira fase da pandemia para fazer testes”, permite inferir que as visitas a que refere a reportagem eram visitas assistenciais do poder público ou de entidades não governamentais de assistência. As visitas, segundo a matéria, ficaram restritas e uma ocorrência na primeira fase da pandemia. Reforça esse conteúdo, a informação de que “não tiveram assistência”, com emprego da negação, assim como o verbo “participar” antecedido da forma negativa “sem”, e o advérbio de restrição “somente”. Esse conjunto de valor negativo textualiza o abandono da comunidade indígena por meio da negação ligada aos verbos. Com base nesse conteúdo, é possível inferir que a comunidade indígena constitui uma comunidade abandonada pelas instituições públicas.

É também uma comunidade com receio daquilo que vem de fora, como a pandemia, ou os tratamentos da civilização, conforme enunciado mais no fim do texto:

*Ela explica que, entre os indígenas, **causa** grande temor o tratamento de casos graves da Covid-19, com a intubação. Sem perspectiva de cura, eles **buscaram** se proteger utilizando seus próprios conhecimentos. “Por isso, a Covid não **encosta** em nós, não **ataca** muito. **Ataca** pouco. **Vimos trazer** ajuda **para não morrer**. Esse foi meu pensamento”, afirmou Dona Jacinta. Segundo ela, a Covid-19 acabou **resgatando e fortalecendo** os conhecimentos tradicionais. “Se não fosse a pandemia, **poderíamos ter perdido** alguns deles”, contou. (grifos nossos)*

O verbo “causar” tem sentido de motivar ou provocar algum fato (Houaiss; Vilar, 2011); o dicionário traz exemplos de fatos negativos como complementos desse verbo, assim como ocorre na matéria. O tratamento de casos graves da Covid-19 causa “grande temor” na população indígena. Essa afirmação reforça o emprego dos conhecimentos ancestrais para o enfrentamento da doença, o que, segundo o dizer de dona Jacinta tem como resultado que “a Covid não encosta em nós, não ataca muito. Ataca pouco”. O emprego da negação para os verbos encostar e atacar tendo como sujeito “a Covid” enunciam a certeza da potência dos tratamentos utilizados pelos indígenas. Essa potência é reforçada pela atenuação do sentido do verbo “atacar” seguido do advérbio atenuador “pouco”. Pode-se afirmar que dona Jacinta confia nos tratamentos ancestrais e não confia nos tratamentos da civilização que vive na cidade, pois eles “causam grande temor”.

Cabe destacar igualmente que, ao enunciar que indígenas “buscaram se proteger utilizando” seus próprios conhecimentos constitui uma informação relativa a uma ação tomada pelos próprios indígenas a qual reforça os parágrafos anteriores que destacaram os conhecimentos tradicionais. Esse valor é reforçado no dizer de dona Jacinta, quando, em discurso direto, ela reafirma que “vimos trazer ajuda para não morrer”, o que argumenta novamente em favor da importância dos conhecimentos indígenas e da força de união entre eles. Além disso, a repetição de “para não morrer” permite construir o conteúdo subentendido que eles estão abandonados pelo poder público; pode-se afirmar que tanto a matéria e como o dizer de dona Jacinta argumentam na direção de que os indígenas estavam abandonados, e iriam morrer sem essa ajuda.

A argumentação muda de direção no fim da fala de dona Jacinta, trazendo um novo olhar: “Se não fosse a pandemia, poderíamos ter perdido alguns deles”. O dizer da protagonista mostra uma visão positiva da pandemia, colocando-a no lugar daquela que resgata e fortalece os conhecimentos tradicionais. É possível afirmar que o dizer de dona Jacinta desloca a argumentação em relação à pandemia, para uma direção diferente do senso comum, na direção do que há de positivo nessa tragédia: o resgate de tradições.

A fala da cunhada e ajudante de dona Jacinta encerra o texto estabelecendo uma dicotomia entre a comunidade que vive na floresta e a comunidade que vive na cidade:

Kátia Vasconcelos acredita que viver na floresta também ajuda na recuperação. “Lá

*na comunidade **não tem** água gelada, **não tem** ar condicionado, ventilador. Essas coisas **fazem mal** para quem está com Covid-19. E ficar comendo frango e arroz aqui na cidade, também não é bom. Lá a alimentação é melhor, mais tradicional”, defendeu. (grifos nossos)*

A escolha dos verbos, no excerto que corresponde ao dizer de Kátia, a auxiliar da protagonista serve para evidenciar a oposição entre a comunidade indígena que vive na mata e a comunidade que vive na cidade, ressaltando os aspectos negativos da vida urbana por meio da negação do verbo *ter*, cujos complementos mostram os confortos da vida urbana ausentes na floresta. Essa ausência é, conforme o dizer de Kátia diferencia positivamente a comunidade indígena da floresta relativamente às possibilidades de recuperação. O argumento é que “água gelada”, “ar condicionado”, “ventilador” “fazem mal para quem está com Covid-19. Trata-se de um argumento forte, que, para além de argumentar em favor da vida na floresta para a superação da Covid-19, e por conta dessa superioridade, argumenta em favor da superioridade da comunidade indígena como um todo em comparação com a comunidade urbana, ou seja, a dita civilizada, que goza das comodidades da vida na civilização. Pode-se inferir que esse depoimento final corrobora a intenção que perpassa o texto de expor a comunidade indígena como culturalmente superior à comunidade urbana.

Conclusão

No desenvolvimento do texto, foi possível observar, por meio de verbos e dos diversos sentidos construídos por meio de sua utilização, a construção de uma representação dos indígenas, como aqueles que se ajudam entre si, inclusive para proteger seus pares da morte, como dona Jacinta. Eles são participativos da comunidade, são solidários, dividem refeições, por exemplo, têm um saber, conhecem as tradições, preparam medicamentos, resgatam as tradições, lutam de forma positiva nos momentos de crise. Essa imagem positiva contrasta, no texto, com a imagem da civilização urbana dita civilizada, que, embora pouco mencionada no texto, é referenciada sempre como aquela que não cuida, não se faz presente, abandona. Esses sentidos se constroem, não apenas, mas também por meio dos verbos portadores ora de conteúdos implícitos, pressupostos ou subentendidos, ora de julgamentos, ora opiniões, ora ações positivas, ora ações negativas, ora acompanhados de intensificadores, ora de atenuadores, ora de negações. A análise dos verbos no desenvolvimento da reportagem nos permitiu confirmar como as palavras da língua trazem em si argumentações e como as escolhas linguísticas constituem um fenômeno fundamental para a argumentação na composição textual.

Este trabalho é uma singela homenagem a Ducrot, que nos deixou em 2024, pela

sua contribuição para os estudos linguísticos, em especial para os estudos da argumentação, pelas suas ideias, pela sua atuação como pesquisador, como professor respeitoso, inclusivo e acolhedor.

Linguistic choices for argumentatively oriented textual construction: Ducrot's contributions

Abstract

This article reflects upon the connection between studies on language argument and text studies. The theoretical approach, regarding the argument concept proposed in the analyses, is grounded in the principles postulated by Ducrot (1980; 1984) that argument is present in the language, which, at the same time that provides it with ways, also imposes limits; by considering the linguistic choices as a means for the “desire of expression” of an individual that interacts while acting (Koch, 2004), being inserted in a particular enunciative framework, and having an intersubjectivity relationship (Kerbrat-Orecchioni, [1980] 1997 e 2005); thus responsible for texts production. As an example, the study brings a text analysis, taken from electronic media addressing a topic of social interest. Through such analysis, the research verifies how the study on textual phenomena, concerning discourses aimed at arguing, is anchored in the linguistic choices, i.e., in the language phenomena.

Keywords: Argumentation in language. Presupposition. Verbs. Text. Meaning Making

Referências

ANSCOMBRE, Jean-Claude ; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Liège: Mardaga, 1997.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Aula XIII A pressuposição na ADL. IN : BEHE, Louise; CAREL, Marion; DENUÇ, Corentin; Machado, Julio Cesar [Orgs.] *Curso de semântica argumentativa*. São Carlos : Pedro & João Editores, 2021, p. 153- 168.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Argumentação na língua e argumentação no texto. *Intersecções Revista de Estudos sobre Práticas Discursivas e Textuais Centro Universitário Padre Anchieta Jundiá/SP Graduação e Pós-Graduação em Letras*, 2016a, p. 26-40. <http://www.portal.anchieta.br/revistas-e-livros/intersecoes/pdf/intersecoes-ano-9-numero-1.pdf>

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Texto e Argumentação nas Redes Sociais: planos de texto, sequências textuais e estratégias linguísticas. IN: FERREIRA, Fernando Aparecido; LUDOVICE, Camila de Araújo Beraldo; PERNAMBUCO, Juscelino. *O texto: processos, práticas, abordagens teóricas*. Franca: Unifran, 2016b, p. 143-168

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Ducrot. IN: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.) *Estudos do Discurso perspectivas teóricas*. São Paulo, Parábola, 2013, p. 183 – 208.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. *A força das palavras dizer e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2010.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; SANTOS, Leonor Werneck dos. Dêixis pessoal e verbos na construção de um objeto de discurso argumentativamente orientado. *Revista Conexão Letras*, Número Temático, 15. UFRGS, p. 25-40. 2016. <http://seer.ufrgs.br/conexaoletras>

CAREL, Marion. La présupposition dans la TBS. IN : BEHE, Louise; CAREL, Marion; DENUC, Corentin; Machado, Julio Cesar [Orgs.] *Cours de sémantique argumentative*. São Carlos : Pedro & João Editores, 2021, p. 163-173.

DIK, Simon. *The theory of functional grammar part 1*. Berlin/NewYork: Mouton de Gruyter, 1997.

DUCROT, Oswald. Argumentation rhétorique et argumentation linguistique. IN : DOURY, M. e MOIRAND, S. (org) *L'argumentation aujourd'hui* Positions théoriques en confrontation. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004, p. 17-34.

DUCROT, Oswald . Critères Argumentatifs et Analyse Lexicale. *Langages*. Paris : Larousse, n. 142, p. 22-40, 2001.

DUCROT, Oswald. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.

DUCROT, Oswald. *Princípios de Semântica Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

DUCROT, Oswald *et al.* *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.

DUCROT, Oswald & CAREL, Marion . Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. In: *Letras de Hoje* . Porto Alegre : EDIPUCRS, v. 43, n. 1, p. 7-18, jan./mar. 2008.

GIVÓN, Talmy. *Syntax-a functional-typological introduction*. v. 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, [1984]1990.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Le discours en interaction*. Paris: Armand Colin, 2005.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'énonciation*. Paris: Armand Colin, [1980] 1997.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Les interactions verbales 1*. Paris: Armand Colin [1990] 1998.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'implicite*. Paris: Armand Colin [1986] 1998.

KOCH, Ingedore Villaça. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LIMA, Nelci Vieira de; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Conectividade e argumentação na microtextualidade: implícitos e construção de sentidos. *Revista da Anpoll*, 54(1) e1888, 2023, p. 1-12. <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1888>

MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERINI, Mário. *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 1996.

O fenômeno de dupla enunciação na instauração da criança na língua materna

*Carmem Luci da Costa Silva*¹

Resumo

Este artigo foi produzido para homenagear o grande semanticista Oswald Ducrot por todas as suas contribuições à Linguística, especialmente por todo o seu esforço para constituir um ponto de vista particular para tratar de língua, enunciação e argumentação. O objetivo é o de verificar o modo de presença da “dupla enunciação” na instauração da criança em sua língua materna. O artigo, na seção teórica, trata da noção de dupla enunciação no escopo do “Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação” (Ducrot, 1987). Nas seções relacionadas à aquisição de língua materna, são apresentados estudo sobre a polifonia nas narrativas de crianças (Silva, 1996) e análise de fatos linguísticos de uma criança em instauração de sua língua materna. O estudo e as análises indicam que os movimentos de aquisição do mecanismo de dupla enunciação ocorrem com: retomadas de enunciações anteriores – 1) discurso direto sem moldura, 2) discurso direto com moldura e 3) discurso indireto com moldura – e simulação de diálogos internos à enunciação principal, com o uso do discurso direto com moldura. Além disso, os fatos enunciativos analisados parecem apontar que a dupla enunciação passa a comparecer com moldura nos fatos enunciativos a partir do momento em que a criança se vale de modo estável da pessoa subjetiva “eu”.

Palavras-chave: Aquisição. Dupla enunciação. Língua materna

Data de submissão: jan. 2025 – Data de aceite: jan. 2025

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v21i1.16606>

¹ Doutora em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora titular do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras e permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do NALíngua – Núcleo de Estudos em Aquisição da Linguagem (UNESP/CNPq). Orienta nos seguintes temas: aquisição e ensino aprendizagem de língua materna; estudos de texto e teorizações de Émile Benveniste e Oswald Ducrot. Bolsista Produtividade CNPq. E-mail: clcostasilva@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6036-5285>

Palavras iniciais

Este artigo tem o propósito de homenagear o grande semanticista Oswald Ducrot por todas as suas contribuições à Linguística, especialmente por todo o seu esforço para constituir um ponto de vista particular para tratar de língua, enunciação e argumentação. Em todas as versões de sua construção teórica, Ducrot deixou, como marca em sua produção, o debate e o diálogo como necessários para a constituição de um saber científico sobre a língua: o linguista dialoga, em seus textos, com filósofos, com outros linguistas e com ele próprio, visto realizar releituras de seus estudos para apresentar modificações em muitos de seus conceitos, caso da própria concepção de argumentação.

A minha homenagem a esse semanticista está relacionada ao texto “Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação”, que considero ser um dos textos mais potentes do semanticista por trazer, para a Linguística, a noção de “polifonia” e por apresentar uma concepção de enunciação própria atrelada às suas noções de enunciado e de sentido. Esse texto, presente na obra *O Dizer e o Dito*, trouxe uma grande contribuição também para a minha formação em pesquisa, pois foi base para a minha Dissertação de Mestrado e para as investigações desenvolvidas após a Dissertação. A perspectiva ducrotiana foi a primeira base teórica para tratar da aquisição de língua materna, quando investiguei a presença de diferentes vozes em narrativas de crianças dos 2 anos e 5 meses aos 5 anos e 5 meses.

Assim, neste artigo, tenho como objetivo verificar o modo de presença da “dupla enunciação” na instauração da criança em sua língua materna. Desse modo, trato das potencialidades dessa noção, considerada umas das formas de polifonia, concebida por Ducrot (1987) como relacionada à figura enunciativa do locutor. Nesse caso, é um tipo de polifonia em que a voz do outro vem explicitamente marcada por expressão referencial e verbo de dizer, constituindo, ao que me parece, uma polifonia explícita.

O artigo organiza-se com as seguintes seções, além dessas palavras iniciais: contempla uma seção teórica sobre a noção de dupla enunciação no escopo do “Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação”, uma seção apresentando um estudo anterior sobre a polifonia nas narrativas de crianças e uma seção analítica, com fatos linguísticos de uma criança em instauração de sua língua materna e as palavras finais.

1 A dupla enunciação a partir da concepção polifônica do sentido

No texto “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”, capítulo VIII do livro **O Dizer e o Dito**, Oswald Ducrot contesta e substitui o postulado da unicidade do sujeito falante nos enunciados. Assim, recusa a ideia de que cada enunciado possui somente um autor.

Inspira-se no conceito de “polifonia”, tratado por Bakhtin no estudo de textos literários, “para os quais é necessário reconhecer que várias vozes falam simultaneamente, sem que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras.” (Ducrot, 1987, p. 161). Essa polifonia comparece, conforme Ducrot (1987) afirma a partir de Bakhtin, na literatura popular ou carnavalesca como oposição à literatura clássica ou dogmática. Ducrot (1987), assim, dedica-se no texto a inserir na Linguística a ideia de que um único enunciado, mesmo de uso cotidiano, pode apresentar, simultaneamente, múltiplas vozes.

Para tratar da “polifonia”, o semanticista produz a sua concepção de enunciação como instância de produção do enunciado, sendo este a instância que veicula sentido na relação entre interlocutores. Ducrot (1987) apresenta três acepções de enunciação e afirma qual delas assume: “[...] o que designarei por esse termo [enunciação] é o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado” (Ducrot, 1987, p. 168). E o semanticista continua: “A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é [dada] existência a alguma coisa que não existia antes da fala e não existirá depois. É esta aparição momentânea que chamo enunciação” (Ducrot, 1987, p. 168).

Desse modo, a enunciação, para o linguista, é o acontecimento que constitui a aparição do enunciado – uma entidade concreta vinculada ao uso –, distinta da frase – entidade abstrata vinculada à língua. A passagem da frase (língua) ao enunciado (uso) acontece via enunciação.

Inserido nessa concepção de enunciação atrelada a de enunciado, Ducrot (1987) apresenta a sua definição de “sentido”, como distinta da de “significação”. Para ele, a significação apresenta instruções para que se atribua sentido ao enunciado. Assim, o que o produtor do enunciado comunica “é uma qualificação da enunciação deste enunciado.” (Ducrot, 1987, p.172). Inserido em uma concepção polifônica, o semanticista defende que o sentido de um enunciado fornece indicações relacionadas às fontes da enunciação. A descrição do sentido, nesse caso, envolve o analista mostrar como “o enunciado assinala, em sua enunciação, a superposição de diferentes vozes.” (Ducrot, 1987, p. 172). Nesse caso, “o sentido do enunciado é uma representação da enunciação.” (Ducrot, 1987, p. 172).

Para tratar dessa acepção de sentido como “representação da enunciação”, Ducrot (1987) busca substituir o princípio de unicidade do sujeito da enunciação, questionando: “quais as propriedades deste sujeito?” (Ducrot, 1987, p. 178). Para responder ao seu questionamento, cita três propriedades: 1) é o ser dotado de atividade psicofisiológica necessária à produção do enunciado; 2) é o autor de atos ilocutórios realizados na produção do enunciado (ordens, afirmação, interrogações etc.) e 3) é o ser designado pela marca de primeira pessoa. Concebendo o sentido como a descrição das indicações da enunciação, Ducrot (1987) admite essas indicações como vinculadas ao (s) autor(es) eventual(is) da enunciação, recusando-se a lidar com o produtor empírico do enunciado.

Importa, para o semanticista, que o sentido do enunciado seja descrito como contendo vários sujeitos que seriam a sua origem. Assim, para Ducrot (1987), “é necessário distinguir entre esses sujeitos pelo menos dois tipos de personagens, os enunciadores e os locutores.” (Ducrot, 1987, p. 182).

Desse modo, em uma perspectiva polifônica e com uma concepção de enunciação como o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado, Ducrot (1987) procura distinguir as diferentes figuras/funções enunciativas ligadas ao aparecimento do enunciado: sujeito falante (autor empírico, que não é levado em conta na descrição do sentido); locutor (aquele que se responsabiliza pela produção do enunciado) e enunciadores (fontes dos diferentes pontos de vista e atitudes manifestados pelo locutor).

Nessa concepção, o sentido do enunciado não está somente nos diferentes pontos de vista, que se mostram através do locutor, mas também na posição do locutor frente aos enunciadores por ele postos em cena na produção do enunciado. Essa produção tem sua origem no sujeito falante, tratado como ser empírico. Esse sujeito é dotado de atividade psicofisiológica necessária à produção do enunciado. O segundo elemento constitutivo do enunciado é o locutor, que é o ser do discurso responsável pelo enunciado, a quem o pronome "eu" e outras marcas de primeira pessoa referem-se. De acordo com Ducrot (1987), não há paradoxo entre o sujeito falante e o locutor, visto o primeiro ser um elemento da experiência e o segundo, uma ficção discursiva.

Ao conceber a relação do locutor com o sujeito empírico, Ducrot (1987) apresenta uma importante reflexão sobre a relação entre a assinatura na escrita e a voz na fala. A assinatura, para ele, tem duas funções: indicar quem é o locutor responsável pelo enunciado e 2) assegurar a identidade entre o locutor indicado no texto e um indivíduo empírico. Na fala cotidiana, a voz realiza as duas funções da assinatura, pois, por um lado, serve para dar a conhecer quem é o locutor e, por outro lado, “ela autentica a assimilação do locutor a um indivíduo empírico particular, aquele que produz efetivamente a fala.” (Ducrot, 1987, p. 183). Como os fatos linguísticos deste estudo são oriundos das enunciações faladas das crianças, a voz ganha relevo por justamente fornecer indicações de quando a criança representa a voz do outro e quando autentica a sua própria voz.

A partir da figura de locutor, Ducrot (1987) assinala uma das formas de “polifonia”, a qual ocorre no discurso relatado. No exemplo <Pedro diz «João **me** disse: "**eu** virei" >, encontramos duas marcas de primeira pessoa que remetem a seres diferenciados, evidenciando dois locutores distintos, o primeiro assimilado a Pedro e o segundo, a João. Por isso, Ducrot (1987) prefere caracterizar o discurso relatado como consistindo, fundamentalmente, em uma apresentação de uma enunciação dupla, com dois locutores diferentes.

Assim, os discursos relatados são para Ducrot (1987) fenômenos de dupla

enunciação, pois o enunciado assinala, no seu sentido, dois locutores distintos: um é responsável pelo sentido global e o outro, pela parte citada, considerada uma frase da língua. Essa enunciação é dupla porque “o próprio sentido do enunciado atribuiria à enunciação dois locutores distintos, eventualmente subordinados.” (Ducrot, 1987, p. 187). Do ponto de vista empírico, como afirma o semanticista, a enunciação é a ação de um único sujeito falante, “mas a imagem que o enunciado dá dela é a de uma troca, de um diálogo, ou ainda de uma hierarquia de falas.” (Ducrot, 1987, p. 187). Nesse caso, não há paradoxo, porque o locutor é uma ficção discursiva e o sujeito falante, um elemento da experiência. Essa dupla enunciação ocorre nos discursos relatados diretos e indiretos, com a diferença de que o primeiro caso implica fazer falar um outro, atribuindo-lhe a responsabilidade das falas, enquanto, no segundo caso, a sequência de palavras citadas é retomada pelo locutor do enunciado sem trazer uma suposta “fala original” citada (um discurso efetivamente realizado/uma fala imputada a outro locutor).

Outra distinção importante apresentada por Ducrot (1987) é a existente entre “locutor enquanto tal” (L) e “locutor enquanto ser no mundo” (λ). L é o responsável pela enunciação enquanto λ é a origem do enunciado. Tanto um quanto outro são seres do discurso, constituídos no sentido do enunciado. A diferença entre um e outro envolve o fato de um dar mostras do sentimento na própria enunciação (caso das interjeições, como “Ai!!!”) enquanto o outro insere esse sentimento como objeto da enunciação (caso dos enunciados declarativos como “estou com dor”). No caso das interjeições, temos um L, o locutor concebido em seu engajamento enunciativo. Já o λ é o locutor de enunciados declarativos; é o ser no mundo que enuncia a sua dor, tristeza, alegria etc. Embora essa distinção não compareça em versões posteriores da reflexão polifônica de Ducrot e colaboradores, ela é produtiva para a descrição do sentido dos enunciados da criança, como veremos nas seções seguintes deste artigo.

A noção de polifonia amplamente abordada em estudos posteriores de Ducrot e colaboradores, principalmente sob o escopo da Teoria da Argumentação na Língua, é a de “enunciador”. Além de tratar da polifonia relacionada à dupla enunciação – quando há mais de um locutor explicitamente marcado no interior do enunciado – a noção de enunciador (E) permite a Ducrot (1987) descrever uma segunda forma de polifonia: aquela que ocorre quando são encontradas, em um discurso, vozes que não têm as propriedades que se atribui ao locutor. São os enunciadores, que se expressam por meio da enunciação, aparecendo somente a manifestação de suas posições, mas não, no sentido material, suas “falas”. Assim, os diferentes pontos de vista, presentes em um enunciado ou em um discurso, muitas vezes estranhos ao do locutor, são denominados por Ducrot (1987) enunciadores. O conceito desse elemento da enunciação pode ser visto por meio das palavras do próprio autor:

Chamo “enunciadores” estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras. (Ducrot, 1987, p.192).

Neste estudo, não será explorada esse tipo de polifonia, embora a considere importante por dar conta de uma espécie de polifonia implícita, quando ocorre, no enunciado de determinado locutor, um jogo de vozes (de pontos de vistas, atitudes e posições) sem que o locutor se responsabilize por essas vozes e sem que mostre as palavras do outro. O locutor organiza essas vozes (pontos de vista) e manifesta a sua atitude diante delas.

As figuras enunciativas de locutor e enunciador, para Ducrot (1987), remetem ao contexto da enunciação. Tais "figuras" abrangem a diversidade de representações do sujeito no enunciado/discurso, fazendo, por isso, parte de seu sentido.

Interessa-me neste estudo a polifonia ligada ao fenômeno da dupla enunciação para abordar fatos enunciativos no contexto de aquisição de língua materna. Por isso, na seção seguinte, será delineado o estudo realizado em Silva (1996) de dupla enunciação em narrativas de crianças.

2 A dupla enunciação na aquisição de narrativas pela criança

O fenômeno de dupla enunciação na aquisição de língua materna foi explorado por Silva (1996). Nesse estudo, a partir da perspectiva polifônica de Ducrot, ligada à presença de mais de um locutor no interior de narrativas de crianças, e das reflexões sobre o “Desenvolvimento do discurso narrativo” (Perroni, 1992), foi observado como as crianças apresentam diferentes vozes nas narrativas.

Para chegar à análise, foram coletados, transversalmente, dados de 30 (trinta) crianças dos 2,5 (dois anos e cinco meses) a 5,5 (cinco anos e cinco meses) para verificar as múltiplas vozes presentes em relatos pessoais, relatos a partir de uma sequência de gravuras e relatos ficcionais.

Foram concebidos como polifônicos todos os relatos que apresentavam mais de uma voz (autor - va, narrador - vn e personagem - vp). No estudo, foi verificado que as narrativas evocam sentidos, com indícios da representação de uma confluência de distintas vozes desde as primeiras tentativas de narrar da criança: a mistura da voz de autor com a voz de narrador, a mistura da voz de autor com a voz de narrador e voz de personagem. No entanto, em cada faixa, são detectadas diferenças relacionadas a como a criança vai mudando o modo de inserção das vozes no discurso narrativo.

Os resultados apontaram o seguinte percurso aquisicional: a presença em F1 (faixa

das crianças de 2,5 a 3,5;29) de onomatopeias na voz de personagem, caracterizadas como uma “protovoz” preparatória para a voz de personagem, que aparece na sequência, em F2 (faixa das crianças de 3,6 a 4,5;29), quando são observadas ocorrências de enunciados com conteúdo de fala das personagens.

A presença da confluência vn/vp em F1 parece atrelar-se ao fato de, nessa faixa, as crianças valerem-se, a exemplo das crianças de 4 anos do estudo de Hickmann (1982), de ações não linguísticas e, ainda, apresentarem grande número de onomatopeias, como vemos nos seguintes fatos enunciativos das crianças: “toc toc to”/Quem é?” (NIC, 3,9) e “Fiz assim: pá!” NAT, 2,9).

A partir da distinção entre “locutor enquanto tal” e “locutor enquanto ser no mundo” (Ducrot, 1987), conforme abordagem da seção anterior, essa presença de onomatopeias em fatos enunciativos da faixa 1 pode ser vista como indícios da grande presença do “locutor enquanto tal”, que se engaja enunciativamente nos enunciados. Tais vestígios da presença do “locutor enquanto tal” também se relacionam ao modo como o locutor deixa mostrar a sua voz na fala, que se modifica para buscar assimilar o locutor a dada situação empírica.

Nas faixas seguintes, os fatos enunciativos indiciam a redução de onomatopeias e a constante presença do “locutor enquanto ser no mundo”, que, por meio dessa voz, enuncia a sua dor, tristeza, alegria etc., casos da voz de autor em F3, em que as crianças tecem comentários sobre o que narram ao seu interlocutor.

Além disso, a maneira como as crianças inserem a voz de personagem apresenta variação, pois em F1 poucas crianças usavam “moldura”² (expressão referencial e verbo “de dizer” nos limites entre a vn e a vp), enquanto em momento seguinte as crianças usavam esse mecanismo para separar as vozes de narrador (vn) e de personagem (vp). Isso parece apontar que o uso de moldura faz parte de uma mudança importante na aquisição de narrativas pela criança. Em F3 (faixa das crianças de 4,6 a 5,5;29), as crianças mostraram autonomia no narrar, visto a voz de narrador (vn) estar consolidada, fato que apareceu no uso plurifuncional dessa voz, que, no seu interior, passa a incorporar a voz de personagem (vp), inserida com moldura. Ainda pode ser destacado o fato de que, nessa faixa, as crianças dão mostras de ampliação do papel da voz de autor (va), uma vez que, por meio dessa voz, organizam o discurso e tecem comentários acerca do que narram a seu interlocutor.

² A expressão “moldura”, utilizada por Hickmann (1982) em seu estudo sobre a fala relatada em narrativas de crianças, refere-se à presença, antes da inserção da fala do outro, de expressão referencial e verbos de “de dizer”. O mecanismo de moldura serve, segundo a autora, para ancorar a mensagem citada da situação original na mensagem narrativa da situação atual. No discurso indireto, essa moldura envolve o verbo “de dizer” e a conjunção “que”. O estudo de Hickmann apresenta a análise de dados de crianças de 4, 7 e 10 anos e de adultos. Em seus resultados, as crianças de 4 anos quase não emolduravam os eventos de fala direta, enquanto as de 7 e 10 quase sempre recorriam ao mecanismo de moldura nas falas diretas. Já os adultos mostraram preferir citações indiretas emolduradas. Outro resultado importante, nas análises da autora, esteve relacionado ao fato de as crianças de 4 anos preferirem focalizar ações não linguísticas e estados dos participantes no lugar de explicitarem as falas desses participantes.

Os resultados desse estudo apontam para a potencialidade da dupla enunciação para as pesquisas do campo de aquisição da linguagem, por meio da exploração, dos sentidos evocados pelos enunciados das crianças, que trazem indícios das representações de um jogo de vozes. O modo de a criança organizar as vozes na narrativa também indicia mudanças importantes relacionadas à instauração das crianças no discurso narrativo, pois, ao narrarem, transitam de uma ancoragem à situação da enunciação para uma ancoragem ao contexto discursivo. Assim, a instanciamento do lugar de locutor se modifica, pois os sentimentos situados na própria enunciação (como grito de dor) passam a ser objeto da enunciação (“caí e senti dor”) em uma espécie de passagem da instância de “locutor enquanto tal” para o “locutor enquanto ser no mundo”.

À medida que vai se instaurando na língua, a criança também se instaura em diferentes modos de narrar, valendo-se de mecanismos variados que dão mostras de que seus discursos indiciam um jogo de vozes, em que a dupla enunciação comparece com toda a sua complexidade, seja por meio do discurso relatado direto emoldurado, seja por meio do discurso indireto também emoldurado.

Na seção seguinte, apresento alguns fatos enunciativos para continuar essa reflexão sobre o fenômeno da dupla enunciação nos enunciados de uma criança em instauração de sua língua materna.

3 A dupla enunciação na instauração da criança na língua materna

Na seção anterior, foram apresentadas as potencialidades da reflexão de Oswald Ducrot para o estudo da dupla enunciação (polifonia de locutor) em fatos de aquisição, especialmente os relacionados ao discurso narrativo (Silva, 1996). Naquele momento, foram analisados fatos enunciativos de trinta crianças, dados resultantes de coleta transversal. Nesta seção, serão retomados fatos enunciativos constituídos a partir de dados coletados longitudinalmente (Silva, 2007; 2009) de uma criança dos onze meses aos três anos e quatro meses para analisá-los, também, a partir do fenômeno da dupla enunciação.

Desse modo, retomo recortes enunciativos (Silva, 2007; 2009) após verificação da presença ou não de dupla enunciação nas três macro-operações presentes no ato de instauração da criança na língua materna. Além disso, verificarei nesses fatos enunciativos o modo de ocorrência e as mudanças nas atualizações da dupla enunciação nos enunciados da criança.

A singularidade e os modos de enunciação característicos do ato de aquisição da língua materna pela criança foram explicados por Silva (2007; 2009) a partir da verificação de três operações enunciativas: a de preenchimento de lugar enunciativo, a de referência

e a de inscrição enunciativa da criança na língua-discurso. Esse estudo teve como base teórica a perspectiva de Émile Benveniste, com foco nas reflexões desenvolvidas pelo linguista nas obras *Problemas de Lingüística Geral I* e *Problemas de Lingüística Geral II*.

Silva (2007; 2009) verifica, na primeira operação, a passagem do preenchimento de lugar enunciativo a partir do “outro” para o reconhecimento que esse lugar preenchido provoca no “outro”; na segunda, a passagem da atualização de uma referência mostrada para uma referência constituída na língua-discurso; e, na terceira, a passagem de um uso discursivo de instanciação subjetiva por meio de formas e funções para um uso discursivo em que a enunciação constitui outra enunciação.

Como se observa da reflexão da autora, o uso discursivo de uma enunciação constituindo outra enunciação comparece na terceira macro-operação – a de inscrição enunciativa da criança na língua-discurso. Com efeito, Silva (2007; 2009), embora alicerce seu estudo na perspectiva de Benveniste (1995; 1989), verifica a presença do que considerou “dupla enunciação” nos fatos enunciativos presentes nessa macro-operação, referindo em nota a inspiração para o uso do termo em Ducrot (1987): “A expressão “dupla enunciação” foi inspirada em Ducrot (1984/1987), que a utiliza para referir o discurso relatado.” (Silva, 2007, p. 240).

Assim, nesta seção, os recortes serão tomados como fatos enunciativos para a análise a partir do seguinte percurso: 1) observação dos recortes enunciativos presentes na terceira macro-operação, quando Silva (2007; 2009) verifica a presença do fenômeno de “dupla enunciação”; 2) retomada desses fatos enunciativos transcritos quando da ocorrência de dupla enunciação; 3) realização de análise, com a verificação do modo como comparece a dupla enunciação e 4) retorno à reflexão teórica para tratar das mudanças da criança na instauração como falante de sua língua materna nas relações enunciativas com outro(s) de seu convívio, com atenção para o fenômeno da dupla enunciação.

Ao retomar os fatos enunciativos presentes em Silva (2007; 2009), observei que o comparecimento de “dupla enunciação” no discurso da criança está ligado, de início, à conjunção criança-outro, relação presente e necessária para a operação de preenchimento de lugar enunciativo. Isso mostra a interdependência entre as macro-operações e o fato de que a instauração da criança em um novo mecanismo de uso da língua liga-se a esse movimento de conjunção ao outro, como ilustro com o fato enunciativo a seguir:

Quadro 1 - Fato enunciativo 1³

Participantes:	CAR (tia, filmando) e MÃE
Idade da criança:	2;1.12
Situação:	FRA está em sua casa. Conversa com CAR, brincando de telefonar.
FRA:	não, tá besu papai besu [= ao telefone] @ papai faô [= fala com CAR]
CAR:	papai falô?
FRA:	faô
CAR:	o que qui ele te dissi?
FRA:	besu, tau
CAR:	beju, só issu?
FRA:	só

Fonte: Silva (2007, p. 240)

Verifica-se, nesse fato enunciativo, que a criança simula uma conversa ao telefone com o pai, e a recuperação dessa enunciação anterior comparece na enunciação atual (relação criança e outro) por meio da indução desse outro: (“papai falô?”/ “O que qui ele te dissi?”). Interessante observar, nesse fato enunciativo, a “dupla enunciação” sem a “moldura”, conforme apresentado na seção anterior em ocorrência presente em F1, primeira faixa de fatos enunciativos analisados por Silva (1996). A moldura como “alavanca” para a criança retomar a enunciação anterior com o pai comparece no enunciado de CAR (“o que qui ele te dissi?”). Após o outro emoldurar o contexto enunciativo para a entrada da enunciação anterior, a criança, via escuta, apresenta um enunciado de retorno, com a resposta: “besu, tau”.

No fato enunciativo a seguir, novamente a criança dá indícios de estar em conjunção com o outro, que novamente se vale da moldura para criar o contexto enunciativo de comparecimento de enunciação anterior.

Quadro 2 - Fato enunciativo 2

Participantes:	CAR (tia, filmando); PAI e MÃE
Idade da criança:	2;04.19
Situação:	FRA está em sua casa, conversando com CAR na garagem.
CAR:	e ontem no telefoni o que qui a Queca dissi pra tia Luci no telefoni?
FRA:	eu dissi Uci vai vim a minha casa
CAR:	ah tu convidô a tia Luci pra vim na tua casa?
FRA:	é

Fonte: Silva (2007, p. 240).

Nesse fato enunciativo, o presente constitui, conforme Benveniste (1989), a linha de separação com outro tempo engendrado por ele, o passado, que não é mais contemporâneo

³ Na transcrição, ações não verbais, como pausas e risos, são colocadas entre colchetes. Os comentários do transcritor são colocados entre colchetes, introduzidos pelo sinal de = [= saindo do quarto]. Os sublinhados indicam, na parte destacada, a mobilização do aspecto vocal em tom descendente. A caixa alta indica a mobilização do aspecto vocal em tom ascendente.

ao discurso e é evocado pela memória. Assim, a forma “ontem”, com o perfeito “dissi”, e as expressões tia Luci e Queca, criam o contexto anterior para a criança enunciar “eu dissi Uci vai vim a minha casa”. Nesse enunciado, comparece a marca subjetiva “eu” como instância necessária para a criança retomar sua própria enunciação anterior.

Esse fenômeno de dupla enunciação comparece com moldura, mas com indícios importantes de passagem da “conjunção eu-tu” (“e ontem no telefoni o que qui a Queca dissi pra tia Luci no telefoni?”) para a “disjunção eu-tu” (“eu dissi Uci vai vim a minha casa”) nesse movimento aquisicional do uso do mecanismo de dupla enunciação.

Nesse movimento de relatar acontecimentos passados em um laço com o presente, a criança também passa a inserir, em seu discurso, o relato de acontecimentos sem o conteúdo de fala do outro, quando o discurso narrativo, com ações não linguísticas, passa também a figurar nessa instauração da criança em sua língua materna: “o Dudu me tutô e e e daí eu fiquei a pôta e daí eu eu fiquei choandu” (FRA, 2;05.23).

Após esse relato de ações e o uso do discurso relatado direto, conforme fatos enunciativos 1 e 2, a criança passa a empregar o discurso relatado indireto:

Quadro 3 - Fato enunciativo 3

Participantes:	CAR (filmando); EDU (irmão de 8 anos).
Idade da criança:	2;09.20
Situação:	de início, FRA está em sua casa, conversando e brincando com CAR e com EDU.
FRA:	ô DUDU QUÉ BINCÁ CUM NÓIS? @ O Dudu pediu qui eie qué bincá cum nós
CAR:	é? @ Intão convida o Dudu pra fazê uma brincadeira.
FRA:	tá vamu ah va vamu passa passaá aqui cum a minha tia Dudu @ tá Dudu? @ Vamu?
CAR:	[= risos]

Fonte: Silva (2007, p. 244).

A dupla enunciação nesse fato enunciativo comparece com a complexidade da moldura ligada ao discurso relatado indireto: “o Dudu pediu qui eie qué bincá cum nós”. Nesse enunciado, além da importante marca temporal do passado – o perfeito –, a criança insere o “ele”, que foi o “eu” de uma enunciação anterior, retomando essa enunciação passada no presente em que se enuncia com a tia, valendo-se também da forma “nós”, pessoa subjetiva que a inclui como “eu” e refere a tia como “tu”. Como atesta Silva (2023), que também analisa este fato enunciativo para tratar da escuta nas operações enunciativas, há um movimento importante relacionada às relações de pessoalidade:

Em termos de pessoalidade, a pessoa subjetiva “eu” da enunciação anterior, que realiza o pedido no qual FRA se situa como ouvinte, vem para a enunciação atual de FRA como um efeito de sua escuta e marcado como não-pessoa “ele” (“O Dudu pediu qui eie qué bincá cum nós”), enunciação

na qual FRA se implanta como “eu” e inclui a tia por meio da marca “nós”. (Silva, 2023, p. 19).

Um aspecto importante que indicia a atitude da criança em relação ao que enuncia, porque manifesta a sua posição de locutor (Ducrot, 1987), está na marca de transcrição em caixa alta, vestígio de que a criança falou em tom ascendente. A voz, nesse caso, parece realizar uma terceira função além daquelas apontadas por Ducrot (1987): de dar a conhecer o locutor e de autenticar a sua assimilação a um indivíduo empírico. Nessa terceira função, a voz parece autenticar, por meio do tom alto (grito), a posição de concordância do locutor assimilado à criança sobre o pedido do irmão de brincar com ela e com a tia.

Esse enunciado é revelador de que o emprego da “dupla enunciação” e a complexidade envolvida na retomada de uma enunciação anterior na atual na instauração da criança na língua materna estão relacionados à estabilidade das coordenadas de pessoa e tempo.

Novamente, em um cruzamento com os dados transversais (Silva, 1996), nesses fatos longitudinais de estudo de uma criança, nos casos de dupla enunciação, com a retomada de enunciações anteriores, o discurso relatado direto sem moldura precede o direto com moldura e este precede o discurso relatado indireto.

No fato enunciativo a seguir, a criança apresenta elementos de sua instauração da língua materna, quando simula um contexto enunciativo, em que novos protagonistas (bolsas) passam a ter voz.

Quadro 4 - Fato enunciativo 4

Participantes:	CAR (tia, filmando)
Idade da criança:	2;10.17
Situação:	FRA está em sua casa, conversando com CAR
Com:	FRA está com a bolsa de CAR na mão.
FRA:	mas agóia eu vô pra Baxa quandu eu pegá éia ei ago a tua bolsa cuntigu
CAR:	tu vai dexá a minha bolsa cumigu né?
FRA:	é
CAR:	eu pricisu da minha bolsa
FRA:	mais mais
CAR:	pra ir trabalhá
FRA:	mais depois eu eu iqueci a tua bolsa e eu vô lá depois eu vô pedê a tua bolsa lá na Baxa
CAR:	ãh! Não @ não minha bolsa não pôdi ir lá pra Baxa
FRA:	pu quê?
CAR:	puque ela só gosta de ir lá pra minha casa a minha bolsa me dissi issu hoji
FRA:	é?
CAR:	é
FRA:	e ela fala?
CAR:	fala [= risos]
FRA:	ãh?
CAR:	só cumigu ela fala.
FRA:	pu quê?
CAR:	[= risos] purqui ela fala
FRA:	e ela ondi ela fala?
CAR:	ãh? [= risos]
FRA :	ondi péta o botãozinho?
CAR:	ah ondi qui aperta o botãozinho?
FRA:	é
CAR:	pur que qui tu acha qui tem um botãozinho?
FRA:	a tua bolsa não tem botãozinho?
CAR:	não
FRA:	pur quê?
CAR:	purqui não
FRA:	ela qué ir no meu cólu
CAR:	qué? [= risos]
(...)	
CAR:	ela te dissi issu?
FRA:	ãh hã
CAR:	comu é qui eu não ovi?
FRA:	comu é? A minha bosa ela a minha bosa vem no meu cólu
FRA:	não oviu a minha bolsa?
CAR :	não
FRA:	e ela gritandu assim AI [= grita]
CAR:	[= risos]
FRA:	assim na tua casa
CAR:	é? @ Mas eu tô surda intão
FRA:	e aí depois e depois quilia no meu cólu e quilia ir pa tua casa e quilia ficá na tua casa [= risos]
CAR :	ãh! Qui bolsa danada @ quiria ficá lá em casa?
FRA:	é, a minha bolsa
CAR:	ah, eu achu qui ela quiria cunversá cum a minha bolsa intão
FRA:	ah mais a tua bolsa também qué cólu ela a tua bolsa diz assim pa tu/ pa minha: tu qué ir pa minha casa bolsa? A tua bolsa dizia assim quandu eu tava aqui na minha casa.

Fonte: Silva (2007, p. 245).

Nesse fato enunciativo, a criança, inscrita como pessoa subjetiva no discurso “eu” e com as estabilidades das coordenadas de tempo e espaço, insere a dupla enunciação com novos contornos, pois inscreve, no processo de inserção de novas enunciações na enunciação principal, locutores assimilados a seres empíricos não falantes, confirmando a importante argumentação de Ducrot (1987) de que o fundamental na enunciação são os seres de discurso (locutores e enunciadore).

Ao dar voz às bolsas, a criança insere um novo jogo referencial de pessoas no discurso, quando coloca, como locutores, bolsas em diálogo uma com a outra. Com isso, instancia uma nova polaridade “eu-tu” interna à enunciação principal.

A dupla enunciação atualizada nesse fato enunciativo envolve unicamente seres constituídos intralinguisticamente no fio do discurso, embora empiricamente não sejam seres que possam falar. Isso atesta, conforme observa Silva (2007), que

É como se apreendesse [a criança] que sua condição de sujeito da [na] enunciação lhe possibilitasse constituir a língua e seu alocutário como instâncias interdependentes no ato de enunciar. Nesse sentido, pelo discurso, constitui realidades, simulando dizeres e brincando com o ato de enunciação. (Silva, 2007, p. 251).

A simulação de diálogos entre as bolsas pela criança dá mostras de que a enunciação se torna espaço para o “eu” criar outras enunciações para o “tu”, constituindo uma hierarquia de falas relacionada ao complexo mecanismo de dupla enunciação. A criança, ao atualizar esse mecanismo, nesse fato enunciativo, indicia que já está em disjunção com outro, de que se torna locutor responsável por sua enunciação e é produtora de uma nova realidade discursiva no fio do discurso principal. São indícios de que a criança está instaurada no funcionamento intersubjetivo e referencial da língua, instauração necessária para a atualização desse mecanismo de dupla enunciação.

Palavras finais

Neste artigo, procurei, em uma homenagem ao semanticista Oswald Ducrot, apresentar as potencialidades da noção de dupla enunciação, forma de polifonia vinculada à figura enunciativa do locutor, para tratar do modo como a criança representa diferentes vozes em seus enunciados.

A dupla enunciação é um jogo de vozes de locutores instanciados via discursos direto e indireto, em que há uma complexidade envolvida no uso de molduras para separar a enunciação citada da enunciação principal.

Nesse estudo, busquei mostrar os movimentos da criança em instauração de sua língua materna na atualização do mecanismo de dupla enunciação. As seções 3 e 4 apresentam um estudo sobre a polifonia de locutor em narrativas de crianças (seção 3 –

dados transversais) e análises de fatos enunciativos de crianças em aquisição (seção 4 – dados longitudinais).

O estudo e as análises indiciam que os movimentos de aquisição do mecanismo de dupla enunciação ocorrem com: retomadas de enunciações anteriores – 1) discurso direto sem moldura, 2) discurso direto com moldura e 3) discurso indireto com moldura – e simulação de diálogos internos à enunciação principal, com o uso do discurso direto com moldura. Além disso, os fatos enunciativos analisados parecem apontar que a dupla enunciação passa a comparecer com moldura nos fatos enunciativos a partir do momento em que a criança se vale de modo estável da pessoa subjetiva “eu”.

Com este artigo, procurei, ao homenagear Oswald Ducrot, apresentar as potencialidades do texto “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação” para os estudos linguísticos, especialmente para os estudos do campo de aquisição da linguagem, campo no qual me situo para tratar da instauração da criança em sua língua materna.

The phenomenon of double enunciation in the child's introduction into their native language

Abstract

This article was written to pay tribute to the great semanticist Oswald Ducrot and all his contributions to Linguistics, especially his efforts to establish a particular point of view to deal with language, enunciation, and argumentation. It aims to examine the presence of “double enunciation” in the child’s introduction into their native language. The theoretical section of the article deals with the notion of double enunciation within “Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação” [Outline of a Polyphonic Theory of Enunciation] (Ducrot, 1987). In the sections related to native-language acquisition, we present a study on polyphony in children’s narratives (Silva, 1996) and an analysis of linguistic facts brought about by a child during their introduction into their native language. The study and analyses show that the acquisition of the double enunciation mechanism occurs by returning to previous enunciations – 1) direct speech without a frame, 2) direct speech with a frame, and 3) indirect speech with a frame – and by simulating dialogues that are internal to the main utterance, with the use of direct speech with a frame. Furthermore, the enunciative facts under analysis seem to indicate that the double enunciation begins to appear, with a frame, in the enunciative facts at the moment in which the child steadily uses the subjective person “I”.

Keywords: Acquisition. Double enunciation. Native language

Referências

BENVENISTE, Émile. (1966). *Problemas de Lingüística Geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. (1974). *Problemas de Lingüística Geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al.; revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.

DUCROT, Oswald. (1984). O esboço de uma teoria polifônica da enunciação. *O dizer e*

o dito. Tradução Campinas, SP: Pontes, 1987.

HICKMANN, Maya. Reporting speech in discourse. In: HICKMANN, Maya. *The development of narrative skills. Pragmatic e metapragmatic aspects of discourse cohesion*. Ph D Dissertation, University of Chicago, 1982.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem*. 2007. 293 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10407>. Acesso em: 10 set. 2023.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2009.

SILVA, Carmem Luci da Costa. A escuta nas três operações enunciativas do ato de instauração da criança na língua materna. *Organon*. Porto Alegre, v. 38, n. 76, 2023. p. 1-22. DOI: 10.22456/2238-8915.135046. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/135046>. Acesso em: 7 jan. 2025.

Sujeito falante e locutor¹

Marion Carel²

Tradução de Lauro Gomes³

Resumo

Inscrito na sequência das pesquisas de Ducrot sobre a polifonia, este artigo retoma a tese segundo a qual é preciso distinguir as noções de “sujeito falante” e “locutor”. Sustenta que todos os enunciados *mostram* um valor semântico, que a Teoria Argumentativa da Polifonia (TAP) propõe descrever por um ponto de vista argumentativo, encadeando duas proposições por uma conjunção do tipo de *portanto* ou do tipo de *no entanto*. Por fim, acrescenta que o locutor enquanto tal L é uma construção linguística graças à qual é possível realizar atos ilocutórios, produzir acontecimentos ilocutórios, abrir conversas felizes.

Palavras-chave: Sujeito falante. Locutor. Teoria Argumentativa da Polifonia

Data de submissão: set. 2024 – Data de aceite: set. 2024

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v21i1.16317>

¹ Referência à publicação original do artigo: CAREL, Marion. « Sujet parlant et locuteur », *Bergen Language and Linguistics Studies*, vol. 13, n°1, 2023. Tradução de Lauro Gomes (FURG).

² Professora pesquisadora da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS – Paris). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2432-1127>

³ Professor Adjunto do Instituto de Letras e Artes (ILA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutor em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CNPq). Realizou estágio de doutorado (modalidade: sanduíche - PDSE/CAPES - 2018/2019) no Centre de Recherches sur les Arts et le Langage (CRAL), da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, Paris), sob orientação da Directrice d'études Marion Carel. Mestre em Letras pela Universidade de Passo Fundo (CAPES). E-mail: lauro.gomes@furg.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1302-2693>

A questão

Assim como a Scapoline (Nølke, Fløttum, Norén 2004), a Teoria Argumentativa da Polifonia se inscreve na sequência das pesquisas de Ducrot sobre a polifonia (Ducrot 1984). Uma das primeiras teses dessas teorias é que devemos distinguir as noções de “sujeito falante” e de “locutor”: o sujeito falante é o ser do mundo que fabrica o enunciado, o locutor é aquele a quem o enunciado é dado como responsável pela enunciação. Essa dissociação permite dar conta de enunciados como o exemplo, vivido, (1). É dito por uma mulher que, com a concordância da dona do restaurante onde almoça, sai na hora da sobremesa para buscar o cachorro que ficou no carro. Ela volta com ele, alegre e brincalhona, e declara:

(1) *Eu me chamo Jeffrey*

O sujeito falante é a senhora; o locutor é o cachorro, aqui designado explicitamente pelo emprego do *eu* – mesmo que esse uso de *eu* não tenha sido pronunciado pelo cachorro: é ele que se chama Jeffrey. Para esclarecer esse ponto, Dinah Ribard e eu (Carel e Ribard, 2019) propusemos acompanhar essa distinção com uma outra: aquela entre enunciação atual e enunciação linguística.

A enunciação atual é o gesto que consiste em materializar o enunciado, seja oralmente, pronunciando-o, seja por escrito, com movimentos da mão. O autor da enunciação atual, se usarmos os termos precedentes, é o sujeito falante. Outros sujeitos falantes, note-se, podem ter, com ele, participado da elaboração do enunciado, por exemplo, escolhendo as palavras: os discursos políticos orais, materializados pelos políticos que agem graças a eles, têm, assim, a reputação de ter sido moldados por canetas⁴, também sujeitos falantes, ainda que ausentes do sentido do enunciado. A questão fica ainda mais complicada quando o enunciado está impresso em um cartaz. Quem são, de fato, os autores de sua materialização? Aquele que escolheu as letras em um teclado, aquele que fixou o cartaz, aquele que fabricou o papel?

A enunciação linguística é, por sua vez, a atividade que o enunciado declara ser aquela de seu responsável. É da enunciação linguística, e não da enunciação atual, que o locutor é, em nossa definição, autor. No interior do sentido do enunciado, a enunciação linguística se opõe ao conteúdo do enunciado. Por exemplo, quando um comentarista de rádio pronuncia (2):

(2) *O presidente se aproxima agora da tribuna onde me encontro com a imprensa*

⁴ Nota do tradutor: “canetas” (fr. *les plumes*) diz respeito, neste caso, às pessoas que escrevem os discursos das grandes figuras públicas francesas.

O sentido de seu enunciado inclui, com estatutos diferentes, tanto o conteúdo (2-dito) quanto a indicação (2-mostrada) da enunciação linguística do locutor:

(2-diz) o presidente estava longe da tribuna onde *eu* me encontro com a imprensa, no entanto agora ele está perto dela

(2-mostrado) EU vejo o presidente se aproximar da tribuna onde *eu* me encontro com a imprensa, portanto EU digo.

Oswald Ducrot e eu propusemos representá-las, como aqui, por pontos de vista argumentativos, encadeando duas proposições por uma conjunção do tipo de *no entanto* ou do tipo de *portanto* (Carel e Ducrot, 2013)⁵. Retomando o vocabulário habitual, marquei, ainda, a sua diferença de estatuto no interior do sentido de (2), dizendo que o ponto de vista argumentativo (2-dito) é “dito” enquanto o ponto de vista argumentativo (2-mostrado) é “mostrado”. Finalmente, teremos notado que distingi em (2-mostrado) dois tipos de uso do pronome de primeira pessoa. Aquele anotado em itálico designa o que Ducrot (1984) chama de locutor enquanto ser do mundo, e que ele anota λ: é aquele de quem falamos e o encontramos em (2-dito); aquele anotado em letras maiúsculas designa o que Ducrot chama de locutor enquanto tal: ele o anota como L, é aquele que fala de modo que está ausente de (2-dito). É L que vê e, portanto, diz, é ele o autor da enunciação linguística, é ele que o enunciado se dá por responsável.

Existe relação entre a enunciação linguística de L e a enunciação atual do sujeito falante? Lembremos do slogan de Ducrot, segundo o qual o sentido de um enunciado é uma descrição de sua enunciação: a enunciação atual refletiria a enunciação linguística. Frequentemente este é o caso. Assim, conforme prevê Ducrot, o comentarista de rádio faz uma reportagem, ou seja, vê e, portanto, diz, como o locutor de seu enunciado. O mesmo acontece quando um político pronuncia, quando de um discurso durante a crise do coronavírus, o enunciado *eu saúdo os cuidadores*. Ele não escolheu as palavras, mas, dentre todos os sujeitos falantes, é ele quem age conforme o locutor: ele saúda os cuidadores. Nesses dois casos, a enunciação linguística descreve, ou melhor, constitui a enunciação atual: semantiza a enunciação atual, transforma-a, de simples gesto, em ação.

Mas será sempre assim, e particularmente no caso, emblemático, do enunciado (1) sobre o qual se funda a distinção entre sujeito falante e locutor? Porque L diz seu nome na ocasião do encontro com a dona do restaurante; sua enunciação linguística pode ser representada por (1-mostrado):

⁵ Para ser totalmente precisa, um ponto de vista argumentativo é duplo e associa o encadeamento argumentativo ao esquema que ele formula. Assim, (2-dito) e (2-mostrado) estão, respectivamente, associados a TER ESTADO LONGE PT NEG ESTAR LONGE e VER DC DIZER.

(1-mostrado) Nós nos encontramos, portanto EU digo que me chamo Jeffrey

L se apresenta à dona do restaurante. Ora, como defender que a enunciação atual, que tem a senhora por responsável, é, por sua vez, uma representação de si? Poderíamos pensar, com Recanati (Recanati, 2008), em recorrer, de uma maneira ou de outra, à noção de ficção: a enunciação atual seria uma ficção de apresentação de si. Mas isto é ir longe demais, porque a senhora pretende agir, no mundo, com o enunciado (1), e isso de acordo com o seu sentido linguístico – não há razão para duvidar, o cão da senhora se chama efetivamente Jeffrey. Ela não efetua uma ficção de apresentação de si e também não efetua uma apresentação de si. O que conduziu a distinguir sujeito falante e locutor deve conduzir a distinguir enunciação atual e enunciação linguística.

Mas o que a senhora faz, então? Como o enunciado (1) ocorre no mundo? Qual o valor da enunciação atual? Este artigo tem por objetivo responder a esse problema. Para fazer isso, examinarei, primeiramente, o caso do que chamarei, um pouco rapidamente, de discurso institucional; voltarei em seguida, para distingui-lo, ao exemplo de Jeffrey.

1 Ato e acontecimento de fala: o discurso institucional

Consideremos o seguinte discurso, retirado de um e-mail datado de 1º de junho de 2021, recebido após a declaração de danos causados por água a uma seguradora, a MAIF – uma companhia de seguro da qual os segurados são membros:

(3) *Prezado(a) Membro,*
(a) *Você acabou de declarar uma ocorrência.*
(b) *Agradecemos por observar a referência de seu documento de reivindicação M210...A.*
(c) *Confirmamos que um consultor da MAIF entrará em contato com você de acordo com as preferências que você nos indicou.*
[...]
(d) *Você poderá encontrar os detalhes da sua declaração abaixo e no seu espaço pessoal na seção “minhas reclamações”.*
A MAIF

Entre os diversos sujeitos falantes dessa mensagem, presumivelmente um formulário, um deles escreveu o número do documento e enviou a mensagem: vou chamá-lo de sujeito falante principal, ou simplesmente o sujeito falante. É ele quem seria responsabilizado pelo seu superior se, por exemplo, o número do documento fosse falso. O locutor dos diversos enunciados é, por outro lado, o signatário, a MAIF, cujo pronome *nós* designa como um coletivo, sem aproximá-lo de outros. Como no exemplo de Jeffrey, há dissociação do locutor e do sujeito falante, bem como dissociação da enunciação

linguística e da enunciação atual. O locutor de (3c) confirma, o indivíduo sujeito falante principal – aquele que, após enviar este e-mail, foi jantar em sua casa – nada confirma. Eu diria que, no mundo, ocorreu uma confirmação-da-MAIF, um acontecimento de confirmação institucional: o sujeito falante principal não realizou um ato ilocutório, mas produziu um acontecimento ilocutório.

Poderíamos ficar tentados a analisar esse acontecimento, a ver aí um ator, a MAIF, uma ação, a confirmação, e assim guardar a noção de *ato* ilocutório e, com ela, o paralelo entre o prefixo performativo *nós confirmamos* e o que se produz no mundo: a cada palavra corresponderia uma entidade, indivíduo ou ação. Aceitar-se-ia que a MAIF existe, um ser imaterial, que, no mundo, seria capaz de ações como as de confirmar, de afirmar, de aconselhar. A MAIF seria capaz de atos ilocutórios, sem, por outro lado, ser capaz de atos locutórios os quais, segundo Austin, estão inseparavelmente ligados a elas: a MAIF seria incapaz de materializar, ela mesma, a frase subjacente a (3c), mas poderia fazer o ato ilocutório de confirmar. Materialmente enunciado por um funcionário da MAIF, (3c) faria com que a MAIF agisse de forma ilocucionária. A enunciação atual seria capaz de fazer agir um ser diferente do seu próprio autor. A sintaxe da frase, na qual podemos distinguir o sujeito gramatical *nós* e o verbo *confirmamos*, refletiria o que está acontecendo no mundo. O verbo *confirmar* designaria a ação feita. A MAIF confirmaria que um consultor fará contato.

Assim, ao dar à MAIF o papel de autor do ato ilocutório, a hipótese ontológica anterior parece-me, entretanto, ter o defeito de, ao mesmo tempo, apagar o papel do funcionário que escreveu o número do documento e enviou o e-mail: ele seria apenas uma ferramenta da ação da MAIF; é ela que agiria com as palavras do funcionário – e se percebem as consequências em termos de responsabilidade, ou melhor, de desresponsabilização individual, mesmo que, no caso de (3), essa desresponsabilização não pareça muito grave.

Além disso, essa hipótese ontológica não leva em conta o fato de que, em (3c), encontra-se o nome próprio *MAIF*, como se eu mesma utilizasse o nome próprio *Marion Carel* e escrevesse o seguinte e-mail aos estudantes matriculados no mestrado sob minha orientação:

(4) *Caros estudantes*

Você acaba de se inscrever no mestrado ALL da EHESS.

Confirmo que você deverá acompanhar o seminário de Marion Carel.

Você pode encontrar detalhes das opções oferecidas a você para o restante de sua formação no site mencionado.

Marion Carel

Há duplicação em (3) da *MAIF* assim como há duplicação em (4) de *Marion Carel*.

Notaremos, nesse sentido, que (3) e (4) são diferentes de exemplos como *não falas assim com tua mãe* – imaginemos uma mãe irritada falando com sua filha. Aqui, *tua mãe* pode constituir, com o emprego de *falar*, a segunda pessoa da expressão *falar com sua mãe* e designar, assim, um modo de falar, um tipo de fala, a fala com a sua mãe. Nada desse tipo em (4), em que o nome próprio *Marion Carel* não pode, associado a *seminário*, constituir um tipo de seminário – como teria podido, por outro lado, fazer a associação, a *seminário*, de *sua orientadora*. O signatário se divide com aquele que ministra seminários, da mesma forma que Alain Delon poderia ter-se duplicado e dito sobre Alain-Delon-estrela (fizemos muitas piadas sobre esse assunto nos anos 80):

(5) *Alain Delon não poderia aceitar atuar em tal filme.*

Em (4), tratar-se-ia dos seminários de Marion-Carel-enquanto-professora, e é Marion-Carel-enquanto-orientadora quem assinaria, seria locutor e agiria no mundo. Da mesma forma, em (3), a MAIF teria necessidade de duplicar a MAIF: seria confirmado o contato, digamos, com os assessores da MAIF-enquanto-empresa e seria a MAIF-enquanto-seguradora que assinaria, seria locutor, e faria o ato ilocutório de confirmar. A menos que sejam os assessores da MAIF-enquanto-seguradora e seria a MAIF-enquanto-empresa que realizaria o ato de confirmar.

Também se pode duvidar da existência da MAIF e de todas as suas cópias, das quais não se sabe bem qual agiria e como.

Tomemos outro exemplo, que devo a Nina Kennel, em que o locutor enquanto tal é novamente descrito pelo próprio discurso. Não se trata de uma instituição, como a MAIF, mas de um indivíduo-enquanto-cidadão. Mais uma vez nos perguntaremos se é lícito supor a existência de tais seres.

O exemplo de Nina Kennel é o dos atestados que o governo francês, durante os confinamentos de 2020, pedia às pessoas que assinassem antes de sair. Era possível escrevê-los à mão, um certo número de dados era imposto, os detalhes de (6) são inventados:

(6) *Eu, abaixo assinado Pierre Dupont, nascido em 21 de fevereiro de 1963, em Lorient, e residente na Rua de Lancry, 45, em Paris, certifico que saio para praticar exercícios físicos e isso a menos de 5 km de minha casa e por menos de uma hora.*
Paris, 6 de maio de 2020, às 11 horas,
Pierre Dupont

O que Nina Kennel percebeu é que, se Pierre Dupont, no dia 6 de maio de 2020, às 11 horas, não tivesse escrito o texto anterior, tivesse saído com as mãos nos bolsos, tivesse sido revistado por um policial às 11h20, e tivesse dito oralmente eu atesto sair para fazer

exercício físico e isso a menos de 5 quilômetros de minha casa e por menos de uma hora, ele não teria sido considerado pelo policial como tendo feito o atestado solicitado pelo governo e teria de pagar uma multa. Pierre Dupont, oralmente, teria feito apenas o ato ilocutório de atestar que seu movimento tinha certas propriedades, enquanto Pierre Dupont, por escrito, teria produzido um acontecimento: o-atestado-de-Pierre-Dupont-nascido-em-21-de-fevereiro-de-1963-em-Lorient-e-residente-na-Rua-de-Lancry-45-em-Paris.

Quando as palavras utilizadas não dão nenhuma descrição do locutor enquanto tal, encontra-se essa divergência entre o oral e vários escritos oficiais que acompanham a assinatura de menções como "o diretor de tal colégio", ou mesmo "o ministro de tal ministério" e, ao fazê-lo, descrevem L. Assim, imaginemos que Pierre Dupont seja o diretor do colégio François Villon de Paris e que, almoçando com o Reitor da Academia de Paris e alguns outros amigos, diz, mordendo um pedaço de pão, peço um professor de matemática adicional para o segundo trimestre: ele não faria, então, o ato de pedido oficial que, no entanto, seria realizado pelo mesmo enunciado escrito, devidamente acompanhado da assinatura de Pierre Dupont e a menção à sua função no estabelecimento. A escrita oficial não é o simples traço de um ato ilocutório que poderia ser feito oralmente com as mesmas palavras; seu sistema de assinatura, carimbos, cabeçalho, permite descrever o locutor enquanto tal e assim oficializar o que se produz. É na condição de diretor que, na escrita, Pierre Dupont teria feito o pedido e é solenemente, como cidadão cumpridor da lei, que Pierre Dupont atestaria, por escrito, que a sua saída é legal. Falta essa solenidade no oral: não basta ser diretor ou cidadão para, oralmente, falar como diretor ou como cidadão.

Volto ao nosso problema inicial: quem age com as palavras? Pois poderíamos, mais uma vez, ser tentados a decompor o acontecimento atestado-do-cidadão-Dupont e, de acordo com a sintaxe do prefixo performativo eu atesto, dizer que Pierre-Dupont-enquanto-cidadão faz um atestado. O mundo incluiria Pierre Dupont, mas também Pierre-Dupont-enquanto-cidadão – ou mesmo Pierre-Dupont-enquanto-diretor – e seriam essas versões de Pierre Dupont que realizariam os atos ilocutórios, da mesma forma que seria a MAIF, ou uma de suas versões, que confirmaria.

Proponho antes dizer que o aparecimento, por escrito, de (6) constitui um acontecimento de fala produzido pelo ser do mundo banalmente material que é Pierre Dupont. Seu sentido inclui um ponto de vista argumentativo dito e um ponto de vista argumentativo mostrado. O ponto de vista dito parafraseia argumentativamente estou fora para fazer exercício físico e isso a menos de 5 km da minha casa e há menos de uma hora:

(6-dito) estou fora de casa a menos de 5 km da minha casa e há menos de uma hora porque preciso de exercício físico

O ponto de vista mostrado se constrói a partir da significação de *atestar que p* – ou seja, engajar-se com a verdade de *p*, dizer-se culpado se *p* for falso – ao que o escrito acrescenta uma descrição do locutor *L* como sendo Pierre Dupont, nascido em 21 de fevereiro de 1963, em Lorient, e morando na Rua de Lancry, 45, em Paris. Essa descrição do locutor enquanto tal pertence ao que é mostrado de sorte que (6) mostra:

(6-mostrado) se acontecer que, em 6 de maio de 2020, não estou fora de casa para fazer exercício físico, então eu, Pierre Dupont, nascido em 21 de fevereiro de 1963, em Lorient, e morando na Rua de Lancry, 45, em Paris, sou culpado

Ponderada com (6-mostrado), a enunciação atual de (6) é um acontecimento ilocutório.

Pode-se dar uma descrição semelhante de (3c):

(3c) *Nós confirmamos que um consultor da MAIF entrará em contato com você de acordo com as preferências que você nos indicou.*

São comunicados dois pontos de vista argumentativos, um dito e outro mostrado. O ponto de vista dito é:

(3c-dit) *ainda que você esteja longe de nós, um consultor da MAIF entrará em contato com você de acordo com as preferências que você nos indicou*

(tratando-se de uma paráfrase argumentativa de *um consultor da MAIF entrará em contato com você de acordo com as preferências que você nos indicou*, estruturada graças à significação argumentativa do verbo *contatar/entrar em contato*). Quanto ao ponto de vista mostrado, trata-se de:

(3c-mostrado) nós concordamos que um consultor entraria em contato com você de acordo com suas preferências, portanto nós, a MAIF, dizemos que um consultor entrará em contato com você de acordo com as preferências que você indicou

Confirmar *p* é dizer *p* porque concordamos com ele: a significação argumentativa do verbo *confirmar* dá sua estrutura a (3c-mostrado). Quanto ao pronome *nós* que ocorre em (3c) como sujeito gramatical de *confirmar*, é completado pelo sintagma *a MAIF* que, na assinatura, descreve o locutor. O valor semântico (3c-mostrado) assim construído é mostrado, e não dito, pelo enunciado (3c). É ele que, atrelado ao aparecimento de (3c), transforma a enunciação atual em acontecimento ilocutório, produzido pelo emprego de MAIF: é ele sozinho que faz algo com as palavras. O emprego de *nós* no prefixo performativo *nós confirmamos* de (3c) não corresponde, no mundo, a nenhum indivíduo. Não que possamos deixar de levar em conta a assinatura: bem pelo contrário, ela intervém em (3c-

mostrado). Mas este último não tem, no nosso exemplo, nenhuma função referencial: o seu papel é o de construir o valor semântico mostrado (3c-mostrado). Não há razão para supor que o mundo seja decomposto em tantos elementos quantas forem as palavras. Não há razão para supor que o locutor enquanto tal corresponda a um ser do mundo.

Podemos agora voltar ao exemplo de Jeffrey.

2 Fala atribuída e fala feliz: Jeffrey

Até agora distinguimos dois casos, o de (2) e o de (3c):

(2) *O presidente se aproxima agora da tribuna onde me encontro com a imprensa*

(3c) *Nós confirmamos que um consultor da MAIF entrará em contato com você de acordo com as preferências que você nos indicou. [Assinado: MAIF]*

O enunciado (2) mostra um valor semântico de primeira pessoa e a enunciação atual do seu sujeito falante, o comentarista de rádio, reflete a enunciação linguística do locutor L – ambos veem e, portanto, dizem:

(2-mostrado) EU vejo o presidente se aproximando da tribuna onde me encontro com a imprensa, portanto EU digo.

O enunciado (3c) mostra um valor semântico no qual a descrição que a assinatura dá do locutor L completa o emprego da primeira pessoa e, desta vez, a enunciação atual do sujeito falante principal, o funcionário da MAIF, não reflete a enunciação linguística de L – L confirma, o funcionário não confirma nada:

(3c-mostrado) concordamos que um consultor entraria em contato com você de acordo com suas preferências, portanto nós, a MAIF, dizemos que um consultor entrará em contato com você de acordo com as preferências que você indicou

E no exemplo de Jeffrey?

O exemplo de Jeffrey lembra parcialmente o e-mail da MAIF. Nos dois casos, como vimos, o sujeito falante e o locutor são distintos. A senhora é o sujeito falante de (1):

(1) *eu me chamo Jeffrey*

enquanto o locutor de (1) é o cachorro. Nos dois casos, igualmente, a enunciação linguística e a enunciação atual não se refletem: L apresenta-se à dona do restaurante, a senhora não se apresenta. Há, entretanto, uma diferença entre (1) e (3c). Isto porque o

funcionário da MAIF produziu uma confirmação oficial, uma confirmação-da-MAIF; por outro lado, a senhora não produz um tipo particular de saudação, uma saudação de “cachorro”.

Isto se explica, porque (3) contém uma descrição daquele que fala, do locutor enquanto tal; nada disso no caso de (1). (1) mostra:

(1-mostrado) Nós nos encontramos e, portanto, EU lhe digo que me chamo Jeffrey

e não :

nós nos encontramos e, portanto, eu, o cachorro, digo-lhe que me chamo Jeffrey

Certamente o locutor enquanto ser do mundo é descrito por (1): é comunicado que ele se chama Jeffrey. Mas isso não afeta o locutor L: não é enquanto Jeffrey, nem mais geralmente como um cachorro, que o locutor L de (1) se apresenta à dona do restaurante; o fato de ser um cachorro não afeta o valor semântico mostrado. O ponto de vista mostrado por (1) está no EU, sem qualificação suplementar, e nisso (1) se assemelha a (2).

Mas como, então, explicar a divergência entre (1) e (2)? Por que, quando (1) mostra o mesmo tipo de valor semântico que (2), a enunciação atual de (1) não reflete a enunciação linguística de L? Para descrever essa nova divergência, apelarei à oposição que Dinah Ribard e eu fazemos entre fala atribuída e fala feliz.

A fala atribuída permite aos sujeitos falantes transformar, com palavras, a situação em que se encontram. O exemplo do comentarista e o da MAIF enquadram-se na fala atribuída. O valor semântico mostrado por tais enunciados atribui-se à enunciação atual, e é esse misto de língua e de gesto material que o sujeito falante realiza e que o interlocutor percebe. O comentarista vê e, portanto, diz; o funcionário produz uma confirmação-da-MAIF.

Uma precisão. Alguns linguistas, recusando a hipótese de que a língua tem por função fundamental representar o mundo, assumem, inversamente, que é através dela que percebemos o mundo. Seria ela quem, de acordo com o seu léxico, recortaria o mundo e lhe daria um sentido. Seria porque existe a palavra *alça* que isolaríamos e distinguiríamos numa xícara de chá a parte pela qual a agarramos. Poderíamos reconhecer, na fala atribuída, o mesmo fenômeno: assim como a palavra *alça* definiria uma parte da xícara, o valor semântico apresentado associaria, semantizaria, definiria a enunciação atual.

Contudo, esta não é bem a hipótese que Dinah Ribard e eu fazemos. Certamente, para nós, o valor semântico mostrado não descreve uma ação ou um acontecimento que ocorreria independentemente dele, mas constitui essas ações e esses acontecimentos. Mas não supomos que este seja o efeito de um fenômeno mais amplo de revelação do mundo,

de construção do mundo, graças à língua. Somente o valor semântico mostrado está apto, para nós, a semantizar uma entidade do mundo. Os chamados valores semânticos, por outro lado, não permitem moldar o mundo – assim como não o descrevem. Como, de fato, poderiam os conteúdos semânticos de uma língua não descritiva ser direcionados para uma parte do mundo e não para outra? Por que a significação de *alça*, sem ser descritiva, isolaria uma parte da xícara, e não uma parte da cadeira ao lado? Nossa definição da fala atribuída não enfrenta esse problema: é sistematicamente a enunciação atual que é semantizada pelo valor semântico mostrado.

Além disso, apesar das fórmulas que por vezes utilizamos (e que continuo a utilizar neste artigo), Dinah Ribard e eu não sustentamos que o comentarista de rádio, graças a (2), transforme sua enunciação atual, dando-lhe uma nova essência. Não há transubstanciação. Levantamos apenas a hipótese de que, quando a fala é atribuída, o valor semântico mostrado está associado à enunciação atual para constituir, com ele, uma “ação com palavras”, misto de valor linguageiro e de gesto físico. Refiro-me a (Behe, Carel e Denuc, 2022) para uma descrição mais detalhada das propriedades desse misto. Salientamos simplesmente que, para nós, elas devem ser estudadas historicamente. É apenas a observação, em situação, que permite dizer que atribuir a si mesmo, por exemplo, o valor mostrado por *bom dia*⁶, é uma saudação de separação. Só a pesquisa histórica permite dizer se os poemas de Marc de Larréguy, falecido em Verdun, em 1916, são, de acordo com o valor mostrado, testemunhos ou ações militantes (Carel e Ribard, 2019). Definir quais são, social e historicamente, as falas atribuídas não remonta à semântica linguística.

A essa fala atribuída, Dinah Ribard e eu opomos a fala feliz. Retomamos essa expressão no estudo que Starobinski faz das *Máximas* de La Rochefoucauld (Starobinski, 1966). De fato, segundo Starobinski, La Rochefoucauld condena o egoísmo visceral que orientaria cada uma das nossas ações. Porém, haveria uma forma de escapar dos conflitos que a nosso amor próprio suscita, de escapar deste mundo onde, em última análise, só nos espera a morte, e a encontraríamos na conversa de salão:

O fim desolador é conhecido de antemão; no entanto, tudo recomeça no ato feliz de falar, na conversa amigável, na confiança que depositamos na linguagem e que é, apesar de tudo, uma confiança depositada na razão humana. (Starobinski, 1966)

Falar não consistiria mais em agir no mundo, e o nosso egoísmo já não nos guiaria; falar consistiria em “confiar na razão humana” – ou melhor, segundo Dinah Ribard e eu, em confiar nas palavras. Falaríamos por falar. Não simplesmente para criar e manter contato com o outro, como quando os nossos discursos são dominados pelo que Jakobson

⁶ Nota do tradutor: o *bom dia* (fr. *bonne journée*), neste caso, diz respeito à saudação de despedida.

chama de função fática da linguagem. Mas para sermos absorvidos pelas palavras, por seus entrelaçamentos, por suas comparações, pela sua sequência. Centrado nisso, o ato de falar nos permitiria isolar-nos do mundo de vícios que é o nosso, nos tiraria dele e poderia se tornar, segundo a leitura de La Rochefoucauld feita por Starobinski, um ato feliz. Haveria alegria em falar por falar.

Dinah Ribard e eu estendemos essa “fala feliz” a todos os casos em que apenas se trocam palavras, seja a atividade prazerosa ou não, de sorte que reconheçamos a fala feliz tanto no discurso daquele que brilha numa conversa de salão quanto naquele do interlocutor limitado ao papel de personagem secundária. Mantemos de Starobinski apenas a hipótese de que é possível falar, com seriedade, sem fazer o ato ilocutório. O sujeito falante pode não associar o valor semântico mostrado por seu enunciado ao seu gesto de enunciação atual, e apenas articular o seu enunciado ao que o precede. Seu discurso, porém, não se torna um fingimento; a fala feliz não é uma fala atribuída executada. Ela constitui, por si só, outro tipo de atividade, atribuindo um outro papel à enunciação atual: não mais o de transformar o mundo, mas o de construir um discurso.

Teremos entendido: é a fala feliz que a senhora de Jeffrey produz. Contrariamente ao comentarista de rádio que é sujeito falante de (2), ela não associa sua enunciação atual e o valor semântico mostrado por (1), de modo que ela mesma não realiza a apresentação de si. Ela faz aparecer valores semânticos e põe o acento sobre seu aparecimento, sobre sua produção.

Mais precisamente, ela dirige seu enunciado à dona do restaurante e inicia, assim, uma conversa feliz entre esta última e o seu cão. Não que a fala feliz seja sempre direcionada. O poema “El Desdichado” de Gérard de Nerval é uma fala feliz. Ao enunciar *eu atravesssei o Achéron duas vezes vitorioso*, Nerval não deu valor semântico à sua enunciação. Ele reuniu palavras, falou por falar. Ele não estava fingindo falar sobre algo – como defenderia Searle (Searle, 1982). Ele falava, mas sua fala era feliz, abertamente sem objeto externo a si mesma. Ela era feliz e aí está o meu ponto, ela não era direcionada: ela não foi articulada com nenhuma outra fala. Por outro lado, no entanto, algumas falas felizes são dirigidas. É o caso do poema “La Bénédiction” de François Coppée, que narra, na primeira pessoa, um episódio de guerra, em 1809, em Saragosse, entre a França e a Espanha. Mas Coppée não era sargento dos exércitos napoleônicos em 1809; o dia retratado não existe. As afirmações do *eu* não foram afirmações de Coppée, não transformaram sua enunciação. Nem eram, nem mesmo aproximadamente, as afirmações de um sargento: a enunciação de Coppée não continha falas que tinham existido. A fala de Coppée era feliz. Mas, ao contrário daquela de Nerval, era endereçada: Coppée opunha as palavras do seu poema com outros discursos (patrióticos, anticlericais, democráticos?). Ele produzia uma conversa feliz, esperando por uma resposta. O mesmo acontece em (1),

cujo sujeito falante, a senhora de Jeffrey, inicia uma conversa feliz entre seu cachorro e a dona do restaurante. Ela dá um interlocutor ao locutor L de *Eu me chamo Jeffrey* e se espera que a dona do restaurante encadeie com algo como *E eu me chamo Anne*. A fala feliz ocorre em nosso mundo, e a dona do restaurante é introduzida na conversa: ela pode não responder ao cachorro, mas isso não seria polido.

A situação seria diferente se a senhora tivesse dito (7):

(7) *ele se chama Jeffrey*

Nada permite dizer desta vez se se trata de fala atribuída ou de fala feliz. O comentarista de rádio fazia seu trabalho como comentarista, comentava abertamente e, portanto, atribuía sua fala; nenhum indício aqui. Notar-se-á apenas, qualquer que seja o tipo de fala realizada por (7), que seria incongruente que a dona do restaurante continuasse com *E eu me chamo Anne*. O valor mostrado foi alterado. Não se trata mais de uma apresentação de si, mas de informação:

(7-mostrado) é importante, portanto eu digo que ele se chama Jeffrey

Ao escolher (1) em vez de (7), a senhora de Jeffrey optou pela fala feliz, abandonou o papel de locutor L e, talvez isso seja o principal, transformou o valor semântico mostrado: ela não mais comunica que seu cachorro é importante.

Conclusão

Vamos resumir. Todos os enunciados *mostram* um valor semântico, que a Teoria Argumentativa da Polifonia propõe descrever por um ponto de vista argumentativo, encadeando duas proposições por uma conjunção do tipo de *portanto* ou do tipo de *no entanto*.

O caso de (2) é geralmente considerado como padrão:

(2) *O presidente se aproxima agora da tribuna onde me encontro com a imprensa*

(2-mostrado) EU vejo o presidente se aproximar da tribuna onde me encontro com a imprensa, portanto EU digo.

O pronome EU representa aquele que o enunciado considera responsável e o esquema que (2-mostrado) formula (VER DC DIZER) representa a sua enunciação linguística. O locutor enquanto tal vê e, portanto, diz, porque o sujeito falante declara que esse quadro o representa, ele próprio, em sua tomada de fala, ou melhor, ele usa esses

hábitos de linguagem: por sua vez, ele vê e, portanto, diz, isto é, comenta a cerimônia.

Identificar, assim, a atividade do locutor e o que faz o sujeito falante faz já foi criticado, em particular pelo próprio Ducrot (Ducrot, 1984), que denuncia essas mudanças entre língua e metalinguagem. Os exemplos também mostram que é preciso tomar cuidado. Modifiquemos um pouco o exemplo (2) para tomar o caso de um jovem repórter que, sobre a calçada deserta em frente ao Eliseu, declara ao vivo no jornal das 20h o *Primeiro Ministro veio esta manhã falar com o Presidente*. Sua situação, absurda se não lhe atribuímos nenhum papel na construção do sentido, permite compreender que sua enunciação mostra *eu vejo o Eliseu, portanto eu digo que o Primeiro Ministro veio esta manhã falar com o Presidente*. O locutor vê e, portanto, diz, o enunciado mostra *eu estou comentando*. Mas o jovem repórter comenta as vindas ao Eliseu? Seria mais justo dizer que ele faz o que nós fazemos quando mostramos esse tipo de valor semântico, que ele atua como comentarista, que fala como comentarista, sem realmente comentar. Sua ação ao dizer é diferente da enunciação linguística do locutor de seu enunciado, da mesma forma que a ação do sujeito falante de *tu podes abrir a janela?* é diferente da atividade do locutor. É preciso distinguir a enunciação atual e a enunciação linguística, e isso vai além do caso, estudado por Searle (1982), dos atos indiretos. Nossas observações sobre (3c) e (1) mostram que é necessário ampliar essa observação: não apenas o que o locutor declara fazer nem sempre é o que o sujeito falante faz, mas, além disso, o locutor enquanto tal nem sempre corresponde a um ser do mundo.

Tal é o caso, inicialmente, de (3c), cujo locutor enquanto tal está semanticamente descrito:

(3c) *Nós confirmamos que um consultor da MAIF entrará em contato com você de acordo com as preferências que você nos indicou.*

(3c-mostrado) concordamos que um consultor entraria em contato com você de acordo com suas preferências, portanto NÓS, a MAIF, dizemos-lhe que um consultor entrará em contato com você segundo as preferências que você indicou

Diferentemente do enunciado (2), o enunciado (3c) aparece, de fato, em um discurso assinado que descreve L. Essa descrição aparece no valor semântico mostrado cuja primeira pessoa, ao contrário de (2), agora está qualificado (*nós, a MAIF*). Existem outros processos, escritos ou orais, que permitem, como a assinatura, qualificar o locutor enquanto tal e, assim, produzir o discurso institucional? A pesquisa resta a ser feita.

Especifiquemos, aqui, que a descrição de L dada por (3c) é diferente daquela a que Ducrot (1984) faz alusão quando diz que a exclamação *ah* diz respeito ao locutor enquanto tal e, portanto, se opõe a enunciados que, como *estou infeliz*, dizem respeito ao locutor enquanto ser do mundo. A exclamação *ah*, assim como a assinatura do e-mail do qual (3c)

é extraído, certamente compartilham o fato de dar indicações sobre o valor semântico mostrado. Mas a exclamação diz respeito, não diretamente a L, mas ao dizer de L, à sua atividade. Ela estipula que o dizer é uma consequência de um infortúnio e constrói, assim, o valor semântico mostrado *é um infortúnio, portanto eu digo “ah”*. Nenhuma qualificação de L, apenas uma descrição de sua atividade. O emprego de (3c), ao contrário, contém uma descrição daquele que fala, de quem fala e não do que ele faz, e essa descrição aparece, em (3c-mostrado), afixada ao pronome de primeira pessoa.

Porém, qualificado, o locutor enquanto tal não corresponde mais a nada no mundo. O valor (3c-mostrado) não é uma pintura do ser imaterial que seria a MAIF e que confirmaria um contato futuro. O sujeito falante não realiza, ele próprio, um ato ilocutório e não faz com que outro ser que não seja ele próprio aja ilocucionariamente. O sujeito falante produz um acontecimento ilocutório: a confirmação institucional da MAIF. Um valor semântico mostrado cuja primeira pessoa mostrada constrói, quando a fala é atribuída, um acontecimento ilocutório. O locutor enquanto tal não tem correspondente no mundo e, ao mesmo tempo, sua atividade também não corresponde a nenhum ato.

O exemplo (1) conduz à mesma conclusão, mas por outras razões:

(1) eu me chamo Jeffrey

(1-mostrado) nós nos encontramos, portanto EU digo que me chamo Jeffrey

Desta vez, a inexistência do locutor enquanto tal não decorre mais de uma descrição dele feita por meio de (1); ela decorre do que a fala é, não ser mais atribuída como em (2), mas feliz. O valor (1-mostrado) não está associado à enunciação atual e é, sobretudo, um pouco culpado dizer que o cão é o locutor: assim como não se trata da senhora, o locutor enquanto tal não corresponde ao cachorro. O cachorro é apenas aquele que se chama Jeffrey, aquele de quem se fala, o locutor enquanto ser do mundo. É preciso, mais do que propôs Ducrot, dissociar esses dois valores que são o locutor enquanto tal e o locutor enquanto ser do mundo. No caso de (1), o valor semântico mostrado não tem realidade e, em particular, EU não tem correspondente no mundo; é somente no interior do chamado valor semântico, enquanto referente do *eu*, que o cachorro aparece.

Mas como dissociar o locutor enquanto tal e o locutor enquanto ser do mundo, porque é por alusão à enunciação que se compreende que é o cachorro que se chama Jeffrey? Pode-se, de fato, aplicar, aqui, as observações de Kleiber e Vassiliadou (2012). O emprego de *eu* em (1) não faz alusão, evidentemente, a quem pronunciou a ocorrência, mas também não se refere a um ser ausente. Como no exemplo, comentado por Kleiber e Vassiliadou, da camiseta sobre a qual está escrito *Sou um gênio!* e que qualifica como gênio o menino que a usa, o locutor enquanto ser do mundo de (1) é determinado por sua

proximidade com a ocorrência de *eu*: o cachorro se diverte ao lado da senhora. Notar-se-á, contudo, que é a enunciação atual, e mais precisamente ao seu resultado, que Kleiber e Vassiliadou se propõem a recorrer para determinar o locutor enquanto ser do mundo: o que não contesta a independência deste último frente à enunciação linguística e a seu autor L. Além disso, a identificação de *eu* e do cão é aqui fortemente orientada pelo que precedeu o retorno da senhora. Se esta última tivesse vindo tomar a completude de seu almoço no restaurante com seu cachorro, se ela tivesse dito ao entrar com ele *eu me chamo Jeffrey*, poderíamos admitir que Jeffrey era um nome misto e entender que ela mesma estava se apresentando. A determinação do locutor enquanto ser do mundo de (1) decorre tanto do fato de a senhora, antes de sair, ter perguntado se poderia ir buscar seu cachorro, quanto da presença deste último quando ela volta. Nada aí que conteste a independência que proponho de acentuar entre o locutor enquanto ser do mundo, identificado com o cão, e o locutor enquanto tal, não identificado.

Por fim, recordemos que a inexistência de L no mundo, sua ausência de correspondente, não significa que não haja fala. A senhora age com as palavras que ela pronuncia, mas no interior de uma fala feliz. Ela mesma não se apresenta, não usa sua voz para que seu cachorro se apresente ele próprio, mas ela não faz nada. Ela inicia uma conversa feliz entre seu cachorro e a dona do restaurante, e assim implica esta última.

Deveríamos guardar no exemplo (2) o estatuto de caso padrão e manter (3c) e (1) entre as exceções? Teremos entendido que para mim, pelo contrário, precisaríamos trabalhar para compreender o que esses enunciados compartilham. O locutor enquanto tal L é uma construção linguística graças à qual é possível realizar atos ilocutórios (L não é qualificado e a fala é atribuída), produzir acontecimentos ilocutórios (L é qualificado e a fala é atribuída), abrir conversas felizes. Essa riqueza merece todo o nosso interesse.

Sujet parlant et locuteur

Resumé

Inscrit dans la suite des recherches de Ducrot sur la polyphonie, cet article revient sur la thèse selon laquelle il faut distinguer les notions de « sujet parlant » et de « locuteur ». Il soutient que tous les énoncés montrent une valeur sémantique, que la Théorie Argumentative de la Polyphonie (TAP) propose de décrire par un point de vue argumentatif, enchaînant deux propositions par une conjonction du type de donc ou du type de pourtant. Il ajoute enfin que le locuteur en tant que tel L est une construction linguistique grâce à laquelle il est possible de faire des actes illocutoires, de produire des événements illocutoires, d'ouvrir des conversations heureuses.

Mots-clés : Sujet parlant. Locuteur. Théorie Argumentative de la Polyphonie

Referências

- BEHE, L., M. CAREL et C. DENUC. Do ato de argumentar à evocação de encadeamentos argumentativos: que lugar para a enunciação? Tradução: Lauro Gomes. Revisão da tradução: Cristiane Dall’Cortivo Lebler. *Humanidades e Inovação* 9(4) : 48-62, 2022.
- CAREL, M.; DUCROT, O. Por uma análise argumentativa global do sentido. Tradução: Telisa F. Graeff e Bianca Q. Damacena. *Desenredo* 9 : 238-253, 2013.
- CAREL, M. et D. RIBARD. L’acte de témoigner. *Antares: Letras e Humanidades* 11(23) : 3-23, 2019.
- DUCROT, O. *Le dire et le dit*. Paris : Minuit, 1984.
- KLEIBER, G. et H. VASSILIADOU. Histoire(s) de personnes : Qui est *je* ? Qui est *tu* ? Qui est *il* ? *Les Cahiers Philosophiques de Strasbourg* 31 : 25-54, 2018.
- NØLKE H., K. FLØTTUM et C. NOREN. *Scapoline. Théorie scandinave de la polyphonie linguistique*. Paris : Kimé, 2004.
- RECANATI, F. D’un contexte à l’autre. *Cahiers Chronos* 20 : 1-13, 2008.
- SEARLE, J. *Sens et expression*. Paris : Minuit, 1982.
- STAROBINSKI, J. La Rochefoucauld et les morales substitutives (II). *NRF* 164 : 211-229, 1966.

Argumentação, evidencialidade e marcadores do discurso. O caso de *pelo visto*¹

María Marta García Negroni²

Manuel Libenson³

Tradução de Tânia Maris Azevedo⁴

Resumo

A partir da descrição das argumentações interna (AI) e externa (AE) (Carel e Ducrot, 2005) do verbo ver, propõe-se uma análise das instruções semântico-argumentativas contidas em um dos marcadores de discurso derivados desse verbo: pelo visto. A passagem do verbo a marcador discursivo supõe um processo de cristalização discursiva no qual os pontos de vista argumentativos evocados pelo verbo de percepção visual desempenham um papel determinante na capacidade de pelo visto para funcionar como marcador especializado na codificação de um significado evidencial indireto, tanto inferencial como citativo. Segundo nossa hipótese, embora o significado evidencial indireto veiculado por pelo visto inferencial é resultado de um processo de internalização de uma das argumentações externas abduativas em portanto de ver (VER Y DC INFERIR X), o do pelo visto citativo internaliza uma das argumentações externas em no entanto de não ver (DIZEM X PT Neg. VER AINDA X). Explicitamos, ainda, que ambos os processos de internalização supõem, além disso, a manutenção da AI de ver (EXISTIR ALGO DC PODER PERCEBER ESSE ALGO).

Palavras-chave: Evidencialidade. Argumentação. *Pelo visto*

Data de submissão: mar. 2025 – Data de aceite: mar. 2025

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v21i1.16813>

¹ Artigo originalmente publicado em *Tópicos del seminario*, 35. Enero-junio 2016, p. 51-75. Traduzido para o português por Tânia Maris de Azevedo.

² Universidad de San Andrés, Universidad de Buenos Aires, CONICET. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7204-6575>

³ Universidad de San Andrés. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5375-8830>

⁴ Possui graduação em Letras pela Universidade de Caxias do Sul (1988), mestrado em Letras - Linguística Aplicada, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1995) e doutorado em Letras - Linguística Aplicada, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2003). Desenvolveu estágio de pós-doutoramento em Educação, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, por meio de uma pesquisa interdisciplinar intitulada Por uma aprendizagem significativa da língua materna: o ensino fundamentado em Ausubel e Saussure. Suas áreas de atuação em pesquisa são, principalmente, semântica argumentativa, discurso, enunciação, leitura e produção escrita, transposição didática e ensino de língua. Atua, também, como consultora nos seguintes temas: proposta pedagógica, competências e habilidades, formação de conceitos, problematização, planejamento e avaliação educacional e ensino de língua. E-mail: tmazeved@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0499-356X>

Introdução

Desde seu início, interessada na conceituação e na análise dos discursos argumentativos evocados no sentido das palavras, expressões e enunciados, a Teoria da Argumentação na Língua (Anscombre e Ducrot, 1983; Ducrot, 1984, 2004; Carel e Ducrot, 2005) sempre manifestou uma preocupação particular com o estudo de operadores e conectores. Dada sua função puramente combinatória, essas *palavras instrumentais* distinguem-se das chamadas *palavras plenas* porque modificam “los conjuntos de discursos que se asocian a [esas] unidades” (Ducrot, 2005, p. 165). O estudo de conectores como *mas*, *no entanto*, *portanto*, *inclusive*, entre muitos outros tem colaborado com o fortalecimento de uma das hipóteses centrais da teoria, a saber: a significação não é de natureza vericondicional, mas fundamentalmente argumentativa e polifônica. Espécie de “modo de emprego”, a significação não se define a partir de um suposto sentido literal do qual derivam os significados pragmáticos, mas como um conjunto de instruções relativas à evocação ou modificação dos discursos argumentativos (argumentações internas e externas) presentes no sentido das entidades linguísticas. No marco dessa aproximação argumentativa das palavras instrumentais, um âmbito permaneceu, no entanto, praticamente inexplorado: o dos marcadores de discurso com instruções evidenciais.

Habitualmente, analisada desde perspectivas referencialistas ou cognitivistas, a evidencialidade geralmente se define como o domínio semântico relacionado à marcação da fonte de informação no enunciado e com a especificação de que tipo de fonte (direta ou indireta) se trata (Aikhenvald, 2004). Diz-se que a fonte é direta quando o conhecimento do falante foi adquirido por meio de uma percepção sensível originada em algum de seus sentidos (visão, audição e olfato, fundamentalmente). Seria indireta, ao contrário, quando esse conhecimento procede de uma inferência racional, como a citação de um discurso alheio (Anderson, 1986; Willet, 1998).

Neste trabalho, nos ocuparemos do marcador de discurso *pelo visto*, que, segundo poremos à mostra, marca a evidencialidade indireta (tanto inferencial como citativa). No entanto, para dar conta desses significados, nos distanciaremos de vários dos pressupostos aos quais em geral se adere nos estudos sobre evidencialidade. A análise polifônico-argumentativa (Ducrot, 1984, 2004; Carel e Ducrot, 2005) que propomos se opõe, com efeito, à ideia segundo a qual a significação linguística constituir-se-ia por aspectos informativos ou de ordem cognitiva. Por isso, recusa a hipótese de que o estudo da linguagem implique avaliar as proposições em termos de valores de verdade ou de perfilamento intencional da informação por parte de um sujeito falante. Nossa concepção de sentido afasta-se das escolhas voluntárias de um único sujeito intencional (García Negroni, Libenson e Montero, 2013). Desse modo, afirmamos que o significado evidencial

indireto veiculado pelo marcador *pelo visto* é o resultado de um processo de internalização de algum dos discursos argumentativos evocados pela forma linguística da qual deriva (o verbo *ver*). A este processo se soma, claro, o significado da preposição *por* que, segundo o *Diccionario de uso do español*, de María Moliner, pode ser definida como “cosa que induce a creer algo o a sacar uma certa consecuencia” (1997, p. 804).

Ao não focalizar na atividade mental de um sujeito falante real que informaria acerca de como ele obteve o conhecimento do que afirma, mas na representação que o enunciado fornece de sua própria enunciação, as páginas que seguem buscam contribuir para uma caracterização polifônico-argumentativa da evidencialidade.

O trabalho assim se organiza: introduzimos, em primeiro lugar, o marco teórico-metodológico pressuposto pela Teoria dos Blocos Semânticos, último desenvolvimento da semântica argumentativa, para expor em seguida um breve estado da questão sobre o marcador discursivo *pelo visto*. Após, e depois de assinalar as relações que necessariamente devem ser estabelecidas entre evidencialidade e argumentação, descrevemos e analisamos os significados evidenciais indiretos (inferenciais e citativo) que se manifestam nos distintos empregos de *pelo visto*. Finalmente, apresentamos as conclusões do trabalho.

1 A descrição do sentido na semântica argumentativa

Se em sua versão *standard* conhecida como Teoria dos Topoi (Anscombre e Ducrot, 1993; Ducrot, 1986; Anscombre, 1995), a Teoria da Argumentação na Língua limitava-se exclusivamente aos encadeamentos normativos em *portanto*, seu desenvolvimento mais recente, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) pôs em evidência a necessidade de ampliar a noção de argumentação. Com efeito, a TBS considera como básicos não só os encadeamentos normativos, ou seja, aqueles que podem se manifestar por meio de conectores do tipo de *portanto*, *se... então*, *então*, *por isso* (realizações de um conector abstrato *donc*⁵ – DC), mas também um segundo tipo de discursos chamados transgressivos e assinalados por conectores do tipo de *no entanto*, *ainda que*, *ainda quando*, *apesar de que* (realizações de um conector abstrato *pourtant*⁶ – PT).

A razão pela qual se concede a tais tipos de encadeamento esse rol privilegiado é que neles “los enunciados encadenados no tienen una realidad semántica que podría comprenderse haciendo abstracción de su encadenamiento” (Ducrot, 2004, p. 365). Especificamente discursivos, esses encadeamentos são irreduzíveis a relações entre propriedades independentes. Assim, por exemplo, em:

⁵ Em português, *portanto*. N.T.

⁶ Em português, *no entanto*. N.T.

1 Maria viu como ocorreu o acidente, então hoje foi prestar depoimento na delegacia.

o sentido do primeiro segmento (Maria viu como ocorreu o acidente) é determinado pelo fato de que traz atrelada a ele a obrigação cidadã expressa depois do *então* no segundo segmento (hoje foi prestar depoimento na delegacia) e não, por exemplo, pelo horror ou o susto que a visão do acidente possa ter causado a Maria. Por outro lado, a obrigação de prestar depoimento como testemunha, evocada no segundo segmento, é a que se apresenta como uma espécie de consequência natural do fato de ter presenciado o acidente e não, exemplificando novamente, uma obrigação que se justificaria por ela ter sido vítima de um roubo na via pública, como acontece em (2):

2 Roubaram o celular de Maria, então, hoje, ela foi prestar depoimento na delegacia.

Considerem-se agora (3) e (4):

3 Maria viu como ocorreu o acidente, no entanto não foi prestar depoimento na delegacia.

4 Embora tenham lhe roubado o celular, Maria não foi à delegacia prestar depoimento.

Como se pode constatar, da mesma forma que acontece em (1), o fato de ter visto um acidente, ocorre igualmente em (3) fica representado como indissociável da obrigação de fazer o depoimento e essa obrigação como exclusivamente ligada ao fato de haver testemunhado presencialmente o acidente. Em (4), por seu turno, assim como em (2), o roubo de que se fala é o que levaria a prestação do depoimento (e não, por exemplo, a necessidade de repor o celular) e a declaração, a qual se justificaria por ter sido vítima de um roubo. A TBS afirma então que os encadeamentos (1) e (3), de uma parte, e (2) e (4), de outra, pertencem aos mesmos blocos semânticos (o do depoimento-de-testemunha-presencial, no caso de (1) e (3), e o do depoimento-da-vítima no caso de (2) e (4)). No entanto, enquanto (1) e (2) aplicam esses blocos sob um aspecto normativo (isto é, dois segmentos unidos mediante o conector abstrato DC)

VER DC DEPOR	em (1)
ROUBO DC DEPOR	em (2)

(3) e (4) o fazem sob seu aspecto transgressivo (ou seja, dois segmentos unidos mediante o conector abstrato PT seguido de uma negação):

VER SE NEG. DEPOR em (3)
ROUBO SE NEG. DEPOR em (4)

Ora, se, segundo a tese central da TBS, o sentido de uma entidade linguística, palavra ou enunciado, reside nas argumentações normativas em DC e transgressivas em PT que essa entidade evoca, dois são os modos segundo os quais tal entidade pode evocar os encadeamentos argumentativos que constituem seu sentido. Esses modos recebem o nome de *argumentação externa* (AE) e *argumentação interna* (AI).

Conforme sustentam Carel e Ducrot (2005), a AE de uma determinada entidade linguística constitui-se pelos discursos argumentativos, normativos e transgressivos, nos quais essa entidade intervém tanto no primeiro quanto no segundo segmento. Disse, então, por exemplo, que são parte, entre outros, da AE do verbo *ver* os discursos:

AE à direita

- 5 Já vimos esse tema, portanto não voltaremos a ele.
- 6 Já vimos esse tema, no entanto voltaremos a ele.

AE à esquerda

- 7 Hoje começaremos um tema novo, portanto o veremos em detalhe.
- 8 Hoje começaremos um tema novo, no entanto não o veremos em detalhe.

Contudo a **AE** não é suficiente para definir o sentido das entidades linguísticas. E é por isso que a teoria introduz a noção de ***argumentação interna* (AI)**. Trata-se, nesse caso, dos discursos argumentativos, normativos ou transgressivos, nos quais a entidade linguística não intervém e que constituem uma espécie de paráfrase da entidade. Assim, em relação ao verbo ***ver***, poder-se-ia afirmar que sua **AI** é:

AI de *ver*: EXISTIR ALGO DC PODER ATESTAR ESSE ALGO

Dizer *ver* evoca, com efeito, uma relação de interdependência semântica do tipo normativo em DC entre a indicação da existência de algo (uma coisa – o acidente, nos exemplos (1) e (3) – ou uma entidade abstrata – o tema, em (5) a (8) – e a consequente possibilidade de atestar esse algo.

Em suma, e tal como apontam Carel e Ducrot (2005), para definir a significação de uma palavra plena, deve-se associar-lhe uma família de discursos argumentativos, normativos ou transgressivos. Logo, classificam-se esses discursos em duas subfamílias, segundo essa entidade linguística intervenha ou não e, se intervier, considera-se se o faz como primeiro ou segundo segmento desse discurso argumentativo. Aqueles discursos nos quais a entidade linguística intervém constituem a argumentação externa da entidade; nos

outros, sua argumentação interna.

Com relação às palavras instrumentais, aqui nos interessará em particular a noção de *internalizador*. Consoante Ducrot (2005), Y é um internalizador em relação a uma palavra X se seleciona uma das AE de X (seja seu aspecto normativo em DC, seja seu aspecto transgressivo em PT) e a coloca no interior da AI de XY. Em outras palavras, para o autor, “los aspectos introduzidos en la AI de XY se encontraban ya bajo la misma forma en la AE de X” (Ducrot, 2005, p. 169). Por exemplo:

X = perder

Y = estrepitosamente

AE de X = PERDER DC GRAVE / PERDER PT NEG. GRAVE

AI de XY = PERDER DC GRAVE

Seguindo uma linha de análise já iniciada com o estudo dos falsos infinitivos, falsos gerúndios e falsos participípios (García Negroni e Ramírez Gelbes, 2009 e 2011), cuja AI constitui a internalização de uma das AE do verbo de que procedem, aqui sustentaremos que no processo de gramaticalização do marcador evidencial *pelo visto* intervêm operações de internalização. Desde já, não se trata de uma internalização típica na qual uma palavra Y coocorre com outra, X, para formar o sintagma XY cuja AI é uma das AE de X. A internalização que supõe *pelo visto* não só insiste em incorporar como sua AI uma das AE do verbo *ver* ou de sua negação, *não ver*, como, além disso, obriga sempre a evocar de maneira implícita a AI de *ver* (EXISTIR ALGO DC PODER ATESTAR ESSE ALGO).

No que segue, e depois de um breve percurso pela bibliografia específica sobre o marcador, tentaremos dar conta dos significados evidenciais e citativo de *pelo visto* à luz dos pressupostos da semântica argumentativa.

2 Sobre o marcador *pelo visto*

Na bibliografia especializada, a locução adverbial *pelo visto* é frequentemente caracterizada como um marcador de evidencialidade ou um “orientativo sobre la fuente del mensaje” (Martín Zorraquino e Portolés, 1999; Martín Zorraquino, 2004; López Ferrero, 2005), ou como um atenuador da modalidade epistêmica (Santos Ríos, 2003; NGLE, 2010; Figueras Bates, 2014).

Assim, por exemplo, Martín Zorraquino e Portolés (1999: 4159) sustentam que *pelo visto* apresenta o segmento discursivo ao qual se refere como algo sobre cuja veracidade o falante não deseja se comprometer; com *pelo visto* o falante exclui qualquer tipo de responsabilidade sobre esse conteúdo, apresentando-o como algo conhecido por meio de terceiros, dito por outros ou ouvido de outras pessoas.

Por sua vez, Ruiz Gurillo (2008) afirma que o segmento do discurso sob o alcance de pelo visto é apresentado " como un hecho conocido a través de una fuente indirecta, por lo que el hablante no se hace responsable o atenúa lo dicho".

Especificamente em relação à caracterização de pelo visto como marcador de evidencialidade, González Ramos (2005: 544) concorda com Marcos Sánchez (2002, 2005) ao apontar que esse marcador faz referência " a dos fuentes de información diferentes, pues manifiesta que lo dicho ha sido sabido por el emisor mediante la realización de una inferencia personal o debido a que se lo han comunicado terceras personas".

Com valor inferencial, pelo visto indica, segundo a autora, que o segmento do discurso sob seu alcance constitui uma conclusão pessoal " a la que el emisor llega a través de una operación mental" (González Ramos, 2005: 549). Essa conclusão se baseia em indícios que atuam como premissas de um raciocínio do tipo abduutivo (Marcos Sánchez, 2005: 781).

Lembremos aqui de que existem duas formas de inverter o raciocínio dedutivo para produzir um raciocínio sintético: a indução e a abdução. Com relação a esta última, Peirce ([1878] 1978) afirma que ela consiste na inferência hipotética de um caso a partir de uma regra geral e de um resultado ou indício perceptual. Assim como na indução, "la inferencia hipotética no tiene carácter necesario sino meramente probable" (Nubiola, 2001 [online]). Como exemplo, pode-se considerar o seguinte caso:

9 *Pelo visto*, dormiste mal anoche.

Regra (ou *topos*)⁷: sempre que se dorme mal, a pessoa fica de mau humor.

Resultado (ou indício perceptual): você está de mau humor.

Caso (conclusão abdutiva ou conjetural): você dormiu mal na noite passada.

Com relação ao seu valor como marcador de evidencialidade indireta citativa (veja-se, por exemplo, o caso (10)), Marcos Sánchez chama a atenção para o fato de que, nesses usos, " la locución [...] ha perdido el contenido semántico del participio, al parecer mediante un proceso metonímico, pasando a significar 'por lo oído', 'según me han dicho'" (2005: 783).

10 Fiquei um pouco surpreso com a notícia. Por lo visto, existe um programa para parar de fumar por correspondência, organizado pela Universidade de Santiago (CREA, Espanha, La Vanguardia, 1995).

⁷ Utilizamos a palavra *topos* como equivalente de regra, pois, em todos os casos, as abduções se baseiam em princípios argumentativos universais e gerais próprios da linguagem natural.

Um mesmo tipo de enfraquecimento do significado léxico de *ver* é o que explicaria, segundo a mesma autora, o valor inferencial de *pelo visto*. Marcos Sánchez destaca que, na locução, *visto* “deja de referirse al sentido de la vista para pasar a referirse a otros o incluso, y muy frecuentemente, a percepciones de tipo intelectual” (2005: 778). Segundo essa análise, ao que parece, seria o resultado de um processo de gramaticalização que partiria do valor conceitual de *ver* para chegar a outro de processamento codificado no marcador discursivo. Como se observa, a explicação se inscreve na linha dos estudos sobre gramaticalização e subjetivização (Traugott & Dasher, 2002; Traugott, 2010; Company Company, 2014). De acordo com essas abordagens, a formação dos marcadores discursivos ocorre por meio de um deslocamento semântico gradual. Esse deslocamento parte de um conteúdo objetivo, referencial e vericondicional, interno à predicação oracional, e avança para um conteúdo procedimental, subjetivo ou até intersubjetivo, com um alcance extraoracional ou discursivo. Company Company (2006, 2014) aponta algumas características desse processo de subjetivização, como o enfraquecimento do significado referencial, mudanças inferenciais de tipo metonímico-metafórico, deslocamento para a posição inicial da oração com ampliação do seu alcance, fixação da forma e autonomia da predicação, além do enfraquecimento ou perda das capacidades sintáticas.

Ora, se é indubitável que os marcadores discursivos resultam de deslocamentos semânticos que se correlacionam com propriedades morfológicas, sintáticas e suprasegmentais (Martín Zorraquino e Portolés, 1999; Marcos Sánchez, 2005), surge a questão do estatuto puramente objetivo do conteúdo referencial do qual derivariam. Por outras palavras, existe um sentido literal de *ver* sempre relacionado à ação objetiva realizada com o sentido da visão? Se assim for, como explicar usos como “Este tema não vimos ainda, professor”, “Você vai ter que se ver comigo” ou “Não sei, teria que ver”? Como tentaremos demonstrar na próxima seção, o deslocamento envolvido na formação de *pelo visto* não implica uma passagem do objetivo para o subjetivo nem um enfraquecimento de um suposto sentido literal de natureza referencial ou conceitual. Sob nossa perspectiva, essa transição consiste na internalização de uma das argumentações externas que fazem parte da significação de *ver* (no caso de *pelo visto* inferencial) e de *não ver* (no caso de *pelo visto* citativo). Assim, tentaremos explicar as instruções evidenciais contidas na significação desse marcador em termos de cadeias discursivo-argumentativas.

3 *Pelo visto*, evidencialidade e argumentação

Consideremos, como exemplo, os seguintes trechos, que classificamos em dois grupos, de acordo com a forma como o significado evidencial veiculado por “por lo visto”

se manifesta na enunciação:

Grupo A: Evidencialidade inferencial

A1: *Pelo visto* introduz a conclusão de um raciocínio abdutivo a partir de indícios perceptuais:

11 Os argentinos, tão acostumados às disputas internacionais, começaram a marcar imediatamente: Batistuta encontrou um espaço entre as pernas do goleiro grego. Até agora, vê-se um Maradona mais esbelto: *pelo visto* os remédios caseiros e não tão caseiros surtiram efeito. (CREA, Espanha, La Vanguardia, 23/6/1994).

12 Aparece a foto de um jovem exclamando com um rosto feliz: "Sou jovem! Sou autêntico!" — porque no Ministério da Educação não sabem, *pelo visto*, que o idioma espanhol tem um ponto de exclamação não apenas para fechar as exclamações, mas também para abri-las. (CREA, Colômbia, Revista Semana, 11, 18/2/1997).

13 *Pelo visto* você não tem problemas com alho. [Dito ao anfitrião após provar a comida que lhe foi servida]. (Corpus oral próprio).

14 [Ouvem-se passos no andar superior] *Pelo visto* já chegaram. (Corpus oral próprio).

A2: *Pelo visto* introduz a conclusão de um raciocínio abdutivo a partir do que foi dito em uma enunciação prévia:

15 A: Você pode me emprestar 500 pesos?

B: *Pelo visto* você acha que sou uma mina de ouro. (Corpus oral próprio).

16. Minha mãe morreu de tanta dor quando eu nasci. Não ficou doente nem nada; morreu de dor. Há vezes em que, *pelo visto*, a dor é insuportável e a pessoa morre. Mesmo sem estar doente, sem nada; é só a dor. (Exemplo de Ruiz Gurillo, 2008).

17 A: Bom, eu vou embora sozinho.

B: *Pelo visto*, já não significa nada para você. (Corpus oral próprio).

Grupo B: Evidencialidade citativa

Pelo visto introduz o eco de uma enunciação prévia:

18 *Pelo visto*, agora a bala entrou a 3 cm da orelha esquerda. (Corpus oral próprio).

19 A única coisa que estava boa era um hambúrguer que um amigo nosso pediu, tinha uma boa aparência, não estava queimado e, *pelo visto*, o sabor era bom. (Fonte: TripAdvisor).

20 Vi no Instagram que lançaram um novo xampu para o verão, cor turquesa e com o desenho de uma flor, parecido com os da Yves Rocher! *Pelo visto*, ele tem cheiro de verão e deixa o cabelo super limpo! Vocês já viram? Eu não!! Nunca gostei dos xampus de mercadona, mas se tiver um cheiro bom, vou testar! Haha. (Fonte: Fórum Vogue).

Em todos esses casos, e sob a perspectiva polifônico-argumentativa que adotamos, *pelo visto* introduz um ponto de vista evidencial, na medida em que não apenas fornece instruções que levam a interpretar sua enunciação como resultado de um raciocínio — conjectura, abdução — (grupo A), ou como evocação de um discurso prévio (grupo B). Além disso, *pelo visto* insta o interlocutor a reconhecer a origem mostrada — e não dita — desse raciocínio ou dessa enunciação anterior.⁸ Para evidenciar esse aspecto, comparemos (21) e (22) e observemos o efeito de sentido que emerge da presença de *pelo visto* (aqui, com caráter inferencial).

21 O trem está atrasado.

22 *Pelo visto*, o trem está atrasado.

Embora tanto (21) quanto (22) possam ser compreendidos como resultados de um raciocínio com maior ou menor grau de certeza, apenas (22) obriga a interpretar necessariamente sua enunciação como uma abdução. Entretanto, não unicamente isso: devido à presença de *pelo visto*, (22) exige a busca pela origem desse raciocínio abduutivo em um indício perceptual (a presença de muitas pessoas na plataforma, as reclamações dos passageiros etc.).⁹ Merece destaque o fato de que esse indício perceptual não se restringe ao campo visual. Como demonstram (13) e (14), sua natureza também pode ser gustativa ou auditiva.¹⁰ E é o que, longe de um suposto significado literal e objetivo relacionado com o sentido da visão, do qual derivariam metafórica ou metonimicamente outros sentidos, o valor semântico de *ver* e do marcador derivado *pelo visto* deve ser definido em relação aos discursos argumentativos que autoriza sua enunciação.

De acordo com a descrição argumentativa que propõe a TBS e considerando que, segundo nossa hipótese, *pelo visto* inferencial e *pelo visto* citativo internalizam uma das AE de *ver* e *não ver* respectivamente, a seguir apresentamos uma série de exemplos que materializam esse tipo de argumentações (ou seja, argumentações externas em que *ver* e *não ver* intervêm como primeiro ou segundo membro do encadeamento):

⁸ Sempre *mostrados* na enunciação que os contém, os pontos de vista evidenciais não devem ser confundidos com a atribuição explícita no plano do dito do ponto de vista veiculado. Retomamos aqui a distinção clássica entre *o dito* e *o mostrado*, distinção que alude a dois modos diferentes e complementares de significar: enquanto *o dito* se relaciona com a representação do objeto de discurso, *o mostrado* alude sui-referencialmente às indicações que concernem à *enunciação* e não ao *enunciado* (Récanati, 1979). A título de exemplo, pode-se comparar um enunciado como *A inflação seria de 40%*, no qual sua enunciação *se mostra* como sustentada em um discurso prévio, cuja origem é um rumor (veja-se o condicional *seria*), com um enunciado do tipo *El INDEC anuncia que a inflação é de 20%*, no qual a atribuição do discurso citado ao INDEC é parte do *dito*.

⁹ Assinalamos que nessa busca, o interlocutor fica comprometido intersubjetivamente a respeito da inferência X desencadeada pela presença de *pelo visto*.

¹⁰ Como se pode constatar em exemplos como “en verano re lindo el des- odorante en spray, pero en invierno viste lo frío que sale? Jajaja” (tuit, 11/11/12, <https://twitter.com/hashtag/elmejorcomentario>); “vos viste el cuerpo? viste los ruidos que hacía? (24/11/10 www.skaviados.net › Diversion & Ocio); “veo que hay ruidos de zombie me doy vuelta y me topé con alguien” (<http://www.taringa.net/comunidades/garrys-mod/1208301/Problema-raro-minitira-comica-yaaaaaay.html>), o verbo *ver* admite objetos diretos que evocam percepções não necessariamente surgidas do sentido da visão.

- 23 *Vejo* e não acredito.
- 24 Ainda *vejo* essa questão muito imatura.
- 25 Como vimos na aula passada, as palavras têm propriedades que as transformam de acordo com o contexto em que são usadas (<http://musicosgramaticales.blogspot.com.ar/2014/11/como-vimos-la-clase-pasada-las-palabras.html>).
- 26 Como se traduziria para o inglês nativo a expressão "Certo, agora *vejo* claramente", quando finalmente entendi algo do qual não estava seguro?
- 27 O governo nacional convocou para esta segunda-feira o ex-chefe de Contrainteligência da SIDE, Antonio Stiuso, para explicar quais investigações realizou a pedido do falecido promotor Alberto Nisman no âmbito do caso do atentado à AMIA. "Veremos que medidas legais tomaremos se ele não comparecer", disse o secretário de Inteligência, Oscar Parrilli (Sala de Prensa, 7 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.saladeprensa.net/inf/ya-veremos-que-medidas-legales-tomamos-si-stiuso-no-se-presenta/>).
- 28 *Vejo* que a sala está vazia. A aula deve ter terminado antes.
- 29 Hoje não consegui *ver* o João.
- 30 Ainda não *vi* esse filme.
- 31 Eu não o *vejo* (mas todos me dizem que há algo a mais) (<http://los-todopantalla.bandcamp.com/track/yo-no-lo-veo-pero-todos-me-dicen-que-hay-algo-m-s-2>).
- 32 Eu não *vejo* assim, como você diz.

Esquemáticamente, os exemplos (23)-(32) manifestam os seguintes aspectos argumentativos presentes na significação de uma e outra expressão linguística:

<i>Ver</i>	<i>Não ver</i>
VER X PT ¹¹ NEG. CRER X (como em 23)	X ESTAR PRESENTE PT NEGAR VER X (como em 29)
VER X PT NEG. SEGURO (como em 24)	X NÃO ESTAR PRESENTE DC NEG. VER X (como em 30)
VER X DC SABER X (como em 25 e 26)	NÃO VER X DC NEG. SABER X (como em 30)
VER X NO FUTURO DC NEGAR SABER AINDA X (como em 27)	
VER Y DC INFERIR X (como em 28)	DIZEM X PT NEGAR VER AINDA X (como em 31 e 32)

Agora, nem todas essas AE são internalizadas em *pelo visto*. Apenas a última AE de *ver* (AE normativa à direita: VER Y DC INFERIR X) e a última AE de *não ver* (AE transgressiva à esquerda: DIZEM X PT NEG. VER AINDA X) são as que – segundo sustentamos – se encontram internalizadas (ou seja, como sua AI) em *pelo visto* inferencial e *pelo visto* citativo, respectivamente.

Analisemos, para começar, os casos de evidencialidade indireta inferencial a partir

¹¹ Conforme já dito, optei por manter a notação original da Teoria da Argumentação na Língua, por não haver sido aportuguesada como o foi em espanhol. Assim, DC é a notação equivalente ao conector francês *donc*, que, em português corresponde a *portanto*, e PT, ao conector francês *pourtant*, que, em português equipara-se a *no entanto*. (N.T.)

de indícios perceptuais (grupo A1). Em todos eles, *pelo visto* desencadeia uma interpretação do *enunciado pelo visto*, X como VER Y DC INFERIR X (AE abdutiva de *ver*). Notamos que o segmento *ver y*, embora possa não estar explícito, sempre pode ser recuperado na situação discursiva em questão. Vamos comprovar isso nos exemplos (11)-(14).

Ver Y DC inferir X

11a Vejo Maradona mais esbelto (Y), DC infiro que os remédios caseiros fizeram efeito (X).

12a Vejo que o Ministério da Educação não inclui os sinais de abertura de exclamações (Y), DC infiro que eles desconhecem essa regra (X).

13a Vejo que a comida tem muito alho (Y), DC infiro que você não tem problemas com alho (X).

14a Vejo que há ruídos (Y), DC infiro que já chegaram (X) (em 14).

Ao mesmo tempo, e como pode ser constatado nas paráfrases (11b)-(14b) a seguir, todos esses enunciados permitem a explicitação, com *porque* Y, da justificativa para a inferência. Nessa explicitação, o locutor se representa como alguém que pode atestar o indício a partir do qual o raciocínio mostrado na enunciação é feito:

11b Infiro que os remédios caseiros e não tão caseiros fizeram efeito (X) *porque* vejo que Maradona está mais esbelto (Y).

12b Infiro que o Ministério da Educação não conhece as regras de pontuação (X) *porque* vejo que não inclui os sinais de abertura das exclamações (Y).

13b Infiro que você não tem problema com alho (X) *porque* vejo que a comida tem muito gosto de alho (Y).

14b Infiro que devem ter chegado (X) *porque* vejo que há ruídos no andar de cima (Y).

Em outras palavras, e tal como antecipamos, no processo de internalização de VER Y DC INFERIR X em *por lo visto*, X inferencial, também se mantém a argumentação interna do verbo *ver* (ALGO EXISTE DC POSSO ATESTAR ESSE ALGO).¹² Isso explica, por um lado, o efeito de atenuação epistêmica que surge da enunciação de *pelo visto*, X (o locutor infere – e não afirma – plenamente — X) e, por outro, o compromisso enunciativo do locutor em relação ao indício percebido (apresentado como testemunha perceptual desse *algo*, o locutor pode atestá-lo).

¹² Deve-se assinalar aqui que a AI de *ver*, *algo* remete ao objeto de discurso ao qual se pode aludir tanto a entidades suscetíveis de serem percebidas com os sentidos (visão, olfato, audição, paladar, tato), como a conceitos ou temas (o dito) ou, inclusive, a enunciações (o dizer).

Grupo A1
Pelo visto evidencial inferencial a partir de indícios perceptuais

AI (argumentação interna) de *pelo visto*, X

VER Y [O INDÍCIO EXISTE DC POSSO ATESTAR ESSE INDÍCIO] DC
INFERIR X

O locutor (L) atesta a existência do indício Y, a partir do qual infere X, ponto de vista sobre o qual L demonstra precaução epistemológica (ou seja, ele não afirma X diretamente, mas infere X).

No entanto, como apontamos, *pelo visto* inferencial não se relaciona apenas com usos em que a abdução surge de indícios perceptuais – visuais, gustativos, auditivos – (ver exemplos 11-14), mas também com aqueles em que a conclusão abductiva se apresenta como desencadeada por um enunciado prévio do interlocutor, de outros locutores, da voz proverbial do PT etc. (grupo A2). E é essa origem discursiva que fundamenta a abdução (VER Y DC INFERIR X), o que se representa na enunciação atual como um indício que o locutor pode atestar (Ver Y [ENUNCIADO ALHEIO EXISTE DC POSSO ATESTÁ-LO]). Observamos que, nesse tipo de uso, *pelo visto* reativa ou retoma o sentido de *ver* que se manifesta, por exemplo, em enunciados do tipo *Vejo o que você quer dizer*.

Ver Y DC inferir X

15a Vejo o que você quer me dizer [você me pede 500 pesos] (Y) DC infiro que você pensa que sou uma mina de ouro (X).

16a Vejo o que disseram [me disseram que ela morreu de dor] (Y) DC infiro que, às vezes, não se pode resistir à dor, e a pessoa morre (X).

17a Vejo o que você quer me dizer [me diz que vai sozinho] (Y) DC infiro que já não significo nada para você (X).

Assim como no grupo A1, e como evidenciado nas paráfrases (15b)-(17b) a seguir, a explicitação em *porque* Y da justificativa para a inferência também é possível:

15b Infiro que você pensa que sou uma mina de ouro (X) *porque* você me pede 500 pesos (Y).

16b Infiro que, às vezes, não se pode resistir à dor, e a pessoa morre (X) *porque* me disseram que minha mãe morreu de dor (Y).

17b Infiro que já não significo nada para você (X) *porque* você me diz que vai sozinho (Y).

Grupo A2
***Pelo visto* como evidencial inferencial a partir do que foi dito em uma enunciação prévia**

AI (argumentação interna) de *pelo visto*, X

VEJO Y [ENUNCIADO ALHEIO EXISTE DC POSSO ATESTÁ-LO] DC INFERIR X**

O locutor (L) atesta a existência do ponto de vista Y, veiculado no enunciado anterior, a partir do qual infere X, ponto de vista sobre o qual L demonstra precaução epistemológica.

Ainda que nos exemplos anteriores o marcador *pelo visto* leve à busca da origem da abdução em um discurso prévio, é importante esclarecer que esses usos devem ser diferenciados daqueles em que o marcador introduz um ponto de vista evidencial citativo (grupo B). De fato, neste último caso, o enunciado *Pelo visto X* dá a impressão de que X é um eco – e não a conclusão de uma inferência abdutiva – de um discurso cuja origem deve ser encontrada em uma enunciação prévia sempre alheia. Por isso, a possibilidade de inserção de incisos atributivos do tipo *segundo dizem, segundo disse meu amigo, de acordo com o que se diz no Instagram* etc., e não do verbo *inferir* com a justificativa da suposta inferência (como sim é possível no grupo A). No grupo B, porém, o ponto de vista evidencial X não constitui uma conclusão a partir de um indício Y, mas se apresenta como um discurso que é evocado ou retomado. Para ilustrar, compare-se a possibilidade da paráfrase (18a) com a dificuldade pragmática de (18b):

18a Agora, *segundo dizem*, a bala entrou a 3 cm da orelha esquerda (X).

18b Inferi que a bala entrou a 3 cm da orelha esquerda (X), *porque* disseram no rádio que a bala entrou a 3 cm (Y).

Em resumo, em (18)-(20), o ponto de vista evidencial X introduzido por *pelo visto* é representado na enunciação como o eco da informação jornalística ouvida no rádio (em (18)), como o eco do discurso do amigo que afirmou que o sabor do hambúrguer era bom (em (19)) ou como o eco do comentário sobre as propriedades agradáveis ou benéficas do xampu publicado no Instagram (em (20)). Observar-se-á que, em todos os casos, *pelo visto* X proporciona a imagem de um locutor que pode atestar a existência desses discursos prévios feitos por outro(s) locutor(es). Lembremos de que, segundo nossa hipótese, em todos os usos do marcador *pelo visto* mantém-se sempre a AI do verbo *ver*: ALGO EXISTE DC É POSSÍVEL ATESTAR A EXISTÊNCIA DESSE ALGO. Assim, diante da pergunta *De onde você tirou isso?* ou *Como você sabe?*, a resposta (21) pareceria muito estranha, ao contrário de (22), que, ao indicar a fonte da informação fornecida (*se você fizer o upload a partir do seu próprio PC, também o comprime*), evidencia a existência de um discurso prévio (extraído da internet, ouvido no rádio ou vindo de um especialista) cuja existência o locutor pode

garantir (*eu li, eu ouvi, alguém me disse*).

— O último gif é muito pequeno e agora, *pelo visto*, se você fizer o *upload* a partir do seu próprio PC, também o comprime.

(<http://www.taringa.net/CR7CFKTINELLI/mi/3EL5L>)

— De onde você tirou isso? / Como você sabe?

21 — *Isso ocorreu a mim. / *Eu o deduzi. / *Não sei, me pareceu.

22 — Eu li na internet. / Eu ouvi no rádio. / Um especialista em PC me disse.

No entanto e apesar de o locutor assumir a perspectiva segundo a qual a existência dessas enunciações está garantida, é evidente que ele não se identifica (pelo menos no momento) com o ponto de vista veiculado por esse discurso alheio, ou seja, com o conteúdo expresso nele. Em outras palavras, ainda que alguém tenha afirmado X, o locutor ainda não pode ver esse X como certo. Por isso, em *pelo visto* citativo, internaliza-se uma relação transgressiva entre o dizer alheio de X e ele ainda não ver X por parte do locutor: DIZEM X, PT NEG. VEJO X AINDA, discurso que, lembremos, constitui uma das AE à esquerda de *não ver*. Isso explica, pois, o efeito modal epistêmico de distanciamento que essas enunciações geram. Diferentemente do que ocorre no grupo A, no qual a atenuação surge como consequência da homologação do locutor com o ponto de vista X conjectural (e não totalmente assertivo), no grupo B, a precaução epistemológica deve-se à não assimilação, pelo menos momentânea, do locutor com o ponto de vista daqueles que afirmaram X.

Grupo B

AI (argumentação interna) de *pelo visto evidencial citativo*

dizem X [ENUNCIAÇÃO ALHEIA EXISTE DC PODE-SE ATESTÁ-LA] PT NEG VER ESSE X AINDA.

O locutor (L) garante a existência da enunciação X de outro locutor, mas não se assimila ao ponto de vista veiculado em X. Daí o efeito de precaução epistemológica.

Conclusões

Neste trabalho, propusemos uma descrição do significado evidencial indireto (inferencial e citativo) do marcador discursivo *pelo visto* em termos polifônico-argumentativos. Nossa aproximação se distingue, assim, de outras pesquisas que, a partir da Teoria da Gramaticalização ou da linguística funcionalista de base cognitiva, tentam explicar a evidencialidade em termos de deslocamentos semânticos graduais, que vão de um conteúdo objetivo e referencial, interno à predicação oracional, para um significado procedimental de caráter subjetivo ou de alcance extraoracional. Concebido nesses termos, esse deslocamento implica postular que o significado de *pelo visto* deriva do significado

lexical do verbo *ver* entendido como “uma ação realizada com a visão”. Nesse deslocamento, o significado literal de *ver* se enfraqueceria em favor de um significado subjetivo, de natureza modal e evidencial, que estaria presente em *pelo visto*. No entanto, como demonstrado nos diversos exemplos apresentados, há muitos casos em que o verbo *ver*, em posição nuclear, não se refere ao sentido físico da visão. Assim, ou se torna impossível sustentar que existe um significado literal e objetivo associado a todos os usos do verbo em predicação oracional, ou é preciso admitir que *ver* é frequentemente empregado de maneira metafórica. Em ambos os casos, o deslocamento semântico proposto na formação do marcador não é evidente: no primeiro, porque o significado base do qual se partiria não é evidente; no segundo, porque o suposto deslocamento ocorreria de um significado metafórico para outro de igual natureza.

De nossa parte, para explicar a passagem *ver* > *pelo visto*, propusemos uma análise em termos de encadeamentos argumentativos, sem recorrer a componentes de natureza referencial nem a uma epistemologia do sentido baseada na dicotomia “objetivo-subjetivo”. Para a semântica argumentativa, de fato, o sentido das entidades reside nas argumentações normativas em DC e transgressivas em PT nas quais essas entidades intervêm, assim como nas argumentações internas que as evocam.

Ao postular que não há elemento da significação linguística que possa se subtrair às relações de natureza discursivo-argumentativa, caracterizamos o significado evidencial indireto de *pelo visto* como o resultado de um processo de internalização de uma das argumentações externas em DC de *ver* (no caso de *pelo visto* inferencial) e de uma das argumentações externas em PT de *não ver* (no caso de *pelo visto* citativo). Demonstramos, além disso, que ambos os processos de internalização implicam a manutenção da AI de *ver* (EXISTIR ALGO DC PODER ATESTAR ESSE ALGO): como buscamos demonstrar, em todos os seus usos, *pelo visto* indica que o locutor sempre atesta a existência quer dos indícios perceptuais dos quais parte (grupo A1), quer do que foi dito em uma enunciação prévia (grupo A2) ou da enunciação alheia que evoca de maneira ecoica em seu discurso (grupo B).

Argumentación, evidencialidad y marcadores del discurso. El

caso de por lo visto

Resumen

A partir de la descripción de las argumentaciones interna (AI) y externa (AE) (Carel y Ducrot, 2005) del verbo ver, se propone un análisis de las instrucciones semántico-argumentativas contenidas en uno de los marcadores de discurso derivados de ese verbo: por lo visto. El pasaje de verbo a marcador discursivo supone un proceso de cristalización discursiva, en el que los puntos de vista argumentativos evocados por el verbo de percepción visual juegan un papel determinante en la capacidad de por lo visto para funcionar como marcador

especializado en la codificación de un significado evidencial indirecto, tanto inferencial como citativo. Según nuestra hipótesis, mientras el significado evidencial indirecto vehiculizado por lo visto inferencial es el resultado de un proceso de internalización de una de las argumentaciones externas abductivas en por lo tanto de ver (VER Y PLT INFERIR X), el de por lo visto citativo internaliza una de las argumentaciones externas en sin embargo de no ver (DICEN X SE Neg. VER AÚN X). Hemos puesto de manifiesto, asimismo, que ambos procesos de internalización suponen además el mantenimiento de la AI de ver (EXISTIR ALGO PLT PODER DAR FE DE ESE ALGO).

Palabras clave: Evidencialidad. Argumentación. Por lo visto

Referências

- AIKHENVALD, Alexandra (2004). *Evidentiality*. Oxford: Oxford University Press.
- ANDERSON, Lloyd (1986). "Evidentials, Paths of Change, and Mental Maps: Typologically Regular Asymmetries". En CHAFE, W. & NICHOLS, J. (eds.) *Evidentiality: The Linguistic Coding of Epistemology*. Norwood: Ablex Publishing Corporation, pp. 273-312.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude y DUCROT, Oswald (1983). *L'argumentation dans la langue*. París : Mardaga.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude y DUCROT, Oswald (1995). *Théorie des Topoi*. París : Kimé.
- CAREL, Marion y Ducrot, OSWALD (2005). *La semántica argumentativa*. Buenos Aires: Colihue.
- COMPANY COMPANY, Concepción (2006). "Subjectification of verbs into discourse markers. Semantic-pragmatic change only". En CORNILLIE, B. & DELBECQUE, N. (eds.) *Topics in subjectification and modalization*. Número monográfico de la revista *Belgian Journal of Linguistics*, 20, pp. 97-121.
- COMPANY COMPANY, Concepción (2014). "Principios teóricos vs. datos de corpus: ¿diálogo o enfrentamiento? Los adverbios en -mente como marcadores del discurso". En GARCÍA NEGRONI, M. M. (ed.). *Marcadores del discurso. Perspectivas y contrastes*. Buenos Aires: Santiago Arcos, pp. 13-33
- DUCROT, Oswald (1984). *Le dire et le dit*. París : Minuit.
- DUCROT, Oswald (1986). "Argumentación y topoi argumentativos", *Lenguaje en Contexto*, 1(1/2), pp. 63-84.
- DUCROT, Oswald (2004). "Sentido y argumentación". En ARNOUX, E. y GARCÍA NEGRONI, M. M. (eds.). *Homenaje a Oswald Ducrot*. Buenos Aires: Eudeba, pp. 359-370.
- DUCROT, Oswald (2005). "Los internalizadores". En CAREL, Marion y DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa*. Buenos Aires: Colihue, pp. 163-186.
- FIGUERAS BATES, Carolina (2014). "La relevancia de los adverbios evidenciales", comunicación presentada en el XI Congreso Internacional de Lingüística General, Universidad de Navarra, 21-23 mayo de 2014 [Disponible en https://www.academia.edu/9979353/La_relevancia_de_los_adverbios_evidenciales].
- GARCÍA NEGRONI, María Marta y RAMÍREZ GELBES, Silvia (2009). "Construcciones de infinitivo y semántica argumentativa", *Cadernos de Estudos linguísticos*, 51(1), pp. 31-48.

GARCÍA NEGRONI, María Marta y RAMÍREZ GELBES, Silvia (2011). “Formas no personales del verbo y argumentación. A propósito de los falsos infinitivos, falsos gerundios y falsos participios”, *Letras de Hoje*, 46(1), pp. 73-85.

GARCÍA NEGRONI, María Marta y LIBENSON, Manuel (2014). “*Esto/eso, que X/ de que X* en contraste. Del significado evidencial perceptivo al significado evidencial citativo”. *Estudios de Lingüística de la Universidad de Alicante*, num. 28, pp. 235-250.

GARCÍA NEGRONI, María Marta y LIBENSON, Manuel (2015). “Para una descripción polifónica de la evidencialidad. Subjetividad y estructuras evidenciales con pronombres demostrativos neutros”. En GARCÍA NEGRONI, M. M. (ed.). *Sujeto(s), alteridad y polifonía. Acerca de la subjetividad en el lenguaje y en el discurso*. Buenos Aires: Ampersand, pp. 17-49.

GARCÍA NEGRONI, María Marta y MONTERO, Ana Soledad (2013). “De la intención del sujeto hablante a la representación polifónica de la enunciación. Acerca de los límites de la noción de intención en la descripción del sentido”. *Revista de Investigación Lingüística*, núm. 16, pp. 237-262.

GONZÁLEZ RAMOS, Elisa (2005). *Por lo visto y al parecer*. comparación de dos locuciones modales epistémicas de evidencialidad en español actual, *Interlingüística*, 16(1), pp. 541-554.

LÓPEZ FERRERO, Carmen (2005). “Funciones retóricas en la comunicación académica: formas léxicas de modalidad y evidencialidad”, *Signo y Seña*, núm. 14, pp. 115-139.

MARCOS SÁNCHEZ, María de las Mercedes (2002). “Evidencialidad y género discursivo”, *Actas del Congreso Internacional sobre Análisis del discurso, Lengua, Cultura y Valores*. Madrid: Arco Libros, pp. 579-591.

MARCOS SÁNCHEZ, María de las Mercedes (2005). “A propósito del marcador *por lo visto*”. En Santos Río, Luis y otros (coords.). *Palabras, norma, discurso: en memoria de Fernando Lázaro Carreter*, pp. 77-786.

MARTÍN ZORRAQUINO, María Antonia y PORTOLÉS, José (1999). “Los marcadores del discurso”. En BOSQUE, I. y DEMONTE, V. (eds.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, pp. 4051-4213.

MARTÍN ZORRAQUINO, María Antonia y PORTOLÉS, José (2004). “El tratamiento lexicográfico de los marcadores del discurso y la enseñanza E/LE”. *Actas XV ASELE*, pp. 53-67.

MOLINER, María (1997). *Diccionario de uso del español*. Madrid: Gredos.

NUBIOLA, Jaime (2001). “La abducción o lógica de la sorpresa”, *Razón y Palabra*, 21 [http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n21/21_jnubiola.html].

PEIRCE, Charles ([1878] 1978). “Deducción, inducción e hipótesis”. En MARTÍN RUIZ-Werner (tr., intr. y notas). *Deducción, inducción e hipótesis*. Buenos Aires: Aguilar, pp. 65-90.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (2010). *Nueva gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa.

RÉCANATI, François (1979). *La transparence et l'énonciation: pour introduire à la pragmatique*. París : Seuil.

RUIZ GURILLO, Leonor (2008). “Por lo visto”. En BRIZ, A., PONS, S. y J. PORTOLÉS (coords.). *Diccionario de partículas discursivas del español* [www.dpde.es].

SANTOS RÍO, Luis (2003). *Diccionario de partículas*. Salamanca: Luso española de Ediciones.

TRAUGOTT, Elisabeth & DASHER, Richard (2002). *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press.

TRAUGOTT, Elisabeth & DASHER, Richard (2010). "Revisting subjectification and intersubjectification". En DAVIDSE, Kristin *et al* (eds). *Subjectification, Intersubjectification and Gramaticalization*. Berlin: De Gruyter Mouton, pp. 29-70.

WILLETT, Thomas (1988). "A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality". *Studies in Language*, núm. 2, pp. 51-97.

Semântica Argumentativa: rupturas e aproximações

Andréia Inês Hanel Cerezoli¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo reunir um conjunto de relações exteriores à Semântica Argumentativa e apresenta o primeiro capítulo da minha tese de doutoramento cujo título é *A alteridade na relação locutor-enunciadores: potencialidades da teoria da polifonia para a qualificação do desenvolvimento da habilidade de compreensão leitora*. O percurso metodológico percorrido pretende: (1) diferenciar as acepções do termo semântica; (2) situar, por oposição a outras perspectivas semânticas, a Semântica Argumentativa como teoria estruturalista; e (3) reafirmar as aproximações ducrotianas entre os conceitos de *alteridade*, pelo viés platônico, e de *valor*, pela direção *saussuriana*. Os resultados da pesquisa mostram que a singularidade das teorias que se inscrevem no campo semântico consiste na identificação de cinco aspectos: (1) filiação teórica; (2) concepção de *significação*; (3) papel do sujeito real na produção da *significação*; (4) consideração do extralinguístico para a explicação da *significação*; e (5) delimitação do nível de análise tomado como objeto. Em relação à posição da Semântica Argumentativa como teoria estruturalista, os resultados apontam distanciamentos da Semântica Argumentativa em relação à Semântica Vericondicional e à Semântica Cognitiva e, por fim, evidencia e reafirma como a *alteridade* constitui, de diferentes formas, a Semântica Argumentativa. A reunião deste percurso investigativo, quanto aos postulados epistemológicos da Semântica Argumentativa, permite ao leitor situar a Teoria no conjunto dos estudos linguísticos.

Palavras-chave: Oposições exteriores. Postulados epistemológicos. Semântica Argumentativa

Data de submissão: nov. 2024 – Data de aceite: jan. 2025

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v21i1.16521>

¹ Possui graduação em Letras pela Universidade de Passo Fundo (2006), mestrado em Letras - Estudos Linguísticos - pela Universidade de Passo Fundo (2010) e doutorado em Programa de Pós-graduação em Letras - Associação Ampla UCS/UNIRITTER pela Universidade de Caxias do Sul (2020). Atualmente é professor do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul, atuando nos cursos de graduação e no PPGEL-UFFS. Tem interesse na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: enunciação, semântica argumentativa, leitura, compreensão leitora, formação de professores, ensino de língua. E-mail: hanelandreia@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8563-1826>

Introdução

Toda pesquisa científica, necessariamente, elege um aporte teórico. Minha escolha contempla a Semântica Argumentativa (SA) – também denominada Teoria da Argumentação na Língua (TAL), criada por Oswald Ducrot e colaboradores na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, na década de 1960², e ainda desenvolvida até os dias atuais, na busca de maior coerência com os postulados saussurianos. Ducrot (1982, p. 36) considera que

[...] continua a ser comum a todos os saussurianos a ideia de que a unidade linguística, pelo seu aspecto fônico e pelo seu aspecto semântico, remete sempre para todas as outras, e que não é possível entender nem compreender um signo sem entrar no jogo global da língua.

A opção pela Semântica Argumentativa pode ser sintetizada pela possibilidade de estudar a língua na e pela *língua*, acompanhando, assim, o pensamento de Ducrot (2012, p. 17), ou seja, “Sou um pouco como Saussure: estudar a língua somente em si mesma e por ela mesma e encontrar várias coisas no interior dos estudos da língua.”

Percorro a TAL não pela sua evolução cronológica, mas vasculho as diferenças com outras concepções epistemológicas, linguísticas e semânticas, pois, como afirma Marques (2006, p. 203), “Sem a diferença, não há identidade.”; decisão metodológica que permite ao leitor a familiarização com conceito de *alteridade*, central para a Semântica Argumentativa.

Almejando coerência com as orientações de Ducrot (2018, p.17) – segundo as quais, também no desenvolvimento da pesquisa linguística, “A primeira exigência à qual o linguista deve submeter-se é a de procurar definir os temas que ele utiliza.” –, este trabalho está organizado para: (1) diferenciar as acepções do termo *semântica*; (2) situar, por oposição a outras perspectivas semânticas, a Semântica Argumentativa como teoria estruturalista; e (3) reafirmar as aproximações ducrotianas entre os conceitos de *alteridade*, pelo viés platônico, e de *valor*, pelo *saussuriano*.

1 Semântica: singularidade e diversidade

Minha decisão em trazer as acepções que o termo *semântica* assume em diferentes perspectivas teóricas é motivada pelas indicações de Tordesillas (1994) no prólogo da versão em espanhol da obra *La Argumentación en la lengua* que – em uma nota de rodapé, fazendo referência à obra *A semântica francesa no século XX: da teoria da referência à*

² Barbisan (2012) afirma que a Teoria da Argumentação na Língua tem um longo desenvolvimento, sendo difícil apontar com exatidão a data de seu início. Sugere que os princípios da Teoria surgem ainda na década de 1960, quando Ducrot adota o conceito de *valor* inspirado em Saussure.

teoria dos estereótipos, de J. Cl. Anscombe – indica o registro do termo ainda no século XVI, mas que só adquire certa relevância em 1883, com Michel Bréal, segundo o qual, o termo *semântica* apresentou diferentes características e nuances até conquistar o caráter científico de que desfruta hoje, ainda assim com divergências entre as teorias que o adotam.

A primeira distinção que destaco neste tópico, para que se entenda o grande campo de abrangência do termo, é a de Edward Lopes (1978), o qual afirma que *semântica* designa frequentemente não só a ciência das significações das línguas naturais, mas também marca a diferença entre dois pontos de vista: (1) uma semântica linguística, voltada ao estudo da forma, do plano de conteúdo das línguas naturais; e (2) uma semântica semiótica, que estuda a significação dos sistemas signícos secundários.

Assumindo a primeira distinção, restrinjo minha pesquisa ao campo da semântica linguística, pois, como alerta Rodolfo Ilari no prefácio da obra *Semântica, semânticas: uma introdução* (2003), o que singulariza as teorias que se autodenominam semânticas não é o objeto, já que todas buscam esclarecer o sentido³ da língua natural, mas os pressupostos⁴ que assumem e o método⁵ que elegem para alcançar seus objetivos.

Percepção essa compartilhada por Abbagnano (2012) ao argumentar que, no horizonte dos estudos contemporâneos sobre a linguagem, *semântica* não indica uma teoria ou uma disciplina unitária, mas, sim, uma diversidade de abordagens e programas de pesquisa nem sempre aproximáveis ou conciliáveis. Tal realidade, para esse autor, deriva das múltiplas disciplinas que, neste século, voltaram-se, direta ou indiretamente, para os fenômenos da significação e do significado.

Para tratar das acepções do termo semântica, consulto o *Dicionário de Filosofia*, de Nicola Abbagnano (2012, p. 1029-1031), para quem o termo *semântica* é utilizado em diferentes campos de estudo, o que potencializa a complexidade de definição do termo. Na Lógica e na Filosofia, por exemplo, a acepção de *semântica* mais difundida refere-se à “[...] parte da Linguística (e mais especialmente da Lógica) que estuda e analisa a função significativa dos signos, os nexos entre os signos linguísticos (palavras, frases etc.) e seus significados”. Outras áreas também são citadas, mas devido ao propósito deste trabalho, voltei-me às acepções mais diretamente relacionadas ao campo linguístico, reunidas em três grandes eixos, correspondendo a três concepções fundamentais de *semântica* distintas entre si: (a) a semântica vericondicional; (b) a semântica estrutural; e (c) a semântica cognitiva, sintetizadas no Quadro 1.

³ O *Dicionário de linguística da enunciação*, de Flores et al. (2009, p. 206-208), por exemplo, registra quatro definições diferentes para o conceito de *sentido*, a saber, (1) Sentido (Benveniste): “capacidade de uma unidade linguística integrar uma unidade de nível superior”; (2) Sentido (Ducrot): “valor semântico do enunciado”; (3) Sentido implícito (Ducrot): “subentendido”; (4) Sentido literal (Ducrot): “elemento semântico mínimo contido no sentido de todos os enunciados de uma mesma frase”.

⁴ Denominados por Ducrot (1980) *hipóteses externas*. As teorias anteriores que fundamentam a “nova” orientação teórica.

⁵ Designado por Ducrot (1980) como o conjunto das *hipóteses internas*. As noções e métodos da “nova” teoria.

Quadro 1 – Síntese das concepções fundamentais de *semântica* (S)

	Vericondicional	Estrutural	Cognitiva
Filiação	Elaborada pela filosofia analítica da linguagem.	Nasceu, tanto quanto o estruturalismo linguístico, com o <i>Cours de linguistique générale</i> , publicado originalmente em 1916.	Refere um vasto conjunto de teorias formuladas a partir dos anos 1970, sobretudo nos Estados Unidos, por linguistas, estudiosos da inteligência artificial e psicólogos cognitivos que compartilham uma atitude crítica em relação à
Significado	É constituído pelas <i>contribuições para as condições de verdade</i> da proposição.	Fundamenta-se em conceitos e distinções introduzidos por Saussure: a) a ideia de que a S tem por objeto o <i>sistema formal abstrato</i> constituído pelas relações entre os significados dos signos; b) a ideia de que o significado de uma expressão lexical é um <i>valor diferencial</i> dado pela posição que aquele significado ocupa no sistema em que está	Apresenta-se como uma teoria da compreensão linguística: a tarefa que se impõe é representar o que ocorre na mente dos falantes quando entendem uma palavra ou um enunciado.
Sujeito	<i>Antipsicologista</i> : o significado é uma entidade objetiva abstrata que nada tem a ver com entidades psicológicas individuais (conceitos, ideias, sensações etc.) nem com processos que ocorrem na mente do falante quando	<i>Antipsicologista</i> : não tem relação com conceitos, ideias ou pensamentos, mas com valores diferenciais emanados do sistema, portanto, sem qualquer vínculo com o usuário da língua.	<i>Realismo psicológico</i> : a ideia de que a plausibilidade cognitiva constitui um dos testes de adequação relevantes para a teoria semântica.
Concepção	<i>Referencial</i> : toma em consideração a relação entre os enunciados e os estados do mundo extralinguístico.	<i>Antirreferencial</i> : sistema dos significados é autônomo, quer dizer, sobretudo, há autonomia do sistema em relação ao mundo percebido e à realidade extralinguística.	<i>Não autonomia</i> da S, ou seja, a impossibilidade de isolar o estudo do significado de uma língua do estudo de todas as outras capacidades cognitivas humanas
Nível análise	<i>Do enunciado</i> , não da palavra: apenas os enunciados (as proposições) podem ser verdadeiros ou	<i>Lexical</i> : não cuida do significado dos enunciados, mas do significado de cada item lexical.	<i>Lexical</i> e suas contrapartes conceituais.

Fonte: Elaborado por mim, a partir de Abbagnano (2012, p. 1029-1031).

Ao opor as concepções fundamentais de *semântica*, a partir de Abbagnano (2012),

no Quadro 1, pretendi mostrar que a singularidade das teorias que se inscrevem no campo semântico consiste na identificação de cinco aspectos: (1) filiação teórica; (2) concepção de *significação*; (3) papel do sujeito real na produção da significação; (4) consideração do extralinguístico para a explicação da significação; e (5) delimitação do nível de análise tomado como objeto. Não posso deixar de mencionar um ponto que, na minha leitura, é um equívoco na descrição de Abbagnano (2012): o de que a semântica estrutural é apenas uma semântica lexical. Isso porque, para Saussure (2004, p. 24, grifos do autor, inserção minha), as “identidades, nesse domínio [linguagem], são *dadas*, antes de tudo, necessariamente, pelas do precedente; mas, depois disso, elas se tornam *a segunda ordem de identidades* linguísticas, irredutível à precedente”. Informação essa que justifica considerar como identidades nesse domínio: fonemas, palavras, enunciados⁶.

Reforçando o meu argumento, Saussure no *Curso de linguística geral* (CLG) reconhece a dificuldade de captar diretamente as entidades concretas ou unidades da língua e afirma que “trabalharemos sobre as palavras. Estas, sem recobrir exatamente a definição da unidade lingüística, dão dela uma idéia pelo menos aproximada, que tem a vantagem de ser concreta; [...] e os princípios obtidos a propósito das palavras serão válidos para as entidades em geral.” (Saussure, (2006, p. 132). Ainda no Curso de linguística geral, Saussure (2006) estabelece que no discurso as combinações de termos apoiam-se na extensão e serão chamadas de *sintagma*. São exemplos saussurianos *sintagmas* com extensões bem diversas: *reler*, *contra todos*, *a vida humana* etc.

2 Semântica Argumentativa: originalidade e distanciamentos

Diante da diversidade de acepções que o termo *semântica* apresenta, reitero o que assumo neste trabalho: (1) como fundamento teórico, a Semântica Argumentativa, de Oswald Ducrot e colaboradores; e (2) como percurso metodológico, o jogo de hipóteses internas e externas da Semântica Argumentativa.

A singularidade da Teoria da Argumentação na Língua (TAL) reside não só nas posições que assume, mas também, e principalmente, nas oposições a outras concepções semântico-linguísticas, evidenciando, como indicam Fiorin, Flores e Barbisan (2017, p. 8, grifo meu), que: “[...] mesmo os discursos fundadores constituem-se, como todo e qualquer discurso, em **oposição** a outros.”. Oposição assim explicada por Platão (2007, p. 226-227, grifo do autor): “[...] quando nos disserem que o negativo significa oposto, discordaremos. Somente admitiremos que a partícula *não* indica algo *diferente* das palavras às quais serve seu prefixo, ou melhor, diferente das coisas às quais os nomes que se seguem à negação

⁶ Para Ducrot (1984), *enunciado* é o que foi efetivamente pronunciado ou escrito; é a realização da *frase*, a qual consiste no material linguístico de que o locutor se serve para a produção do enunciado.

são aplicados.”. A ideia de *oposição* assumida neste trabalho, então, não se concentra no afastamento, mas nas relações, aqui entre teorias, que permitem caracterizar a Semântica Argumentativa.

Uma longa e atenta pesquisa às obras ducrotianas permite identificar não apenas os princípios da Semântica Argumentativa, mas também as concepções às quais seus fundadores se opõem. Oswald Ducrot, ao longo das obras consultadas, declara que a TAL opõe-se radicalmente⁷: (1) à concepção geral de atividade científica; (2) à concepção tradicional de *sentido*; (3) à concepção tradicional de *argumentação*; (4) à concepção veritativa da *significação*; (5) à concepção formal da língua; (6) à semântica lógica; (7) ao referencialismo e cognitivismo; (8) à *unicidade do sujeito falante*; (9) à noção de *sentido literal*; e (10) à semântica paradigmática. Explico agora, considerando os princípios apresentados no Quadro 1, cada uma das concepções rejeitadas e trago aquelas assumidas por Ducrot ao longo da elaboração de sua Semântica Argumentativa.

A primeira consideração, “Oposição à concepção geral de atividade científica”, não decorre propriamente de aproximação a / distanciamento de uma concepção *semântica*, mas de uma oposição ao fazer científico de outras áreas do conhecimento, por exemplo, às ciências naturais. Assim, a concepção geral da atividade científica é exposta e explicitada na obra *Les Mots du discours* (Ducrot, 1980) e em outras de Ducrot⁸. De acordo com essa concepção, as hipóteses externas que comandam a observação dos fenômenos devem ter justificativas independentes das hipóteses internas que tentam explicar determinado fenômeno, isto é, “[...] as escolhas que me levam a observar o que observo devem poder ser motivadas sem intervir nas escolhas por meio das quais explico o que observei.” (Ducrot, 1980, p. 23, tradução Tânia Maris de Azevedo). Ducrot (1980) declara que a Semântica Linguística, outra denominação para sua Teoria, é incapaz de seguir essa regra, porque, para o linguista semanticista,

Não somente os fatos são construções hipotéticas [...], mas acontece que as hipóteses externas, essas que controlam a observação dos fatos, são determinadas pelas hipóteses internas destinadas a explicar esses fatos. E é precisamente este estado de coisas que confere seu caráter particular às relações entre a análise de textos (lugar onde o linguista escolhe suas hipóteses externas) e a descrição das frases (lugar onde ele constrói suas hipóteses internas). (Ducrot, 1980, p. 23, tradução de Tânia Maris de Azevedo)

As *hipóteses externas* são, pois, as concepções prévias, a fundamentação teórica que torna possível o estabelecimento dos fenômenos, porque, de acordo com Saussure

⁷ O termo *radicalização* é utilizado por Ducrot (2006) quando explica a vinculação da Semântica Argumentativa aos pressupostos de Saussure, expondo que a Teoria dos Blocos Semânticos consiste em um aprofundamento e uma radicalização da TAL, radicalização que aumenta a coerência desta com os princípios saussurianos. Logo, entendo que o termo *radicalmente* é utilizado por Ducrot, não na acepção de *oposição total* ou *inflexível*, mas buscando sempre maior aproximação com os postulados saussurianos.

⁸ Como por exemplo, em *O dizer e o dito* (1987).

(2006, p. 15), “[...] é o ponto de vista que cria o objeto [...]”, assim, diferentemente das outras ciências, o objeto sob o qual se debruça o linguista não está dado previamente, e é “[...] o ponto de vista que permite situar uma *identidade*, seja ela de sons, de formas, ou de qualquer outra característica.” (Depecker, 2012, p. 70). Ducrot (1982, p. 33) esclarece que, para os saussurianos,

[...] o conhecimento dos elementos linguísticos não é um dado e que não se poderia ler diretamente na experiência quais os elementos postos em jogo na língua. A razão disso é, para Saussure, que as operações necessárias à determinação de uma unidade pressupõem que esta unidade se relacione com as outras e se reintegre no interior de uma organização de conjunto. E é isso que os saussurianos pretendem quando falam de sistema ou de estrutura da língua: os elementos linguísticos não têm qualquer realidade independentemente da sua relação com o todo.

Já as *hipóteses internas* são os princípios e as regras de dedução que o linguista elabora para simular a produção dos fenômenos observados na natureza. Então, para o linguista semanticista, segundo Ducrot (1980, p. 23), a abordagem é circular, pois o que funda a observação de um fenômeno é justamente a hipótese pela qual o linguista vai compreendê-lo. Um exemplo para ilustrar o “círculo” seria: *Minha casinha!* (hipótese interna) isolada não tem sentido nenhum, seu valor só pode ser determinado em oposição a: *casa pequena, casa, casarão, casebre*, que são possibilidades permitidas pelo sistema (hipótese externa). De modo similar, são as virtualidades do sistema (hipótese externa) que possibilitam determinar a significação de *casinha* em oposição a *lar, abrigo* etc. (hipótese interna). Na explicação ducrotiana,

[...] se a semântica escolhe por *hipótese externa* a idéia de que os enunciados têm um sentido, se ela decide, portanto, conduzir a observação de acordo com esta hipótese, ela é levada necessariamente a desconhecer a originalidade de certos termos [...]. Para fazer justiça a esta originalidade, é preciso, ao contrário, considerar o sentido [significação] do enunciado [frase] como uma construção do semanticista, destinada a fazer compreender os efeitos reais [sic] de enunciado em situação. (Ducrot, 1987, p. 56, grifo do autor e inserções minhas)

Na sequência, trago os conceitos ducrotianos que permitem diferenciar a TAL dos princípios da semântica vericondicional e da semântica cognitiva. Não traço uma linha fixa entre essas duas concepções, pois acredito que um mesmo conceito ducrotiano distingue-se – embora por aspectos diferentes – tanto de uma quanto da outra, conforme Quadro 1.

Na Primeira Conferência do seminário *Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso* proferida em la Universidad del Valle, em Cali, na Colômbia, em 1988 (e publicado em forma de livro em 1990), Ducrot declara que a TAL está destinada a opor-se à concepção tradicional de sentido. Segundo essa concepção, no entendimento ducrotiano, singularizam-se três tipos de indicação no sentido de um enunciado: (1) objetiva; (2)

subjetiva; e (3) intersubjetiva; equivalentes, respectivamente, a: (a) uma representação da realidade; (b) a atitude do locutor frente à realidade; e (c) as relações do locutor com as pessoas a quem se dirige. A primeira, frequentemente chamada *denotação*, e as outras duas, *conotação*.

A proposta de Ducrot (1990, p. 50, tradução minha) “[...] é suprimir essa separação entre denotação e conotação [...]”, porque a linguagem ordinária não apresenta uma parte objetiva, os enunciados da língua não dão acesso direto à realidade e nem a descrevem diretamente. Na perspectiva ducrotiana, “[...] se a linguagem ordinária a descreve [a realidade], o faz por meio dos aspectos subjetivo e intersubjetivo. A maneira como a linguagem ordinária descreve a realidade consiste em fazer dela o tema de um debate entre os indivíduos.” (Ducrot, 1990, p. 50, tradução e inserção minhas). A originalidade de Ducrot consiste na unificação dos aspectos subjetivo e intersubjetivo no conceito *valor argumentativo*, isto é, na orientação que determinada palavra exerce no enunciado, possibilitando algumas continuações ao discurso e impedindo outras. Imaginamos a situação em que dois amigos, apreciadores da literatura, encontrando-se em uma livraria e um deles diz:

(1) Esse livro é inédito.

A descrição que é dada do livro (inédito), segundo Ducrot, é uma maneira de criar no interlocutor determinado comportamento, possibilitando continuações como: *portanto você ainda não o conhece* ou *portanto gostaria de lê-lo*; e restringindo continuações como: *portanto já o li*.

Ducrot (1990) defende que a descrição semântica de uma palavra num dado enunciado deve ser capaz de indicar a orientação que essa palavra dá ao enunciado, isto é, “[...] o valor argumentativo como o nível fundamental da descrição semântica” (Ducrot, 1990, p. 51, tradução minha). Muitos pontos poderiam ser destacados aqui, mas chamo a atenção para o fato de que o *valor argumentativo* consiste na observação, descrição e explicação das relações que se estabelecem no nível intralinguístico, não havendo nenhum compromisso com a verdade ou com o sujeito real.

Na Segunda Conferência do mesmo seminário, Ducrot (1990) esclarece que a TAL se opõe radicalmente à concepção tradicional de argumentação. Nessa perspectiva, conforme o semanticista, um discurso contém uma argumentação quando são satisfeitas três condições: (1) dois segmentos cuja ordem em que se colocam é indiferente, A (argumento) e C (conclusão); (2) A (argumento) indica um fato F que pode ser verdadeiro ou falso, mas tem seu valor de verdade independentemente de C (conclusão); e (3) a conclusão (C) pode ser obtida a partir do fato (F). Ducrot (1990, p. 75, tradução minha) defende que, segundo essa concepção, “[...] a língua desempenha um papel muito reduzido

na argumentação” e expõe a concepção de *argumentação* marcada na língua: “a conclusão não se explica somente a partir do fato expresso pelo segmento A, mas através da forma lingüística.” (Ducrot, 1990, p. 80, tradução minha). Exemplificando em (2) e (3) como a argumentação está marcada na língua, imaginemos um contexto no qual se admita que, para dirigir um carro com segurança, o condutor deva estar descansado, sem sono.

(2) José dormiu um pouco.

Esse enunciado permite continuações como: *portanto já pode dirigir, terá uma viagem tranquila*, no entanto não autoriza continuações como: *portanto pode sofrer algum acidente, não deveria viajar*, as quais são permitidas pelo enunciado (3).

(3) José dormiu pouco⁹.

Nos dois enunciados, trata-se do mesmo fato, o tempo de descanso de José, porém o sentido constituído pelo locutor (L), ao mobilizar um ou outro, não é o mesmo. Em (2), L argumenta a favor de uma conclusão positiva para dirigir um carro, já em (3) justifica-se uma conclusão totalmente oposta.

Continuando o leque de concepções recusadas por Oswald Ducrot e colaboradores, no capítulo quatro da obra *Polifonía y Argumentación: conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso* (1990), Oswald Ducrot declara que a TAL é construída para se contrapor à concepção veritativa da língua. Segundo essa concepção, as palavras têm como função primeira produzir uma representação da realidade, isto é, “[...] a língua teria em um nível fundamental um valor informativo. O sentido das palavras seria constituído pela possibilidade que possuem de comunicar informação” (Ducrot, 1990, p. 155, tradução minha) julgadas em termos de verdade ou falsidade.

À Semântica Lógica, Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombe formulam sua oposição na obra *La argumentación en la lengua* (1994). Na perspectiva da Semântica Lógica, “[...] todas as manifestações de uma mesma proposição têm idêntico valor [...]” (Anscombe; Ducrot, 1994, p. 158, tradução minha). Nessa perspectiva, supõem ser possível isolar frases com um valor semântico completo, independentemente de qualquer contexto discursivo. O esforço em construir uma semântica não lógica é assim sintetizado pelos autores: “Nos interessamos, pelo contrário, em construir uma explicação dos encadeamentos discursivos cujos conceitos essenciais – por exemplo, o da argumentação – são relativos ao discurso [...]” (Anscombe; Ducrot, 1994, p.159, tradução minha). Para ilustrar, imaginemos uma situação em que a mãe, diante da teimosia do filho, anuncia:

⁹ Na Sexta Conferência do seminário *Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso*, Ducrot explica o parentesco entre *pouco* e a negação.

(4) Vou contar até três! Um..., dois...

O filho reconhece que não se trata de uma simples contagem, mas de uma ameaça, um alerta, impondo ao filho uma determinada percepção; o que significa dizer que, consoante Ducrot (1990, p. 14, tradução minha), “Falar é construir e tratar de impor aos outros uma espécie de apreensão argumentativa da realidade.”

Outro princípio ao qual a Semântica Argumentativa deseja contrapor-se é à ideia de *unicidade do sujeito falante*, Ducrot expõe sua oposição no primeiro capítulo da obra *Polifonía y Argumentación: conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso* (1990). De acordo com a concepção de unidade do sujeito falante, para cada enunciado há apenas uma pessoa responsável. Em oposição a essa ideia, Ducrot apresenta a Teoria da Polifonia, a qual assegura que em um enunciado estão presentes vários sujeitos com *status* linguísticos diferentes: (1) *sujeito empírico* (SE); (2) *locutor* (L); e (3) *enunciador* (E). O *sujeito empírico* (SE) é o autor, o produtor efetivo do enunciado, no entanto, determiná-lo é menos fácil do que se imagina. Exemplifico com uma situação comum: a fofoca (5). Quem é o autor efetivo da calúnia?

(5) Maria disse que a vizinha X traiu o marido. Foi a Joana quem me contou!

Para Ducrot, a determinação do sujeito empírico (SE) não é um problema linguístico, porque o que interessa ao linguista semanticista é o que está no enunciado, não nas suas condições externas, o autor “carne e osso” do enunciado, mostrando, desse modo, sua oposição à Semântica Cognitiva.

O locutor (L) é a figura discursiva a quem é atribuída a responsabilidade pela enunciação. O locutor (L) pode ser totalmente diferente do sujeito empírico (SE). Imaginemos a situação em que a esposa flagra mensagens românticas de outra mulher no celular do marido e diz:

(6) Não tenho mais ninguém, amor!

No universo linguístico, quem é o *eu*? A esposa traída? Pode ser o traidor? Ou, ainda, um simples espectador do flagra. Desconsiderando o mundo extralinguístico, discursivamente *eu* designa o *locutor* (L), isto é, o responsável que enuncia, independentemente de quem seja o *sujeito empírico* (SE). Uma maneira de compreender a distinção *locutor* (L)/*sujeito empírico* (SE) é dar voz a seres que normalmente não falam. Um exemplo corriqueiro disso é encontrar donos de animais de estimação, principalmente de cachorros, passeando em locais públicos e os *pets* fazerem suas necessidades em canteiros de flores, muros e vitrines de lojas. Nesses casos, é frequente depararmo-nos

com avisos deste tipo:

(7) Não sou seu banheiro!

Discursivamente, *sou* remete ao canteiro de flores, ao muro ou à vitrine, sendo apresentado como *locutor* (L), que certamente não é o autor do enunciado, o *sujeito empírico* (SE).

O *enunciador* (E), terceira categoria discursiva apresentada por Ducrot, é a origem dos pontos de vista do enunciado. Um *enunciado* contém, no mínimo, dois *enunciadores* que não aparecem associados a pessoas, mas a pontos de vista (uma abstração). O *locutor* (L) pode tomar diferentes atitudes¹⁰ em relação aos *enunciadores*

À concepção de *sentido literal*, Ducrot (1980) esclarece sua oposição na obra *Les Mots du discours*:

Recusamos identificar a significação das frases com o que se chama, habitualmente, o “sentido literal”, entendendo-o como um elemento semântico mínimo que estaria contido no sentido de todos os enunciados de uma mesma frase, um tipo de componente, de ingrediente comum, ao qual cada um deles [enunciados] acrescentaria somente tal ou tal tempero particular devido às suas condições de emprego. Segundo essa concepção não teria, entre sentido e significação, uma diferença de natureza, mas somente de quantidade: o sentido equivaleria à significação mais outra coisa. (Ducrot, 1980, p. 11, tradução de Tânia Maris de Azevedo e inserção minha)

Neste momento, é preciso entender que Ducrot refuta a existência de um elemento semântico mínimo presente em todos os enunciados que, por exemplo, apresentassem um determinado termo.

Já a oposição ao referencialismo e ao cognitivismo é explicitada por Ducrot (2006) no texto *La Sémantique Argumentative peut-elle se réclamer de Saussure?*¹¹. O linguista mostra que a TAL se opõe ao referencialismo e ao cognitivismo na medida em que o primeiro pretende associar objetos ou estados de coisas ao sentido das palavras, enquanto o segundo

[...] acredita, de fato, poder isolar “conceitos”, “ideias”, “pensamentos” ou ainda “representações” (termo julgado muitas vezes mais prudente), que o associaria às palavras enquanto [como] seu “sentido”, as palavras que servem somente para evocar essas representações sem serem uma parte constitutiva. (Ducrot, 2006, p. 03, tradução de Alessandra da Silveira Bez, inserção minha)

Ducrot (2006) esclarece que, para a TAL, não é possível descrever o sentido de uma

¹⁰ O locutor pode tomar a atitude de aceitar, assumir ou rejeitar um enunciador.

¹¹ In: SAUSSURE, Louis de (Org.) *Nouveaux regards sur Saussure*. Genebra: Librairie Droz S.A., 2006.

palavra ou signo em si, uma vez que o signo mesmo já é um elemento constitutivo do sentido, assumindo que o sentido de uma entidade linguística consiste em argumentações, isto é, em encadeamentos argumentativos relacionados a essa entidade pela língua.

À semântica paradigmática, Ducrot mostra sua objeção no capítulo III da obra *O dizer e o dito* (1987)¹². Nessa abordagem, consoante Ducrot, a descrição do sentido associa semântica e estudo do léxico. Nessa perspectiva, a descrição de um termo consistiria na atribuição de certa significação que tal termo possui quando abstraído de seu emprego no discurso. Então, ao *sentido a priori* – sem referência ao emprego do termo, ao seu papel na frase – Ducrot contrapõe a perspectiva da semântica sintagmática, para a qual a descrição de uma palavra em si mesma, sem considerar o sintagma que ela integra, dificilmente contribui para o valor semântico global do *enunciado*.

De acordo com a perspectiva sintagmática,

[...] a descrição de uma palavra (supondo que seja desejável descrever semanticamente as palavras, o que não é *a priori* necessário) não é fazer a correspondência desta palavra a uma certa noção; é antes fazer a indicação de uma regra que permita prever – ou mesmo, idealmente, calcular – o efeito desta palavra nos discursos em que é empregada. (Ducrot, 1987, p. 46-47)

A título de exemplo, convido o leitor a acompanhar a descrição do verbo *renovar*, no qual não é difícil perceber a existência de duas ideias: (1) que algo já existe; e (2) o que já existe é colocado sob novas condições. No entanto, quando a negação é adicionada, *não renovar*, o enunciado só pode ser continuado considerando-se a primeira ideia, pois a afirmação de que algo já existe é mantida, mas não a afirmação de que existem novas condições. Vejamos:

(8) Maria não renovou o guarda-roupa.

O enunciado (8) possibilita continuações como *portanto suas roupas ainda seguem as tendências da moda*; mas impede outras do tipo *portanto as peças novas são lindas* porque essa continuação não reconhece a negação de uma das ideias presentes no verbo *renovar*, ou seja, a ideia (2) *o que já existe é colocado sob novas condições*.

No Quadro 2, sintetizo o conjunto das oposições a outras concepções teóricas e metodológicas apresentadas até aqui.

¹² Cabe assinalar que o texto foi publicado originalmente em 1973, conforme indicação em nota de rodapé.

Quadro 2 – Conjunto de oposições externas

CONCEPÇÃO RECUSADA	CONCEPÇÃO ASSUMIDA
Concepção geral de atividade científica As hipóteses externas que comandam a observação dos fatos devem ter justificativas independentemente das hipóteses internas que tentam explicar determinado fato.	Custo teórico As hipóteses externas, essas que controlam a observação dos fatos, são determinadas pelas hipóteses internas destinadas a explicar esses fatos.
Concepção tradicional de sentido No sentido de um enunciado distinguem-se três tipos de indicação: (1) objetiva; (2) subjetiva; e (3) intersubjetiva. Referindo, respectivamente: (a) uma representação da realidade; (b) a atitude do locutor frente à realidade; e (c) as relações do locutor com as pessoas a quem se dirige. A primeira é frequentemente chamada <i>denotação</i> e as outras duas, <i>conotação</i> .	Valor argumentativo O aspecto objetivo é unificado aos aspectos subjetivo e intersubjetivo, num conceito chamado <i>valor argumentativo</i> , uma orientação que determinada palavra exerce no enunciado, possibilitando ao discurso algumas continuações e impedindo outras.
Concepção tradicional de argumentação Papel reduzido da língua, visto que a conclusão (C) pode ser deduzida do fato (F).	Argumentação inscrita na língua A argumentação não está determinada pelos fatos, mas a própria forma linguística impõe certas continuações discursivas.
Concepção veritativa As palavras têm como função primeira produzir uma representação da realidade, por isso são objeto de juízo de valor.	Sentido dialógico A descrição do sentido dos enunciados é vista como uma espécie de diálogo, um confronto de diversas vozes.
Concepção formal de língua Entende a língua como um conjunto de estruturas independentes da enunciação.	Concepção sistêmica de língua Não há sentido <i>a priori</i> . Um termo só pode ser descrito semanticamente pelas relações argumentativas que estabelece com os outros termos do sistema.
Referencialismo e cognitivismo O primeiro mostra como objetos ou estados de coisas constituiriam o sentido das palavras e o segundo crê poder isolar representações associadas a palavras como seu sentido.	Encadeamento argumentativo Não é possível descrever o sentido de uma palavra ou signo em si, uma vez que o signo mesmo já é um elemento constitutivo e assume que o sentido de uma entidade linguística consiste em argumentações relacionadas a essa entidade pela língua.
Unicidade do sujeito falante Em cada enunciado há apenas um responsável.	Teoria da polifonia Em um enunciado estão presentes vários sujeitos com <i>status</i> linguísticos diferentes: (1) sujeito empírico (SE); (2) locutor (L); e (3) enunciador (E).
Noção de sentido literal Elemento semântico mínimo que estaria contido em todas as proposições.	Significação A significação de uma <i>frase</i> comporta a indicação de vazios a serem preenchidos, para que o sentido de um enunciado seja obtido, e também há a indicação de uma ampla gama de possibilidades quanto à maneira de preenchê-los.
Semântica paradigmática A palavra é considerada um todo em si e não faz referência à sua introdução possível em enunciados.	Semântica sintagmática A palavra é descrita na relação com as outras palavras do enunciado.

Fonte: Elaborado por mim.

3 Semântica Argumentativa: estruturalismo e saussurianismo

Neste momento, em que me proponho a mostrar como a TAL insere-se no campo semântico estrutural – não que já não tenha indicado vários desses pontos nos tópicos precedentes –, retomo o alerta de Ilari (2003): o que singulariza cada uma das teorias que se autodenominam *semânticas* não é o objeto, mas os pressupostos teóricos e os princípios metodológicos que assumem; na terminologia ducrotiana, suas hipóteses externas e internas.

Da mesma maneira que a definição de *semântica* obrigou-me a estabelecer oposições e limitações, o termo *estruturalismo* exige-me algumas observações, que de modo algum pretendem esgotar seus contornos, apenas expor a relação dessa corrente de pensamento com Saussure.

Abbagnano (2012, p. 440, grifo do autor) define *estruturalismo* como “[...] todo método ou processo de pesquisa que, em qualquer campo, faça uso do conceito de *estrutura*¹³ [...]”, e ressalta que o estruturalismo engloba um universo de pesquisas em diferentes áreas (filosofia, psicologia, sociologia etc.).

Antes de apresentar como a TAL vincula-se ao campo da semântica estrutural, não posso deixar de comentar o dado apresentado por Abbagnano (2012) referente às diferentes áreas do conhecimento que se utilizam do termo *estruturalismo*, não com o objetivo de verificar como cada uma delas entende *estruturalismo*, mas para situar que a simpatia de diferentes áreas do conhecimento pelo termo decorre, conforme Dosse (1993, p.13), de sua exposição como um método rigoroso capaz de imprimir progressos importantes no rumo da ciência, além de haver constituído, de modo mais fundamental, “[...] um momento particular da história do pensamento suscetível de ser qualificado como o tempo forte da consciência crítica.”, assegurando principalmente às ciências sociais um lugar para saberes não reconhecidos pelas instituições canônicas.

O conceito de *estruturalismo* na percepção de Dosse (1993) é derivado de *estrutura*, que no princípio indicava um sentido arquitetural. Já nos séculos XVII e XVIII, o termo adquire novo sentido, passando a descrever a maneira como as partes integrantes organizam-se numa totalidade. E embora o “nascimento” do *estruturalismo* tenha sido certificado no campo da psicologia, em oposição à psicologia funcional no início do século XX, como método, sua aceção moderna decorre da evolução da linguística.

Se o estruturalismo engloba um fenômeno muito diversificado, mais do que um método e menos do que uma filosofia, ele encontra seu cerne, sua base unificadora, no modelo da linguística moderna e na figura daquele que é

¹³ [...] sinônimo de *sistema* como conjunto ou totalidade de relações (ABBAGNANO, 2012, p. 438), embora esses termos não pareçam ser sinônimos para Saussure, visto não usar o termo *estrutura*.

Em que consiste, então, o modelo da linguística moderna capaz de agregar, sob o rótulo estruturalismo, uma gama de perspectivas não solidárias e, inclusive, opostas entre seus diversos representantes? Dosse (1993), compartilhando das ideias de Françoise Gadet, afirma que o menor ponto de convergência a todos os movimentos estruturalistas é a nova orientação oferecida por Saussure: “A abordagem descritiva, a prevalência do sistema, a preocupação em remontar até as unidades elementares a partir de procedimentos construídos e explícitos [...]” (Dosse, 1993, p. 67). Desse ponto de vista, a Semântica Argumentativa identifica-se com o paradigma estrutural, já que busca descrever a significação (remontar até as unidades elementares) prevista no sistema linguístico (prevalência do sistema) a partir da observação, descrição e explicação dos sentidos dos discursos (abordagem descritivista).

Ducrot (2018, p. 14, inserção minha), por sua vez, entende que “Ser estruturalista em linguística é estudar a língua pelas relações intralinguísticas entre as palavras, entre as frases [enunciados], entre os discursos, sem tentar descrever a língua em referência a objetos ou às ideias às quais ela alude.”, o que confirma a oposição da TAL às semânticas vericondicional e cognitiva (Quadro 1) e permite ao semanticista inscrever-se no quadro da semântica estrutural ao definir que “[...] a organização do sentido não tem explicação fora do próprio sentido [...]” (Ducrot, 2018, p.15).

Falta-me, ainda, trazer os procedimentos construídos e explicitamente definidos por Ducrot para justificar a vinculação da TAL ao campo da semântica estrutural. Então, volto-me, uma vez mais, à trajetória intelectual e profissional de Oswald Ducrot, no decorrer da qual descobriu, segundo ele, o *estruturalismo*; mais precisamente, nas aulas de filosofia que ministrava e cujo programa incluía essa questão. Assim, viu-se conduzido a ler Saussure¹⁴ para abordar o assunto, e tornou-se linguista.

Em Saussure, comenta Ducrot (2018, p. 9), “[...] encontrei a ideia que tentei desenvolver durante toda minha vida, que a língua é uma estrutura formal.”, isto é, na definição de Saussure (2006, p. 23), “[...] a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas.”. Em outras palavras, Ducrot sintetiza a filiação da Semântica Argumentativa a Saussure pela noção de valor, “[...] noção de valor, que eu sempre quis colocar como sendo norteadora de meu trabalho em semântica [...]” (Ducrot, 2006, p.1). Nesse sentido, como linguista semanticista estruturalista, tendo o hábito de definir os termos aos pares, como

¹⁴ Somente a leitura do Curso de linguística geral, esclarecido muitas vezes pelo livro de Godel e pela edição de Mauro, conforme informações fornecidas por Ducrot (2006, p. 2).

língua/fala, sentido/significação, Ducrot (1984, p. 385) adverte que

[...] descrever semanticamente uma língua é atribuir uma significação a cada uma das suas frases. [...] a significação da frase deve ser compreendida ela própria como um conjunto de instruções permitindo prever, para cada um dos enunciados, que sentido ele terá, tendo em conta a situação em que é empregue.

Polarização saussuriana essa que, na teoria ducrotiana, adquire nova terminologia. Para Ducrot (1984), é possível distinguir num enunciado: (1) material linguístico e (2) realização linguística. O primeiro é uma espécie de entidade abstrata, idêntica em seus diversos empregos, correspondente à *língua* saussuriana. O segundo, podendo ser entendido de três maneiras: (a) o que foi realizado, o objeto produzido; (b) o acontecimento que constitui a aparição do enunciado; e (c) o processo para a realização de alguma coisa, correspondente à *fala* saussuriana. Ducrot assume, na TAL *realização linguística* no sentido 1.

O *material linguístico*, entidade abstrata, repetível, é designado terminologicamente como *frase*, num nível elementar, e como *texto*, num nível complexo. Já a *realização linguística*, o efetivamente produzido e irrepetível semanticamente, é designada como *enunciado*, num nível elementar, e como *discurso*, num nível complexo. Tal distinção terminológica deriva de ser “[...] pelo aspecto semântico da linguagem que sentimos a necessidade das distinções apresentadas.” (Ducrot, 1984, p. 370). O interesse pelo aspecto semântico, também, justifica a atribuição de valores semânticos de naturezas diferentes à *frase* e ao *texto*, de um lado, e aos *enunciados* e *discursos*, de outro. Nesse contexto, *significação* constitui a representação semântica da *frase* ou do *texto*, enquanto o *sentido*, a do *enunciado* ou do *discurso*. O Quadro 3, a seguir, apresenta as correlações conceituais entre Saussure e Ducrot.

Quadro 3 – Correlação Saussure - Ducrot

CONCEITO	SAUSSURE	DUCROT	
CONSTRUÇÃO DO LINGUISTA	Língua	Material linguístico	FRASE Material linguístico de nível simples de que o locutor se serve para enunciar.
			TEXTO Material linguístico de nível complexo que se traduz numa sequência de frases.
			SIGNIFICAÇÃO Valor semântico da frase ou do texto. Conjunto de instruções que permite prever o sentido de cada um dos enunciados que a realizam.
REALIDADE EMPÍRICA	Fala	Realização linguística	ENUNCIADO Entidade concreta de nível simples, aquilo que foi efetivamente pronunciado ou escrito. Realização da <i>frase</i> .
			DISCURSO Entidade concreta de nível complexo; totalidade semântica resultante da inter-relação de enunciados. A realização de um <i>texto</i> .
			SENTIDO Valor semântico do enunciado ou do discurso. Realização da significação inscrita no sistema linguístico.

Fonte: Elaboração minha com base em Ducrot (1984, p. 368 – 393).

Antes de prosseguir com as considerações acerca do Quadro 3, preciso ater-me ao conceito saussuriano de *valor*, que Ducrot (2006) coloca como norteador de toda descrição em Semântica Argumentativa. Relembro que, conforme a síntese apresentada no Quadro 2, as hipóteses externas, que delineiam a observação dos fenômenos, determinam as hipóteses internas, destinadas a explicar esses fenômenos. Para responder a essa questão, uma pesquisa paralela me é requerida, dada a complexidade e a importância do conceito de valor para a ciência linguística. De acordo com Flores e Barbisan (2014, p. 9), *valor* é “[...] o conceito que sustenta a arquitetura teórica de Saussure.”.

3.1 Valor: diferença e oposição

Abordar o complexo *corpus* saussuriano em uma pesquisa científica exige algumas considerações iniciais, a fim de esclarecer as fontes de consulta, dadas as discussões

concomitantes sobre o que realmente corresponde às ideias saussurianas e aos materiais ditos “não autênticos”. Não acredito que a discussão acerca da autenticidade ou não da escrita saussuriana seja, aqui, decisiva para os resultados da minha pesquisa, logo não vou me alongar nessa discussão.

Utilizo o *Curso de linguística geral* (CLG) pelo seu caráter didático e papel fundador (muitas vezes único) de contato com as ideias saussurianas. Também consulto os *Escritos de Linguística Geral* (Saussure, 2004) porque partilho da afirmação de Flores (Fiorin, 2017, p. 74), segundo a qual esse material contribui para esclarecer as considerações já expostas no CLG. Consulto, igualmente, Depecker (2012), por buscar as fontes manuscritas saussurianas para suas reflexões. Ainda faço uma delimitação: não abordarei todos os conceitos saussurianos, apenas aqueles indispensáveis ao entendimento da noção de *valor*.

Retomo a reflexão saussuriana, já apresentada neste trabalho, sobre o objeto da linguística não ser dado ao pesquisador como um elemento da natureza, mas sim decorrer de um ponto de vista. Depecker (2012, p. 57), recorrendo às *Notas sobre a acentuação lituana*, afirma que Saussure, ao definir a *língua* como objeto da ciência linguística, é guiado pela convicção de que a *língua* não é matéria, já que qualquer um dos elementos da *língua*, um fonema, por exemplo, só passa a existir quando podemos lhe atribuir uma significação diferencial.

[...] as 'entidades' que somos levados a considerar na língua não se apresentam nunca de forma absoluta. Elas são apenas um 'LUGAR DE DIFERENÇAS' *apresentado ao nosso espírito*, um 'ponto crucial' onde o espírito apreende em permanência diferenças (de som, de intensidade etc.). (Depecker, 2012, p. 59, grifos do autor).

Saussure afirma que a presença de um som em uma língua, sendo ele o menor elemento diferencial desse sistema, “[...] só tem valor por oposição com outros sons presentes; e é essa a primeira aplicação rudimentar, mas já incontestável, do princípio das OPOSIÇÕES, ou dos VALORES RECÍPROCOS, ou das QUANTIDADES NEGATIVAS e RELATIVAS que criam um estado de língua.” (Saussure, 2004, p. 27, grifos do autor); ou ainda como encontramos no CLG (Saussure, 2006 p. 136): “Sua característica mais exata é ser o que os outros não são.”. A língua é, então, um sistema de diferenças no qual um termo só existe por oposição a todos os outros que compõem esse sistema.

E é justamente pela oposição que Oswald Ducrot, também conhecedor de filosofia, expõe no prefácio da obra *O Intervalo Semântico*, de Carlos Vogt (2009), a aproximação entre o valor saussuriano e a alteridade platônica.

[...] o *Cours de linguistique générale*, no capítulo sobre o Valor, não faz senão aplicar às palavras da língua o que Platão disse sobre as Idéias. A *oposição*, para Saussure, é constitutiva do signo da mesma forma que a *alteridade* é,

para Platão, constitutiva das idéias. O valor de uma palavra – ou seja, sua realidade linguística – é o que a opõe às outras. (Ducrot, 2009 *apud* Vogt, 2009, p. 10, 11 – grifos meus)

Parece-me indispensável, para situar “o nascimento” da ideia de alteridade, um rápido pouso em *O Sofista*, de Platão. Nessa obra, a análise de diferentes argumentos leva o estrangeiro de Eleia a indicar que os quatro gêneros primeiros são: o *Ser*, o *Mesmo*, o *Repouso* e o *Movimento*, garantindo que o *Ser* pode se combinar com os outros dois, mas o *Repouso* e o *Movimento* não se podem mesclar. É neste ponto do diálogo que surge uma das mais importantes noções para a compreensão da alteridade constitutiva: a *diferença*. Para Platão, cada um dos três gêneros citados – o *Ser*, o *Repouso* e o *Movimento* – é diferente dos demais, mas idêntico a si mesmo. Assim, ao admitir que o *diferente* permeia os demais gêneros, o estrangeiro de Eleia é levado a considerar não quatro, mas cinco gêneros (o *Ser*, o *Mesmo*, o *Repouso*, o *Movimento* e o *Outro*) e admitir que “[...] [o *Outro*] permeia a todos, uma vez que cada um deles é diferente dos demais, não por razão de sua própria natureza, mas porque partilha da *forma* ou *idéia* do diferente.” (Platão, 2007, p. 223, grifo do autor, inserção minha).

Um último ponto acerca da definição de *valor* saussuriano parece-me, no entanto, ainda necessário.

[...] é preciso reconhecer que valor exprime, melhor do que qualquer outra palavra, a essência do fato, que é também a essência da língua, a saber, que uma forma não *significa*, mas *vale*: esse é o ponto cardeal. Ela *vale*, por conseguinte [sic] ela implica a existência de outros *valores*. (Saussure, 2004 p. 30)

Esses “outros *valores*”, segundo o CLG, correspondem às relações e diferenças entre termos do sistema que se desenvolvem em duas esferas distintas, no discurso e fora do discurso. No discurso,

[...] os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, [...]. Tais combinações, que se apóiam na extensão, podem ser chamadas de *sintagmas*. [...]. Colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que precede ou ao que segue, ou a ambos. (Saussure, 2006, p. 142, grifo do autor).

As *relações sintagmáticas* existem *in praesentia*, quer dizer, na presença de dois ou mais termos em uma série já atualizada (colocada em ato), real ou imaginária. Por oposição, fora do discurso, as palavras que oferecem uma semelhança, quer sonora, quer semântica, associam-se na memória, orquestradas por relações muito diversas. Variam de indivíduo para indivíduo e, uma vez que constituem a *língua* de cada um, são chamadas de *relações associativas*.

As *relações associativas* opõem termos *in absentia*, na ausência, não atualizada

(colocada em ato), como links virtuais. Um exemplo nos ajuda a compreender a intersecção dos dois eixos de relações e a constituição do valor linguístico.

	jamais	concluí	um	exercício
(9)	não	terminei	o	trabalho
	nunca	finalizei	aquela	tarefa

No momento em que atualizo *não*, deixo de atualizar o modo afirmativo ou a palavra *nunca*; quando atualizo *terminei*, deixo de atualizar outros termos, como *finalizei* ou mesmo *terminamos*. Da mesma forma, quando atualizo *o*, deixo de atualizar outros termos, como *um*, *aquela* etc. O valor de *terminei*, por exemplo, só é determinado pelas relações que estabelece no eixo sintagmático com *não* e *o*, mas também com aquelas relações estabelecidas no eixo associativo com *concluí*, *finalizei* etc.

Após apresentar a relação *alteridade constitutiva/valor saussuriano*, volto ao Quadro 3 (no sentido vertical) para mostrar que, como diz Ducrot (1987), a distinção saussuriana *língua/fala* tem duas funções: (1) material; e (2) metodológica. A distinção material é interior ao dado, opondo duas realidades: (a) abstrato; e (b) concreto. A distinção metodológica corresponde à distinção clássica entre o objeto construído pelo pesquisador e o dado para o qual esse objeto deve fornecer uma explicação. (Ducrot, 1987, p. 64)

Ao Quadro 3, ainda preciso acrescentar uma observação essencial que aproxima a ciência linguística e a teoria *semântica*: a passagem da *materialidade* à *realização linguística*.

Nesse sentido, Saussure (2004, p. 237, grifo do autor) questiona-se: “A língua só é criada em vista do discurso, mas o que, em dado momento, permite dizer que língua *entra em ação como discurso*?”. Acredito que Ducrot, como semanticista, mesmo sem ter conhecimento dessa reflexão saussuriana, tendo em vista que a “Nota sobre o discurso” só foi publicada em 2002, também se debruça sobre esse mesmo questionamento e, para resolvê-lo, traz o conceito de enunciação: “[...] o acontecimento histórico, isto é, o facto de uma frase ter sido objecto de um enunciado (ou de um discurso) [...]” (Ducrot, 1984, p. 369). Dados que sintetizo no Quadro 4.

Quadro 4 – O lugar da enunciação

CONCEITO	SAUSSURE	DUCROT	
CONSTRUÇÃO DO LINGUISTA	Língua	Material linguístico	FRASE Material linguístico de que o locutor se serviu.
			TEXTO Sequência de frases.
			SIGNIFICAÇÃO Conjunto de instruções permitindo prever, para cada um dos enunciados, que sentido ele terá, tendo em conta a situação em que é empregue.
O QUE SEPARA ¹⁵ O DISCURSO DA LÍNGUA?		ENUNCIAÇÃO	
REALIDADE EMPÍRICA	Fala	Atualização discursiva	ENUNCIADO Aquilo que foi efetivamente pronunciado ou escrito. Realização da <i>frase</i> .
			DISCURSO Sequência de enunciados ligados entre si. A realização de um <i>texto</i> .
			SENTIDO Representação semântica do enunciado ou do discurso.

Fonte: Elaboração minha com base em Ducrot (1984, p. 368 – 393).

O conceito enunciação, do ponto de vista da TAL, não tem apenas função terminológica, mas também função semântica.

A ideia fundamental, repito, é que todo enunciado, mesmo que pareça bastante <objetivo> (*A terra é redonda*), faz alusão à sua enunciação: quando se fala, fala-se sobre a própria fala. Essa hipótese de que o dito denuncia o dizer, mesmo quando não está fazendo isso usando tal ou tal morfema explícito, pode desempenhar um grande papel na descrição dessas sequências desses encadeamentos de enunciados que constituem o discurso. Muito frequentemente, de fato, é interessante, para compreender que dois enunciados sucessivos estão conectados um ao outro, admitir que a sua relação semântica diz respeito, pelo menos um deles, não à informação que ele comunica sobre os acontecimentos do mundo, mas a este evento particular que constitui sua enunciação, visto através da imagem que dá

¹⁵ Encontrei a expressão “separa” na versão consultada de *Escritos de Linguística Geral* (2004), mas o termo deve ser compreendido como o que torna possível a *língua* ser transformada em *discurso*.

dela o sentido do enunciado. (Ducrot, 1980, p. 40, tradução de Tânia Maris de Azevedo)

Trago este exemplo para ilustrar a hipótese ducrotiana:

(10) Esse lugar é mais limpo do que um hospital.

Em (10), o enunciado faz referência à enunciação, uma vez que o sentido de limpo em (10) constitui-se de um grau de limpeza que ultrapassa até mesmo o que é esperado de um hospital nesse quesito, isto é, de uma limpeza que extinga não só a sujeira visível, mas, principalmente, bactérias, fungos e vírus.

Ainda outra função semântica é atribuída à *enunciação*. Ducrot (1994) explica *enunciação* como a atividade de quem fala no momento em que fala, sendo histórica e circunstancial, havendo a impossibilidade de ser produzida duas vezes; porém, reitera que o conceito não tem nada de psicológico, nem implica a possibilidade de que o enunciado seja produzido por um sujeito falante. Assim, o conceito de *enunciação* justifica duas oposições no par *significação/sentido*: (1) quantidade e (2) natureza. A diferença de quantidade mostra que o enunciado traz muito mais do que a frase indica. Imaginemos a situação em que a professora flagra seus alunos em plena “cola” e diz:

(11) Bonito, hein!

O enunciado (11) indica a constatação da cola e a decepção da professora pela falta de ética dos alunos. Essas indicações só podem ser verificadas no *enunciado*, não estão presentes na *frase*, embora o sistema linguístico autorize tais usos, pois a ironia em (11) só é assim compreendida por alusão à sua *enunciação*¹⁶. Se a *enunciação* de (11) não fosse anteriormente descrita, como seria possível distinguir a ironia do elogio, em termos de sentido?

A diferença de natureza leva a admitir que a significação consiste num conjunto de instruções que possibilitam interpretar os enunciados. Ou seja, instruções abertas – que permitem sua persistência no tempo e no espaço; idênticas – por meio da diversidade dos atos efetivamente realizados (os enunciados) em condições particulares; e sempre novas – pois produzidas *hic et nunc*¹⁷, conforme Ducrot (1987).

¹⁶ Situação mais comum em uma interlocução escrita, no entanto, também ocorre em interlocuções orais, tanto que, inúmeras vezes, a entonação aferida à ironia não é percebida pelo interlocutor

¹⁷ Em português, *aqui e agora*.

Considerações finais

“*Não nos vemos se nós não saímos de nós*” é uma célebre frase de José Saramago que mostra a necessidade olhar para a diversidade a fim de encontrar a singularidade. Percurso que expus ao leitor neste artigo, apresentando, discutindo e sintetizando as relações e diferenças que singularizam a Semântica Argumentativa no conjunto dos estudos linguísticos.

Argumentative Semantics: ruptures and approximations

Abstract

This work aims to bring together a set of oppositions outside Argumentative Semantics and corresponds to the first chapter of my doctoral thesis whose title is Alterity in the speaker-enunciators relationship: potentialities of polyphony theory for qualifying the development of reading comprehension skills. The methodological path taken aims to: (1) differentiate the meanings of the term semantics; (2) situate, in opposition to other semantic perspectives, Argumentative Semantics as a structuralist theory; and (3) reaffirm the Ducrotian approximations between the concepts of alterity, from a Platonic perspective, and value, from a Saussurian perspective. The research results show that the uniqueness of the theories that fall within the semantic field consists of the identification of five aspects: (1) theoretical affiliation; (2) conception of meaning; (3) role of the real subject in the production of meaning; (4) consideration of the extralinguistic to explain meaning; and (5) delimitation of the level of analysis taken as object. In relation to the position of Argumentative Semantics as a structuralist theory, the results point to the distance between Argumentative Semantics in relation to Vericonditional Semantics and Cognitive Semantics and, finally, highlights and reaffirms how alterity constitutes, in different ways, Argumentative Semantics. Bringing together this investigative path, regarding the epistemological postulates of Argumentative Semantics, allows the reader to place the Theory within the set of linguistic studies.

Keywords: External oppositions. Epistemological postulates. Argumentative Semantics

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *La Argumentación en la lengua*. Madrid: Editorial Gredos, 1994.
- BARBISAN, Leci Borges. O sentido no discurso: o olhar da Teoria da Argumentação na Língua. In: DI FANTI, Maria da Glória; BARBISAN, Leci Borges (Org.). *Enunciação e Discurso: tramas e sentidos*. São Paulo: Contexto, 2012.
- BRÉAL, Michel. *Ensaio de Semântica: ciência das significações*. São Paulo: EDUC, 1992.
- DEPECKER, Loïc. *Compreender Saussure a partir dos manuscritos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- DOSSE, François. *História do estruturalismo*, v.1: o campo do signo, 1945 - 1966. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- DUCROT, Oswald. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.

- DUCROT, Oswald. Saussurianismo. In: DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário de linguística*. 6.ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.
- DUCROT, Oswald. *Enciclopédia EINAUDI*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- DUCROT, Oswald. *Polifonía y argumentación* – conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1990.
- DUCROT, Oswald. La Sémantique Argumentative peut-elle se réclamer de Saussure? In: SAUSSURE, Louis de (Org.). *Nouveaux regards sur Saussure*. Genebra: Librairie Droz S.A., 2006.
- DUCROT, Oswald. Prefácio. In: VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial/Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- DUCROT, Oswald; XAVIER, Antonio Carlos. Trajetória e legado de um filósofo da linguagem: Oswald Ducrot. *Revista Investigações*, v. 25, n. 2, jul. 2012.
- DUCROT, Oswald. *Os riscos do discurso: encontros com Oswald Ducrot*. São Carlos: Pedro&João Editores, 2018.
- FIORIN, José Luiz; FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges. *Saussure: a invenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2017.
- FLORES, Valdir do Nascimento et al. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges. Sobre Saussure, Benveniste e outras histórias da linguística. In: NORMAND, Claudine. *Convite à linguística*. São Paulo: Contexto, 2014.
- ILARI, Rodolfo. Prefácio. In: FERRAREZI JUNIOR, Celso; BASSO, Renato. *Semântica, semânticas: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2003.
- LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.
- MARQUES, Marcelo Pimenta. *Platão, pensador da diferença*. Uma leitura do Sofista. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- PLATÃO. O Sofista. In: PLATÃO. *Diálogos I: Teeteto (ou Do conhecimento), Sofista (ou Do ser), Protágoras (ou Sofistas)*. Bauru, SP: EDIPRO, 2007.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Escritos de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2004.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- TORDESILLAS, Marta. Prólogo. In: ANSCOBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *La Argumentación en la lengua*. Editorial Gredos S.A.: Madrid, 1994.

Apresentação da Teoria dos Blocos Semânticos¹

Oswald Ducrot²

Tradução de Cristiane Dall’Cortivo Lebler³

Revisão da tradução de Lauro Gomes⁴

Resumo

Este texto faz um balanço dos conceitos mais importantes da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Forma radical da Teoria da Argumentação na Língua, a TBS postula que os átomos semânticos têm a estrutura de um encadeamento argumentativo, do qual há dois tipos: em *portanto* (*donc*) e em *no entanto* (*pourtant*). Indo além de qualquer noção de referência ou vericondicionalidade, para essa teoria de inspiração estruturalista, a significação lexical e o sentido dos enunciados são constituídos por entrelaçamentos de palavras.

Palavras-chave: Significação. Sentido. Teoria dos Blocos Semânticos

Data de submissão: set. 2024 – Data de aceite: set. 2024

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v21i1.16318>

¹ Publicado originalmente na *Revista Verbum*, Tomo XXXVIII, n.º 1-2, 2016, p. 53-65. Tradução: Cristiane Dall’Cortivo Lebler (UFSC). Revisão da tradução: Lauro Gomes (FURG).

² École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS – Paris).

³ Professora do Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui graduação em Letras/Português pela Universidade Federal do Rio Grande (2006). É Mestre (2009) e Doutora (2013) em Letras - área de concentração Linguística - pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com dissertação e tese na linha de pesquisa Texto, Enunciação, Discurso: teoria e prática. Em 2020, realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: cristiane.lebler@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3389-1850>

⁴ Professor Adjunto do Instituto de Letras e Artes (ILA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutor em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CNPq). Realizou estágio de doutorado (modalidade: sanduíche - PDSE/CAPES - 2018/2019) no Centre de Recherches sur les Arts et le Langage (CRAL), da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, Paris), sob orientação da Directrice détudes Marion Carel. Mestre em Letras pela Universidade de Passo Fundo (CAPES). E-mail: lauro.gomes@furg.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1302-2693>

O texto que se vai ler visa, e visa somente, a apresentar a "Teoria dos Blocos Semânticos" (por abreviação TBS). Trata-se de uma teoria de semântica linguística, lançada por Marion Carel em sua tese de 1992, a qual ela, desde então, não apenas construiu, mas reformulou, desenvolveu e aplicou, em colaboração, em certos pontos, com várias pessoas (por exemplo, Alfredo Lescano e eu). A TBS é uma forma radical – gostaríamos até de poder dizer *a* forma radical – da "Teoria da Argumentação na Língua" (ANL) que Jean-Claude Anscombre e eu tínhamos apresentado cerca de trinta anos atrás (ver especialmente Anscombre e Ducrot, 1983). A TBS visava apenas, inicialmente, a suprimir certas incoerências da ANL, particularmente a noção de "topoi", que Anscombre e eu tínhamos colocado no centro de nossa teoria. Marion Carel percebeu que essa noção, por um lado, introduzia incoerências na ANL e as introduzia, porque era o resultado de um compromisso com teorias semânticas comuns. Para eliminar essas incoerências, era necessário elaborar uma teoria muito mais radical, muito mais claramente oposta à maneira comum de conceber a descrição semântica linguística.

Retomo a ideia original da "Teoria da Argumentação na Língua", expressa pela preposição "na" dessa fórmula. Anscombre e eu nos opúnhamos à ideia de que as argumentações ligadas a um enunciado (nós entendíamos por argumentação essencialmente sequências conclusivas que poderiam ser dadas *no discurso*) são apenas um suplemento, uma adição, ao seu próprio valor semântico. Ao contrário, pelo menos algumas dessas continuações argumentativas fazem parte da própria significação linguística da frase realizada pelo enunciado e nós chegamos a dizer até mesmo (esta é a posição da qual se zombou, chamando-a o "tudo argumentativo") que todo o valor semântico da frase é composto unicamente por potencialidades argumentativas discursivas. Por exemplo, para nós, quando dizemos de alguém *ele é prudente, portanto não sofrerá acidente*, a conclusão introduzida por *portanto* só desenvolve o próprio sentido da palavra *prudente*, sentido que se esgota por uma série de conclusões desse tipo. Assim, segundo nossa perspectiva, o sentido linguístico de um enunciado não é constituído pelo "pensamento" que, como é dito com frequência, esse enunciado exprime, tampouco por suas condições de verdade, ligadas, elas mesmas, ao "estado das coisas" que ele deveria denotar (na verdade, o que ele denotaria são os fatos cuja existência o tornaria verdadeiro). Portanto, nós nos opomos, ao mesmo tempo, a uma concepção cognitiva e a uma concepção referencialista (ou ainda veritativa) do sentido. Nós chamamos, ao contrário, 'sentido de um enunciado' apenas os discursos argumentativos, apenas os percursos conclusivos que o enunciado autoriza ou impõe no discurso – sendo admitido, é claro, eu lembro, que esses percursos são independentes das condições de verdade as quais são geralmente atribuídas ao enunciado. Caso contrário, nossa posição seria obviamente contraditória.

É sobre esse princípio de base da ANL que a TBS está construída: ela tenta desenvolvê-lo sem concessão e de uma forma que, ao mesmo tempo, permita descrições detalhadas de entidades linguísticas, morfemas, palavras, grupos de palavras e frases. Trata-se, de fato, de realizar a parte semântica do programa saussuriano, apresentado de forma um pouco confusa no *Curso*, e muito mais clara nos *Escritos de Linguística Geral* (Saussure, 1916, 2002). Partindo da imagem do signo como uma entidade de dupla face, significante e significado, Saussure considera diferentes maneiras de conceber esses dois lados, especialmente o significado. O primeiro, que ele abandona imediatamente, consiste em identificar o significado com os objetos designados pelo signo – concepção obviamente incompatível com a afirmação, frequentemente apresentada como puramente terminológica, mas, de fato, conceitualmente muito forte, segundo a qual o significado é parte integrante do signo. Uma segunda maneira, que, no entanto, permaneceu ligada ao nome de Saussure é a de assimilar o significado a um "conceito", a uma entidade constitutiva do pensamento. Tal modo de ver, se ela está em conformidade com algumas declarações do *Curso*, e nele é ao mesmo tempo explicitamente criticada, especialmente na célebre passagem em que se diz que a língua, longe de explorar uma divisão pré-existente do pensamento, cria suas próprias divisões em seu interior. Por outro lado, e acima de tudo, essa concepção é claramente substituída por outra quando, no capítulo sobre o valor, o significado de um signo é dado como o "valor" desse signo, isto é, como um conjunto de relações entre esse signo e os outros. É a essa concepção, amplamente confirmada pelos *Escritos*, que a TBS se vincula, a qual, ao mesmo tempo, tenta evitar sua fragilidade principal, a saber, sua imprecisão: o *Curso* (segunda parte, capítulo 5) coloca no significado tanto as relações sintagmáticas, constituídas pelas combinações pré-existentes entre signos (por "pré-existentes", é preciso compreender "independentes das construções da fala") quanto as relações paradigmáticas (na terminologia de Saussure, "associativas"), as quais mantêm que não podemos pensar em um signo sem que ele evoque, ao mesmo tempo, outros. Ora, essas relações associativas, de acordo com o único exemplo dado pelo *Curso*, o da palavra *ensino*, formam uma verdadeira desordem, em que encontramos tanto os signos associados por uma proximidade de sentido (*educação*) quanto outros associados por uma simples semelhança fonética (*clemente*, *justamente*).

Para evitar essa confusão, a TBS dá um formato idêntico a todos os elementos constitutivos do sentido. O que faz sentido, para a TBS, são encadeamentos de duas frases por meio de alguns conectores, encadeamentos aos quais se dá o nome de "argumentações", desviando essa palavra de seu sentido habitual. O esquema geral do encadeamento argumentativo, isto é, do átomo semântico, é também uma sequência X CON Y, em que X e Y são frases. (A partir de agora, está claro que, se a TBS busca realizar o projeto fundamental da linguística saussuriana, ela o faz de forma radicalmente oposta ao

dogma saussuriano segundo o qual a frase é um elemento de fala, construído pela atividade individual dos locutores e não pode, portanto, ser um constituinte da significação que os signos possuem na língua. Saussure teria, claro, ainda menos admitido tomar como um elemento semântico encadeamentos de frases. O Saussure ao qual a TBS se refere é, assim, um Saussure revisitado por Chomsky.)

Os conectores

É necessário, agora, especificar a natureza do átomo semântico, precisando quais palavras podem ocupar, no esquema X CON Y, o lugar do símbolo CON. Para a TBS, os conectores que constituem as argumentações (argumentações que são, lembro, os átomos semânticos) são palavras seja do tipo de *portanto* francês (*donc*), seja do tipo de *no entanto* francês (*pourtant*). Entre as primeiras, constituindo os chamados encadeamentos "normativos", encontramos, em francês, as conjunções *portanto*, *consequentemente*, *de modo que*, *assim*, *se* (a forma superficial é, então, seja *s e X*, *Y*, seja *Y se X*) ou ainda *porque* (a forma superficial é, então, geralmente *Y porque X*). No segundo caso (encadeamentos transgressivos), o conector pode ser, por exemplo, em francês, *no entanto*, *entretanto*, *ainda que* (a forma superficial é, então, *ainda que X*, *Y* ou *Y ainda que X*), *mesmo se* (a forma superficial é *mesmo se X*, *Y* ou *Y mesmo se X*).

Duas perguntas, ao menos, são colocadas a partir da escolha dessas palavras como conectores constitutivos dos encadeamentos. A primeira é saber por que não encontramos, nas listas anteriores, as palavras sobre as quais a ANL mais trabalhou e que Anscombe e eu chamávamos de "conectores argumentativos", por exemplo, *mas* e *até mesmo*. Para a TBS, essas palavras, embora permaneçam essenciais para a descoberta da estrutura argumentativa do discurso, não são constituintes de encadeamentos elementares: os discursos que as contêm articulam diferentes encadeamentos argumentativos. Assim, um discurso *X e até mesmo X'* justapõe e comenta dois encadeamentos argumentativos, em que um tem por primeiro elemento *X* e o outro tem por primeiro elemento *X'*: no caso mais simples, trata-se de dois encadeamentos do tipo *X portanto Y* e *X' portanto Y'*, sendo que um elo particular deve ser encontrado entre *Y* e *Y'*. Se, portanto, a TBS não admite como conector elementar outros a não ser do tipo de *portanto* ou de *no entanto*, é porque ela espera ser capaz de descrever os outros tipos de relação através de combinações complexas de conexões normativas e transgressivas – o que ela conseguiu fazer em um certo número de casos, dentre outros, aqueles de *mas* e de *por exemplo*.

A segunda pergunta colocada pela escolha, dentre todas as articulações possíveis entre frases, dos tipos transgressivos e normativos, diz respeito ao que os conectores análogos a *portanto* e a *no entanto* têm de particularmente importante, isto é, o que motivou

de maneira positiva a sua escolha. O ponto essencial, do ponto de vista estruturalista, que é o da TBS, é que os enunciados encadeados por meio desses conectores são semanticamente interdependentes um do outro. Mais precisamente, o X de X CON Y contém, em seu próprio sentido, o fato de estar ligado por CON a Y e, da mesma forma, Y assume seu significado apenas por sua relação com X.

Um exemplo simples é fornecido pelos encadeamentos (1), (2), (3), (4):

- (1) faz calor lá, portanto estaremos bem
- (2) faz calor lá, no entanto não estaremos bem
- (3) faz calor lá, portanto não estaremos bem
- (4) faz calor lá, no entanto estaremos bem

Se se diz (1) a fim de, por exemplo, sugerir ao interlocutor que vá ao local em questão, o calor do qual se trata no primeiro enunciado do encadeamento é um calor "bom", favorável ao desenvolvimento físico e psicológico. Esse valor dado ao significante *faz calor* é inseparável da sua relação, por meio de um *portanto*, com a indicação, no segundo segmento, de um estado de bem-estar. Para ver que o enunciado *faz calor* não tem esse valor por si só, basta comparar (1) com (3), no qual se trata, ao contrário, de um calor "ruim", sufocante. Essa metamorfose deve-se ao fato de que, em (3), o encadeamento tem por segundo segmento a negação do segundo segmento de (1). Mas esse caráter negativo do segundo segmento, por si só, não é suficiente para desvalorizar o calor, também é necessário que o encadeamento permaneça do tipo normativo, isto é, que ele seja constituído por *portanto* ou por um conector semelhante: de fato, em (2), em que o segundo segmento ainda é negativo, mas em que o elo é transgressivo, do tipo de *no entanto*, o calor permanece tão agradável quanto em (1). Demonstrar-se-ia, da mesma forma que a visão pessimista do calor, em (3), não é determinada apenas pelo caráter negativo do segundo segmento, uma vez que ele é encontrado em (4), em que o segundo segmento é positivo, mas introduzido por *no entanto*. Para interpretar o primeiro segmento X dos quatro encadeamentos (1), (2), (3), (4), é preciso considerar a totalidade dos encadeamentos argumentativos em que ele se encaixa, isto é, tanto a natureza, positiva ou negativa do Y, quanto o tipo de conector (*portanto* ou *no entanto*). Vê-se, então, o que interessa à TBS, dado seu viés estruturalista, nos encadeamentos em *portanto* ou em *no entanto*, os únicos que ela chama de argumentações: na medida em que o valor dos segmentos encadeados é dependente do conjunto do encadeamento, não se pode pensar que esse encadeamento seja fundado nos fatos que "denotariam" esses constituintes. Assim, o encadeamento é autônomo em relação aos "referentes" dos enunciados que o constituem: fazer do encadeamento em *portanto* ou em *no entanto* o elemento semântico por excelência, usado para descrever o sentido das diferentes entidades da língua, é, como

exige o projeto estruturalista, renunciar a dar constituintes da realidade como significado a essas entidades, é identificar o significado a combinações de signos e a combinações que não são elas próprias fundadas sobre os eventuais referentes desses signos (se essa última condição não fosse cumprida, o recurso aos encadeamentos para descrever os significados só adiaria, atrasaria sua descrição pelo referente).

A noção de aspecto argumentativo (por abreviação "aspecto")

Em um encadeamento argumentativo, tal como acaba de ser definido (X CON Y), cada um dos enunciados, isto é, o X e o Y, contêm geralmente uma expressão sobre a qual o encadeamento é construído e que deve ser tida como "argumentativamente pertinente". No meu exemplo de calor (encadeamentos (1)-(4)), trata-se das expressões *fazer calor* e *estar bem*. Isso permite agrupar os encadeamentos e constituir o que a TBS chama de "aspectos argumentativos". Um aspecto reúne os encadeamentos que são construídos sobre as mesmas expressões argumentativamente pertinentes, ou sobre expressões semanticamente próximas, e que, por outro lado, têm um conector análogo (seja normativo, seja transgressivo). Pode-se, para caracterizar a relação de um aspecto com os encadeamentos que dele decorrem, utilizar metáforas diferentes, por exemplo, dizer que o aspecto é um tipo de encadeamento ou ainda um conjunto de encadeamentos. Mas, nesta última metáfora, deve-se especificar que o termo "conjunto" não é tomado no sentido da teoria matemática dos conjuntos, que faz do conjunto um objeto individual: os aspectos da TBS são conjuntos apenas no sentido muito vago da linguagem ordinária, em que se trata de designar pluralidades – o aspecto é uma pluralidade de encadeamentos construídos sobre o mesmo molde.

Esse molde é uma especificação de uma das oito fórmulas (NEG) A DC (NEG) B ou (NEG) A PT (NEG) B (se essas fórmulas são em número de oito, é devido à possível presença ou ausência do elemento NEG que coloquei, por essa razão, entre parênteses). Como se adivinha facilmente, o elemento facultativo NEG da fórmula aspectual designa a negação – que é encontrada, por exemplo, no Y dos encadeamentos (2) e (3). No que diz respeito a A e a B, são as expressões que intervêm de forma argumentativamente pertinente nos encadeamentos que decorrem dos aspectos. Assim, os quatro aspectos dos quais decorremos quatro encadeamentos (1), (2), (3) e (4) têm como A *fazer calor* e como B *estar bem*. Enfim, no que diz respeito a DC e PT essas letras destinam-se a recordar os conectores franceses *portanto* e *no entanto*. Um aspecto em "DC" comporta apenas encadeamentos normativos; um aspecto em "PT" comporta apenas encadeamentos transgressivos ((1) e (3) decorrem, assim, de um aspecto em "DC", enquanto (2) e (4) decorrem de um aspecto em "PT"). Essas explicações deveriam levar a associar o

encadeamento (1) *faz calor lá, portanto estaremos bem* ao aspecto FAZER CALOR DC ESTAR BEM, ou ainda, por abreviação, A DC B. Da mesma forma, (2) decorre de A PT NEG B, (3) de A DC NEG B, e (4) de A PT B.

Antes de ver como as palavras podem ser descritas semanticamente com a ajuda de aspectos, gostaria ainda de introduzir uma noção, para nós essencial, que é a de "bloco semântico". Notamos que a palavra *calor* tem, nos encadeamentos (1) e (2), um valor favorável, oposto ao que tem nas sequências (3) e (4). Para dar conta disso, colocamos os aspectos dos quais decorrem (1) e (2) em um bloco diferente daquele em que colocamos os aspectos realizados por (3) e (4).

Os blocos semânticos (por abreviação "bloco")

Um bloco é um grupo de quatro aspectos cujos encadeamentos X CON Y manifestam a mesma interdependência entre a expressão argumentativamente pertinente do segmento X (chamada aqui A) e do segmento Y (chamada B): nos encadeamentos dos quatro aspectos, o A é influenciado da mesma forma por sua presença em uma argumentação– e o mesmo para o B. Então, vimos que a palavra *calor* (A) recebe o mesmo valor favorável nos dois encadeamentos (1) e (2), que eu lembro abaixo, e que decorrem, respectivamente, dos aspectos A DC B e A PT NEG B:

- (1) faz calor lá, portanto estaremos bem
- (2) faz calor lá, no entanto não estaremos bem

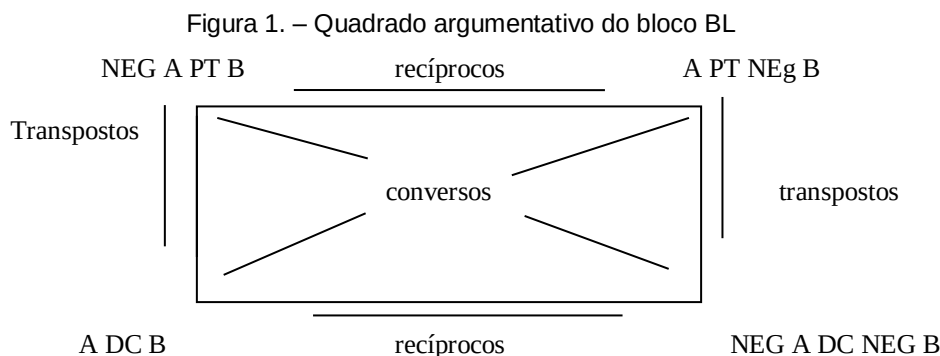
Isso nos conduz a postular que os aspectos A DC B e A PT NEG B pertencem ao mesmo bloco, vamos chamá-lo de BL. A este bloco também pertence, em virtude do critério de interdependência, o aspecto NEG A PT B manifestado pelo encadeamento (5):

- (5) não faz calor lá, no entanto estaremos bem

Certamente, (5) serve para constatar uma situação na qual a ausência de calor é acompanhada de bem-estar. Mas a presença de *no entanto*, no encadeamento que formula essa constatação, atesta que o locutor entende por calor uma fonte de bem-estar. É isso que leva a colocar o aspecto NEG A PT B no mesmo bloco BL que os aspectos manifestados por (1) e (2). O mesmo vale para o aspecto NEG A DC NEG B, do qual decorre o encadeamento (6):

- (6) não faz calor lá, portanto não estaremos bem

Essas observações levam a descrever o bloco BL pelo retângulo abaixo (chamado "quadrado argumentativo"), no qual os quatro aspectos que acabam de ser apresentados ocupam os quatro ângulos. Suas relações formais são denominadas pelos termos colocados nas linhas que os conectam.



Suponhamos que essa descrição funcione para além do nosso exemplo em que A= *calor* e B= *estar bem*, e que o mesmo fenômeno de interdependência se apresenta independentemente de quais sejam o A e o B. Só posso pedir, aqui, a confiança do leitor quando digo que temos um número muito grande de outros exemplos. Contentar-me-ei em indicar um bloco BL', do qual fazem parte os aspectos ligados aos encadeamentos (3) e (4), nos quais a interdependência se manifesta por uma visão desfavorável do calor:

- (3) faz calor lá, portanto não estaremos bem (A DC NEG B)
- (4) faz calor lá, no entanto estaremos bem (A PT B)

Fazem parte igualmente desse bloco BL' (bloco do "calor ruim") os aspectos NEG A PT NEG B e NEG A DC B – o que permite estabelecer, entre os aspectos do BL', as mesmas relações formais que apresentei para o BL.

As relações formais interiores aos blocos têm um interesse empírico, são elas algo além das relações entre os escritos usados para denominar os aspectos? Nossa resposta, teremos adivinhado, é positiva; ela consiste em assinalar que, independentemente de quais sejam o A e o B, se dois aspectos têm uma determinada relação formal, os encadeamentos decorrentes desses dois aspectos têm uma determinada relação discursiva. Veremos, ao final desta apresentação, que a relação formal de conversão sempre corresponde à relação discursiva da contradição. Da mesma forma, a transposição corresponde ao superenriquecimento muitas vezes marcado na língua pela palavra *mesmo*⁵: *faz calor lá, portanto estaremos bem* (aspecto A DC B), *eu direi até mesmo que estaríamos bem lá, ainda que não fizesse calor* (aspecto NEG A PT B). Quanto à reciprocidade, é preciso distinguir

⁵ Nota dos tradutores: optamos, ao longo desta tradução, por usar *até mesmo* em lugar de *mesmo*, a fim de precisarmos os usos desta palavra em português.

aquela da linha superior do quadrado, ligando dois aspectos em PT, e aquela da linha inferior, que liga dois aspectos em DC. Para a primeira, ela corresponde, no discurso, à relação de contrariedade, não no sentido lógico definido por Aristóteles, mas ao sentido discursivo de extrema oposição, marcada por expressões como *é totalmente o contrário, é exatamente o oposto*. Assim, para *não faz calor lá, no entanto estaremos bem* (NEG A PT B), pode-se responder *é exatamente o contrário; até mesmo quando faz calor lá, não se está bem* (A PT NEG B). Agora, no que diz respeito à reciprocidade entre dois aspectos em DC, ela é expressa no discurso pelas diversas expressões utilizadas para vincular a indicação de suficiência (A DC B), abrindo a possibilidade de B e aquela de uma necessidade (NEG A DC NEG B), limitando, ao contrário, essa possibilidade, expressões como *mas não vamos longe demais, mas não vá muito rápido, mas não se empolgue, mas atenção!* Cf.: *se faz calor lá, vamos ficar bem* (A DC B), *mas, atenção!, se não fizer calor lá, absolutamente não estaremos bem lá* (NEG A DC NEG B). (Note bem. Estamos falando aqui sobre as noções linguísticas de suficiência, vista como uma forma de abrir uma eventualidade, e de necessidade, vista, ao contrário, como fechamento, e não das noções lógicas de condição suficiente e de condição necessária, nem, por consequência, de relações lógicas entre esses dois tipos de condição.)

Descrição semântica de uma entidade linguística

Para a TBS (eu insisto fortemente neste ponto), a descrição semântica de uma entidade consiste em especificar os encadeamentos argumentativos que são ligadas a ela. Quando se trata de uma entidade que não é um enunciado, por exemplo, de uma palavra, a ligação se dá apenas por meio de aspectos. Para retomar um de nossos exemplos recorrentes, ligamos ao adjetivo *prudente* uma série de aspectos, dentre os quais o aspecto PERIGO DC SE ABSTER. Quando se trata de um enunciado, as coisas são mais complicadas: é preciso, às vezes, associar-lhe aspectos expressos pelas suas palavras argumentativamente pertinentes e certos encadeamentos isolados que o distinguem de enunciados aparentados. Assim, para distinguir *João é prudente* de *Pedro é prudente*, atribui-se a essas frases, além dos aspectos de *prudente*, os encadeamentos *quando João se vê em perigo, ele toma precauções* e *quando Pedro se vê em perigo, ele toma precauções*, e para distinguir o enunciado genérico *João é prudente* do específico *João foi prudente*, ligar-se-á ao primeiro o encadeamento no presente, que eu acabei de escrever, e ao segundo, um encadeamento no pretérito perfeito, como *quando João se viu em perigo, ele se absteve*. Para não sobrecarregar demais este artigo, não falarei da descrição dos enunciados e de sua associação com encadeamentos isolados, falarei apenas da descrição das palavras e de sua associação a aspectos, isto é, às pluralidades de encadeamentos fabricados sobre o mesmo molde.

O ponto essencial, para nós, é que essa associação é feita de duas maneiras diferentes, o que chamamos de interna e externa. Na verdade, a palavra tem duas relações com a argumentação. Por um lado, a palavra resume, condensa, algumas argumentações que são como a paráfrases ou a reformulação dela mesma. Este é o caso das argumentações que constituem o aspecto PERIGO DC SE ABSTER, que nós ligamos a *prudente*. Trata-se, aqui, da "argumentação interna" da palavra *prudente*. Mas, por outro lado, essa palavra pode ser tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada de determinadas argumentações. É o ponto de partida, por exemplo, de argumentações que indicam o que acarreta sua aplicação (a aplicação da palavra *prudente*, para alguém, implica que se atribua a essa pessoa certos tipos de segurança). E é ponto de chegada das argumentações que explicam sua aplicação (assim, o fato de alguém se preocupar com a vida pode levar a declarar que tem possibilidade de ser prudente). Falamos, então, da argumentação "externa" da palavra "*prudente*" ("externa" não significa de modo nenhum, aqui, que essa argumentação seja adicionada externamente à significação da palavra; para nós, pelo contrário, ela constitui essa significação tanto quanto as argumentações internas).

No que diz respeito à argumentação externa (por abreviação AE), enfatizarei duas de suas propriedades. A primeira, que decorre disso que acabo de dizer, é que os aspectos que a constituem contêm a própria palavra que descrevem. Assim, a AE à direita de *prudente*, aquela que indica as sequências a serem dadas à palavra, e que vou abreviar em AE-d, comporta o aspecto PRUDENTE DC SEGURANÇA, e sua AE à esquerda (AE-e), que diz respeito ao que motiva a aplicação da palavra, comporta APEGO À VIDA DC PRUDÊNCIA. Para tomar outro exemplo, ter-se-á, na AE-d de *tolerante*, o aspecto TOLERANTE DC RELAÇÕES FÁCEIS e, na AE-e, o aspecto INIMIGO DOS CONFLITOS DC TOLERANTE. A segunda propriedade da qual quero falar e que, diferentemente da primeira, não é deduzida da definição da AE, mas está relacionada à nossa maneira de representar o discurso, é que, se uma palavra comporta, em sua AE, um aspecto em DC, ela comporta também um aspecto correspondente em PT. Quando se trata da AE-d, esses dois aspectos são, em nossa terminologia, "conversos" (TOLERANTE DC RELAÇÕES FÁCEIS, TOLERANTE PT NEG RELAÇÕES FÁCEIS). Quando se trata da AE-e, são aspectos "transpostos" um do outro (INIMIGO DOS CONFLITOS DC TOLERANTE e NEG INIMIGO DOS CONFLITOS PT TOLERANTE). Às vezes, temos sido criticados por colocar essas dualidades na AE das palavras. Isso vem, diríamos, postular que a tolerância pode tanto facilitar quanto não facilitar as relações humanas e que ela pode resultar ou não de uma recusa ao conflito. Resultado que é efetivamente de escopo limitado. A crítica seria grave se nós pretendêssemos dar uma "definição de coisa" da tolerância, dizer as causas e os efeitos que a acompanham na realidade. Mas essa não pode ser, sem incoerência, a intenção da TBS, que dá apenas "definições de palavra", isto é, que diz como a palavra é empregada no discurso. Desse ponto de vista, é importante

especificar que os discursos que ligam a tolerância à rejeição dos conflitos e à facilitação das relações humanas são discursos normativos, enquanto aqueles que a vinculam a uma aceitação dos conflitos e a relações sociais difíceis são discursos transgressivos.

Essas propriedades da AE as opõem radicalmente às argumentações internas (AI) das palavras, que constituem, por assim dizer, uma paráfrase dessas palavras, e se aproximam, por isso, de determinadas definições de dicionário. Por um lado, a palavra descrita não deve estar presente nos aspectos que especificam sua AI. Assim, a palavra *prudente* não faz parte do aspecto PERIGO DC SE ABSTER que pertence à sua AI. O mesmo vale para NEG ESTAR DE ACORDO PT DEIXAR FAZER, que colocamos na AI de *tolerante*. Por outro lado, não encontramos nunca, na AI de uma palavra, dois aspectos correspondentes, em que um dos quais seria em DC e o outro em PT. Assim, os conversos dos aspectos que declaramos internos a *prudente* e a *tolerante*, a saber, PERIGO PT NEG SE ABSTER e NEG ESTAR DE ACORDO DC NEG DEIXAR FAZER, pertencem à AI de palavras completamente diferentes e que até constituem a sua negação: falo de *imprudente* e de *intolerante*. Da mesma forma, para nós, o transposto do aspecto PERIGO DC SE ABSTER, interno a *prudente*, isto é, NEG PERIGO PT SE ABSTER, faz parte da AI de uma palavra muitas vezes oposta a *prudente*, a saber, *medroso* (essa relação de transposição entre as AI de *prudente* e *medroso* explica, aliás, que há, entre essas palavras, uma relação semântica de superenriquecimento *ele é prudente, eu direi até mesmo medroso*). Isso não impede que a AI de um termo possa conter diferentes aspectos de um mesmo bloco. Assim, descreveremos as palavras que contêm a ideia de separação por aspectos recíprocos: *exame* tem ambos os aspectos BOM DC SER APROVADO e NEG BOM DC NEG SER APROVADO; *peneira* tem ambos os aspectos GROSSO DC NEG PASSAR e NEG GROSSO DC PASSAR.

Não quero multiplicar os exemplos de AI. De qualquer forma, eles não seriam suficientes para autorizar nossa esperança de associar AI em DC ou em PT a todas as palavras do léxico. Assinalarei apenas que estamos tentando ir além do tipo de palavras que designam qualidades morais e que é certamente o mais fácil de tratar (*corajoso* tem por AI DOLOROSO PT FAZ; *indulgente* tem por AI JULGAR CULPADO PT NEG PUNIR). Nós tentamos também descrever entidades aparentemente mais objetivas, por exemplo, *ser pontual* ou *estar atrasado*: se chamarmos de *t* o momento em que uma coisa *X* deve chegar, a AI de *ser pontual* contém T CHEGOU DC X CHEGOU e a de *estar atrasado* contém o aspecto converso T CHEGOU PT NEG X CHEGOU. Nós tentamos até mesmo descrever as palavras ditas "concretas" por meio de argumentações, o que se faz habitualmente considerando o efeito ou a função dos objetos designados por essas palavras: *porta* terá, assim, em sua AI SEPARAÇÃO PT COMUNICAÇÃO (a porta é caracterizada pelo fato de que ela permite ultrapassar a separação).

Esboço de justificativa

O que fiz até aqui não foi senão impor dogmaticamente os princípios e os conceitos essenciais da TBS. O objeto do meu artigo é, de fato, torná-la conhecida e não de fazê-la ser admitida (supondo que se possa separar as duas atividades de torná-la conhecida e de fazê-la admitir, separação que não está certamente no espírito da TBS). Gostaria apenas de assinalar rapidamente duas direções que foram tomadas em nossas tentativas, orais ou escritas, de justificar; ambas são do tipo "abdutiva" e consistem em exhibir fenômenos dos quais se pode bastante facilmente dar conta no quadro da TBS.

Primeiro, gostaria de salientar que nossas descrições argumentativas de palavras são imediatamente apropriadas a determinados empregos dessas palavras, geralmente denominados como "figurados", o que permite integrar à semântica uma parte do que é geralmente justaposto como Retórica. Este é, assim, o caso para a AI que damos à *porta*, AI que descreve, por exemplo, o uso teológico da palavra para designar a função de intercessão atribuída à mãe de Cristo, dita, nas Litanies, "janua Caeli", "porta do céu". Compreende-se de maneira também imediata que, nos Pirineus, a palavra que designa o desfiladeiro, que estabelece a comunicação entre dois vales separados por uma cadeia de montanhas, seja da mesma origem que *porta*: *puerto*, em espanhol, e *port*, em francês⁶.

Um segundo tipo de justificativa é que a TBS pode caracterizar o efeito semântico de determinadas transformações sintáticas, descrevendo-o como uma modificação dos aspectos associados às palavras sobre as quais a transformação age. Eu o mostrarei rapidamente a respeito da negação. A negação transforma aspectos da AE à direita ou à esquerda em aspectos que lhes são "recíprocos", e os aspectos da AI, em seus "conversos". Assim, colocamos na AE à direita de *tolerante* os aspectos TOLERANTE DC RELAÇÕES FÁCEIS e TOLERANTE PT NEG RELAÇÕES FÁCEIS. Ao adjetivo negativo *intolerante* serão, portanto, associados, no que diz respeito à AE-d, INTOLERANTE DC NEG RELAÇÕES FÁCEIS e INTOLERANTE PT RELAÇÕES FÁCEIS (cf. *Ele é intolerante, portanto ninguém pode suportá-lo e ele é intolerante, no entanto é de fácil convivência*). É ainda, como eu disse, uma transformação de aspectos, a "conversão", que representa o efeito da negação sobre a AI (em uma linguística do tipo lógica, o efeito da negação sobre o sentido é descrito como uma inversão das condições de verdade, que seria certamente suicida para a TBS). Na semântica interna de *tolerante*, nós havíamos colocado NEG ESTAR DE ACORDO PT DEIXAR FAZER. Aquela de *intolerante* contém, portanto, NEG ESTAR DE ACORDO DC NEG DEIXAR FAZER. Assim, é prevista por *intolerante* a paráfrase bastante intuitiva *quando ele não aprova alguém, ele o impede de agir*. Essa descrição tem especialmente uma consequência interessante se se aceita uma descrição polifônica do enunciado negativo, segundo a qual este põe em cena dois

⁶ Nota dos tradutores: em português, *porto*.

enunciadores aos quais são associados conteúdos opostos. Graças à descrição argumentativa dos conteúdos, o conteúdo negativo, isto é, aquele que o locutor assume, é descrito de forma homogênea à descrição do conteúdo positivo recusado. Eu havia, ao contrário, no passado, nas minhas descrições polifônicas e não argumentativas da negação, posto, no interior do próprio conteúdo negativo, uma oposição ao enunciador do conteúdo positivo, o que colocava a noção metalinguística de oposição no interior dos conteúdos. Parece-me que a teoria polifônica da negação é mais clara se a recusa é sempre colocada, não no nível dos conteúdos, mas no nível das atitudes do locutor.

Tudo isso, é claro, não impede que permaneçam numerosos problemas para descrever a negação nos termos da TBS. O mais complicado, que apenas assinalo, é que cada palavra contém vários aspectos em sua AI e vários pares de aspectos em cada uma de suas AE, à direita e à esquerda. Nesta apresentação, escolhi, para as palavras que mencionei, apenas um aspecto interno e um único par de aspectos em cada uma das AE. Se se leva em conta a pluralidade dos aspectos, deve-se levantar a questão "todos os aspectos associados a uma palavra obedecem às duas leis que eu formulei (reciprocidade e conversão)?" Em particular, pode-se distinguir, entre os aspectos ligados a uma palavra, alguns que se encontram no "posto" dos enunciados que contêm essa palavra e outros que participam do "pressuposto". Eles estão no interior dos enunciados, tratados de forma diferente pela negação, já que, por exemplo, os pressupostos são conservados na negação. É necessário, portanto, distinguir, no nível da palavra, aspectos postos e pressupostos, e determinar, de uma forma diferente para cada grupo, o efeito da negação?

Por fim, destaco um problema independente da negação e relacionado ao fato de que os enunciados, como já indiquei, não só exprimem os aspectos das palavras que os constituem, mas evocam determinados "encadeamentos", cuja natureza depende da estrutura do enunciado. Quais são, então, as relações entre os aspectos relacionados ao léxico e os encadeamentos relacionados à sintaxe? O caso mais simples é aquele em que os encadeamentos evocados pelo enunciado decorrem dos aspectos lexicais que ele expressa. Mas os trabalhos recentes de Marion Carel e de Alfredo Lescano (ver, por exemplo, Carel, 2011 e Lescano, 2015) mostram que nem sempre é o caso (quando o encadeamento não é decorrente de nenhum aspecto, Marion Carel fala de "decalagem"). São todos problemas que, juntamente com muitos outros, estão atualmente ocupando os proponentes da TBS. É de se admirar que uma série de problemas não resolvidos, linguísticos e filosóficos, sejam levantados por uma teoria que decididamente rompeu com a descrição tradicional dos enunciados por meio de suas condições de verdade? É certo, aliás, que essa própria descrição tradicional levanta muitas questões, talvez até mesmo aporias, na medida em que deve levar em conta todas as dificuldades associadas à noção de referência.

Presentation of the Semantic Blocks Theory

Abstract

This text presents the most important notions of the Semantic Blocks Theory (SBT). The SBT is a radical version of the Argumentation in Language Theory, and as such, it posits that the semantic atoms have the structure of an argumentative connection, which can be of two types, one of them is made explicit by fr. donc (therefore), the other one by fr. pourtant (however). Given that SBT follows the lines of the structuralist paradigm, it evacuates reference and truth-conditions: lexical meanings as well as the sense of utterances are made of intertwinings of words.

Keywords: Meanings. Sense. Semantic Blocks Theory

Referências

ANSCOMBRE J.-C., DUCROT O. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles : Mardaga, 1983.

CAREL M. (1992). *Vers une formalisation de la théorie de l'argumentation dans la langue*. Thèse de doctorat, EHESS, Paris.

CAREL M. *L'entrelacement argumentatif*. Lexique, discours et blocs sémantiques. Paris : Honoré Champion, 2011.

LESCANO A. Common Ground or Conceptual Reframing? A Study of the Common Elements in Conflicting Positions in French Interactions. In : F. D'ERRICO, I. POGGI, A. VINCIARELLI, L. VINCZE (eds), *Conflict and Multimodal Communication*. New York : Springer, 137-158, 2015.

SAUSSURE F. de. *Cours de linguistique générale*, C. Bally et A. Séchehaye (éds), édition critique par Tullio de Mauro. Paris : Payot, [1916] 1967.

SAUSSURE F. de. *Écrits de linguistique générale*, R. Engler et S. Bouquet (éds). Paris : Gallimard, 2002.

Polifonia e acriticidade nos contos de fadas da coleção “Conta pra Mim”: um gesto político frustrado

*Julio Cesar Machado*⁸⁶

*Karla Francine Freitas*⁸⁷

Resumo

Este artigo objetiva analisar o Programa Conta pra Mim e seu guia de Literacia Familiar, por uma metodologia qualitativa, à luz de conceitos da Semântica Argumentativa, sobretudo polifonia (divididos em sujeito falante e locutor) e suas funções textuais (divididas em por em primeiro plano, por em segundo plano e excluir), ambos propostos por Ducrot e Carel. Nossa problematização debruça-se sobre o conceito não-científico de “literacia familiar” (oriundo de literacy) proposto nesse Programa, cujo intento foi o efeito de tentar suplantando ou silenciar estudos de respeito, como por exemplo, o apagamento do conceito de letramento (também oriundo de literacy). Nossas análises evidenciaram que o método da literacia familiar constitui-se, sobretudo, de explorar a leitura moralizante, iniciativa já abandonada há muito tempo pela comunidade de especialistas da área infanto-juvenil, literária e linguística. Nossos resultados revelam que o discurso que constitui o Programa Conta pra mim é um gesto político-linguístico autoritário e frustrado, qual seja, o de empobrecer a leitura dos contos de fadas ao tentar impor um conceito estranho, o de literacia familiar, longe do rigor de área, sem adesão da comunidade científica e alheio à tradição de investigação dos contos de fadas e da literatura infanto-juvenil. Sob a aparência cativante da “utópica célula familiar literária eficiente e afetiva”, o conceito de literacia familiar solapa saberes e métodos da área da Literatura, Linguística e Educação, dentre outros, anulando inclusive a função social escolar, e protagoniza uma espécie de método fônico vinculado à afetividade parental, cujo efeito de sentido mais notório é a promoção, via máquina pública, do empobrecimento do conceito de ler e do conceito de ler contos de fadas. Nossos resultados apontam para a perspectiva dos contos de fadas enquanto instrumentos de conscientização, como temos defendido (MACHADO, 2024), aquele que põe foco em aberturas de outros/mais sentidos produzidos por historicidades brasileiras e/ou universais.

Palavras-chave: Contos de fadas. Polifonia. Semântica. Conta pra mim. Literatura infantil

Data de submissão: dez. 2024 – Data de aceite: fev. 2025

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v21i1.16581>

⁸⁶ Doutor em Estudos da Linguagem - Linguística - pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, com estágio de Doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, França (bolsa internacional PDSE). Professor efetivo da Universidade do Estado de Minas Gerais, no curso de Letras - Campus de Passos - UEMG. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0364-3370> E-mail: julio.semantica@gmail.com

⁸⁷ Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes/MG), com previsão de conclusão em 2025. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7673-2724> E-mail: karlafrancinecf@yahoo.com.br

Introdução

Pela perspectiva que temos desenvolvido (Machado, 2024), e de outros cientistas feéricos como Ziper, Coelho, Volobuef e Stein, os contos de fadas devem ser considerados, sobretudo, enquanto um fenômeno discursivo crítico, isto é, constitutivamente sócio-político. Como temos dito (Machado, 2024, p. 1):

Dentre muitas definições possíveis, os contos de fadas são a expressão social e política de certos grupos, próprios de certa historicidade, que protagonizam suas lutas e resistência determinadas pelas condições dispostas de certa época.

De modo que ler contos de fadas é um conceito que precisa ser aprofundado e difundido, sobretudo no âmbito escolar, espaço privilegiado desse gênero, e o qual chamamos a atenção para este artigo.

Pela perspectiva aqui defendida, os contos de fadas podem ser considerados enquanto método de ensino e aprendizagem que trazem consigo mais do que simples histórias ou entretenimento. Seus elementos lúdicos dão significados para os devaneios de crianças e outros leitores, estimulam associações histórico-sociais e promovem ressignificações psicanalíticas dos dilemas pessoais. Do ponto de vista do ensino/aprendizagem, os contos feéricos contribuem para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças, trabalhando tanto seus dilemas, como propôs Bettelheim (2002), quanto uma conscientização mais fértil sobre questões sociais e políticas, como propõe Ziper, Freire, Stein, e como temos proposto.

Segundo Coelho (1998, p. 10) narrativas de contos de fadas moldam e refletem a cultura e a identidade de indivíduos, nas suas sociedades. E, no campo da educação, elas se configuram como ferramentas importantes para a construção do conhecimento.

O que nos interessa, além de outras pertinências, próprias da exploração pedagógica ou não dos contos de fadas, é a percepção e utilização dos contos de fadas nunca estanques do contexto político, do qual emergiram e ao qual se relacionam na atualidade. Como temos dito (Machado, 2024, p. 1):

Ler contos de fadas é reconhecer arquétipos com significações sociais e políticas, que se atualizam pelo contar, sempre à guisa de interesses de certos grupos, em enunciações criativas de vários espaços, sobretudo no cinema, na publicidade, nas mídias e no mercado infanto-juvenil, que disfarçadas de entretenimento, perpetuam um sujeito acrítico.

Não é difícil de perceber a carência desse olhar acima proposto em muitas das práticas escolares, que se valem dos contos feéricos, em sua maioria das vezes, respeitando-se interessantes exceções e aplicações críticas, apenas para desenhar, pintar

ou teatralizar sem os problematizar⁸⁸.

São essas atividades superficiais – entenda-se superficiais os gestos pedagógicos que não problematizam os contos, mas os usam apenas para distração estético-motora, como pintar e teatralizar, sem por eles se conscientizar – que criticamos nesta pesquisa. A esse gesto acrítico e superficial, no sentido da exclusão de conhecimentos discursivos, argumentativos, textuais e de letramentos, dentre outros, aderiu a coleção ora em análise aqui: a iniciativa do Programa do Governo Federal “Conta pra Mim”, instituído pelo Ministério da Educação, em 2019.

Com o objetivo de “orientar, estimular e promover práticas de Literacia familiar” (Brasil, 2020a), o programa oferece versões dos contos de fadas clássicos higienizadas de toda realidade social que fundamenta os contos clássicos.

Assim, é objetivo geral desta pesquisa refletir parte do conto de fadas João e Maria, presente na coleção governamental “Conta pra mim”, por um olhar sócio-político, que pretere abordagens moralistas, superficiais e vazias de criticidade. Refletiremos também o Programa e sua Coleção, de forma geral, ao explorar uma perspectiva social e política para ler contos de fadas, que os problematizem e os tornem instrumentos de conscientização, que significa usá-los enquanto ferramentas pedagógicas para desenvolvimento da criticidade. Perspectiva essa que se esquivava a coleção “Conta pra mim”, como veremos.

A gravidade de uma obra, aqui a Coleção “Conta pra mim”, em se esquivar dos conteúdos político e social que praticamente fundam os contos de fadas, dá-se justamente pelo seu papel político: trata-se de uma obra ofertada pelo Ministério da Educação, o que significa um papel de orientação/formação para professores e pais, que, por sua vez, significa que se ensina a acriticidade por voz de oficialidade.

Nossa opção metodológica, para esta pesquisa, será a de análise textual do material intitulado “Programa Conta pra mim” e “Guia de Literacia Familiar”, ambos do MEC (BRASIL, 2020a). Neste corpus nossos procedimentos consistirão em recortes amparados em nossas problematizações, seguidos de reflexões construídas por pesquisas documentais imbricadas com bibliografia que discorre sobre Linguística, Semântica Argumentativa e Literatura, sobretudo os autores Oswald Ducrot, Marion Carel, Bruno Bethelheim, Nelly Coelho e nossas obras (Machado, 2024).

⁸⁸ É importante pontuar que práticas como a teatralização, pintura e atividades estético-motoras, dentre outras, são importantes, relevantes e bem fundamentadas no contexto da educação infantil, obviamente. Nossa crítica aqui não recai sobre tais atividades, em si, mas sobre suas aplicações de forma acríticas, isto é, o problema reside no uso de tais atividades isento de reflexão (social, política, humana, filosófica etc). Assim, nossa crítica impacta principalmente o uso das atividades lúdico-clássicas enquanto orientadas apenas para a moralização (o que (não) fazer/ser), à luz dos contos de fadas. O que empobrece os contos de fadas, ou, dito mais tecnicamente, o ensino de moralizações por contos de fadas sequer toca a vasta riqueza discursiva, social e política dos contos de fadas.

1 O programa “Conta pra mim”

O Programa “Conta pra mim”⁸⁹, do Ministério da Educação, caracteriza-se, segundo o site, como uma iniciativa voltada para a promoção da alfabetização e o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita em crianças desde a infância (BRASIL, 2020a). Segundo a Portaria que funda o Programa, são seus objetivos:

Art. 6º São objetivos do Programa Conta pra Mim:

- I - sensibilizar toda a sociedade quanto à importância de se cultivar a leitura em família;
- II - oferecer orientações acerca das melhores práticas de literacia familiar;
- III - incentivar o hábito de leitura na população;
- IV - encorajar pais a se engajarem na vida escolar dos filhos;
- V - impactar positivamente a aprendizagem de literacia e de numeracia no decorrer de toda a trajetória educacional, em suas diferentes fases e etapas;
- VI - fomentar a promoção e a divulgação das práticas de literacia familiar em escolas e sistemas de ensino; e
- VII - incentivar o aprimoramento e a divulgação de conhecimentos científicos sobre o tema da Literacia Familiar (Brasil, 2020b)⁹⁰.

O que destacamos, de início, é que conceitos consagrados para o tratamento de uso, abordagem, pesquisas e práticas de ensino e aprendizagem para tratar os fenômeno da leitura, como *letramento*, *discurso*, *argumentação* e *texto*, por exemplo, são totalmente deixados de lado em toda a envergadura desse Programa, e substituídos pelo conceito solar de *literacia familiar*. Deste modo, o programa deixa de lado toda uma história de pesquisas sobre os conceitos de letramento, discurso, argumentação e texto, dentre outros, para substituí-lo (é este o efeito que o site do programa dá) pelo conceito de literacia familiar. Segundo a mesma Portaria (Brasil, 2020b)⁹¹ que institui o Programa, esse conceito adotado pelo governo apresenta a seguinte definição:

Art. 3º Para fins desta Portaria, considera-se:

- I - literacia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita e sua prática produtiva;
- II - numeracia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a matemática;
- III - literacia familiar - conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, a leitura e a escrita, as quais a criança vivencia com seus pais ou cuidadores; e
- IV - literacia emergente - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita, desenvolvidos antes da alfabetização.

Embora nas dimensões gerais acima dispostas o Programa apresente positivities

⁸⁹ A apresentação do Programa consta dessa forma, no site: “Lançado em dezembro de 2019, o programa Conta pra Mim, da Secretaria de Alfabetização, é disciplinado pela Portaria MEC nº 421, de 2020. O público-alvo são todas as famílias brasileiras, tendo prioridade aquelas em condição de vulnerabilidade socioeconômica” (BRASIL, 2020a). Disponível em <<https://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim>>. Acesso 6 set 2024.

⁹⁰ Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-421-de-23-de-abril-de-2020-253758595>>. Acesso em 6 set 2024.

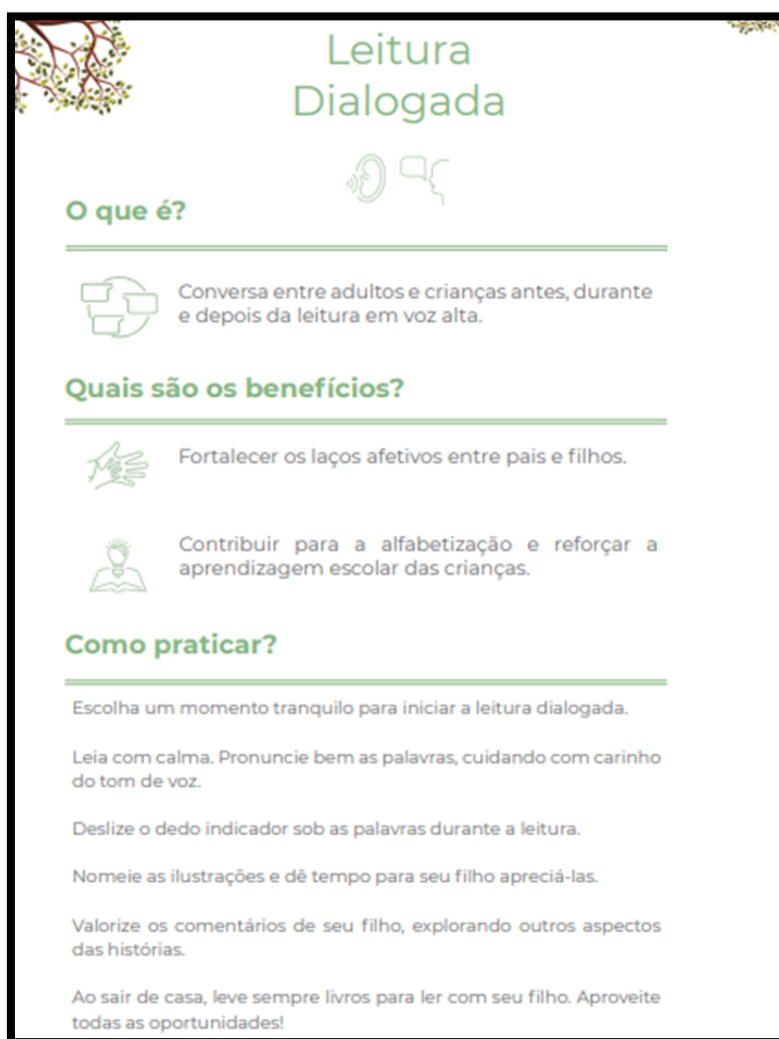
⁹¹ Idem.

de promoção da leitura e escrita em práticas produtivas, o programa apresenta negatividades graves sobre delimitar de forma muito estanque, os fenômenos da leitura e escrita no meio familiar. Mesmo que gênero do site seja construído para pais e espaço familiar – portanto, por termos menos técnicos –, o Programa é fraco e superficial quando ao trabalho da leitura e escrita porque é desprovido de métodos, critérios, sistematizações ou particularizações didáticas sobre processos para construir o ler e o escrever.

Linguísticas e especialistas da Educação perceberão que alguns conceitos produtivos como *letramento*, *discurso*, *argumentação* e *texto*, históricos e clássicos para o tratamento do ler e do escrever, da alfabetização e pré-alfabetização, portanto, são nesse programa silenciados/apagados pelo conceito de “literacia familiar” porque, embora marque explicitamente que visa promover a leitura e escrita, deixa de lado dimensões fundamentais da leitura e da escrita, como dimensões que relaciona a linguagem com a sociedade (letramento), a linguagem com a história (discurso) a história com a orientação de sentido (argumentação) e a linguagem com uma dispersão ampla e sem delimitação precisa (texto), dentre outras. Ou como prefere Farias e Tolentino (2021, p. 86), destaca-se a ausência de pesquisas e pesquisadores brasileiros na fundamentação teórica da Literacia Familiar, pensada à luz de experiências estrangeiras e “pouco atinentes às condições sociais, econômicas, políticas e culturais do país”.

A diminuição da riqueza do gesto de leitura é manifesta, por exemplo, na univocidade ou privilégio do caráter afetivo, como visto abaixo:

Figura 1 – leitura dialogada



Fonte: Programa Conta Pra Mim (Brasil, 2020a, p. 15).⁹²

É mérito do Programa esforçar-se e orientar por estabelecer um “clima” propício para o ato de ler. Valorizando a autonomia da criança (sujeito previsto no documento) ao respeitar suas nomeações diante de figuras, ou impressões diante das estórias.

Mas é demasiadamente vago e lacunar para um Programa ou Portaria Nacional que, como o próprio nome diz, “Conta pra mim”, o caminho que o programa põe foco é monológico na direção oral paternal, desconsiderando elementos de letramento, discursivos, de argumentação e texto, no ato de contar/ler os contos de fadas. E desconsiderando, como já dito por outros pesquisadores da área, condições sociais, econômicas, políticas e culturais do país. Isto é, o Programa pressupõe que todas as famílias brasileiras possuem tempo, local, saúde e domínio escolar e de linguagem para cooperar com a alfabetização na primeira infância, o que não é a realidade brasileira, de

⁹² Imagem: Conto João e Maria – Coleção Conta pra mim (BRASIL, 2020a, p. 15). Disponível em <https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/conta-pra-mim/livros/versao_digital/joao_e_maria_versao_digital.pdf>. Acesso em 12 set 2024.

pais com dupla ou tripla jornada de trabalho, altos índices de desescolarização ou evasão de pais, e trabalho infantil, dentre outros. Como afirma Farias e Tolentino (2021, p. 84):

o Conta pra Mim parece desconsiderar as marcas socioeconômicas concretas de seu público-alvo. O material pressupõe a existência de condições objetivas para a realização do que propõe, desde espaços adequados para a leitura com as crianças em suas casas até a disponibilidade de tempo que tal tarefa exige, passando pelos conhecimentos prévios necessários para que mães e pais produzam intencionalmente situações que estimulem a percepção e a repetição de aspectos formais da língua pelas crianças.

Trata-se, portanto, de um Programa que professa o método fônico, em todas as suas insuficiências, sobretudo históricas e semânticas (porque a linguagem, para promover leitura e produzir textos proficientes, reclama práticas sociais em letramento, a história, a argumentação, e uma compreensão discursiva da língua, competências que precisam extrapolar o método fônico). Assim como advertem a insuficiência do método fônico, Silva, Souza e Signorelli (2021, p. 704):

o método fônico, amparado por uma abordagem cognitivista, apresenta-se como a “solução” para as mazelas da história da alfabetização, a partir de uma perspectiva míope que desconsidera a multiplicidade de aspectos e de contextos de ordem econômica e cultural que estão imbricados.

É nesse ambiente míope de historicidade, cultura e sociedade real brasileira, que integram as práticas da alfabetização, que se soergue o Programa Conta pra mim que, portanto, debruça-se na oralização dos contos – método fônico travestido de afetividade familiar suficiente para aprender a ler –, via conselhos afetivos sobretudo na configuração familiar: entre locutor (pais) e ouvinte (filhos).

Tais propostas formativas do MEC, acima, monopolizam o gesto efetivo-oral do contar no trabalho com os contos de fadas, deixando em segundo plano um tratamento mais profundo ou mais sistematizado do fenômeno do ler/escrever, promovidos pelos conceitos – nunca trabalhados no Programa – de *letramento*, de *discurso*, de *argumentação* e de *texto* – conceitos esses, dentre outros, consagrados na promoção nacional de política de educação, como LDB, BNCC e outros.

De forma um pouco mais descritiva, por esta plataforma são disponibilizados vários materiais para promoção da (pré) alfabetização familiar (literacia), incluindo: mini biblioteca com diversos livros, vídeos explicativos sobre a prática de alfabetização familiar, playlist com histórias narradas, guia de literacia familiar, partituras de cantigas etc. Todos eles privilegiando a estratégia oral-afetiva do contar entre pais e filhos, e excluindo, por não recuperar ou fazer uso, dos conceitos pacificados na literatura político-educacional de letramento, de discurso, de argumentação e de texto. Mesmo que o site do Programa, vez ou outra, toque em palavras como “texto”, por exemplo, não significa que estabeleça uso

técnico do conceito texto, o que acarretaria outros caminhos metodológicos, nunca explorados pelo Programa ou seu site.

2 Análise pelo conceito de polifonia

Para nossas análises valer-nos-emos sobretudo da Semântica Argumentativa desenvolvida por Carel (2011; 2021) e Ducrot (2021), e colaboradores. E no interior dessa teoria, interessa-nos sobretudo o conceito de *polifonia*. Que passamos a elucidar.

Carel e Ducrot valem-se de um conceito anterior bakhtiniano, não aprofundado pelo autor, para dar-lhe tratamento linguístico e discursivo, que recuperamos no contexto escolar. Trata-se de um conceito de respeito na área de Linguística e Linguagens, com aderência na Filosofia e Psicanálise, mas ainda pouco explorado no âmbito da Educação. As obras de base para construção deste conceito são, sobretudo, *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação* (Ducrot, 1987), a obra inaugural do conceito, e as que se seguiram: *L'entrelacement Argumentatif* (Carel, 2011); *Argumentation et Polyphonie* (CAREL, 2012); *Mise au point sur la polyphonie* (Carel; Ducrot, 2009), *Polifonia e Argumentação* (CAREL, 2010) e *A Enunciação Linguística* (Carel, 2021), principalmente.

A tese de partida do conceito de polifonia é “contestar, e se possível, substituir, um postulado [...] o da unicidade do sujeito falante” (Ducrot, 1987, p. 161). Para Ducrot, dizer não é uma prática de uma única origem: dizemos vozes que ouvimos, dizemos vozes que aderimos e dizemos vozes que acreditamos. A prática do dizer, portanto, carrega um emaranhado de vozes. Por esse conceito um professor, por exemplo, leva para uma atividade de contos de fadas, não o autor da atividade, mas por seu modo de trabalhar a atividade, leva a voz de vários teóricos, vários outros professores, inclusive talvez seu padre, seu pastor, seus pais, e seus autores ali emergem, naquela atividade. Uma multidão de vozes disfarçada sobre a unicidade da voz da professora. Como bem pontua Ducrot (1987, p. 161): a todo tempo, e em toda prática de linguagem (e aqui prática de ensino/aprendizagem) deve-se “colocar em dúvida o postulado segundo o qual um enunciado isolado faz ouvir uma única voz”.

Tomemos, por exemplo, na Coleção “Conta pra mim”, o conto de João e Maria. O leitor ingênuo pensa que está lendo, ali, naquele conto sumarizado na coleção, apenas as duas vozes dos irmãos Grimm: de Jacob Grimm e Wilhelm Grimm. Enquanto, na verdade, pelo conceito de polifonia, o leitor atento perceberá, ali, muitas vozes: a voz de uma parcial de sujeitos que preferem higienizar os contos de toda dor, a voz de agentes políticos da época, a voz do MEC, a voz de uma equipe de edição, e inclusive a voz que enuncia certas imagens colonizadoras, como um urso, não existente no Brasil, que no jogo enunciativo, acaba por silenciar vozes – e culturas – brasileiras, como outro animal que poderia ser

usado, próprios do Brasil.

Ler (e ler contos de fadas), portanto, é um conceito polifônico. Ou seja: ler é reconhecer pontos de vistas, vozes, no plural, mas enunciadas, por vezes, por um único locutor. Como temos dito (Machado, 2024), o dizer e o ler, conceitos correlatos, mobilizam não só uma voz, acústica, mas certa diversidade discursiva de multiplicidade de vozes (pontos de vista), e práticas envolvidas na construção do conhecimento. É o que pretendemos ao analisar a polifonia nos discursos da “Coleção Conta pra mim”, que no dizer do próprio site governamental, trata-se de uma práticas de “literacia familiar” oferecida pelo programa “Conta pra Mim” – aliás, nome esse, literacia, que já é um ponto de vista, uma voz, a saber: aquela que evita e tenta silenciar uma voz de maior recepção na comunidade científica: o letramento.

2.1 Os modos enunciativos: sujeito falante e locutor

Para a terminologia da teoria aqui adotada, atualmente, a polifonia opera através de alguns subconceitos, dentre eles: *sujeito falante* e *locutor*. Como explica Carel (2021, p. 354): “Denominamos ‘sujeito falante’ ao responsável pela escolha das palavras ou de sua materialização, e ‘locutor’ aquele que o enunciado atribui como responsável”. Por exemplo, numa peça teatral, os roteiristas são os sujeitos falantes, e os atores são os locutores. Claro que, em casos de improvisos ou variações, o ator passa a ser também sujeito falante junto ao roteirista. À luz desses dois conceitos, vamos refletir a polifonia, isto é, as diferentes vozes, ou diferentes pontos de vista, na imagem abaixo, retirada da Coleção “Conta pra mim”, nosso corpus:

Figura 2 - João e Maria – Coleção Conta pra mim



Fonte: Programa Conta Pra Mim (BRASIL, 2020a, p. 3).⁹³

Aqui, o sujeito falante é o MEC, aquele que “faz falar quem fala”, e os locutores são as três personagens: João, Maria e sua mãe. Fato é que, trazendo a memória do original dos Grimm, temos dois pontos de vista em choque: João e Maria (que chamaremos de locutores do MEC) são *a voz do prazer*. Isto é, eles vão para a floresta porque “gostavam de passear pela floresta e colher flores”. *O MEC está fazendo-os dizer que esse conto é um conto de alegria.*

De outra ponta, os conhecedores do original sabem que João e Maria (que chamaremos de locutores dos Grimm) são *as vozes da dor*, ou seja: eles não vão à floresta porque querem se divertir, eles são mandados à floresta porque estão em meio a uma crise de miséria de fome. Fome essa que, no ápice da dor ou quase-morte dos filhos, culminava no gesto de loucura ou ato extremo de abandonar os filhos na floresta, na expectativa de alguém os encontrar para alimentá-los, ou simplesmente para não os ver morrer de fome na frente dos pais. *Os Grimm estão fazendo-os dizer que esse conto é um conto de dor.*

Apenas esse contraste nos permite desconfiar do que se diz (tarefa do leitor proficiente): por que o sujeito falante MEC está afirmando a alegria ao silenciar a dor dos

⁹³ Imagem: Conto João e Maria – Coleção Conta pra mim (BRASIL, 2020a, p. 3). Disponível em <https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/conta-pra-mim/livros/versao_digital/joao_e_maria_versao_digital.pdf>. Acesso em 12 set 2024.

originais? O que acarreta uma manobra um tanto que nefasta: esse clássico tornou-se imortal pelo ensino que carrega, ditos pelos sujeitos falantes Grimm sobre enfrentamento da dor, da miséria, do abandono. Ora, quando o sujeito falante MEC silencia os Grimm ao higienizar o conto original, e ofertar uma adaptação deformada e deformadora da humanidade (porque ausente e insossa naquilo que fundam as sociedades: as crises, como crise da miséria e do abandono, que produzem as lutas e a história da humanidade, nas suas culturas e épocas), qual o real projeto de Educação governamental que se pretende? Ora, se a dimensão pragmática, a da experiência, produz cognisciência, a dor, a fome e o abandono dos clássicos formam e permitem formar proficiência em leitura (nos dizeres documentais), consciência e leitura de mundo (nos dizeres freireanos) e maturidade de linguagem (nos dizeres sócio-interativos), dentre outros. Privar estudantes e brasileiras(os) dessa pertinência – a experiência frutuosa da dor ficcionada em superações – é estratégia nefasta de negar maturidade.

É relevante, ainda, considerar a locutora mãe. Quando o sujeito-falante MEC traz uma religiosidade específica enquanto elemento a ser ensinado, valendo-se da locutora mãe quando diz “vão com Deus”, esse sujeito falante produz um efeito de sentido de vincular uma concepção religiosa a uma concepção política. Ao inserir enunciados religiosos ou não detalhá-los/explicá-los, o MEC assume uma orientação ideológica religiosa e a propõe recomendável/ensinável, porque não pontuou ressalvas ou detalhes por sobre esse enunciado, e sobretudo porque tal Programa, que contém tal conto, ter sido publicado pelo sujeito-falante que o publicou, uma agência governamental que a priori precisa mostrar-se laica. A representação da religiosidade nessa versão governamental, pelo enunciado “vão com Deus”, reforça uma postura ideológica, agora assumida pelo Programa⁹⁴.

Tais são os dois conceitos, de sujeito falante e locutor, que permitem vislumbrar o fenômeno da polifonia, e ampliar/aprofundar/sistematizar de forma crítica, a leitura dos contos de fadas em escolas, se lá ensinados forem. Como temos dito (Machado, 2024, p. 57): “*Ler polifonicamente* significa saber e poder desvelar que locutores (os falados) revelam sujeitos falantes (os que falam por trás, ou fazem falar os falados)”.

⁹⁴ A fé em Deus é cultura-berço da qual surgiu muitos dos contos de fadas. Contos como O barba Azul, A Bela e a Fera, Rapunzel, A pequena Vendedora de Fósforo, A pequena sereia, A princesa e a ervilha e o próprio João e Maria, mencionam a fé em Deus, louvor a Deus, agradecimentos a Deus, proteção e dádivas divinas, dentre outros contos. O que não perfaz problema de nenhuma ordem na riqueza feérica, constituída de saberes universais e ecumênicos, na sua essência. Nesse contexto de fé, grupos sociais participam e até organizam suas sociedades, ilustrando sentidos e reflexões políticas, sociais, psicanalíticas e filosóficas, dentre outras. Nosso ponto, ou seja, o que chama a atenção, aqui nesse Programa, não é o elemento de fé, próprio de muitos contos, mas a apropriação desse elemento de fé por um sujeito-falante que, de antemão, deveria dizê-lo com ressalvas, ou com explicações, dada a postura governamental da laicidade que constitui o MEC.

2.2 As funções textuais: *por* em primeiro plano, *por* em segundo plano e *excluir*

Como explica Carel (2021, p. 357), o fenômeno da polifonia é atualmente refletido através de três funções textuais:

a teoria argumentativa da polifonia (TAP) distingue três funções textuais: *pôr* em primeiro plano, *pôr* em segundo plano e *exclusão*. Situar-se em primeiro plano e situar-se em segundo plano são dois *status* positivos: o locutor aceita os conteúdos postos [...] Ser excluído é um *status* negativo: o locutor não aceita os conteúdos excluídos (Carel, 2021, p. 357).

À luz dos conceitos careleanos, observa-se que, no conto de João e Maria, da imagem acima, o sujeito falante – o governo federal da época – *exclui* os sentidos da dor, da fome e da miséria, ao *por* em primeiro plano o conteúdo da alegria e do entretenimento. E mais: o sujeito governamental *põe* em primeiro plano “a maternidade perfeita”, isto é, o governo transtorna o conto original ao *por* em primeiro plano que é “a mãe quem dá as pedrinhas para os meninos não se perderem”.

Ao escolher transtornar o conto original dos Grimm, o governo *exclui* a dura história da família vulnerável, isto é, exclui a estória dos Grimm, da “maternidade imperfeita”, onde na verdade é a madrasta quem decide abandonar os meninos na floresta, não por maldade, mas por ser dilacerada pela fome – sentimento conhecido de grande parte dos brasileiros. E nesse contexto de miséria, exclui também uma parte fundamental da estória dos Grimm: “é o menino João quem tem a ideia criativa de acumular pedrinhas para não se perder no caminho e poder voltar”.

O que temos então, são dois contos de fadas bem distintos: a voz dos Grimm, que *põem* em primeiro plano (i) “a dor formadora”, mesmo com (ii) “a maternidade imperfeita”, que antecipa a maturidade adulta em gestos de esquivar-se do risco de vida, como (iii) “usar pedras para marcar o caminho e poder voltar”; e temos de outro lado, bem distintamente, a voz do Governo Federal (Coleção Conta pra Mim), que *exclui* todos esses conteúdos de Grimm, (i), (ii) e (iii), ao propor uma coleção vazia de percalços formadores, ao *por* em primeiro plano (i’) um cotidiano de alegria e sorrisos, sem fome, (ii’) “a maternidade perfeita”, que cuida e vela pelos filhos, ao (iii’) dar aos filhos pedras para não se perderem na floresta.

A pergunta crítica que não se cala é: a coleção Conta pra mim *excluiu* a família vulnerável, a que passa fome e não tem família estabilizada, ao *por*/reescrever o conto João e Maria à luz das disposições da família de classe média e alta? Aquela da mãe que tem acesso a área rural familiar, e tempo para velar por suas crianças?

E outra pergunta surge de pronto: a qual das duas famílias o governo federal, voz que enuncia a Coleção conta pra mim, é mais afeito e defensivo?

Essas duas questões trazem à tona o próximo conceito, o conceito de *por* em

segundo plano. Isto é: o que se *põe* de forma implícita, não dita, mas significada, ou seja, o que é *posto* em segundo plano, é que a Coleção Conta pra mim acorda que: “toda família é ou deve ser perfeita, no sentido de que toda mãe cuida ou deve cuidar de seus filhos”. Afinal, a mãe deu conselhos, deu pedrinhas, está zelando, cuidando etc.

2.3 A limitação dos contos de fadas pelo conceito de literacia familiar

Dando sequência às análises, consideremos a imagem abaixo, da coleção Conta pra mim, para aplicarmos os conceitos polifônicos de *por* em primeiro plano, *por* em segundo plano e *excluir*.

Figura 3 – Mascote “Tito”



Fonte: Programa Conta Pra Mim (Brasil, 2020a, p. 2)⁹⁵

Se o intuito do programa é explorar a interação dialogal vivenciado pela criança brasileira, qual o sentido de a mascote ser um urso? Se este animal não faz parte da fauna brasileira e nem tão pouco de nossa diversidade cultural, por que a escolha de um animal alheio à cultura brasileira? Pelo excerto acima, o sujeito falante (Governo Federal da época) *exclui* a diversidade cultural da fauna brasileira, e *põe* a cultura internacional. Ainda, o governo federal *põe* em segundo plano a naturalização da colonização, ao *por* em primeiro plano o urso próprio do habitat do hemisfério norte. Evidentemente, ao fazer uso do urso, tenta-se recuperar um interdiscurso infantil, de modo a “atrair” sujeitos crianças para a atividade de leitura, mas nesse procedimento ingênuo esquivar-se, ou tecnicamente *excluir-se* animais ou símbolos próprios da cultura brasileira que poderiam serem mascotes do

⁹⁵ Imagem: — Conto João e Maria — Coleção Conta pra mim (BRASIL, 2020a, p. 2). Disponível em: https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/conta-pra-mim/livros/versao_digital/joao_e_maria_versao_digital.pdf,

Projeto.

O recorte todo da página acima é rico em procedimentos polifônicos de *por* e *excluir*, mas vamos apenas refletir alguns deles: quando o sujeito falante, o governo da época, *põe* em primeiro plano a decisão unilateral “A coleção Conta pra Mim é dedicada à família – mães, pais, filhas, filhos, avós, avôs...”, está *excluindo* o conteúdo: “A coleção conta pra mim é para toda diversidade social brasileira: órfãos, professores, gestores, pesquisadores, e demais público interessado em contos de fadas”. Essa exclusão é ingênua a princípio, anuviada pela beleza de uma educação que começa em casa, mas é nefasta se sopesada por lentes mais atentas e científicas, porque escolhe apenas uma célula social para educar (o que está *posto* em segundo plano, implicitamente⁹⁶): sujeitos que possuem condições para executar a relação família, interação, pais, filhos e parentes.

Vejamos este conceito de *por* em segundo plano de forma mais pormenorizada. Tecnicamente, os conteúdos *postos* em segundo plano não são necessariamente explicitados nos enunciados, mas estão ali significados. Por exemplo, ao *excluir* e diversidade social brasileira quando *põe* em primeiro plano a exclusividade familiar e do lar “mães, pais, filhas, filhos, avós, avôs...”, o sujeito falante – governo federal da época – *põe* dois conteúdos equivocados em segundo plano:

- (a) “que todos tem família, na disposição tradicional do termo (pai, mãe, filhos, avós...) e que
- (b) “toda família tem condições para promover a alfabetização”.

Tanto (a) como (b) são pressupostos equivocados, são conteúdos postos em segundo plano, isto é, são acordados implicitamente, não estão explicitados no enunciado, mas deixam seu sentido bem perceptível no dizer. Todo o discurso da Coleção Conta pra mim pauta-se nos pressupostos (a) e (b), postos em segundo plano, implicitamente. Assim, ler, para o documento Conta pra Mim, do governo federal da época, é gesto limitado que (a) depende da disposição que deve existir, parentesco-afetiva, excluídos aí os sujeitos alheios, avessos ou à margem dessa disposição familiar, e (b) mesmo havendo tal disposição familiar, ler significa que toda família tem condição de promover alfabetização.

É no interior desses dois postos em segundo plano, (a) e (b), que podemos dizer que o conceito de literacia *exclui* o conceito de letramento, ao desconsiderar, nesses dois postos em segundo plano, (a) e (b), eco de pesquisas antropológicas, sociológicas e discursivas, tal como afirmam Silva, Souza e Signorelli (2021, p. 700):

considerando-se as opções feitas na PNA e no Programa “Conta pra Mim,

⁹⁶ Nota técnica: para Ducrot (1987) e Carel (2021), os conteúdos *postos explicitamente* (postos em primeiro plano), como o próprio nome diz, aparecem nos enunciados, são visíveis. Já os conteúdos *postos implicitamente* (postos em segundo plano) não necessariamente são visíveis, ou estão marcados, explicitados no enunciado, mas significam de forma implícita. O exemplo célebre é: “João parou de fumar”, cujo conteúdo explícito, *posto* (em primeiro plano) é “João não fuma mais” e cujo conteúdo implícito e pressuposto (posto em segundo plano) é “João fumava anteriormente”.

“como é o caso da escolha pelo conceito de Literacia, que indica uma posição política e autoritária com o intuito de anular as discussões antropológicas, sociológicas e discursivas.

2.4 Leitura moralizante versus leitura textual

Soma-se a essa perspectiva pobre e empobrecedora adotada pelo Programa Conta pra mim, via conceito estanque-delimitador de literacia familiar, a instrumentalização moralista da literatura – aqui, os contos de fadas –. Perspectiva já combatida há décadas, mas que o programa “ressuscita”, assume e defende, em descompasso a todos estudos sérios em Análise de contos de fadas. A esse respeito⁹⁷, é basicamente um consenso de área optar por um método do ler que visa explorar a pluralidade de possíveis sentidos, antes que um método que se esforce (em vão) para impor um único sentido de texto, chamado moral. Tal como assevera Colasanti (2004, p. 93), ao afirmar categoricamente que “literatura e ensinamento moral são incompatíveis”. Mesmo assim, a moralização protagoniza o método do Programa Conta pra mim, gesto pobre e empobrecedor prescrito no Guia da Literacia Familiar (Brasil, 2019, p. 20):

as histórias infantis tendem a transmitir uma mensagem positiva, apresentando o valor das virtudes, dando conselhos ou ensinando regras de boa conduta. Essa habilidade permite entender que **Chapeuzinho Vermelho não deveria conversar com estranhos**; que **Cachinhos Dourados não deveria entrar na casa dos outros sem ser convidada**; e que **Pedro não deveria mentir sobre o lobo**.

Bem ao contrário, a postura textual defende o olhar para outro fenômeno: a produção de uma leitura, portanto, de um texto, é acontecimento discursivo da interação entre leitor, sua historicidade, seu contexto e textura (a superfície escrita). Ora, teorias mais arrojadas em semântica e texto concordam em defender, ao contrário do que prescreve o Programa Conta pra mim, que, “por mais que alguém já conheça certo conto de fadas, *pelo gesto de leitura, um conto de fadas é sempre inédito*, porque é [...] acontecimento que temporaliza. Textos não são perenes, mudam a cada leitura, a cada movimento e reconhecimento dêitico” (Machado, 2024, p. 57).

Para nós, pelo prisma da ciência semântica, a definição do conceito de moralização é o gesto de excluir outros sentidos, por mais interessante que seja para a historicidade de certo leitor, em prol de uma unicização significativa, melhor benéfica para os privilégios de

⁹⁷ Para citar um exemplo de expectativa da superação da moralização na comunidade científica, temos reflexões como a de (2012, p. 1), quando afirma que:

A pergunta que falta fazer é se, atualmente, esta instrumentalização moralista da literatura é uma etapa superada. Concordo com Ricardo Mariño [...] quando destaca que nos dias de hoje há algo mais que “resquícios” dessa posição, pois os conteúdos moralizantes foram substituídos por textos destinados a difundir modos de entender a realidade e seus conflitos a partir de uma observação “progressista.

certo grupo, e que visa perpetuar ou dar manutenção significações dominantes, impostas.

Sobre a extinção da riqueza de vários sentidos, em detrimento da imposição de um único sentido – a moral –, um dos nomes mais consagrados na pesquisa em Análise de Contos de Fadas, Bruno Bethelheim (2002, p. 12-13), faz dura crítica:

Como sucede com toda grande arte, o significado mais profundo do conto de fadas será diferente para cada pessoa, e diferente para a mesma pessoa em vários momentos de sua vida. A criança extrairá significados diferentes do mesmo conto de fadas, dependendo de seus interesses e necessidades do momento. Tendo oportunidade, voltará ao mesmo conto quando estiver pronta a ampliar os velhos significados ou substituí-los por novos.

Longe de um compromisso empobrecedor de instrumentalizar os contos de fadas para moralizar (semanticamente, impor um único sentido, apagando outros que o leitor possa ter produzido), isto é, por uma perspectiva de leitura semântica ou textual, ao contrário do que propõe o Programa Conta Pra mim, *ler* chapeuzinho vermelho não se resume a moralizar-se a “não fazer x”, mas descobrir-se em uma floresta, com ameaças e possibilidades de risco e maturidades, a bel compreensão do leitor; ler cachinhos dourados não se limita à pobreza de moral “não entrar sem ser convidado”, mas descobrir-se em descoberta, e não caber em lugar algum, terminando a história em procura de si, dentre outros sentidos produzidos pelo leitor. O que propõe a coleção conta pra mim, portanto, não é leitura: é imposição de morais – já há tempos abandonada pelos especialistas. Conselhos e regras de boa conduta são construções culturais, históricas e sociais, e não sumarização de “fazer e não fazer” defendida por certo grupo, tal como pretende esse manual. Ler, e ler contos de fadas são conceitos de larga envergadura científica internacional cujo um dos pontos pacíficos é que ler não é prescrever o que se deve e o que não se deve fazer. Gesto de leitura pobre e empobrecedor do conceito de *ler*, mas assumido pelo Guia de Literacia familiar.

Em nossos termos teóricos da teoria da polifonia, aqui adotada, diremos que o Programa Conta pra mim *exclui* pesquisas históricas e longevas sobre o ato de ler, e *põe*, como identifica Ramalhete (2020, p. 151), um confinamento de “finalidades utilitaristas, imediatistas, moralizadoras, que não contribuem com a transformação da sociedade, mas com a sua reprodução”. Isso tudo sob a égide de um *posto* em segundo plano, implícito fundante portanto, de que “um pequeno grupo pode prevalecer e impor-se, politicamente, à ciência longeva sobre o fenômeno da leitura”.

3 O estranho conceito de literacia familiar, sua não adesão científica no Brasil e algumas palavras finais

A análise de contos de fadas já é área de estudo estabelecida com rigor

epistemológico, à luz de vários saberes, dentre alguns, a Psicanálise, a Análise de Discurso, a História, a Filologia, a Literatura, a Educação e a Linguística. E o que temos proposto: a perspectiva sócio-política da linguagem.

É nesse terreno transdisciplinar fértil, rico e nada linear, e por isso bem produtivo, que os contos de fadas são, desde os tempos celtas, instrumento para vários fins sociais, dentre eles, a educação. Assim, eleger os contos de fadas para uma coleção governamental, isto é, que oficializa a voz diretiva de uma nação para certa direção, deveria significar respeitar essa envergadura epistemológica.

Na contramão dessa perspectiva, debruçou-se o Programa Conta pra mim, esquivando-se de tradições científicas – mesmo que cite consonâncias a ela, em seus vídeos – e não convidando, para sua equipe, especialistas na área. O que sobrou para um projeto de proeficiência em leitura, foi um conceito monológico, fraco, sem eco científico e de área, com muitas ressalvas na comunidade acadêmica: a tal literacia familiar. Um conceito sem eco histórico de pesquisadores e um tanto que dúbio, por, talvez, tentar substituir – para evitar o termo suplantar, mais político – conceitos como letramento, discurso, texto e argumentação, esses sim, que já firmaram acúmulo de conhecimento e avanço de área. O conceito novo e nada confiável de “literacia familiar”, não pela etimologia, mas por sua falta de rigor científico, foi definido no arrazoado, quase religioso, nos materiais encontrados no site do Programa, como “conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem oral, a leitura e a escrita, que as crianças vivenciam com seus pais ou responsáveis” (Brasil, 2019).

Concordamos com Farias e Tolentino (2021) e com Silva, Souza e Signorelli (2021) quando percebem que o termo “literacia familiar” é uma tentativa de tradução do conceito de *literacy* que, como é bem sabido na área de Educação, foi convencionado no Brasil, pela tradução de *letramento* – mesmo que em Portugal haja uso de literacia, essa homonímia tem eco nas questões do letramento, e não podem ser tidas posinônimo co conceito de literacia da coleção Conta pra mim. Muitas das questões próprias do conceito de letramento (*literacy*) foram alvo de recuperação no conceito forjado de literacia familiar, mas de forma bem frustrada e sem amparo de educadores/pesquisadores brasileiros. Parece que a escolha por literacia familiar é mais gesto político, pouco científico, de certo grupo, que de fato uma mobilização de conceito epistemológico que visa operar certo fenômeno.

No interior dessa discussão sobre essa conceito estranho e com propósitos estranhos – estranho porque não têm adesão da comunidade científica especializada na área, e refutam outros conceitos notórios da área, de mesmo, maior alcance ou mais profundidade ao versar sobre o contar, a literatura e conscientização entre sujeitos familiares – Amarante (2020, p. 1) percebe outro projeto mais nefasto: o conceito estranho

de “literacia familiar” seria uma tentativa política de *excluir* nosso conceito mor cultural, histórico, filológico e guardião da riqueza social brasileira e portuguesa: a *Literatura*. Como explica o autor: “De pronto, chamou a minha atenção o termo “literacia”, que substitui literatura, vista com certa desconfiança por este governo e por “aqueles que queimam livros, que banem e matam poetas”.

A vaguidão do termo literacia familiar não esconde seu projeto: tentar suplantar ou silenciar estudos de respeito determinados pelo conceito de *letramento*. O letramento parece ter sido evitado, neste Programa, por questões políticas. De toda forma, a literacia familiar não vingou na época e parece não vingar ainda, haja vista a manifestação bem negativa da comunidade especialista, em geral – vide nossas referências nesse artigo, e em outros, aqui não citados.

Sem endosso da comunidade científica, sem recepção em projetos de pesquisa, de ensino e extensionistas de ponta, o Programa Conta pra mim culminou em iniciativa frustrada de tentativa de impor certa ideia de certo grupo, no meio científico. Não vingou. Mas sua história de fracasso é acontecimento produtivo para reflexões de ordem tanto de avanço, quanto de estancamento, como foi a tentativa desse projeto. A coleção Conta pra mim é objeto de reflexão e ensino para as políticas alfabetizadoras vindouras, e para a área de análise de contos de fadas, que insiste e resiste a iniciativas políticas rasas e delimitadoras, como essa, promovidas pelo conceito vago e sem rigor científico de literacia familiar.

É óbvio que o papel da família na formação infantil não é anulado, por essas reflexões, como pondera Ramalhete (2021, p. 161), porque elas ainda se destacam em protagonismos nos estudos e preocupações do letramento. O que se problematiza, aqui, é o uso político delimitador e empobrecedor do conceito de literacia familiar, que se pretende científico, por citar ciência e autores científicos, mas que perpetua práticas moralistas, utilitárias e empobrecedoras dos fenômenos da leitura, e do ler contos de fadas.

Bem ao contrário, resta-nos reiterar que a área de análise de contos de fadas, que se desenvolve na área transdisciplinar e nada estanque de leitura, sempre desconstruirá gestos superficiais como o Programa Conta pra mim. Como temos proposto, professores, escolas e pesquisadores podem explorar uma perspectiva social e política para ler contos de fadas, que, combatendo um ensino de instrumentos de moralização (aquele próprio do empobrecimento semântico, que põe foco em morais/sentidos únicos, que beneficiem certa classe, certos sujeitos ou certa cultura dominante) problematizem tal abordagem rasa e os tornem *instrumentos de conscientização*, como temos defendido (Machado, 2024) (aquele próprio do enriquecimento semântico, que põe foco em aberturas de outros/mais sentidos produzidos por historicidades caras aos leitores dos contos de fadas, mesmo que não sejam caras aos professores/contadores – que sem querer (ou querendo) se perpetuam no seu

contar).

Ler contos de fadas não é gesto de entretenimento vazio, é gesto apoiado em largas pesquisas da área de letramento, discurso, texto e argumentação, dentre outras, torna os contos de fadas *ferramentas pedagógicas para desenvolvimento da criticidade*. Não à luz de pressupostos pouco brasileiros como a mãe perfeita, a família que sabe, consegue, tem tempo para alfabetizar, o leitor que sempre tem uma disposição de família, dentre outros, todos postos em segundo plano, que promovem uma visão do Brasil – e portanto, de leitura, alheia à realidade.

Ler não é gesto alienado e para certa classe. Ler não é conceito que opera higienizando a dor e as misérias dos contos de fadas, para agradar certa classe, que silencia a dor dos vulneráveis. Ler é sentir essa dor, e vitimar-se na mágica da conscientização. “Essa história sim”, diria a verdadeira criança brasileira, “conta pra mim!”.

Polyphony and uncriticality in the fairy tales of the collection

“Tell Me”: a frustrated political gesture

Abstract

This article aims to analyze the Conta pra Mim Program and its Family Literacy Guide, using a qualitative methodology, in light of concepts from Argumentative Semantics, especially polyphony (divided into speaking subject and speaker) and its textual functions (divided into putting in the foreground, putting in the background and excluding), both proposed by Ducrot and Carel. Our problematization focuses on the non-scientific concept of “family literacy” (derived from literacy) proposed in this Program, whose intention was to try to supplant or silence respected studies, such as, for example, the erasure of the concept of literacy (also derived from literacy). Our analyses showed that the family literacy method consists, above all, of exploring moralizing reading, an initiative that has long been abandoned by the community of specialists in the children's and youth, literary and linguistic fields. Our results reveal that the discourse that constitutes the Tell Me Program is an authoritarian and frustrated political-linguistic gesture, that is, it impoverishes the reading of fairy tales by trying to impose a strange concept, that of family literacy, far from the rigor of the area, without the support of the scientific community and alien to the tradition of research into fairy tales and children's literature. Under the captivating appearance of the “utopian efficient and affectionate literary family cell”, the concept of family literacy undermines knowledge and methods from the areas of Literature, Linguistics and Education, among others, even nullifying the social function of school, and it stars a kind of phonic method linked to parental affection, whose most notable effect is the promotion, via the public machine, of the impoverishment of the concept of reading and the concept of reading fairy tales. Our results point to the perspective of fairy tales as instruments of awareness, as we have defended (MACHADO, 2024), one that focuses on openings of other/more meanings produced by Brazilian and/or universal historicities.

Keywords: Fairy tales. Polyphony. Semantics. Tell me. Children's literature

Referências

AMARANTE, Dirce Waltrick. Conta para mim: o abraço de urso do MEC. In: UOL, *Revista Cult.Uol*. Disponível em <<https://revistacult.uol.com.br/home/conta-para-mim-mec/>>. Acesso 12 set 2024.

BEHE, Louise; CAREL, Marion ; DENUÇ, Corentin; MACHADO, Julio Cesar. *Curso de Semântica Argumentativa*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021.

BETTELHEIM, Bruno. *A Psicanálise dos Contos de Fadas*. Tradução de Arlene Caetano 16ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. *Conta pra Mim: Guia de Literacia Familiar*. - Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível em < <https://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim> >. Acesso 4 set 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. *Conta pra mim*. Disponível em < <https://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim> >. 2020a. Acesso em 6 set 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria 421 de 23 de abril de 2020. Disponível em < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-421-de-23-de-abril-de-2020-253758595> >, 2020b. Acesso em 6 set de 2024.

CAREL, Marion. A enunciação Linguística: funções textuais, modos enunciativos e argumentações enunciativas. In: MACHADO, Julio Cesar (org). *Curso de Semântica Argumentativa*, 2021.

CARRANZA, Marcela. A literatura a serviço dos valores. In: *Revista Emília*. Disponível em < <https://emilia.org.br/a-literatura-a-servico-dos-valores/> >. Acesso 12 set 2024.

COELHO, Nelly Novaes. *O conto de fadas*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

COLASANTI, Marina. La culpa es de los sofistas. In: *Fragatas para tierras lejanas. Conferencias sobre literatura*. Bogotá: Norma, 2004. Colección Catalejo.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Tradução: Ligia Fonseca Ferreira; Regina Salgado Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FARIAS, Fabíola Ribeiro; TOLENTINO, Jéssica Mariana Andrade. O programa Conta pra mim e sua perspectiva de educação na primeira infância. In: *Revista Espaço Acadêmico*, No 229, jul/ago 2021, ano XXI. P. 75 – 86. Disponível em < <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/57578> >. Acesso em 6 set. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MACHADO, Julio Cesar. *Ler contos de fadas e superar a disneyficação: uma proposta argumentativa, discursiva e freireana*. Campinas: Pontes, 2024.

RAMALHETE, Mariana Passos. O retrocesso empurra a porta: a literatura infantil e o programa conta pra mim. *Caderno De Letras*, (38), 2021, 151-167. Disponível em <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/cadernodeletras/article/view/19827>>. Acesso em 6 set 2024.

SILVA, F. D. de A.; SOUZA, V. A.; SIGNORELLI, G. Programa “Conta pra Mim”: a proposta da “educação literária” no cerco da Política Nacional de Alfabetização. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 698–715, 2021. Disponível em <<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/62475>>. Acesso em 6 set. 2024.